

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LILIANE BATISTA BARROS

**A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CABANAGEM EM *LEALDADE* E DA  
GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM *AS DUAS SOMBRAS DO RIO***

BELÉM

2015

LILIANE BATISTA BARROS

A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CABANAGEM EM *LEALDADE* E DA  
GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM *AS DUAS SOMBRAS DO RIO*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará para obtenção do grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Cavalcante Padilha

BELÉM

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Barros, Liliane Batista, 1963-

A reconstrução histórica da cabanagem em Lealdade e da guerra civil moçambicana em As Duas sombras do rio /  
Liliane Batista Barros. - 2015.

Orientadora: Tânia Maria Pereira Sarmento Pantoja;

Coorientadora: Laura Cavalcante Padilha.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2015.

1. Literatura comparada brasileira e moçambicana - História e crítica. 2. Coelho, João Paulo Borges - As duas sombras do rio – Crítica e interpretação. 3. Souza, Márcio – Lealdade - Crítica e interpretação. I. Título.

CDD 22. ed. 809

---

**LILIANE BATISTA BARROS**

**A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CABANAGEM EM *LEALDADE* E DA  
GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM *AS DUAS SOMBRAS DO RIO***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará para obtenção do grau de Doutora em Letras.

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja – Universidade Federal do Pará  
(Orientadora e Presidente da Banca)

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Cavalcante Padilha - Universidade Federal Fluminense  
(Coorientadora)

.....  
Prof. Dra. Aparecida Fátima Bueno – Universidade de São Paulo  
(Avaliadora Externa)

.....  
Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen – Universidade Federal de Minas Gerais  
(Avaliador Externo)

.....  
Germana Maria Araújo Sales - Universidade Federal do Pará  
(Avaliador Interno)

.....  
Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda - Universidade Federal do Pará  
(Avaliador Interno)

.....  
Profa. Dra. Izabela Guimarães Guerra Leal - Universidade Federal do Pará  
(Suplente)

**Dedico este trabalho ao Adriano e ao Samuel**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Profa. Dra. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja pela orientação e por me receber com o doutorado já iniciado.

Ao programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA por ter me recebido e, em especial, as Professoras Germana e

À Profa. Dra. Laura Cavalcante Padilha pelo início da caminhada.

As amigas sempre presentes nos momentos de angústia: Vera, Ana Lúcia e Olga pelos conselhos e apoio.

À minha irmã Anay pelas longas horas de conversa e pela leitura dos trabalhos durante o curso e desta tese.

Ao amigo Uchôa e ao Dhonny pelas traduções do resumo.

Aos primos Antonio Neto e Iara pela acolhida em Niterói.

Ao prof. Dr Silvio Holanda e a Profa. Dra. Fátima Bueno pela leitura cuidadosa e orientações na qualificação.

Aos colegas de curso da UFF: Alessandra, Cíntia Sheila, Gisele, Rafael e Marcelo pelas trocas de leituras.

Aos colegas do doutorado da UFPA pelo companheirismo e acolhida. Em especial: Everton, Viviane e Veridiana.

## RESUMO

Nesta tese, pretendemos analisar comparativamente a reconstrução histórica da Cabanagem e da Guerra Civil Moçambicana nos romances *Lealdade* (1997), de Márcio Souza e *As duas sombras do rio* (2003), de João Paulo Borges Coelho. Para tanto, apresentaremos um breve percurso histórico da colonização brasileira e moçambicana, bem como o período da independência e pós-independência, além do percurso teórico sobre o romance histórico, resistência, memória, bem como a teoria sobre o espaço, nesse caso o rio, que utilizamos como ferramenta de análise. Utilizando o rio como fio condutor de nossa análise. Na obra de Borges Coelho, a análise foi feita a partir das travessias das personagens pelos rios que foram desencadeadas pela chegada da guerra civil. Fixamos nossa leitura em Leónidas Ntsato personagem que metaforiza Moçambique dividido em dois pela guerra civil e destacamos o papel do narrador neste romance. Na narrativa de Márcio Souza acompanhamos as viagens de Fernando, narrador do romance, que tem sua biografia entrelaçada aos acontecimentos que desencadearão a Cabanagem anos mais tarde. Cada um com seu estilo, os dois romancistas revisitam as agruras das duas guerras que tem como palco o Norte do Brasil e de Moçambique que são espaços periféricos desde os tempos coloniais.

Palavras-chave: guerra, rio, literatura comparada, João Paulo Borges Coelho, Márcio Souza.

## ABSTRACT

In this thesis, we aim at comparatively analyzing the historical reconstruction of Cabanagem and the Mozambican Civil War in the novels *Lealdade* (1997), by Márcio Souza and *As duas sombras do rio* (2003), by João Paulo Borges Coelho. In order to do so, we present a brief historical background of Brazilian and Mozambican colonization, as well as, the periods of independence and post-independence, besides the theoretical route on historical novels, resistance, memory, and the theory of space, in this case, the river, which we use as an analytical tool. In the work of Borges Coelho, the analysis was made from the crossing of the characters by rivers that were triggered by the arrival of civil war. We focus our reading in Leonidas Ntsato, a character that metaphorizes Mozambique divided in two by civil war and we highlight the role of the narrator in this novel. In the narrative of Márcio de Souza we follow the trips of Fernando, the narrator of the novel, which has its biography interconnected with events that would trigger the Cabanagem, years later. Each one at his own style, the two novelists revisit the hardships of the two wars that have as a scenery Northern Brazil and Mozambique which are peripheral spaces since colonial times.

Keywords: War, river, comparative literature, João Paulo Borges Coelho, Márcio Souza.

## RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous visons à comparer la reconstruction historique de Cabanagem et La guerre civile mozambicaine dans les romans *Lealdade* (1997), de Márcio Souza et *As duas sombras do rio* (2003), de Jean-Paul Borges Coelho. Nous présentons un bref historique de la colonisation du Brésil et du Mozambique ainsi que la période de l'indépendance et de l'après-indépendance, et de cours théorique de la romance, la résistance, la mémoire historique et la théorie de l'espace, dans ce cas, le fleuve, que nous utilisons comme un outil analytique. Utilisation de la rivière comme fil de notre analyse. Le travail de Borges Coelho, l'analyse a été faite à partir des croisements des personnages par les rivières qui ont été déclenchées par l'arrivée de la guerre civile. Nous avons fixé notre lecture caractéristique Leonidas Ntsato métaphorise Mozambique divisé en deux par la guerre civile et de mettre en évidence le rôle du narrateur dans ce roman. Dans la lecture de Márcio Souza nous suivons le Voyage de Fernando, le narrateur du roman, qui a sa biographie entrelacée avec des événements qui déclenchent les années Cabanagem tard. Chacun avec son style particulier, les deux romanciers revisitent les difficultés des deux guerres qui ont mis en scène au nord du Brésil et du Mozambique qui sont des espaces périphériques depuis l'époque coloniale.

Mots-clés: Guerre, rivière, littérature comparée, João Paulo Borges Coelho, Márcio Souza.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CAPÍTULO TEÓRICO	17
1.1. A QUESTÃO COLONIAL.....	17
1.2. O PERÍODO COLONIAL NA AMAZÔNIA.....	22
1.2.1 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA NO BRASIL.....	30
1.3. O PERÍODO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE.....	31
1.3.1 A GUERRA DE LIBERTAÇÃO.....	38
1.3.2 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	40
1.4. A RELEITURA DA HISTÓRIA.....	43
1.5 OS RIOS E SEUS CURSOS.....	60
1.6 O ROMANCE HISTÓRICO E SUAS VERTENTES.....	63
2. <i>AS DUAS SOMBRAS DO RIO: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA PELO TESTEMUNHO DE VÁRIAS VOZES</i> .....	78
2.1. PARA ENTENDER A GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE.....	78
2.2 RIO ZAMBEZE: ESTRADA-FRONTEIRA ENTRE O NORTE E O SUL DE MOÇAMBIQUE.....	85
2.3 FUGAS E EXÍLIOS, TRAVESSIAS E ERRÂNCIAS: AS DUAS MARGENS DO RIO.....	102
2.4 NARRATIVAS EM VÁRIAS VOZES: LEMBRANÇAS FRAGMENTADAS, RESQUÍCIOS DO PASSADO E ABERTURA NO TEMPO.....	123
3. <i>LEALDADE: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CABANAGEM PELO RELATO DE UMA VOZ</i> .....	137
3.1. CABANAGEM: REVOLUÇÃO, REVOLTA, MOTIM OU GUERRA CIVIL?.....	137

3.2. RIO GUAMÁ: ESTRADA-FRONTEIRA ENTRE O GRÃO-PARÁ E O MUNDO.....	156
3.3 VIAGENS DE FORMAÇÃO.....	167
3.4. NARRATIVA EM UMA VOZ ÀS MARGENS DO TOCANTINS: O INJUSTO ESQUECIMENTO.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA.....	201

## INTRODUÇÃO

As produções literárias em língua portuguesa nos séculos XX e XXI têm-se ocupado, entre outras questões, do processo de reconstrução crítica da história, como é o caso de João Paulo Borges Coelho e Márcio Souza. A partir da leitura das obras desses dois autores, decidimos por estabelecer um estudo comparativo entre os romances *As duas sombras do rio* e *Lealdade*. A nossa escolha se deve a releitura da história dos conflitos armados ocorridos no período imediatamente após a Independência do Brasil e de Moçambique narrados nas duas obras. Em nossas leituras, verificamos que o eixo comum entre os autores é a releitura e o questionamento de episódios das histórias de Moçambique e do Brasil que se pautam, entre outros aspectos, na releitura crítica da herança colonial. Tal herança, cada qual com sua particularidade, deixou fissuras profundas na configuração das identidades dos dois países, resultando na oposição entre o Norte e o Sul que geraram os dois conflitos bélicos, temas das duas narrativas.

A partir da leitura comparativa dos romances *As duas sombras do rio*, de João Paulo Borges Coelho, e *Lealdade*, de Márcio Souza, pretendemos analisar a releitura histórica da Guerra Civil em Moçambique e da Cabanagem no Brasil. Essa escolha aconteceu pelo fato das obras terem como tema principal o conflito bélico ocorrido no período posterior à Independência no século XIX brasileiro e no século XX moçambicano. Os dois autores impedem o apagamento desses dois conflitos, visto que a História Oficial tende a não registrar esse assunto ou, quando o faz, ocorre de maneira superficial.

Este estudo procurará seguir dois caminhos que julgamos inéditos. O primeiro é o diálogo entre as obras de João Paulo Borges Coelho e Márcio Souza, que ainda não havia sido realizado. O segundo diz respeito ao estudo comparativo dos conflitos bélicos ocorridos no período pós-Independência na região Norte, considerada periférica nesses dois países, o que também não foi feito. A nossa tese tem como hipótese central provar que a paisagem, dentro da perspectiva do materialismo histórico, é importante na construção dos romances que buscam a revisão histórica e, nesse caso, a paisagem do norte, periférica, marginalizada, palco dos conflitos desencadeados após a independência do Brasil e de Moçambique foi escolhida para análise privilegiando os rios. A nossa leitura se dará a partir dos rios transcritos como espaços por onde as memórias desses eventos são revisitadas pelas personagens e narradores dos romances e verificaremos como as memórias são articuladas

nas duas obras, contribuindo para a releitura histórica de fatos que se encontravam esquecidos, demonstrando a importância que esses rios têm nas narrativas.

Como a escrita do romance tem como espaço narrativo o rio, por onde são buscadas as memórias desses conflitos, somos levados a pensar o rio a partir de uma abordagem literária ao deslindar as suas possíveis leituras simbólicas como a passagem tempo; a representação da vida e da morte; como símbolo da fertilidade pelo movimento das cheias e das vazantes; como estrada; entre outros, além das representações imaginárias presentes nos rios míticos, nos rios revisitados ou mesmo sonhados. Nossa leitura pretende extrapolar a simples simbologia ao eleger esse espaço como ferramenta conceitual por ser construído como testemunho do passado colonial e que é retomado no presente das guerras edificadas nas realidades representadas nos textos literários.

Não podemos deixar de dar relevo ao fato desses romances serem frutos de pesquisas realizadas pelos dois autores. Borges Coelho escreveu sua obra apoiado em relatos dos moradores do Zumbo no período em que esteve neste local colhendo testemunhos sobre o conflito armado. E Márcio Souza dedicou-se durante vinte anos à pesquisa da Cabanagem, que resultou na publicação da trilogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*. Cabe ressaltar que esta tese

Tanto João Paulo Borges Coelho quanto Márcio Souza constroem suas obras repensando as escritas da história em que estes assuntos não são tratados, suas lacunas e os silêncios das principais vítimas dessas duas guerras. Márcio Souza recria o desejo do paraense pela Independência do Grão-Pará enquanto João Paulo Borges Coelho escreve sobre o desespero e a perplexidade da população do Zumbo com a chegada da Guerra Civil. O desencanto da não consolidação dos ideais de independência nas duas ex-colônias é possível de se constatar a partir das crises vivenciadas pelas personagens principais dos dois romances: no romance moçambicano, Leónidas Ntsato, e no romance brasileiro, Fernando.

O romance moçambicano é narrado em terceira pessoa e o leitor acompanha o conflito de Leónidas desencadeado na ilha de Cacessemo, no centro do rio Zambeze (o rio fronteira entre o Norte e o Sul daquele país), onde o pescador é tomado por dois espíritos (a cobra, que é entidade protetora do Norte e o leão, entidade protetora do sul) e passa, então, a viver às margens do rio e, ao mesmo tempo, à margem da sociedade no período da guerra civil. Além desses acontecimentos, o narrador dá a voz a outras personagens que são convocadas para testemunharem as atrocidades da guerra no gesto de releitura da história de Moçambique. Por este país ter sido uma colônia portuguesa e por ter tido a independência recentemente, além do pouco contato que o público brasileiro tem com a literatura

moçambicana e demais literaturas africanas de língua portuguesa, o romance pode levar a uma leitura eurocêntrica, mas nossa análise vai na contramão dessa leitura.

Já no romance brasileiro, Fernando, personagem narrador, conta os sonhos e projetos de um grupo de intelectuais no Grão-Pará que almejavam a Independência dessa região brasileira, buscando inspiração nos ideais da Revolução Francesa para pensarem em um país mais justo. A decepção é notória por não conseguirem que a província se torne independente, pela adesão do Pará à Independência do Brasil, e, ao observarem as práticas coloniais que ainda perduram, promovem o levante de 1823. Com a derrota dessa revolta, Fernando precisa fugir de Belém e navega pelo rio Tocantins em direção à Fazenda Promissão, local em que vai se refugiar, e, às margens desse rio, rememora sua história de vida que se entrelaça à história do Grão-Pará na releitura dos fatos políticos que desencadearão a Cabanagem.

É preciso lembrar que as relações entre o Brasil e a África de língua portuguesa são antigas e, como bem aponta Rita Chaves, essas perpassam pela literatura e remontam ao século XIX.

Antigos e forte, como podemos notar, os laços estão vincados, materializando-se na condução da História, na formação cultural e na fisionomia das gentes que habitam esses dois lados do Oceano Atlântico. Iniciadas sob a égide da violência, as relações entre Brasil e os países africanos moveram-se também por outras águas, cuja dinâmica requer atenção para que se compreenda melhor também a complexidade dos canais identitários que nos ligam. (CHAVES, 2005, pp. 265-266)

É certo que, em nossa formação, a presença africana se fez e ainda se faz presente, marcando fortemente nossa cultura. O trânsito se deu tanto das colônias portuguesas do continente africano para o Brasil quanto do Brasil para as colônias portuguesas na África, com o envio de prisioneiros para cumprirem pena nessas terras, além de um número considerável de outros brasileiros que foram para as colônias africanas com o intuito de explorarem aquelas terras antes e depois da Independência. Esta atitude confirma a nossa responsabilidade diante dos impactos que a população da África Portuguesa sofreu e nem sempre os textos que tratam do assunto apontam para isso, como afirma Alencastro em entrevista a Haddad (1998).

No que concerne às relações literárias, Chaves (2005) ressalta que esse trânsito entre o Brasil e a África de língua portuguesa foi em “mão dupla”, visto que os escritores africanos de língua portuguesa afirmam que o Brasil foi uma fonte de inspiração na formação da consciência nacional responsável pelas lutas de libertação. Não podemos esquecer o fato de o Brasil ter sido colônia portuguesa e ter tido a Independência mais cedo, permitindo que as

colônias africanas voltassem os olhos para cá no intuito de alcançar a mesma liberdade. Assim, quando a consciência do nacionalismo começa a ser formada nessas colônias, é no Brasil que os autores vêm buscar inspiração pelo imaginário de que a Independência brasileira acabou com a segregação promovida pelo colonialismo, e a Literatura Brasileira passa a ser referência para os escritores daquelas colônias.

O pesadelo colonial enseja o desejo de Independência, fazendo crescer a necessidade de encontrar modelos fora da matriz opressora. Valorizando a participação africana na população brasileira havia semeado prevalece – principalmente entre escritores angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos – a convicção de que no Brasil havia um patrimônio apto a inspirar a criação de um movimento cultural integrado ao projeto sócio-político (sic) voltado para a libertação. (CHAVES, 2005, pp. 267-268)

A colonização portuguesa foi cruel e as literaturas produzidas nos países subjugados abordam esse assunto como forma de resistência. Em algumas colônias, as literaturas de resistência iniciaram mais cedo e, em outras, demorou um pouco mais. “O que temos em Angola, desde os meados do século XIX, é o que vamos encontrar em Moçambique a partir dos anos 30 do século XX” (CHAVES, 2005, p. 289). Portanto, as literaturas das antigas colônias portuguesas na África têm a resistência como marca da sua fundação ainda no período colonial e este olhar continuou após a Independência como forma de questionar os novos governos instituídos que continuaram com as práticas do período colonial.

Nos dois romances escolhidos para este estudo a proposta principal de criação ocupa-se em articular a formulação de um discurso que possa contestar o oficialmente instituído, desconstruindo-o e deixando claro que este não dá conta de todas as possibilidades de interpretação dos fatos relatados. Assim, enquanto a História registrada é a dos vencedores, a Literatura vai na contramão ao dar voz aos vencidos. Como o nosso estudo privilegia o literário, nosso objetivo central é indagar como se processa essa releitura crítica da história em Borges Coelho e em Márcio Souza.

A base da nossa reflexão tem como suporte a literatura comparada no pressuposto do comparativismo da solidariedade, proposto por Benjamin Abdala Júnior (2003), que objetiva buscar o diálogo entre os países hispano-americanos e os de língua oficial portuguesa, permitindo uma circulação de produções literárias entre esses e abrindo espaço nas universidades para pesquisas e produções acadêmicas que possibilitem o acesso dessas obras a um público maior, pela facilidade de entrada no mercado editorial que algumas produções acadêmicas potencializam. Sabemos que essa teoria é polêmica no que diz respeito à questão da influência, mas acreditamos que esta proposta de estudo é atual e proporcionará discussões enriquecedoras sobre o assunto.

A estrutura do desenvolvimento deste estudo é composta por três capítulos. O primeiro intitulado “Capítulo Teórico” procura fundamentar teoricamente o assunto a ser tratado ao apontar os conceitos sobre o colonialismo e o pós-colonialismo tanto no Brasil como em Moçambique, seguido pela abordagem da Guerra de Libertação em Moçambique e, após, o período pós-Independência. Esses assuntos são trazidos neste capítulo para podermos compreender a questão colonial como um todo e como esse período afetou o seguinte, que é a pós-Independência. Compreendidos os dois momentos, passaremos à teoria da releitura da história e à escrita de resistência, que nos dois romances estão fortemente vinculados aos rios e seus cursos. Como os romances têm como assunto episódios da História, trouxemos a teoria do romance histórico e do novo romance histórico, também neste capítulo teórico.

O segundo capítulo “As duas sombras do rio: reconstrução histórica da guerra civil moçambicana pelo testemunho de várias vozes” está dividido em quatro subcapítulos. O primeiro traz o contexto da guerra de libertação e da guerra civil, seguido da análise do romance a partir do rio Zambeze, testemunho da história, onde faremos a análise da guerra civil, tendo como foco a personagem Leónidas Ntsato. O terceiro focaliza as personagens que empreendem a fuga do Zumbo em direção a Feira ou a Bawa, cruzando os rios Aruãgua ou Zambeze e a condição que passam a ocupar nesses espaços. O último subcapítulo se ocupa do narrador e dos vários olhares sobre a guerra civil e a consequência desse episódio para o Zumbo e para Moçambique.

O terceiro capítulo, “Lealdade: reconstrução histórica da Cabanagem pelo relato de uma voz.” também é dividido em quatro subcapítulos e estabelece diálogo com o romance moçambicano. O primeiro traz o contexto da Cabanagem e é seguido da análise do romance a partir do Rio Guamá pelo olhar de Fernando, sobre os acontecimentos que ocorrem no Grão-Pará nos anos que antecedem a Independência do Brasil e as consequências da Adesão do Pará sobre o episódio que desencadearam os eventos que decorreram desse período, o que levará à Cabanagem. O terceiro subcapítulo aborda as viagens de formação do narrador, Fernando, e as mudanças sofridas por ele em consequência dessas viagens. Na sequência, procuramos focar o narrador e a releitura que este faz dos acontecimentos vividos, analisando-os em um período de solidão e sofrimento no exílio voluntário na Fazenda Promissão, às margens do Tocantins.

Por fim, trataremos as considerações finais, em que apontaremos as semelhanças e as divergências nos processos de reconstrução da história da Cabanagem e da guerra civil em Moçambique.

## 1 CAPÍTULO TEÓRICO

Nesse capítulo serão apresentadas reflexões acerca do pós-colonial e, para compreendermos essa teoria, precisamos entender este processo. Como nosso estudo se debruça sobre duas obras de língua portuguesa de países colonizados por Portugal, vamos apresentar alguns aspectos do colonialismo português nessas duas antigas colônias, além de pensarmos acerca da resistência que desencadeou a guerra de libertação em Moçambique e também os levantes e resistências ocorridos no Brasil colonial. Abordaremos o período pós-Independência nos dois países, que desencadearam a Guerra Civil em Moçambique e a Cabanagem no Brasil, em seguida abordaremos a releitura da história como estratégia de resistência, apontaremos os rios como espaços teóricos para pensar esses conflitos, seguido das reflexões sobre o romance histórico.

### 1.1 A QUESTÃO COLONIAL

É preciso entender a questão colonial para podermos compreender o período pós-colonial que tem como característica a insatisfação da população em relação aos governos posteriores à Independência. Vamos começar conceituando colonialismo e, para tanto, a contribuição de Said é importante.

Usarei o termo “imperialismo” para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o “colonialismo”, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes.

Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas ideológicas, econômicas e sociais. (SAID, 2011, p. 42).

Para o autor supracitado, o colonialismo é resultante do imperialismo e pressupõe a ocupação da terra, mas tende a sobreviver como uma consequência vinculada à imposição ideológica fortemente marcada pelas questões econômicas. Então, diferentemente do colonialismo, quase extinto em nossa época, o imperialismo extrapola a ocupação de um território e se efetiva nas práticas ideológicas, econômicas e culturais de um país sobre o outro, ou outros. Roland Corbisier, na introdução de *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* de Albert Memmi, define colônia como

Um território, com determinada estrutura de recursos naturais, certa flora e certa fauna, um equilíbrio ecológico, e uma população com crenças religiosas, tradições, usos e costumes peculiares, instituições e sociais, formas próprias de trabalho, etc. Nesse contexto, que é uma totalidade orgânica, o conquistador irrompe subitamente, ou ao cabo de uma luta em que sai vitorioso.

Invadindo o território, a ocupação se estabelece em termos militares, com a presença efetiva de forças armadas que representam o poderio incontestável da metrópole. O dispositivo militar sustenta a máquina do domínio e de exploração, a estrutura política e administrativa que coloca os recursos naturais e a mão-de-obra colonial a serviço da nação colonizadora. (MEMMI, 1977, pp. 5-6).

Corbisier nos lembra também que, embora em menor número, o colonizador traz consigo, além da superioridade militar, a superioridade científica, tecnológica e econômica que permite o controle do país submetido. Assim montado, o sistema colonial traz à luz dois atores: o colonizador e o colonizado. Sobre a dominação ideológica e imposição do governo colonial, Said (2011, p.43) ainda nos lembra que ambos “são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação”. Com o final da dominação das colônias em África e parte da América e Ásia, os estudos que se ocuparam em entender o que foi esse fenômeno são os estudos pós-coloniais.

Temos duas possibilidades de leitura desse conceito: a primeira é a utilização do termo como adjetivo, o pós-colonial, e a segunda é a utilização como substantivo, o pós-colonialismo. O primeiro diz respeito às teorias que abarcam os estudos que procuram compreender as práticas culturais de países que viveram o colonialismo e as consequências dessa prática nos períodos posteriores à Independência. A crítica pós-colonial procura refletir sobre o processo histórico da colonização ao fazer a leitura “a contrapelo” de contextos colonialistas em diversas áreas do conhecimento, enfocando a representação do sujeito colonial, seja no discurso do colonizador, seja no discurso de resistência do colonizado, isto é, a temática central é o antagonismo entre colonizador/colonizado. O segundo termo marca a periodização, ou seja, marca o período histórico posterior ao colonialismo e a condição política dos novos Estados Nacionais.

O pós-colonial como teoria se origina dos estudos culturais anglo-saxões e têm como precursores Franz Fanon, Chinua Achebe, Albert Memmi, Wole Soyinka, entre outros. É preciso ter em mente que, para as sociedades que viveram o colonialismo, o termo abarca tanto os colonizados quanto os colonizadores, afinal, ambos sofreram os impactos do colonialismo e as implicações dessas práticas no período posterior à independência das antigas colônias. Para Hall, “uma das contribuições do termo ‘pós-colonial’ tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais.” (2003, p. 108). Segundo ele, o termo não se restringe a descrever uma dada sociedade ou uma época, “ele relê a colonização como parte de um processo global

essencialmente transnacional e transcultural – produz uma releitura descentrada, diaspórica, ou global, das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação.” (2003, pp. 108-109). Sendo assim, o termo não indica apenas um período posterior à colonização, mas um discurso que envolve a teorização desse fenômeno e que não se restringe ao antes ou ao depois, que vai além do colonial e gera uma resposta à necessidade de superar a crise de compreensão, de estudo e de reflexão desses episódios históricos. Para tanto, foi necessário criar uma categoria teórica para explicar essa prática política no mundo. Para Appiah (1997), o “pós” significa uma superação de etapa que permite “abrir espaços” por ser superior a algo e por rejeitar os aspectos “de” algo. Isso não significa que as sociedades que viveram a experiência colonial ultrapassaram o “colonialismo”, que este “pós” contesta as narrativas anteriores, legitimadoras de dominação e poder. Para Bhabha “as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste, Oeste, Norte e Sul.” (2007, p. 239).

Em relação a nossa proposta de estudo, pretendemos usar o pós-colonial como teoria que avalia os mecanismos de encontros e confrontos coloniais, ou seja, o impacto da colonização europeia em suas antigas colônias, no nosso caso, o impacto do império português sobre as suas antigas colônias, em especial Brasil e Moçambique, e como as práticas coloniais ainda persistem nesses dois países, mais especificamente na oposição entre o Norte e o Sul, construída na colonização que continuou após a Independência, sendo o Norte a periferia onde ocorreram as revoltas mais sangrentas. É importante destacar que mesmo com a violência impetrada às colônias não é possível negar que houve trocas importantes e que, após a saída do colonizador, ocorreu expropriação de práticas culturais (que é o processo inverso do colonialismo).

No Pará, o levante que aconteceu como demonstração de insatisfação das ações do governo após a Independência do Brasil foi a Cabanagem. Em Moçambique foi a guerra civil, que teve sua face mais cruel na região do Zumbo, no Norte de Moçambique. Pretendemos verificar como os dois romances escolhidos para análise tratam estes assuntos.

Podemos marcar o início do colonialismo pelas descobertas marítimas, no século XVI, com as viagens e navegações. Entre os impérios que disputavam o domínio do mundo estava Portugal e, a partir da história desse país narrada pela literatura, Margarida Calafate Ribeiro, em *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonial* traz um conceito importante sobre o imperialismo que nos auxiliará nesse percurso.

Todos os impérios são, em grande parte, imaginários ou ficções políticas de nações que se excedem a si mesmas. Um império é, por definição, uma

nação que se espalhou por terras longínquas do seu berço inicial e, nessa medida, é um território em processo simultâneo de desterritorialização e reterritorialização. (RIBEIRO, 2004, p. 27).

Uma das questões levantadas pela autora sobre a conquista portuguesa foi a dificuldade enfrentada pelo império causada principalmente pela distância que o país precisou percorrer para alcançar e ocupar outras terras. Essa distância gerou custos de deslocamento da máquina imperial para “desterritorializar” o espaço tido como selvagem e “reterritorializar”, procurando transformar o “outro” como a (...) si mesmo, não respeitando suas culturas e tradições. Portugal foi um império grandioso, mas as práticas de ocupação e exploração das suas colônias foram desastrosas, tendo em vista o impacto causado às terras conquistadas, pelas ações violentas contra os locais e pela exploração impetrada aos nativos e a terra, sem trazer melhorias para a população e causam um grande impacto ambiental. Além disso, o Império Português não se preocupou em desenvolver a metrópole no setor industrial, tampouco tão pouco no setor agrícola, resultando ao final do colonialismo, em um país empobrecido e atrasado. A limitação de Portugal para explorar todas as colônias que conquistou nos continentes asiático, africano e americano fez com que optasse em ocupar e explorar as colônias que julgava mais lucrativas que foram a brasileira e a angolana em detrimento das demais terras da África e da Ásia. Também foi levado em conta as riquezas do solo americano tanto na extração de ouro e pedras preciosas, quanto no plantio e exploração da terra. O mesmo ocorreu em Angola, sendo que esta colônia fornecia, também, a força de trabalho necessária para explorar as terras brasileiras. As demais colônias no continente africano eram pouco exploradas e Cabo Verde e a atual Guiné Bissau, utilizadas apenas como ponto de apoio para os navios negreiros. Moçambique teve o litoral colonizado lentamente sendo ocupadas primeiramente as ilhas e a costa como ponto de apoio para o comércio com a Índia. José Luís Cabaço aponta a ocupação no interior de Moçambique pela iniciativa individual sem o controle efetivo da metrópole.

Na busca por ouro e marfim, ou no esforço de estender suas redes comerciais a potências no interior, esses aventureiros europeus (e, no caso de Moçambique, também indianos), bem como alguns missionários religiosos, iniciaram a penetração nos territórios, preferencialmente subindo os rios, esporadicamente por lá se fixavam. (CABAÇO, 2009, p.29).

A colonização efetiva por parte da metrópole vai ocorrer a partir da segunda metade do século XIX como resultado do *Ultimatum* feito pela Inglaterra para que Portugal ocupasse suas terras ou estas seriam tomadas pelo reino inglês. Contudo, o envio de colonos e a efetivação da presença portuguesa só será intensificada no século XX.

A escolha portuguesa pela ocupação da costa africana banhada pelo Oceano Atlântico foi devido à facilidade de chegar ao Brasil, para onde eram trazidos os escravos e mercadorias vindas, principalmente de Angola, e outras mercadorias exportadas, que eram levadas do Brasil para Angola<sup>1</sup>. O acesso a Moçambique se dava pelo Oceano Índico, mais distante e com uma viagem mais perigosa pelas condições das correntes marítimas e pela presença árabe, logo, o trânsito entre Angola e Brasil era mais rápido e seguro. Além disso, as riquezas da colônia moçambicana já eram exploradas pelos maometanos, indinos e o reino português não se interessava em enfrentá-los, já que o novo mundo tinha mais a oferecer.<sup>2</sup>

O Império Português sofre o primeiro abalo com o desaparecimento de D. Sebastião, marcando o fim da era de grandeza pela anexação de Portugal ao Império Espanhol visto que o rei não possuía herdeiros. “Após D. Manuel ter fundado o império do Oriente e D. João III ter consolidado o império do Brasil, D. Sebastião seria o rei fundador do império africano, abrindo assim as portas do império universal.” (RIBEIRO, 2004, p. 41). Esse período pode ser demarcado como o início da decadência portuguesa, principalmente em relação ao lugar que tinha conquistado frente à Europa, como destaca Ribeiro (2004). Com a anexação, os portugueses veem suas colônias em perigo diante do descaso do rei espanhol Felipe II e os caminhos marítimos, antes dominados por Portugal, passam a ser explorados pela Inglaterra e Holanda, sendo que este último invade as colônias brasileira e angolana, ao pretender anexar essas terras ao seu domínio. O invasor é expulso do Brasil após anos de luta e esta vitória só é possível com o auxílio da Inglaterra. Segundo Ribeiro, “para a Europa, e particularmente para a sua velha aliada, Portugal existia, não pelo reino europeu que era, mas pelas possessões que tinha, o que, *a priori*, acusa a total inversão da relação colonial, em que uma colônia existe apenas pela sua metrópole” (RIBEIRO, 2004, p. 50). A expulsão dos holandeses das terras angolanas só foi possível com a ajuda dos brasileiros que enviaram navios com exércitos que incluíam índios. O interesse desses brasileiros pela devolução de Angola aos portugueses era por causa na mão de obra escrava e no comércio angolano interrompido com a invasão holandesa.

---

<sup>1</sup> Luiz Felipe Alencastro (2000) aponta a importância de trocas ocorridas entre o Brasil e Angola desde o início da ocupação desses territórios e destaca esse trânsito entre as colônias, como, por exemplo, a farinha mandioca para os viajantes e como foi utilizada no período de guerras, tanto que ficou conhecida como “farinha de guerra”. O historiador afirma que, para conhecer o processo colonial português, é preciso estudá-lo como um todo, ou seja, é preciso reler esse processo em todas as colônias portuguesas.

<sup>2</sup>A esse respeito, ver BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

## 1.2 PERÍODO COLONIAL NA AMAZÔNIA

No período colonial brasileiro, a conquista da Amazônia efetuada por Portugal ocorreu através de ações militares, missionárias, políticas, administrativas e diplomáticas com a finalidade de assegurar o domínio desse território para o reinado português.

A ocupação da Região Amazônica pode ser datada com a chegada de Vicente Yañez de Pizzón em 1500, vindo das Ilhas Canárias e Cabo Verde, quando adentrou um rio muito grande que deu o nome de *Santa Maria de Mar Dulce*<sup>3</sup>. Podemos apontar esta data também como o início da resistência indígena à presença europeia na região em represália ao sequestro de 36 índios feito pela expedição de Pizzón. Nesse período, essas terras pertenciam à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas e alguns aventureiros espanhóis vieram para a Amazônia. A partir de então, muitas lendas povoaram o imaginário europeu sobre um país fabuloso chamado El Dourado<sup>4</sup>. O primeiro europeu a organizar uma expedição para a selva amazônica foi Gonzalo Pizarro, que partiu de Quito em fevereiro de 1541. Orellana juntou-se à expedição de Pizarro com um papel importante: o fato de que tinha talento para línguas e conseguia comunicar-se com os índios facilitava a aproximação dos espanhóis com a população local. Porém, os suprimentos da expedição estavam no fim e foi necessário que Orellana, junto com o cronista Carvajal, saíssem em busca de alimentos que eram providos pela caça e saqueamento de víveres e frutos nas aldeias. Segundo a narrativa do cronista, no dia 3 de junho, a comitiva alcançou o rio Negro (nome dado pelo líder da expedição e que continua até hoje) e, após alguns dias de viagem, chegaram ao território da rainha Amurians, que foi hostil aos europeus. Após o confronto dos espanhóis com os indígenas, um índio feito prisioneiro informou aos europeus que aquelas mulheres que viviam sozinhas em aldeias feitas de pedras, quando desejavam homens, atacavam reinos vizinhos, capturavam os guerreiros e se a criança nascida dessa relação, caso fosse menina ficava com elas, se fosse homem ou era morta ou era entregue ao pai. A notícia dessa aldeia de mulheres ajudou a povoar o imaginário europeu sobre os habitantes da floresta amazônica.

Em 29 de agosto de 1542 finalmente chegam ao Rio Amazonas cujo nome foi modificado de Mar Dulce para Rio das Amazonas em referência às mulheres sob a liderança

---

<sup>3</sup> Segundo Márcio Souza (2009) os primeiros navegadores a chegarem a América nos anos de 1421 e 1423 foram os chineses que fizeram a circunavegação do planeta com quatro frotas e registrada em “mapas detalhados que mais tarde serviram para os europeus ‘descobrirem’ o novo mundo” (p. 29). Segundo Souza, a frota chinesa tinha navios grandes e leves que permitiam velocidade para navegar e, ao mesmo tempo, tinham espaço suficiente para carregar mantimentos que davam autonomia para navegar por mais de 4500 milhas sem precisar aportar. (p.30)

<sup>4</sup> Consta que o país era tão rico e cheio de tesouros que o chefe desse povo cobria o corpo com ouro em pó e depois banhava-se em um lago vulcânico. Por causa dessa lenda muitos aventureiros portugueses, franceses, holandeses e irlandeses morreram. (SOUZA, 2009, p. 69).

da rainha Amurians e pela relação com as Amazonas da mitologia grega. Além dos espanhóis e portugueses, holandeses, franceses e ingleses também visitaram essas paragens, deixando os índios em estado de alerta pelas notícias que corriam sobre a presença de outros povos. É importante destacar que havia comunicação intensa entre algumas etnias e, por isso, muitos viajantes foram mortos.

A ocupação do Sul e Sudeste brasileiro promoveu o deslocamento de nações indígenas para o interior e para o norte do Brasil, sendo os Tupinambás a primeira etnia a deslocar-se para a Amazônia, fugindo da ocupação portuguesa. No que diz respeito à fundação e ao desenvolvimento das novas vilas e fazendas fundadas pelos europeus na Região Amazônica, estas dependiam diretamente da utilização da mão de obra escrava e os índios passaram a ser subjugados e transformados em mercadoria: “Os índios eram imprescindíveis à permanência do colonizador branco na Amazônia, pois a exploração do seu trabalho era o fundamento dessa permanência” (RODRIGUES, 2009, p. 77).

A prática do comércio de mão de obra indígena aconteceu também entre as etnias locais que vendiam os vencidos como escravos para os europeus e essas contendas foram utilizadas pelos portugueses para conquistar as terras e subjugar nações inimigas. Assim, souberam valer-se de acordos com os líderes locais ao comprometer-se em não atacar aldeias e protegê-las dos ataques dos demais europeus, desde que os indígenas permitissem a ocupação de parte da região e cedessem guerreiros para compor o exército luso. Esses acordos permitiram a fundação de Belém em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco<sup>5</sup>, e só foi possível com a intermediação dos Tupinambás do Maranhão, que convenceram os Tupinambás do Pará a aceitarem a presença portuguesa em suas terras.

Mas as lutas de resistência dos índios contra os colonizadores não tardaram a acontecer e, entre 1617 e 1659, vários ataques e revídes ocorreram. Em 1617, os Tupinambás atacam São Luís com medo de serem escravizados e Jeronimo de Albuquerque, governador daquela província, promove uma chacina cruel que leva a revolta indígena do Maranhão para o Pará onde o governador, Caldeira Castelo Branco, acaba com o levante dizimando aldeias como a de Iguapé (próxima a Igarapé Mirim) e matando muitos outros, como na aldeia do Caju (onde hoje é o Moju) que era a mais populosa daquele período. Os poucos sobreviventes

---

<sup>5</sup> Segundo Márcio Souza (2009, pp. 90-91) o envio de Castelo Branco tinha o intuito de garantir a expulsão dos europeus e as terras para Portugal, violando o tratado de Tordesilhas, pois pertenceram a Espanha. Com a ajuda dos nativos foi construído o Forte do Presépio e a cidade, a qual deram o nome de Santa Maria de Belém. A região ocupada foi chamada de Feliz Lusitânia em alusão à conquista portuguesa do local.

fugiram para a floresta. Em 1618 os levantes indígenas ficaram mais intensos e o revide português resultou num massacre que destruiu etnias inteiras.

A chegada das missões religiosas em 22 de julho de 1617 fez diminuir as investidas portuguesas contra os índios, mas não conseguiu evitar o massacre dos Tupinambás pelo exército português (que tinha em suas fileiras 400 índios pernambucanos) em resposta ao ataque que essa etnia indígena fez a Belém em 1619. Esse ataque à cidade não ficou impune, pois o Governador-Geral Dom Luís de Souza enviou Bento Maciel Parente para acabar com os índios rebeldes e, conforme Souza (2009), “A ordem foi executada com tal requinte que, apenas no ano de 1619, os índios que viviam entre a localidade de Tapuitapera no Maranhão, à boca do Rio Amazonas, foram completamente dizimados” (p. 96). Esse massacre promoveu a retirada de todas as nações indígenas para o interior da região amazônica na tentativa de evitar novos confrontos com os europeus.

Após o massacre contra os índios os portugueses voltaram-se contra os ingleses, franceses e holandeses que uniram suas forças para garantir a posse dos fortes Orange e Nassau. Contudo, o governador de Belém expulsa esses militares e conquista os dois fortes em 1623. Em 21 de março de 1624 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará “Eu El-Rei faço saber aos que este meu Alvará de Regimento virem que eu tenho ora ordenado que o governo do Maranhão se separe do Estado do Brasil sem dependência do governo dele” (SOUZA, 2009, p. 96). Segundo Alencastro (2000)<sup>6</sup> a separação do Estado do Maranhão do Brasil foi por causa das correntes marítimas e dos ventos que impediam a comunicação do Norte com o Sul da colônia brasileira, por isso a divisão permitiria o contato do Norte direto com Portugal, visto que um navio saindo da província do Maranhão chegava a metrópole em 23 dias enquanto demorava dois meses para chegar ao Rio de Janeiro. Assim, a região tornou-se uma colônia separada do Brasil e, no ano seguinte, Pedro Teixeira conquista o último posto de resistência dos ingleses, irlandeses e holandeses garantindo aos portugueses o domínio total essa região.

Os exércitos europeus com participação indígena tornaram-se frequentes nessa Província e os índios aceitavam a participação no exército para se esquivarem de outras tarefas que envolviam o trabalho braçal, consideradas por eles como vergonhosas. Quando submetidos a esse tipo de trabalho, eles resistiam e fugiam para o interior, o que levou à escassez dessa mão de obra e impulsionou os colonos a promoverem as entradas e bandeiras. Pelas leis portuguesas, a permanência dos indígenas nas terras da coroa era considerada

---

<sup>6</sup> Alencastro (2000, p.59) discorre sobre a divisão da colônia por causa dos ventos e correntes marítimas.

concessão e, em troca, os índios deveriam produzir bens e doar parte de seu trabalho para a coroa portuguesa<sup>7</sup>.

A primeira bandeira teve como destino os Tupinambás, sobreviventes do massacre de 1619, que resultou na apreensão de quatrocentos índios distribuídos entre comerciantes, padres, agricultores e exército. A segunda foi direcionada à nação Tapajós com o intuito de fazer troca de escravos desse povo por mercadoria, mas não obteve sucesso, pois essa nação não permitia esse tipo de escambo. A terceira bandeira foi para a nação Pacajá no Vale do Tocantins, mas também foi frustrada pela resistência desse povo.<sup>8</sup>

Os indígenas vindos de outras províncias tiveram um papel fundamental na expulsão dos ingleses, franceses e holandeses dos territórios portugueses. A coroa não permitiu a formação de exércitos indígenas de resistência financiados por outros países com a finalidade de ocupar a Amazônia e garantir essas terras para outras nações. Para tanto, os portugueses buscaram o apoio dos Tupinambás pernambucanos que vieram integrar o exército português e, com isso, em 1625, os holandeses foram expulsos do Forte Manditumba, refugiando-se entre os ingleses no Macapá, e em 1632, os ingleses e holandeses foram também expulsos do Forte Macapá.

Com a restauração do trono português em 1640, o interesse do Império pelas colônias se intensificou, o que levou ao envio de mais colonos para povoar e garantir o domínio da cora portuguesa, bem como garantir a integridade do território imperial com a expulsão de invasores que voltaram a ocupar as terras portuguesas. Assim, em 1646 foi a vez de nova expulsão dos holandeses que deixaram o porto construído entre os rios Mauacaré e Cassiporé<sup>9</sup>.

Em 1652 chegaram os primeiros jesuítas à região e, em 1653, o Padre Vieira desembarca em Belém para ajudar a pacificar os índios pela pedagogia da sujeição, ensinando-os a executar tarefas e, principalmente, a obedecer. O intuito dos jesuítas era fazer, dos índios, católicos fiéis à Igreja e a sua Majestade. A empresa colonial necessitava dos índios civilizados tanto para suprir a necessidade de mão de obra quanto para utilizá-los nas tropas que defendiam a terra das invasões de outros índios e de estrangeiros.

Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização* (1992) aponta os ideais do jesuíta Padre Vieira referentes ao papel que ele desempenhou na Província do Grão-Pará e São Luís de

---

<sup>7</sup> SOUZA, op cit, pp. 104-106; DI PAOLLO, *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*, pp. 64-68.

<sup>8</sup> SOUZA, op. cit, pp. 98-113; DI PAOLLO, op.cit, pp. 68-71.

<sup>9</sup> SOUZA, op.cit, pp. 98-113; DI PAOLLO, op.cit, pp. 72-73.

onde foi expulso, em 1661, por causa dos atritos entre a Igreja e os colonos acerca do cativo indígena. Vieira, o maior defensor da causa indígena, tenta convencer o regente sobre a importância das Missões implantadas no Brasil e para onde pretendia voltar, mas a Lei de 12 de setembro de 1663 põe fim às intenções do inaciano ao fazer a separação entre as atividades espirituais e temporais. Bosi aponta, no *Sermão da Primeira Domingo de Quaresma*, dirigido aos colonos do Maranhão, a tentativa de Vieira em se reconciliar com estes e garantir a presença da Igreja e das Missões. Para tanto, o padre identifica três categorias de índios: os escravos da cidade, que são os que servem aos colonos e foram herdados ou havidos de má-fé e estes devem ter o direito de escolher entre sair ou continuar cativo, sendo que a liberdade seria ir para as aldeias de El-Rei, no caso, missões jesuítas. À segunda categoria, os índios sob o jugo das aldeias de El-Rei, que são entendidos como livres e por isso devem permanecer nas aldeias. Por fim, vem a terceira, a qual pertencia os índios que viviam no sertão sob o jugo de nações inimigas<sup>10</sup>. Para garantir a liberdade indígena o jesuíta defende a escravidão negra e para justificar essa escravidão ele compara o sofrimento dos escravos africanos à Paixão de Cristo, o que faz dos negros um povo privilegiado por padecer na Terra como Cristo.

A moral da cruz-para-os-outros é uma arma reacionária que, através dos séculos, tem legitimado a espoliação do trabalho humano em benefício de uma ordem cruenta. Cedendo à retórica da imolação compensatória Vieira não consegue extrair do seu discurso universalista aquelas consequências que, no nível da práxis, se contraporiam, de fato, aos senhores do engenho. (BOSI, 1992, p. 148)

O papel da Igreja no projeto de escravidão foi preponderante, mas é importante destacar o fato de que muitos teólogos não concordavam com essa prática. Luiz Felipe Alencastro, em *Trato dos Viventes* (2000), destaca a postura de padres antiescravistas como o jesuíta Miguel Garcia, que viveu na Bahia e denunciou a Roma, em 1583, o cativo ilícito de índios e africanos. Jerônimo Cardoso foi outro inaciano que denunciou a Roma as práticas de escravidão tanto em Angola quanto no Brasil. Miguel Garcia e Gonçalo Leite também fizeram oposição contra a escravidão na Bahia por verem nessa prática um entrave no ensino do evangelho. As justificativas dos padres para condenar tal ato não foram recebidas pela Igreja, que se colocou ao lado dos colonos e da realeza. Para o autor, a legitimação do tráfico foi de responsabilidade da Coroa e das atividades dos comerciantes negreiros, porém com a participação da Igreja, principalmente da Companhia de Jesus.

---

<sup>10</sup> SOUZA, op. cit, pp. 113-114; DI PAOLLO, op.cit, 1990, pp. 77-78.

Opondo-se às práticas jesuíticas que desenvolveram as Missões, transformando-as em grandes centros de produção, o colono português caracterizava-se pela propriedade autossuficiente, produzindo para suprir as necessidades dos moradores, sem investir em excedentes em grande quantidade para a comercialização. Isso se deve ao fato de o colono achar o trabalho uma atividade depreciativa, própria para as raças inferiores, e essa apatia acarretou em atraso e no não desenvolvimento das vilas, somados à falta de investimentos da Coroa portuguesa na Região Amazônica, separada do Estado do Brasil desde 1624, e que ficou relegada ao esquecimento por um longo período.

Belém do Pará viveu na sombra da história oficial desde sua fundação até a metade do século XVIII. O abandono político de Lisboa porém não foi total: em 1655 foi elevada à categoria de cidade. Assim sua vida administrativa não decorreu tranquila: seus primeiros cem anos foram constantemente agitados. Mas nesse período incubado de sua história, modelaram-se as relações sociais da estrutura política e econômica dos conquistadores e pelas lutas dos índios em defesa de sua terra e de sua dignidade. (DI PAOLO, 1990, p. 63).

Na contramão da prática do colono e do não investimento do império português, o espírito empreendedor e o investimento maciço da Igreja Católica<sup>11</sup> propiciaram os jesuítas a transformar as missões rapidamente na maior força econômica do vale amazônico, extrapolando as fronteiras e invadindo terras espanholas, o que causou desconforto entre Portugal e Espanha. Nesse momento, os colonos portugueses, aproveitando-se do mal-estar político entre as duas metrópoles, apoiaram as medidas propostas pela coroa para impedir o avanço dos jesuítas pelas terras espanholas e, ao mesmo tempo, garantir a saída destes das terras portuguesas, pois, para a maioria dos colonos, a única forma de expandir os negócios e aumentar a renda seria a retirada dos jesuítas para que a escravidão indígena fosse retomada na produção de cacau, açúcar, farinha e peixes salgados, além da retirada da floresta os produtos exportáveis. A partir do Tratado de Madrid (1750) Portugal centra o interesse pelo Brasil na exploração das minas de ouro e diamantes, além de consolidar suas fronteiras garantidas no Tratado.

Com o governo do Marquês de Pombal (1755-1777) os jesuítas foram expulsos das terras coloniais e foi formulado um projeto de desenvolvimento nacional “numa situação de dependência em relação a outra potência. Iniciativa que levou à reorganização do comércio com a Inglaterra e ao esboço de uma política industrial na metrópole.” (ALENCASTRO,

---

<sup>11</sup>Os jesuítas dominaram o Arquipélago do Marajó e ainda possuem um número expressivo de terras neste local (AZEVEDO, 1999); e sobre a história indígena no período colonial buscar MOREIRA NETO, 1988.

2006 p. 358).<sup>12</sup> A colônia brasileira foi reorganizada por regiões de produção para garantir suas fronteiras e o comércio. No Grão-Pará a Coroa portuguesa tentou implementar a expansão territorial utilizando para isso seus rios como estrada de ligação com Mato Grosso, e à capital paraense coube o monopólio do fornecimento de sal, além de ter seus portos isentos de impostos para o comércio dos escravos vindos da África. Assim, as colônias foram divididas por zonas de produção para potencializar o fornecimento de alimentos e materiais para as minas além de postos de arrecadação de tributos e postos militares nos portos e ao longo dos rios para garantir a segurança e o pagamento de tributos à Coroa. Para isso, era necessário mais mão de obra escrava e as minas necessitavam de maior número de trabalhadores, o que levou à expansão do comércio de escravos nas colônias africanas. Porém, esse comércio não ficou restrito aos portugueses, mas os brasileiros do Sudeste se beneficiavam desse tipo de exploração ao fornecer mão de obra para o Norte e o Nordeste acarretando prejuízo à metrópole. Foi necessário a Portugal tomar atitudes comerciais para controlar esse tipo de exploração por parte dos brasileiros. Para resolver o problema, a metrópole criou duas companhias: a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão (CGGPM), em 1755, e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (CGPP), em 1759. As duas companhias eram responsáveis por fornecer escravos africanos<sup>13</sup> ao Norte e Nordeste a partir da Guiné Bissau.

Indo além das transações comerciais, a CGGPM se apoiou sobre o escravismo africano para fazer a Amazônia passar de uma economia de coleta florestal para uma economia de plantação. Por sua iniciativa, surge a cultura do arroz branco e a plantação regular de cacau e de algodão, até então sobretudo colhidos na floresta. Além disso, desenvolvendo a criação de gado e concedendo empréstimos à Coroa, a CGGPM facilitou o povoamento e a construção de fortes de fronteira na Amazônia e na Guiné Bissau. Desse modo a Coroa Portuguesa pôde consolidar seus territórios no flanco do Império espanhol na América do Sul e na Senegâmbia, onde a presença francesa se tornava cada vez mais forte. (ALENCASTRO, 2006, pp. 358-359)<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> “Dans une situation de dépendance à l’égard d’une autre puissance. Initiative qui conduit à la réorganisation du commerce portugais avec l’Angleterre et à l’ébauche d’une politique industrielle en métropole.” (ALENCASTRO, 2006, p. 358).

<sup>13</sup> Para mais informações buscar SANTOS, 2013. O autor faz um levantamento sobre o tráfico de escravos no Grão-Pará e Maranhão.

<sup>14</sup> C’est donc dans le domaine de l’organisation du travail que sont prises les mesures les plus emblématiques. Sous l’impulsion de la Couronne, deux compagnies de commerce, la “Companhia Geral do Grão Para e Maranhão” (CGGPM) et la “Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba” (CGPP), sont fondées à Lisbonne, respectivement en 1755 et 1759 pour, entre autres, fournir des Africains au nord et au nord-est de l’Amérique portugaise. Dotée du gouvernement du Cap-Vert et de la Guinée- Bissau, la CGGPM devait stimuler, avec l’apport d’esclaves de Bissau, l’agriculture commerciale sur le littoral amazonien. La dimension transatlantique de ses attributions démontre l’insuffisance des analyses qui restreignent l’histoire coloniale du Brésil au territoire colonial brésilien. (ALENCASTRO, 2006, pp. 358-359)

O interesse de Pombal pela região amazônica fez com que enviasse seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador e capitão-geral do Estado do Pará e Maranhão, e uma das decisões do novo governador foi desvincular o Grão-Pará do Maranhão (1772)<sup>15</sup>. Dois anos depois o Maranhão volta a ser vinculado ao Grão-Pará. As atividades do governador entraram em conflito com os interesses dos jesuítas e estes, pelo domínio e relação com os indígenas, causaram problemas ao governo que, incentivado pelos colonos, terminou por expulsá-los das colônias, como já apontamos anteriormente, eles também foram expulsos de Portugal ao serem acusados de promoverem a crise na colônia. As antigas missões foram elevadas a condição de vilas com um “diretor” indicado pela coroa com amplos poderes sobre os índios.

Após a queda de Pombal, as duas companhias cessam suas atividades, a CGGPM, em 1778, e a CGPP, em 1780, passando o comércio de escravos a ser realizado sem o controle de Lisboa, seja pelos negreiros baianos, seja pelos pernambucanos que, além disso, comercializavam tabaco com a Guiné sem autorização e pagamento de impostos à metrópole. Alencastro resume da seguinte forma a estrutura do governo português no século XVIII: “Pode-se, a partir daí, rastrear as reações em cadeia geradas pelas trocas assimétricas que estão nas bases do Império português no século XVIII: a Inglaterra suga Portugal, que suga os colonos do Brasil, estes as aristocracias africanas e estas, enfim, suas comunidades aldeãs.” (ALENCASTRO, 2006, p. 360).<sup>16</sup>

A fuga da família real para o Brasil sob a tutela inglesa é mais uma marca da decadência do Império frente à Europa pelo fato da metrópole colocar a colônia acima dela, caso único na História, e a justificativa para essa inversão é a dependência econômica que Portugal tinha do Brasil. Uma das primeiras decisões da coroa portuguesa foi a invasão a Caiena (1809-1817), capital da Guiana Francesa, como represália à invasão de Portugal pelo exército francês. Nesse período houve o trânsito de ideais da Revolução Francesa e outros movimentos libertários, visto que era para essa colônia que o governo francês enviava seus

---

<sup>15</sup> Segundo Márcio Souza (2009), até 1757 o território português na Amazônia era chamado de Maranhão e Grão-Pará composto por sete capitanias. Dessas, quatro eram de posse de donatários e três pertencentes ao Rei. As quatro primeiras eram: Caetê, Cametá, Joanes (atual Arquipélago do Marajó) e Cumã. As pertencentes ao Rei: Pará, Maranhão e Piauí. O Maranhão e Grão Pará tinham duas cidades Santa Maria de Belém e São Luís do Maranhão. As capitanias reais possuíam também bispado e mais sete vilas, além de lugarejos e freguesias. (pp. 127-128). Francisco Xavier de Mendonça Furtado sugere a divisão da capitania real para que o Estado tivesse maior controle. É criada, então, a Capitania do Rio Negro com a capital em Barcelos, no médio Rio Negro.

<sup>16</sup> “On peut, dès lors, retracer les réactions en chaîne générées par les échanges asymétriques qui sous-tendent l’Empire portugais au XVIII<sup>e</sup> siècle: l’Angleterre ponctionne le Portugal, qui ponctionne les colons du Brésil, et eux-mêmes les aristocraties africaines, et celles-ci, enfin, leurs communautés villageoises.” (ALENCASTRO, 2006, p. 360).

presos políticos. Magda Ricci (2006) defende o ponto de vista de que este contato dos paraenses com os franceses, tanto por via de Caiena quanto pela ida de jovens para estudar em Portugal, deu uma formação política para que se começasse a pensar na Independência do Grão-Pará. Para a colônia foi o momento de expansão e desenvolvimento, já que com a Independência americana e das colônias espanholas os produtos brasileiros tiveram aumento considerável, além disso, as fazendas de gado, de cacau e cana de açúcar já estavam em desenvolvimento. A ascensão da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815) e a Independência ocorrida em 1822 fizeram o Brasil se tornar a única monarquia do novo mundo. Outro fato relevante foi a retirada da Inglaterra, Estados Unidos e outros países do tráfico negreiro, o que liberou os portos africanos para os traficantes que abasteciam o Brasil. O apoio da Inglaterra à Independência do Brasil teve como troca a abertura dos portos brasileiros aos comerciantes ingleses.

### **1.2.1. O período pós-independência no Brasil**

Podemos imaginar o impacto que a Independência do Brasil de 1822, mediada pela Inglaterra, trouxe para Portugal, uma vez que ela havia perdido seu maior fornecedor de capital. Mas a Independência brasileira também foi parcial e trouxe outra situação inusitada: a relação de D. Pedro I com Portugal, visto que ele era imperador do Brasil e herdeiro da Coroa portuguesa, ou seja, o Brasil ainda estava vinculado a Portugal, mesmo depois da Independência. Porém, o imperador abdica do trono brasileiro em prol de D. Pedro II e do português em prol da filha, D. Maria, garantindo o vínculo entre os dois países, por estarem ambos sob a dinastia de Bragança. A tutela inglesa garantiu a manutenção da coroa na primeira metade do século na América e “as negociações triangulares entre Rio de Janeiro, Londres e Lisboa – desembocando no reconhecimento da Independência (tratado luso-brasileiro de 1825), no tratado anglo-brasileiro de proibição do tráfico (1826) e no tratado de comércio entre o Brasil e a Inglaterra (1827) — se completavam em vários níveis” (ALENCASTRO, 2006, p.369).<sup>17</sup> Basta lembrar que com a Independência do Brasil, que custou 1,5 milhão de libras esterlinas emprestadas de um banco inglês para pagar como

---

<sup>17</sup> Affichant ses liens avec les dynasties européennes et son statut de seule monarchie américaine – alliée de la “politique européenne” contre la “politique américaine” (républicaine) –, la stratégie de Pedro I<sup>er</sup> (1822-1831), des régences (1831-1840) et de Pedro II (1840- 1889) consistait à tergiverser devant les pressions britanniques pour apparaître aux oligarchies régionales comme leur mandataire privilégié auprès des autres monarchies européennes. Cet équilibre pervers assura le maintien de la couronne impériale durant la première moitié du siècle. D’autant que la politique de temporisation avec l’Angleterre comportait d’importants enjeux économiques. En fait, les négociations triangulaires entre Rio de Janeiro, Londres et Lisbonne – débouchant sur la reconnaissance de l’indépendance (traité luso-brésilien de 1825), traité anglo-brésilien d’interdiction de la traite (1826) et traité de commerce entre le Brésil et l’Angleterre (1827) – se complétaient à plusieurs niveaux. (ALENCASTRO, 2006, p.369).

indenização a Portugal, o governo britânico passa, então, a controlar o comércio do Brasil. Por outro lado, Alencastro (2006) identifica que o crescimento da agricultura brasileira se deve a ampliação do comércio com a Europa e África por via da Inglaterra que fornecia ao Brasil mercadorias para serem comercializadas nas colônias portuguesas africanas e, para que os navios não voltassem vazios, que seria um prejuízo, os comerciantes brasileiros compravam escravos para serem vendidos na América. A Inglaterra tinha privilégios sobre os acordos assinados após a Independência do Brasil.

Foi nesse período que o Brasil começou a buscar escravos em Moçambique ao levar mercadorias inglesas e brasileiras para este país. “É o que nós temos chamado, noutra lugar, de “atlantização de Moçambique” (ALENCASTRO, 2006, p. 364)<sup>18</sup>. Atuando em grande escala, o tráfico brasileiro se torna majoritário na primeira metade do século XIX. Para o autor, o Brasil teve um único ciclo econômico: o do tráfico negreiro. E os demais (açúcar, ouro, café) derivam dele.

### 1.3 PERÍODO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

O ciclo africano do império português se intensificará no final do século XIX e consolidar-se no século XX com o Estado Novo Português iniciado com Salazar e que termina com a Revolução dos Cravos e a queda de Marcelo Caetano.

A ocupação europeia do continente africano, ocorrida na segunda metade do século XIX, é apontada por Mira como “resultado da ideologia imperialista que exprimiu a crescente interdependência entre as nações europeias e projectaram no mundo as suas rivalidades, com um novo nacionalismo europeu desde a unificação da Itália (1860) e da Alemanha (1871).” (2010, p. 356). As crises financeiras e o excedente populacional promoveram um interesse maior da Europa em relação à África, ao enviar levas de colonos para explorar suas colônias e assim fornecer matéria prima fomentando a produção agrícola e a exploração de minas. Portugal tem, então, um novo olhar em relação a suas colônias promovido a partir de dois movimentos: as Conferências em Berlim (1885-1886) e o *Ultimatum* britânico em 1890. As conferências terminaram na partilha da África intensificando a ocupação do continente resultando muitas vezes em guerra com a população local e entre os próprios europeus pela dominação dos espaços. Em relação ao *Ultimatum*, este promoveu no governo português o acirramento da ideologia imperial ultramarina que levou ao isolamento do Estado português frente aos demais países europeus.

---

<sup>18</sup>C'est ce que nous avons appelé ailleurs d'“atlantisation du Mozambique” (ALENCASTRO, 2006, p.364).

Para a Europa, a questão econômica foi o fator que mais pesou na partilha da África, visto que as colônias permitiram a abertura dos mercados pela produção de matérias-primas que, conforme Mira (2010) dividiu a África em três conjuntos econômicos: “a parte meridional concentrou investimentos elevados no sector mineiro e nos caminhos-de-ferro; a zona este tinha investimentos dispersos em plantações; o oeste era o parente pobre.” (p. 357). Enquanto os franceses investiam capital público em infraestrutura, os ingleses deixaram os investimentos com a iniciativa privada interessada nas minas que trouxe consigo as missões religiosas, agricultores, exploradores, degredados, além de funcionários coloniais. A república portuguesa inicia a ocupação mais efetiva de suas colônias somente no início do século XX e leva as colônias a reivindicarem a sua Independência resultante da

[...] actividade de uma burguesia comercial portuguesa que há muito mantinha relações com as colónias africanas iria proporcionar o desenvolvimento dessas “campanhas” e o conseqüente aparecimento de uma elite militar e governativa que, juntamente com uma burguesia local (ainda que em velado conflito), estaria na origem do desenvolvimento de projectos para as colónias durante o final da monarquia, na República e no início do Estado Novo. (RIBEIRO 2004, pp. 100-101).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, houve nova partilha da África para redistribuir as colônias Alemãs (Tratado de Versalhes de 1919) entre a França e a Inglaterra. É importante destacar que, para esta guerra, foram mobilizados muitos africanos deslocados para a Europa para lutarem contra os alemães e em algumas partes do continente africano houve batalhas contra os alemães como ocorreu no Norte de Moçambique, que fazia fronteira com uma colônia alemã. Após o primeiro conflito mundial, a Inglaterra passa a ser a maior potência colonial no continente africano seguida de França e Portugal. Enquanto os franceses utilizavam a política de associação e os portugueses do luso-tropicalismo, a Inglaterra fazia a colonização indireta nas suas terras africanas.

É certo que houve resistência no período de ocupação dos territórios africanos, que Mira delimita entre 1880 e 1930, resultante dos choques sociais econômicos, religiosos, além das epidemias e da destruição do espaço ecológico. “Na África negra, no seguimento das guerras de conquista e a ocupação colonial, a insubmissão e a resistência africana tornam-se um fenómeno generalizado, difuso e contínuo, adaptando formas que variavam em função das motivações e da capacidade dos actores envolvidos” (MIRA, 2010, p. 361). A primeira forma de resistência foi a recusa dos locais em executar os trabalhos forçados, em plantar as culturas obrigatórias, além do não pagamento de impostos. Entre as guerras de resistência o autor cita a dos Zulus, na África do Sul, que levou à interdição da venda de armas pela

Convenção de Bruxelas. Contudo, pelo levantamento feito por Borges Coelho<sup>19</sup>, nas colônias portuguesas continuaram a distribuição de armas para os locais com o intuito de defender o território colonial ou para que uma dada etnia, que tinha acordos com os colonizadores, pudesse subjugar as demais, na velha máxima do “dividir para governar”. Também houve a criação de grupos armados com o propósito de aplicar a justiça aos colonizadores. “Mapondera em Moçambique, Mandu em Angola, Kasonga Niembo e Kimfu no Congo, criaram grupos armados que pilhavam e misturavam o crime com a aplicação da justiça.” (MIRA, 2010, p. 362). Em Moçambique, no ano de 1899, houve o reagrupamento de etnias e de nações que se levantaram contra a exploração, desapropriação e pilhagem das terras feitas pela Companhia da Zambézia que, por sua vez, resistiu com armas e derrotou o levante. Calafate Ribeiro (2004) também destaca que nos vinte anos de ocupação dos territórios de Moçambique, Guiné e Angola, muitas guerras aconteceram para defender a soberania portuguesa. Mas a mais célebre delas foi a derrota de Gungunhana, que demonstrou a intenção de Portugal em manter suas colônias em África a todo custo.

Outra forma de resistência da população foi em relação à religião. As de cariz africano usavam seus líderes religiosos para instigar a população contra o colonizador, já o Islã, segundo Mira, colocou-se ao lado do colonizador. Foram as missões protestantes, contudo, que tiveram um papel relevante nas colônias, visto que uma das pregações que se fazia era na contramão do conformismo e submissão católica ao colonialismo, tanto que em Angola, os principais grupos de resistência tinham uma forte ligação com as igrejas que cediam seu espaço físico para as reuniões políticas, além de darem apoio aos grupos revolucionários<sup>20</sup>. As missões protestantes ofereciam escolas para formar os nativos e enviavam alguns para formação no ensino superior na Europa ou na América e o Brasil recebeu alguns desses alunos. A Igreja Católica também implantou um sistema escolar que permitiu a formação de alguns africanos e selecionava pouquíssimos para enviar para as universidades europeias. A saída desses jovens contribuiu na formação e organização de grupos políticos tanto na Europa quanto na América.

Em Portugal foi formada a casa do estudante do ultramar que recebia jovens vindos de suas colônias para terem formação superior e o fato de ter todos reunidos nesse espaço facilitava o controle e a vigilância desses estudantes. É certo que esses grupos foram responsáveis pela formação ideológica e o início da organização dos grupos de resistência,

---

<sup>19</sup> COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta”. In: *Lusotopie*, 2003a. Páginas 175-193.

<sup>20</sup> MESSIANT, 1994 e PAREDES, 2010 têm estudos importantes sobre a influência protestante nos grupos armados em Angola.

como foi o caso de Edward Mondlane, José Craveirinha, Samora Machel e muitos outros. Foi a partir da saída desses jovens do continente africano que muitos levantes foram formados oriundos de outros movimentos negros como o Pan-africanismo de William du Bois (1868-1963) e a negritude de Aimé Césaire.

Logo no 1º Congresso Pan-Africanista de Paris em 1919, organizado por Du Bois, reivindicou-se um plano gradual que conduziria à Independência das colônias e à aplicação dos direitos civis aos Negros americanos, o que apenas foi sancionado em 1964 pelo congresso americano. Este movimento político cultural não se limita unicamente a África, quer incluir os negros do mundo inteiro na luta contra a discriminação racial e por melhores condições de vida. (MIRA, 2010 p. 365).

Com o salazarismo (1933-1974) Portugal fecha-se em si mesmo como forma de proteger-se da Europa e garantir sua soberania promovendo a centralização da economia e administração das colônias na metrópole. O Estado Novo português consegue trazer o mundo católico a seu favor e promove o nacionalismo com apelo às tradições e à história das conquistas portuguesas ao lembrar o grande império que foi Portugal pautado nos valores morais católicos, na ordem e na unidade nacional.

É certo que o governo português readaptava o modelo colonialista em África por pressão dos demais países europeus, sem, contudo, mudar sua essência, que era a expropriação. As principais justificativas do modelo colonial português eram: a missão de colonizar e civilizar; a superioridade do homem branco em relação ao indígena e ao negro; o direito histórico à ocupação e manutenção das colônias em resposta à conspiração das superpotências; e a convicção de que defender as colônias significava o mesmo que defender a soberania nacional. Assim, no final do século XIX, as colônias portuguesas na África eram a garantia de comércio com o estrangeiro, um potencial espaço para envio do excedente populacional de Portugal, um recurso para a obtenção de receita em tempos de crise. Além disso, Portugal tinha dependência econômica em relação às colônias, visto que não possuía qualquer política de desenvolvimento nos setores industriais e agrícolas na metrópole. Como é possível observar, o modelo colonial português para o continente africano é bastante semelhante ao implementado no Brasil, que também foi de exploração da terra dando privilégio aos colonos portugueses tanto no uso da terra quanto no comércio, além dos impostos altos infligidos aos locais. A colonização europeia tinha por finalidade explorar suas colônias como fornecedoras de matéria-prima para o mercado industrial europeu. A esse respeito, Fanon afirma que não houve melhorias na colônia e que os colonizados foram usados como mão de obra para suprir as necessidades do mercado.

Desenvolvendo os conhecimentos técnicos em contato com as máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, entrando no circuito dinâmico da produção industrial, reencontramos homens de regiões distantes no quadro de concentração dos capitais, portanto dos locais de trabalho, descobrindo a cadeia de montagem, a equipe, o ‘tempo’ de produção, isto é, o rendimento à hora, o oprimido constata, escandalizado, que o racismo e o desprezo se mantêm. (FANON, 1968, p. 46)

A insatisfação pela exploração do trabalho e a tomada de consciência política promoveram o movimento anticolonial que desencadeou na produção de textos de resistência que culminaram no quadro teórico dos estudos pós-coloniais. Mais do que uma marca temporal, esses estudos surgem a partir da necessidade de uma visão crítica sobre a história colonial do Ocidente ao desconstruir a história colonial com a construção da memória e história local. Segundo Calafate Ribeiro, os estudos pós-coloniais têm origem no descontentamento das elites intelectuais diaspóricas em relação com os rumos políticos de seus países de origem. Os novos governos corruptos não trouxeram as mudanças sociais e econômicas sonhadas com a libertação. Essa insatisfação resultou na análise crítica da história do colonialismo, da releitura do movimento anticolonial e os efeitos dessas atuações no período contemporâneo das antigas colônias portuguesas América do Sul, na Ásia e na África.

Historicamente localizada, essa crítica problematiza o processo histórico de colonização empreendida pela Europa nos demais continentes e efetua a leitura à contrapelo. Calafate Ribeiro destaca também as diferentes práticas coloniais estabelecidas pelos europeus em relação ao colonizado: enquanto franceses e portugueses tinham como prática a homogeneização dos territórios e população pela prática da assimilação para “tornar o ‘outro’ num ‘eu’, anulando-o, desfigurando-o, desidentificando-o.” (RIBEIRO, 2004, p.18) o imperialismo britânico, por sua vez, optou pelo princípio da heterogeneidade, catalogando o “outro” como “outro”.

A Segunda Guerra Mundial transformou a geografia europeia e novamente a africana. A Europa foi dividida entre socialistas e capitalistas e as colônias africanas iniciaram os movimentos de emancipação e descolonização matendo o vínculo comercial com suas antigas metrópoles. Portugal, porém, manteve sua política ultramarina e intensificou a desapropriação das terras para os colonos portugueses. Assim, na primeira metade do século XX, a defesa da “África portuguesa” passou a ser a pauta principal do governo português, que passa a promover campanhas de ocupação dessa colônia a partir de investimentos estrangeiros e o envio cada vez maior de portugueses para explorarem a terra.

A preocupação do governo salazarista em relação às colônias de Ultramar intensificou-se em 1956, ao estender as atividades da PIDE ao ultramar e enviar oficiais portugueses para a Inglaterra com o objetivo de aprender com os ingleses as estratégias empreendidas por eles nas colônias da Malásia e do Quênia, bem como enviar oficiais para a Argélia na intenção de se inteirar da estratégia francesa. (CABAÇO, 2009, p. 244). Entre as estratégias aprendidas e trazidas para Portugal estava a Ação Psicológica, que seria a conquista da população por ações psicossociais que consistiam na conquista da simpatia e do apoio da população; desmoralizar os guerrilheiros com a diminuição de sua capacidade de combate; incentivar as tropas portuguesas a ações humanitárias para contrapor a ações brutais.

No período pós-guerra as elites africanas introduziram o discurso da identidade africana pautada na cultura e no território introduzindo os ideais de Independência e a forma de resistência foi a utilização de novas estratégias como instrumento de luta, tais como: “sindicatos, partidos políticos, movimentos populares urbanos e mineiros, campanhas de petições, greves, guerrilhas –abrindo a via decisiva da emancipação directa em direção à Independência.” (MIRA, 2010, p. 366).

É certo que em Portugal a formação de partidos políticos e sindicatos era proibida levando-os à clandestinidade, sendo as reuniões realizadas nos salões das igrejas protestantes (Metodista, Batista e Presbiteriana) de onde saíram os principais grupos de resistência. O esporte foi outra estratégia para agregar novos defensores da causa. Luandino Vieira, por exemplo, usava o futebol como agregador e divulgador dos ideais de Independência. Amílcar Cabral fundou o partido pela Independência de Cabo Verde e Guiné a partir da Associação de Desporto. Contudo, em Angola não foi possível unir os movimentos separatistas em um único movimento para libertar o país, visto que a questão étnica era muito forte. Assim, o Movimento para Libertação de Angola (MPLA, sem uma data precisa de fundação) foi dirigido por Mário de Andrade, enquanto o Nacional de Libertação de Angola (FNLA, criada em 1962) foi dirigido por Holden Roberto que veio de outro movimento, a União das Populações de Angola (UPA, criada em 1958). Já a União pela Independência Total de Angola (UNITA, criada em 1966), era dirigida por Jonas Savimbi. Em Moçambique houve a união dos diversos grupos nacionalistas que formaram a Frente para a Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO, fundada em 1962).

O Brasil foi visto nesse período como o ideal de liberdade a ser alcançado. Essa visão sobre o Brasil foi construída a partir da leitura de obras literárias como os romances de Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros. Afinal, o Brasil também foi colônia

portuguesa e teve sua Independência no século XIX. Esse olhar sobre o Brasil fez com que ele passasse a ser visto como uma espécie de “irmão mais velho” pelas colônias africanas portuguesas.

A atração pelo Brasil manifesta-se em muito planos, e a literatura exerce um papel fundamental. Destacam-se como alvo de interesse as obras de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo e principalmente Jorge Amado. Por caminhos complicados para fugir do cerco da censura, os livros desses autores atravessavam os mares e eram, no depoimento de muitos dos escritores africanos, devorados com grande ansiedade. (CHAVES, 2005, p. 268).

Segundo a autora, a revista *O Cruzeiro* também teve um importante papel na formação dos escritores africanos nas décadas de 50 e 60 e, além da Literatura e da Imprensa, que aproximava os intelectuais do movimento de libertação, a música popular e o futebol foram utilizados como forma de aproximação dos moradores da periferia que não tinham acesso à alfabetização. Assim, se os intelectuais buscavam a literatura brasileira como arma, a música e também o futebol promoveram a formação ideológica dos moradores da periferia dessas cidades. Em relação aos movimentos literários, o Modernismo foi o que teve maior repercussão em Angola, Moçambique e Cabo Verde, tanto pela proposta de Mário de Andrade – ao resumir o Modernismo como a atualização da inteligência brasileira, estabilidade da consciência nacional e direito permanente à pesquisa – quanto à de Oswald de Andrade com a Antropofagia, que propunha devorar o que vinha de fora e transformar em cultura nacional. Assim, o modernismo foi o movimento deflagrador dos movimentos de valorização da cultura local. Aparecida Santilli nos lembra que essa literatura africana de língua portuguesa foi gestada na África colonial e que os livros produzidos nesse período

[...] quase sempre viveram sua primeira infância como filhos proibidos: às escondidas, na marginalidade. O grosso deles inscreveu seu gênero no exílio, das guerras coloniais. Os primeiros passos foram dificultados. Pouco alcançaram. Até os anos 60, uma ou outra edição, quando houve, sem os alardes e o alcance de praxe. Não fossem as antologias e muita escrita estaria sem registro público, ou no abandono e esquecimento até 1975, o ano primeiro de Angola, Cabo Verde e Moçambique, entre os povos libertados. (SANTILLI, 1985, p. 5)

No que diz respeito às publicações em Moçambique, Santilli destaca o papel da imprensa como a divulgadora das produções literárias e marca o início dessa produção com o jornal *O Africano*, periódico que circulou entre 1908 e 1920, *O Brado Africano*, surgido em 1918, por onde circularam as crônicas e as poesias ainda ligadas à tradição romântica e em 1941 surge o jornal *Itinerários*, com materiais sociais e culturais com pouca publicação literária. Somente no final da década de 40, quando o colonialismo se intensifica no país, *O Brado Africano* começa a receber artigos com manifestações nacionalistas, resistência

cultural, ideais de Independência. É preciso lembrar, no entanto, que a maioria da população moçambicana não era alfabetizada e continuavam com o uso da tradição oral. Portanto, essas manifestações se vinculavam a elite local que tinha acesso a formação escolar.

A estudiosa aponta *O livro da dor* (1925), de João Albasini, como o pioneiro na literatura moçambicana, seguido por *Sonetos* (1943), de Rui de Noronha, e *Poesias de Moçambique* (1951), que são coletâneas de poesias dos alunos moçambicanos residentes na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa. Há, ainda, produções coligidas na revista *Msafo* (1952). No que diz respeito à publicação de livros com manifestações nacionalistas, a autora demarca a produção de Noémia de Souza, Marcelino dos Santos (Kalungano), José Craveirinha, Rui Nogar e Orlando Mendes na produção de textos poéticos. Somente a partir de 1949 é que aparece a literatura em prosa e *O Itinerário* passa a publicar contos de Sobral de Campos, Ruy Guerra, Augusto dos Santos Abranches, Vieira Simões, Virgílio Lemos e Ilídio Rocha. A Casa do Estudante do Império, a partir de 1952, lança uma série de produções dos universitários então residentes em Lisboa, entre eles, João Dias com *Godinho e outros contos*, com forte penhor nacionalista que aponta incisivamente a oposição entre colonizador e colonizado, sendo por isso considerada como obra de transição entre “a fase da alvorada nacionalista e a de protesto que iniciaria em 1950” (SANTILLI, 1985, p. 29).

Ainda segundo a estudiosa, é com Luís Bernardo Honwana, com a publicação de *Nós matamos o cão tinoso e outros contos* (1964) que a literatura moçambicana se aproxima da maturidade. Santilli aponta nos textos de Honwana o olhar da criança que aprende a ler a aspereza do mundo seja pela indução, seja pela causalidade e, assim, o autor põe em xeque, além das oposições entre colonizador e colonizado, os conceitos opostos de coragem e medo, temeridade e timidez. A maturidade da literatura moçambicana chega com o romance *Portagem* (1966), de Orlando Mendes, pelo olhar efetivamente moçambicano.

E nesses novos rumos literários a língua portuguesa mescla-se e torna-se um novo registro, “escrita numa língua que já não coincide com a falada em Angola, no Brasil ou em Portugal, começa também a definir-se como instrumento de comunicação de outra cultura emergente que é.” (SANTILLI, 1985, p. 30).

### **1.3.1 Guerra de Libertação**

Na década de 1960 tem início a Guerra de Libertação junto com a pressão internacional para a descolonização. A guerra desencadeada em Moçambique, chamada de Guerra Colonial ou Ultramarina, pelos portugueses, e Guerra de Libertação pelos moçambicanos, teve início com o massacre de Mueda em 16 de junho de 1960, resultante da

represália da administração portuguesa aos camponeses que se reuniam em frente ao posto da administração. Em 25 de setembro de 1964, um grupo de guerrilheiros da FRELIMO ataca o Posto Administrativo do Chai em Cabo Delgado e a luta pela libertação espalha-se pelo Norte de Moçambique. O governo português decide enviar suas tropas para Mueda para dar apoio às suas tropas e eliminar as bases de guerrilha da FRELIMO e, também, por ser a capital dos Macondes e ainda por ser o ponto de convergência das principais vias de acesso que liga o planalto ao mar e a outras regiões do país. Essa investida portuguesa chamada de Operação Águia pretendia desarticular o grupo guerrilheiro, eliminando os membros que se encontravam escondidos no meio da população local e, caso houvesse alguma palhota (casa típica das áreas rurais do país) suspeita de acolher algum “terrorista”, esta deveria ser queimada e o exército tinha autorização para exercer sua autoridade.

Nessa empreitada portuguesa, o Norte de Moçambique vivenciou a luta armada com toda violência, que incluía a destruição de estradas e roças, o uso de minas terrestres, além da violência das tropas portuguesas sobre a população. Outra estratégia utilizada para controlar a população foi a criação dos aldeamentos inspirados na estratégia americana no Vietnã, que tinham como intuito “proteger a população, evitar o contacto com os guerrilheiros (a quem as populações alimentavam e propiciavam campo de recrutamento) e criar polos de desenvolvimento socioeconómico.” (CABAÇO, 2009, p. 246). Esses aldeamentos, implantados em 1966 e em 1968<sup>21</sup>, passam a ser prioridade da estratégia lusa para reduzir o contato da população com os guerrilheiros, evitando, ainda, o recrutamento de jovens para a FRELIMO, além de impedir o fornecimento de alimento aos revoltosos. A população que não estivesse nos aldeamentos era considerada inimiga. Esses espaços eram, na verdade, campos de refugiados com todos os reveses desse tipo de campo, a saber, falta de água, de alimentos, de medicamentos, além de disseminar doenças e promover as rixas entre etnias. O esforço do governo português para formar novos campos objetivava controlar melhor a população.

Os aldeamentos surgem como verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência. A aglomeração de pessoas em números até então inéditos implicou a quebra dos laços com a terra, desde sempre fonte estruturante da coesão comunitária e recurso base da sua reprodução material e cultural, da sua sobrevivência. Afectou gravemente as relações

---

<sup>21</sup> “Em 1968 Marcello Caetano substitui Salazar na direção da política portuguesa e remodela algumas estratégias de guerra. De facto, no curto espaço de três anos, uma direcção militar centralizada em Lisboa foi substituída por direcções militares provinciais fortemente personalizadas e autocentradas. A partir de então deixou de haver implementação padronizada de uma estratégia definida em Lisboa, passando a verificar-se o desenvolvimento de princípios estratégicos comuns produzindo resultados diferenciados devido não só à forte personalidade dos novos comandantes mas também, evidentemente, às condições e circunstâncias concretas prevaletentes em cada uma das três frentes”. (BORGES COELHO, 2003a, pp. 183-184).

políticas e familiares cuja lógica sempre assentara no território; criou problemas de acesso aos recursos, sobretudo de terra e água; estabeleceu terreno fértil para a irrupção de surtos de doenças. (BORGES COELHO, 2003a, p. 179).

Outra situação limite dos aldeamentos foi a pressão sofrida pela população por parte dos militares portugueses para que denunciasses integrantes da FRELIMO que se infiltravam nesses locais a fim de convencer jovens a alistarem-se na frente nacionalista, por outro lado, os aldeados que denunciasses os integrantes da FRELIMO sofriam represália por parte do movimento. “Não tinham, de facto, nem saída nem futuro, e neste sentido, a sociedade que se constituía nestas aldeias era uma sociedade ‘bloqueada’, em que os cada vez mais escassos recursos eram disputados pelos seus segmentos de forma cada vez mais violenta.” (BORGES COELHO, 2003a, p. 180). É importante salientar o fato de os aldeamentos estarem localizados no Norte do país, longe da população branca que ocupava a Beira, no Centro e da capital, Lourenço Marques (hoje Maputo), localizada no Sul de Moçambique.

De 1967 a 1968 houve crescimento da mobilização do movimento de libertação junto à população do Tete que deixou a população branca em alerta. Essa mobilização levou o general português Arriaga a tentar uma operação chamada “Nó Górdio” com três frentes de ataque no planalto Maconde, onde se instalava a FRELIMO. O ataque não obteve sucesso, pois a população das aldeias e os membros da resistência moçambicana retiraram-se para as matas. Como retaliação a essa investida portuguesa, a Frente de Libertação avança contra a barragem de Cahora Bassa, que estava em construção com o objetivo de fornecer energia elétrica a África do Sul, água para irrigação das terras dos colonos portugueses, além de se tornar um obstáculo ao avanço da guerrilha. As tropas portuguesas tentaram impedir esse avanço, mas não conseguiram. A FRELIMO, com os constantes ataques, dificultava o andamento da construção protegida pelo exército português, mas as estratégias dos guerrilheiros eram eficazes, pois faziam assaltos à via férrea Beira-Moatize por onde vinham os equipamentos e materiais utilizados para a construção de Cahora Bassa, inviabilizando, assim, a empreitada lusa. A insatisfação da população local em relação às práticas coloniais levou ao sucesso da mobilização da FRELIMO, que passou a controlar as estradas e aldeias no Norte do país. Essa postura da população se deve ao estado de exceção que vivia e a forma que tinha para resistir ao colonialismo era aliando-se à FRELIMO.

### **1.3.2 Período pós-Independência em Moçambique**

A incompetência do governo português e a insatisfação dos militares desaguaram na Revolução dos Cravos, em 1974, que trouxe situações diferenciadas para a metrópole e suas

antigas colônias. Em relação a Portugal, a população guardou silêncio sobre a guerra e a questão colonial que só foi quebrado pela literatura anos depois. Nas antigas colônias, a situação era mais difícil, visto que, além de herdarem um país destruído com alto índice de violência tiveram que lidar com os Grupos Especiais<sup>22</sup>. Esses grupos consistiam em agrupamentos de soldados africanos de uma mesma etnia que tinham autonomia e poder igual ao dos militares portugueses e angariaram a antipatia da população pela violência que usavam na busca pelos guerrilheiros e, após o 25 de Abril, o governo português tentou negociar com Angola, Moçambique e Guiné Bissau uma forma de absorver esses militares ao exército nacional de cada país. Guiné Bissau se posicionou a favor de inclusão dos militares, mas assim que as tropas apresentassem a maioria dos oficiais do batalhão africano que se vinculou ao exército português. Moçambique resistiu em incorporar esse exército ao seu quadro militar pelo ressentimento da população e dos membros da FRELIMO em relação a esse grupo, e pela insegurança que esses militares herdados dos colonizadores representavam nesse início de um novo governo. A opção da FRELIMO foi a de tratar os membros do GE como inimigos internos que seriam punidos e purificados. A purificação era confissão pública com a fixação de suas biografias pessoais comprovando, assim, o arrependimento. Os que se recusavam a fazer isso eram conduzidos aos campos de reeducação. Esses campos eram localizados no Norte do país, o mesmo local dos aldeamentos, marcado como local de punição e degredo, não sendo por acaso que as investidas mais cruéis da RENAMO também ocorreram lá no período da guerra civil. A Independência das colônias africanas portuguesas foi fruto de negociações entre a antiga metrópole e suas colônias – basta ver que a Revolução dos Cravos foi em 1974 e a autonomia efetiva das antigas colônias ocorreu em 1975, portanto, um ano de negociações e acordos – e o legado deixado por Portugal foi difícil de ser conduzido, visto que, segundo Borges Coelho,

Os contextos angolano e moçambicano, a maneira como os acontecimentos evoluíram após as respectivas independências, deixam claro que a extrema militarização induzida pelas autoridades coloniais portuguesas no seu esforço de guerra deixou um legado de contornos ainda não inteiramente circunscritos mas que, pelo seu potencial de violência, constituiu poderoso factor alimentador dos conflitos pós-coloniais. Um potencial geral, criado pela banalização da violência sobretudo no espaço rural, e um potencial específico, como se viu, resultante da criação das tropas especiais

---

<sup>22</sup> São os Grupos Especiais (GE) que foram criados a partir do governo de Marcello Caetano com o intuito de diminuir o envio de soldados portugueses para as frentes de batalha e, por outro lado, os GE conheciam a região melhor que os portugueses a “criação de unidades militares africanas definidas não já em termos auxiliares (na autodefesa das aldeias ou actuando como batedoras ou infiltradas em busca de informações), não já em termos universais (como unidades de cidadãos portugueses chamados a defender a pátria), mas definidas precisamente em termos rácicos, regionais ou étnicos, e actuando operacionalmente de forma semiautónoma ou mesmo autónoma.” (BORGES COELHO, 2003a, p. 184).

africanas. No caso angolano, um legado que alimentou um conflito já em curso; no caso moçambicano, um conflito que ainda se anunciava. Finalmente, no caso guineense, o esmagamento drástico das forças africanas “deixadas” pelo Portugal colonial constituiu ele próprio, em si, um conflito de contornos não inteiramente esclarecidos. (BORGES COELHO, 2003a, p.193).

Rita Chaves (2005) corrobora a afirmação de Coelho no que diz respeito às intervenções da metrópole portuguesa sobre suas colônias, seja na espoliação de suas riquezas naturais, ou na imposição cultural e religiosa. O certo é que a Independência não conseguiu cercear o que o colonialismo impôs por séculos de domínio. Uma das questões que podemos apontar são as fronteiras herdadas das Conferências de Berlim que separavam impérios importantes como o do Congo, por exemplo, e que permaneceram as mesmas após a Independência. Outra questão é a língua oficial das antigas colônias que, na maioria, após a Independência, continuou a ser a do colonizador. Sendo assim, colonizados pelo mesmo país, Brasil e Moçambique vivenciaram tempos históricos diferentes, pois o Brasil torna-se independente de Portugal em 1822 e Moçambique somente em 1975. Vale ainda ressaltar que o Brasil não deflagrou uma guerra contra Portugal para conquistar sua Independência, enquanto Moçambique sofreu por mais de dez anos em uma guerra para alcançá-la, no contexto pós-Independência. No país africano os “efeitos do colonialismo” (aqui chamaremos de herança colonial) ainda permanecem.

Os novos dirigentes continuaram com a mesma postura colonial no que diz respeito a atitudes frente aos nativos no sentido de não conseguirem ou não intencionarem promover mudanças sociais, políticas e financeiras esperadas. Os levantes que ocorreram no Brasil (Cabanagem, Cabanada, Sabinada, Balaiada, Farroupilha) demonstraram a insatisfação com o direcionamento do país após a renúncia de D. Pedro I e o início da Regência, e em alguns casos o levante durou por volta de dez anos e foram todos sufocados pelo exército mercenário do Imperador brasileiro. Em relação ao Pará, o que se almejava era a expulsão dos portugueses e a igualdade de direitos; em Moçambique esperava-se uma reforma semelhante e que não ocorreu, e a insatisfação com o governo socialista trouxe a guerra civil que devastou o país por mais de dez anos. Tanto o processo da ocupação colonial quanto a guerra civil deflagrada após a Independência são fatores que marcaram fundo nessas duas sociedades e estão presentes nas obras literárias produzidas nesses países. O fato de terem um colonizador comum potencializa o diálogo entre as literaturas desses dois países, pois, apesar da distância histórica entre os eventos ocorridos, as práticas coloniais são semelhantes e o resultado devastador para as ex-colônias também o são.

Borges Coelho e Márcio Souza tecem as memórias da guerra civil que continuaram após o colonialismo e os dois autores trabalham no sentido de problematizar a história e de dar à memória o lugar de destaque de suas revelações atribuindo aos rios o lugar, através do qual essas memórias são revisitadas e revistas.

#### 1.4 A RELEITURA DA HISTÓRIA

Entre as várias discussões da releitura da história está o ensaio “Sobre o conceito de História” proposto por Walter Benjamin que escolhemos como aporte para a leitura dos dois romances. No início do texto ele afirma que “o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existe, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 1994, p. 223). Assim, ao dar a voz a esses marginalizados pela história, o historiador impede o retorno das agruras do passado.

Conforme o filósofo alemão há motivos para que um dado instantâneo do passado seja motivo das revisitações do presente e o pensador aponta aí uma espécie de chama redentora vinculada ao passado. Benjamin nos lembra que não devemos conceber o passado como uma realidade estanque, contido nos manuais e que o passado só nos interessa em sua mobilidade. O que garante a importância dos fatos passados é a postura crítica do historiador.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido “A verdade nunca nos escapará” – essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que este presente se sinta visado por ela. (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Na concepção do filósofo é impossível recuperar um fato em si na sua totalidade, uma vez que o passado “só se deixa fixar como imagem que relampeja” e, portanto, é irrecuperável, o que não permite que um fato seja trazido do passado tal como foi. Não há, assim, um retorno linear ao passado em uma leitura crítica da história. O que está em foco é “explodir o *continuum* da história” que está sujeita ao processo da ação do tempo. Para Benjamin, o passado só é “pinçado” num “momento de perigo”. E assim, o passado transforma-se num presente recriado. Para Benjamin, articular historicamente o passado não significa recuperá-lo como ele realmente foi. Significa sim, apropriar-se de uma reminiscência que relampeja em um momento de perigo. Assim, o materialismo histórico deve ter o cuidado de fixar uma imagem do passado na forma como ela se apresenta no momento de perigo afinal “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer.” (BENJAMIN, 1994, pp. 224-225)

Podemos levar esse “privilégio” do historiador para o campo literário no tratamento dado pelos autores na releitura de experiências históricas que relativizam as verdades instituídas e que extrapolam a “visão dos fatos”. Assim, a história é uma construção, na concepção da Nova História, bem como a literatura também o é, então podemos pensar que os romancistas fazem o mesmo movimento de “apropriar-se de uma reminiscência” em um “momento de perigo” para recriar na tessitura do texto ficcional fatos históricos a partir da imaginação. E, assim, no ato de escrever, o romancista faz a junção de dois processos: a releitura histórica junto com a criação literária.

Outro aspecto abordado pelo filósofo é a “ruína” inspirada no anjo de Paul Klee, que tem a seus pés os restos das guerras a se acumularem em tal velocidade que o impedem de agir. A ruína pressupõe resto, aquilo que não tem valor para os vencedores, mas para os vencidos significa o outro lugar do discurso, o da verdade escondida e recalcada. Para Benjamin, a ruína deve estar presente no discurso do materialista histórico a partir do seu olhar crítico. Afinal, até então, a história construída tinha apenas a verdade do vencedor. A perplexidade sobre a consequência do silêncio dos vencidos que sustentam a glória dos vencedores é repensado pelo filósofo a partir do materialismo histórico que vai buscar nesses despojos outras leituras sobre a história. Sob esse novo olhar, as versões históricas, até então incontestáveis, são relativizadas na busca por recontar a versão dos vencidos e, para isso, novas fontes são utilizadas. Assim, o novo olhar da história se deposita sobre um fato histórico permitindo várias interpretações e versões do mesmo.

Nessa nova visão proposta por Benjamin, em que a história e as ruínas formam um novo conjunto, surge um problema, que é o modo de observação dos objetos de pesquisa da histórica que tende a trazer os estilhaços e ruínas para o centro do processo de construção da história. Na concepção do pensador, é recriando “momentos problemáticos do passado” a partir da realidade presente que as interpretações possíveis vão formar os processos de construção e reconstrução de um fato histórico.

O historiador se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças aos acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram traços do messiânico. (BENJAMIN, 1994, p. 232).

Precisamos considerar, novamente, a formação judaica do autor para entendermos o messianismo, como momentos do passado que serão trazidos para o presente de acordo com a necessidade. Assim, o tempo é posto em movimento “espiralar” que não permite que nenhum dado se perca desde que a realidade presente necessite de uma informação distanciada. Como a nossa proposta de tese é analisar dois romances que, a partir da ficção, reescrevem a história, podemos dizer, então, pautados em Benjamin, que os romancistas trazidos para este estudo, ao buscarem os fatos no passado recente ou mais distante, têm como objetivo refletir sobre as consequências destes no presente. É certo que temos a releitura ficcional desse passado que passa pela pesquisa nas duas narrativas, mas isso não dá a elas o estatuto de verdade. O que a literatura faz é ficcionalizar aquilo que poderia ter sido e não foi, ao recriar espaços e personagens que representam as vozes dos que foram silenciados no discurso histórico dos vencedores, narrando as frinchas da história. O que permite esse diálogo são os rastros tão buscados na escrita da história, afinal, a memória é fruto da tensão entre presença e ausência, como nos lembra Gagnebin. A autora aponta a fragilidade da memória e da escrita pelo risco de se apagarem definitivamente. Segundo ela, a ameaça que sofremos hoje é do esquecimento e da denegação. Sendo assim,

Tarefa igualmente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que infelizmente se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

Entramos na questão da transmissão de uma experiência traumática da guerra e Benjamin, em “Experiência e pobreza”, escrito em 1933, discorre sobre a impossibilidade de a guerra ser uma experiência transmissível, por isso os soldados voltavam silenciosos do campo de batalha. “Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos.” (BENJAMIN, 1994, pp. 114-115). A experiência trazida da guerra era desmoralizadora por ser a “experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes.” (BENJAMIN, 1994, p. 115). Posteriormente, em “O narrador”, o filósofo volta a tocar nessa questão ao afirmar já não haver experiência digna de ser intercambiada após a Primeira Guerra Mundial e o que ela trouxe foi a pobreza da técnica que interveio em todos os campos da vida marcando uma nova barbárie.

Em *História e Memória*, (2003) Le Goff reúne alguns dos ensaios que produziu sobre a construção da história a partir da memória. O autor discorre como a crítica histórica redireciona os objetos de pesquisa:

[...] do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (Foucault e Le Goff). Ao mesmo tempo ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia dos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. (Le Goff, 2003, pp. 9-10)

Esta reformulação da História, no que concerne ao objeto de pesquisa, possibilitou novas escolhas do historiador no campo a ser investigado e como bem pontua o autor “toda história deve ser uma história social” (Le Goff, 2003, p.12). O historiador afirma, ainda, que o passado pode ser reconstruído incessantemente, pois, a partir da ampliação do objeto de pesquisa, o passado pode ser revisitado, porém, a visão que se tem sobre ele está vinculada ao tempo em que o historiador vive, afinal, o passado é alcançado a partir do presente.

[...] a constatação de que uma visão de um mesmo passado muda segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive, conduziu tanto ao ceticismo sobre a possibilidade de conhecer o passado quanto a um esforço para eliminar qualquer referência ao presente. (...) com efeito, o interesse do passado está em esclarecer o presente: o passado é atingido a partir do presente (método regressivo de Bloch). (Le Goff, 2003, pp. 13-14)

Como nossa proposta de análise se centra em obras ficcionais que revisitam a história, podemos pensar que a motivação dos dois autores em buscarem este passado é para compreender sobre os problemas atuais de seus países. É certo que a literatura recria o fato histórico e que os ficcionistas não se prendem em documentos. É certo que os autores que escolhemos para esta tese fizeram pesquisas, mas ao trazerem os fatos históricos para o texto ficcional, reinventam esses episódios da história. Além disso, os acontecimentos históricos só têm sentido na literatura ao serem recriadas as vozes dos que foram silenciados pela história organizada, em um tempo e em um espaço recriados e, assim, os registros recalçados podem ser questionados. Márcio Souza, se pauta na pesquisa documental, Borges Coelho, no entanto, lida com a memória individual e coletiva e, sobre esse aspecto, Le Goff, adverte ao historiador de que

Há pelo menos duas histórias (...) a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformadora anacronicamente, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. (...) A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma

doença senão do passado, pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhador? (Le Goff, 2003, p. 29)

A memória coletiva geralmente está ligada a uma identidade social que se mantém instável, afinal, seja pela vontade dos indivíduos envolvidos, ou não, a memória pode ser rasurada, manipuladas ou perdida. Seja como for, ela vai desencadear uma nova configuração social. Outro risco a que a memória coletiva está sujeita é a amnésia:

[...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas ações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. (Le Goff, 12003, p. 245)

Nesse aspecto, o autor estabelece relações entre a memória e o esquecimento (amnésia) que são movimentos que dão sentido à história e podem ser manipuladas por quem for de interesse. Para discutir a manipulação da memória, vamos buscar auxílio em Todorov.

Tzvetan Todorov, que trata das questões da memória resultantes de traumas vividos pela violência no livro *Memória do mal, tentação do bem* (2002) aponta dois processos psíquicos em que o passado e o presente se encontram que são a memória e o esquecimento e, para tanto, levanta a seguinte pergunta: “Será a memória, sempre e necessariamente, uma boa coisa, e o esquecimento uma maldição absoluta? O passado permite compreender melhor o presente, ou, na maioria das vezes, serve para ocultá-lo?” (TODOROV, 2002, p.12). Trazendo esses questionamentos para os romances que vamos analisar e que revisitam criticamente o passado na reconfiguração dos processos históricos pela literatura, parece-nos que os projetos literários de João Paulo Borges Coelho e Márcio Souza, ao se voltarem para o passado próximo ou episódios distantes, partem da necessidade de observação crítica do presente ao revisitarem as imagens sacralizadas do passado, permitindo que o presente e suas necessidades sejam repensados, a partir do *aproveitamento* dos vestígios históricos definidos por Todorov como “utilização do passado *reconhecido e interpretado*, o passado será agora *utilizado*. É assim que procedem as pessoas privadas, que põem o passado a serviço de suas necessidades presentes, mas também os políticos, que relembram fatos passados para alcançar objetivos novos.” (2002, p. 149). O estudioso acentua, porém, que este trabalho deva ser crítico para evitar a “monumentalização” do passado. Todorov estabelece a relação de interação entre a memória e o esquecimento desfazendo a oposição entre eles, “a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos que formam contraste são a supressão (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma

interação dos dois. A reconstituição integral do passado é coisa impossível.” (2002, p. 149). Todorov vê o fato histórico como algo criado, na mesma senda de Benjamin.

O teórico chama a atenção para o risco que se corre ao revisitar o passado histórico de sacralizar ou banalizar a memória, conforme o interesse dos governantes. A sacralização torna um acontecimento único, específico, que não permite relacioná-lo a outro, dado o grau superlativo que se dá a esse evento, como ocorre, por exemplo, na valorização da guerra de libertação em Moçambique como apagamento da guerra civil. Em relação à Independência do Brasil, a história trata esse episódio como um movimento único e glorioso do país que não sofreu qualquer resistência. A relação do Pará com a Independência do Brasil também demonstra o apagamento da Cabanagem, visto que a adesão do Pará consta no calendário dos feriados do Estado enquanto a Cabanagem não. No outro extremo, está a banalização, que seria a transformação de um mal extremo em arma retórica, como ocorre na guerra de libertação em Moçambique, utilizada como arma retórica pelo governo como exemplo de união do povo moçambicano que permitiu a libertação do jugo colonial. Em relação à Cabanagem ocorre a retomada do episódio em alguns discursos de candidatos ao governo estadual que se intitulavam “novos cabanos”. No mais, o evento se reduz às salas de aula, onde o assunto é tratado superficialmente, inclusive nos livros didáticos. A manipulação dos processos da memória e do esquecimento, articulada por interesses políticos ou econômicos, é manejada pela supressão dos vestígios indesejáveis a quem é de interesse que estes vestígios sejam apagados ou usados a seu favor. Todorov alerta sobre o perigo que esse processo pode representar, pois, muitas vezes, o culto à memória pode servir para sacralizar um fato que é de interesse de um determinado governo, reificando a história oficial.

A sacralização do passado o priva de toda eficácia no presente; mas a assimilação pura e simples do passado ao presente nos deixa cegos diante dos dois, e por sua vez provoca a injustiça. Pode parecer estreito o caminho entre sacralização e banalização do passado, entre servir ao seu próprio interesse e fazer exortações morais aos outros; e no entanto ele existe (TODOROV, 2002, p. 207).

As obras de Borges Coelho e Márcio Souza não sacralizam os eventos que são abordados nos romances, mas apresentam, sim, a releitura crítica das versões históricas desses fatos e, ao recriarem o passado, vão na contramão da manipulação desses episódios da história. É preciso ter em mente que a manipulação da memória e do esquecimento são manobras utilizadas tanto por governos totalitários, quanto por governos democráticos que têm como objetivo o controle político e que a memória está vinculada ao poder, sendo que a quem o detém é cabido decidir quais fatos devem ser preservados, divulgados e/ou apagados. Vale lembrar, também, que o esquecimento é uma estratégia política utilizada por governos

democráticos em determinados períodos. Porém, há os recalques e traumas contidos no esquecimento que muitas vezes são tão grandes que até mesmo o poder de oposição, quando assume o governo, tem que ser cauteloso, ao promover a releitura a esse passado devido ao ódio e ao ressentimento acumulados por gerações.

Em suma, Todorov nos lembra da política da memória justa, que é o equilíbrio entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento, a memória seria um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepôr aos processos estruturais pré-estabelecidos. Para tanto, toca em um conceito caro à história que é o conceito de “verdade” relativizada pelo filósofo ao afirmar a existência de uma verdade que, ao invés de adequar o “discurso presente e os fatos passados”, tem a função de “*elucidação* que permite apreender o sentido de um acontecimento” (2002, p. 27).

É importante pensar que na contemporaneidade, a crença na verdade da escrita não se sustenta mais. Tanto a História, quanto a Filosofia e a Literatura, entre outras áreas do conhecimento, se dedicam a repensar os conceitos de memória como representação da verdade. O historiador, ao narrar uma experiência, adota um foco narrativo para recriar o passado dando-lhe vida no presente através da memória. Assim, o texto literário, mesmo sem a autoridade do historiador, pode trazer para o enredo acontecimentos que o discurso histórico não traz, ou quando o faz é superficialmente. Tanto Borges Coelho quanto Márcio Souza optaram por trazer para o texto literário assuntos postos à margem ou silenciados no discurso de construção da nação.

Tanto o Brasil quanto Moçambique se firmaram como Estado-Nação, após a Independência de Portugal, promoveram um conjunto de produções literárias que formaram os sistemas literários<sup>23</sup> como meio de representar as construções socioculturais dessas novas nações, conforme o interesse oficialmente estabelecido. Homi Bhabha (2002) afirma que “as problemáticas fronteiras da modernidade estão encenadas nessas temporalidades ambivalentes do espaço-nação. A linguagem da cultura e da comunidade equilibra-se nas fissuras do presente, tornando-se as figuras retóricas de um passado nacional.” (p.202) Neste aspecto, *As duas sombras do rio* e *Lealdade* surgem como questionamento da tradição literária e histórica, por trazerem os registros das memórias dos eventos postos à margem da história oficialmente organizada. Para Pollak, “*a priori*, a memória é um fenômeno

---

<sup>23</sup> Sistema Literário conforme Antonio Candido na introdução do livro *Formação d Literatura Brasileira* (1963). O teórico defende que um sistema literário se forma por um conjunto de produtores literários mais ou menos consciente do seu papel; um conjunto de receptores formado por diferentes tipos de público; um mecanismo de transmissão (linguagem traduzida em estilo). Esses três elementos fazem a comunicação literária que forma a tradição passando o estilo de um autor ao outro, mesmo que seja para negá-lo.

individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.” (1992, p.201) e pode estar sujeita a falhas, a silenciamentos, mas que também, ao ser comum a um grupo, ela é “uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que é diferente dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e fronteiras sócio-culturais” (1989, p. 3). O autor chama a atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a separação entre a memória oficial e dominante, e “memórias subterrâneas”. Esta última é marcada pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. São as lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional. Para Pollak há outra instância de memória que precisa ser identificada: a memória herdada resultante de “acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.” (1992, p. 201). No tratamento dado à memória, chama a atenção os estudos que privilegia os excluídos, os marginalizados, “as memórias subterrâneas” que “se opõem à ‘Memória Oficial’, no caso a memória nacional” (1989, p. 4). Essas memórias subterrâneas, subvertem o silêncio e afloram em momentos de crise e, assim, a “memória subterrânea” entra em disputa com a “Memória Oficial”. É importante lembrar, que a memória é seletiva e, portanto, nem tudo fica gravado, ela é também herdada e construída e, por isso, “um elemento constituinte do sentido de identidade” (1992 p. 205) Podemos trazer essa construção para a Literatura visto que, como afirmamos anteriormente, ela ajuda a construir a ideia de nação e de identidade. Nesse sentido, Bhabha nos lembra que:

O estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções da “alteridade”. Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteiras e divisas – possam ter o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial. (BHABHA, 2002, p33)

Os dois romances em análise, ao rasurarem a narrativa oficial desconstruindo o discurso estabelecido, atuam como uma contranarrativa e potencializam a disputa entre as memórias dos excluídos e a “Memória Oficial”. Conforme Bhabha (2002) “as contranarrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais ‘comunidades imaginadas’ recebem identidades essencialistas. (p. 211). Na contramão da manobra ideológica e do enquadramento da memória (como Pollak identifica o manuseio da memória) os romances que trouxemos para esta tese, são também

identificados como sendo de resistência e, como tal, precisam abordar assuntos que podem chocar o leitor pela desvelamento da violência.

Segundo Karl Erik Schøllhammer (2013) se a literatura traz a temática da violência é porque a literatura utiliza a violência como o limite da comunicação, especialmente pelo fato de que o diálogo é impossível em situações limites. Assim, posta a nu, a violência pode promover o início de uma comunicação.

Quando a violência se articula na fronteira da capacidade expressiva da linguagem e quando a transgressão desse limite é idêntica à capacidade de ressimbolizar aquilo que foi excluído pela lei do discurso, inicia-se uma comunicação poética entre o real e o ficcional, entre o verdadeiro e o falso, entre o representado e o imaginado, entre o universal e o particular e entre o público e o privado. (SCHØLLHAMMER, 2013, pp. 125-126)

Em *As duas sombras do rio*, Borges Coelho utiliza essa estratégia no discurso literário, visto que opta em não descrever as batalhas e nem os corpos esfacelados, mas a violência se revela nas entrelinhas da escrita e na descrição da fuga desesperada dos moradores do Zumbo para a Feira pelo Rio Aruãnga. Nesse processo, o ataque dos jacarés, por exemplo, assemelha-se ao ataque dos guerrilheiros. Os constantes recuos que o narrador faz para ter acesso ao passado revelam as violências sofridas pela população seja pela vinda dos colonizadores, seja pela chegada dos padres, quanto pela saída dos navios negreiros, demonstra que a violência sempre esteve presente naquele espaço de maneira constitutiva. O papel do romancista, neste caso, é falar sobre essa violência para que outras não venham ocupar esse espaço novamente.

Em relação a *Lealdade*, havia a necessidade da escrita desse período, mas uma escrita que buscasse também a dimensão histórica desde a ocupação do Norte tanto pelos espanhóis, quanto pelos portugueses, holandeses, franceses, ingleses e irlandeses. Todas essas ocupações foram violentas e depois chegaram os jesuítas que também impuseram o trabalho obrigatório, destruíram tradições e desmontaram aldeias inteiras em nome de Cristo. Um dos episódios mais terríveis que ocorreu no período anterior a Cabanagem foi a morte de 255 paraenses a bordo do Brigue<sup>24</sup> Palhaço e o autor não economiza nas tintas para falar desse episódio que faz parte da história da Adesão do Pará a Independência do Brasil. Nesse sentido “Comunicar a violência é como tentar superar o silêncio da não comunicação violenta, ou seja, aquele instante em que as palavras cedem e abrem lugar para a violência.

---

<sup>24</sup>“É uma embarcação que estrutura suas velas na forma de três mastros. O ordenamento dessa equipagem é expressão da revolução espetacular sucedida entre os séculos XV e XVI. Aliada à descoberta do telescópio, da bússola, do quadrante e do astrolábio, a arte da navegação deu um salto significativo e encurtou as distâncias que separavam o continente europeu do resto do mundo.” SANTOS NETO, (2013, p. 3).

Comunicar a violência é uma maneira não de divulgar a violência, mas de ressimbolizá-la e de reverbilizá-la.” (SCHØLLHAMMER, 2013, p. 128-129) Conforme Seligmann-Silva(2005) “a catástrofe dificulta, ou impede a representação”, pois “a catástrofe é, por definição, um evento que provoca um ‘trauma’, outra palavra grega, quer dizer ‘ferimento’” (p.84). O trauma desses dois eventos representados pela violência extrema precisa ser trazido à luz para que se compreenda a necessidade de narrar essas guerras.

O percurso espacial que João Paulo Borges Coelho faz em suas obras demonstra a necessidade de percorrer o país pela literatura ocupando o espaço geográfico, o tempo e a memória, como o autor confessa em entrevista: “sempre me interessaram os mistérios que essas coordenadas de espaço e tempo escondem.” (SANTOS, 2011, p. 109). É relevante apontar que o projeto literário do autor é dar a voz aos calados para que sejam ouvidos permitindo novas leituras da história “a contrapelo” da versão oficial.

No que diz respeito a nossa proposta de tese, as revisitações que o autor faz no romance *As duas sombras do Rio* do espaço, do tempo e da memória, utilizando para isso os rios, demonstra uma abordagem contra a história oficial que, como já afirmamos, não põs em relevo as consequências da guerra civil para aquela população moçambicana e João Paulo Borges Coelho, ao dar destaque à região do Zumbo, periférica, fronteiriça, localizada no Norte do país, faz esse movimento de resistência e releitura.

O romance chama a atenção pela forma como é composto, visto que traz um narrador em terceira pessoa, estratégia pouco utilizada nas produções atuais, e a composição textual deslizar entre a escrita da História e a escrita Literária. Suzana Ramos Ventura destaca o vínculo estreito do romance com a antropologia e a história, apontando para a estratégia do autor em remontar a um passado próximo para “mapear as trajetórias humanas de um grupo que acaba de passar por uma guerra que talvez necessite ser compreendida para que se possa almejar um devir histórico humano mais promissor.” (2009, p. 51). A antropologia se faz presente pela narrativa do cotidiano desses moradores e a sociologia também comparece para auxiliar nessa escrita visto que este romance pode ser definido como “documento social e registro antropológico, linguístico e de costumes.” (2009, p. 52).

Carmen Tindó Secco identifica no romance a desconstrução da história como sucessão de acontecimentos ao contrapor diferentes pontos de vista das personagens em relação ao enfoque histórico do romance, vinculando esta estratégia a Nova História pela utilização dos mitos, da subjetividade, da memória, dos relatos e das revisitações ao passado permeados pelo silêncio, lacunas e fragmentos que resistiram aos séculos. Essa aproximação

se dá a partir da junção dos relatos das histórias individuais desses moradores das margens desses rios e “a individualidade de cada ser, é, também, uma construção coletiva histórico-social.” (2009, p. 120).

O romance desliza, certamente, entre o registro literário e o histórico e, no ponto de vista de Roberta Guimarães Franco, trata-se de um “projeto interdisciplinar” extrapolando a relação entre literatura e história por abarcar geografia e outras áreas do conhecimento. Então, pelo exposto por Ventura, Tindó e Franco, a narrativa de Coelho desfaz as fronteiras entre as disciplinas que permite ampliar os olhares sobre esse evento tão traumático que foi a guerra. Rita Chaves indica neste romance novos caminhos para a literatura moçambicana a começar pela escolha espacial, visto que Coelho se desloca da zona de conforto do Centro e do Sul do país para o Norte. Além disso, o narrador reforça os laços entre literatura e história que são construídos com dados externos a estrutura romanesca, como

[...] a referência a lugares (Tete, Zambeze, Zumbo, Kanyemba, etc), a personagem histórica (como Frei Pedro da Santíssima Trindade, Choutama, Chissaka e Caetano Pereira), bem como datas históricas como 1820 e 16 de outubro de 1985, se, por um lado, sugerem a veracidade do que se conta, por outro lado, o modo como aparecem organizados sustenta a verossimilhança do enredo e assegura densidade à matéria narrada. (CHAVES, 2008, p. 192)

Diante do lugar ocupado pela Amazônia no espaço brasileiro, com as especificidades e diversidades dessa região, que também não é homogênea, Márcio Souza tem consciência do poder da palavra que já no período colonial relegou essa região à periferia. É através de uma escrita questionadora, passada em revista o apagamento dos eventos ocorridos na Amazônia por parte dos discursos historicamente construídos, que o autor inicia o trabalho de criar, literariamente, o espaço amazônico para reconstruir a memória da ocupação dessa região durante o período colonial e pós-Independência. Segundo ele,

Não podemos esquecer que, na origem, a Amazônia não pertencia ao Brasil. Na verdade, os portugueses tinham duas colônias na América do Sul, uma descoberta por Cabral em 1500, governada pelo vice-rei do Brasil, a outra, o Grão-Pará e Rio Negro, descoberta por Vicente Iañes Pinzon em 1498, logo após a terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o rio Amazonas de mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630. Esses dois Estados se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexar o seu vizinho. A violência era naquela altura a única via possível, tão diferentes eram as estratégias, a cultura e a economia dessas duas colônias. (SOUZA, 2002, p. 31-32).

Assim, a releitura dos episódios históricos do século XIX e início do século XX que impactaram essa região é um dos temas centrais da escrita do autor brasileiro.

Diferente do escritor moçambicano, que através da escrita literária ocupa todas as regiões do país, Márcio Souza sai da Amazônia em alguns romances retornando a ela na última produção e sua escrita é comprometida com este espaço fazendo, assim, o duplo movimento de regionalização e universalização da sua proposta estética. É importante destacar o posicionamento do autor em relação à questão da literatura amazônica postada em sua página pessoal:

Não há literatura amazônica [...]o que há é uma literatura que se escreve na Amazônia, e que faz parte — quando merece —do corpus da Literatura Brasileira. [...] A literatura colonial nos legou uma forma determinada de expressar a região, particularmente curiosa e assustadoramente viva. Perdendo a agressividade, essa literatura repete-se hoje de maneira conformista e mistificadora. O espírito simulador da literatura colonial legou o velho e gasto conceito da “Amazônia, celeiro do mundo”. Sua permanência é hoje a comemoração do assalto indiscriminado do meio ambiente, da transformação da grande hiléia em deserto pela retórica verga e espinha para os interesses econômicos internacionais. (SOUZA, publicação em página pessoal<sup>25</sup>).

Em relação à tessitura do romance, Sarmiento-Pantoja, Esteves e Mesquita apontam para o diálogo que o autor estabelece em relação a Érico Veríssimo, mas com uma proposta diferenciada, afinal o autor gaúcho exalta a *Farroupilha* como um episódio grandioso e Márcio Souza, em relação à Cabanagem, narra a frustração de um sonho não realizado. Além desse intertexto, outro apontado por Esteves e Mesquita é a homenagem a Alejo Carpentier com personagens criados a partir das obras do autor, como Victo Hughes, personagem do romance *El siglo de las luces* (1962), e também na personagem Carpentier, médico e pai de Simone, criado por Márcio Souza com o mesmo nome do escritor. Mesquita (2009) aborda a intertextualidade com o texto bíblico, poetas espanhóis e portugueses e Sarmiento-Pantoja (2013) aponta o intertexto com *Tetraneto del rei* de Haroldo Maranhão. A intenção do autor em estabelecer o diálogo com outros autores e textos demonstra a intenção em desfazer as fronteiras literárias e também das outras áreas do conhecimento, visto que na leitura da obra podemos ver o destaque que o autor faz do cotidiano da Belém daquele século, abordando o mapeamento da cidade, indicando detalhes das moradias tanto dos bairros elitizados, mas principalmente da periferia, além de fazer comentários sobre o comércio e costumes.

A estratégia do autor é narrar, a partir da biografia do protagonista Fernando, o cotidiano da capital paraense e as mudanças ocorridas na cidade, nomeando os governadores que promoveram o descontentamento da população levando aos levantes que antecederam à Cabanagem. Assim como o romance moçambicano, podemos afirmar que a escrita do autor

---

<sup>25</sup> [http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=coluna\\_literatura](http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=coluna_literatura)

manauara também desfaz as fronteiras entre as disciplinas que permitem ampliar os olhares sobre as condições históricas, políticas, econômicas e sociais que direcionaram a adesão do Pará à Independência e depois desencadearam a Cabanagem. As referências aos episódios verídicos trazidos para o romance, como a invasão de Caiena, o ultimato para adesão do Pará feita por Greenfell, além das personagens históricas, assim como as datas, 1808, 1809, 1823, realmente ocorreram e dão o tom de veracidade ao romance, mas as estratégias utilizadas pelo autor como a anexação de documentos (fictícios), a construção das personagens (mesmo as históricas) e a organização do enredo garantem a verossimilhança do romance sem transformá-lo em simples documento.

O narrador Fernando é um militar formado em Portugal que a partir das viagens e das relações com Batista Campos passa de defensor do império português a defensor da Independência do Grão-Pará. Pelo olhar de Fernando, o dia a dia de Belém é descortinado para o leitor como uma sociedade estruturada que é desestruturada pelo envio dos mercenários ingleses pelo Império Brasileiro, como já afirmou Esteves (2010, p.15).

Márcio Souza, ao propor essa trilogia reconstruindo a história da Cabanagem, a partir das memórias dos narradores, faz a obra assemelhar-se a relatos, aproximando-se do autor moçambicano. A preocupação em buscar episódios históricos que antecederam à Cabanagem, visto que a narrativa de *Lealdade* centra-se na adesão do Pará à Independência do Brasil, demonstra que esse levante não foi uma simples revolução contra a Independência, mas sim o resultado de práticas coloniais de exploração e extorsão. As relações entre literatura e história e com as demais áreas do conhecimento, assim como a intertextualidade presente no romance, indicam a intenção do autor em trazer à luz o episódio trágico vivenciado pelos paraenses dando a este o espaço devido na memória e história do Brasil.

Ao se dispor a trabalhar a violência no texto literário os autores demonstram a escolha do caminho da resistência. Federico Lorenz (2002) trata a resistência como a luta e o esforço coletivo que nem sempre está ligada à luta armada, mas pode ser compreendida no enfrentamento do forte contra o fraco, da justiça contra a injustiça. A épica da resistência, que pressupõe o enfrentamento entre o forte e o fraco, o justo e o injusto, o vencedor e o derrotado é reforçada pela imagem do poderoso com características malignas. A resistência aparece, ainda, no discurso fundador da nação fortemente vinculado à questão identitária, esta por sua vez ligada às recentes lutas de libertação nacional (como é o caso de Moçambique em que a Guerra de Libertação é cultuada como o momento de vitória do povo, criando uma forte ligação com a moçambicanidade). Outra questão abordada é em relação à

resistência derrotada que coloca o perdedor como vencedor moral, mas para que isso aconteça é necessário vincular a resistência à memória.

De allí que si bien las resistências no pueden analizarse apartadas del auge de las memorias, deberíamos hacerles justicia y pensarlas, como toscamente intentamos señalar al comienzo de estas líneas, en marcadas en tradiciones y marcos conceptuales más antiguos. Pero en tanto las memorias se han asociado desde medianos del siglo XX sobre todo a la experiencia de las víctimas, y dicha resistencia a la voluntad de memoria y justicia, es lícito preguntarnos hasta qué punto esta matriz histórico-cultural ha teñido el concepto. Manteniendo, tal vez, su carácter identitario, su imagen de fuerza, de reservorio y refugio, pero limando su fuerza prospectiva y revolucionaria. (LORENZ, 2002, p.17).

O autor chama atenção para a derrota dos movimentos emancipatórios no século XX diante das forças econômicas e propõe pensarmos as resistências historicamente, que seria estudar os projetos e identidades históricas a partir das realidades atuais. “Entonces un sinónimo de ‘resistencia’ es ‘futuro’. Y asumida esta idea, hay allí una pregunta ineludible acerca de nuestro lugar como investigadores, y que nos obliga a repensar los criterios de legitimación del saber que también se impusieron en tiempos de derrota.” (p. 18). Essa concepção de resistência como futuro a partir do lugar do investigador nos remete à questão ética e, a esse respeito, Alfredo Bosi (2002) nos lembra que resistência é conceito ético e não estético e, no sentido mais profundo, é a “força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*; o antônimo familiar é *de/sistir*.” (p. 118). Vinculada à literatura, a resistência pode seguir dois caminhos, que não se excluem necessariamente: a que se dá como tema e a que se dá como processo inerente à escrita.

O desafio que o romancista tem de enfrentar, ao trabalhar a violência no texto literário sem cair nas armadilhas alertadas por Todorov ao transpor a ética para a estética, é possível de ser vencido. Na concepção de Bosi, o caminho é criar um narrador que se “põe a explorar uma força catalisadora da vida em sociedade: os seus *valores*” (p. 120). Esse valor deverá estar no fim da ação e se sobrepõe aos antivalores exemplificados pelo autor como: liberdade e despotismo; sinceridade e hipocrisia, entre outros. Eles seriam exprimíveis em imagens, gestos, figuras timbres de voz, articulados no interior da narrativa e os valores têm compromisso com a verdade de sua representação. Bosi afirma que

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo reino do possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo o seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores ou antivalores do

seu meio. Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. Esse tratamento livre e diferenciado permite que o leitor acompanhe os movimentos não raro contraditórios da consciência, quer das personagens, quer do narrador em primeira pessoa. (BOSI, 2002, pp. 121-122).

Bosi ainda nos lembra que os ficcionistas podem eleger esteticamente tudo que a ideologia dominante renega ou ignora, ao trabalhar essas questões na elaboração do texto literário, ao escolher “modos próprios de realizar esses valores.” (p. 123). Essas escolhas muitas vezes são diferentes dos modos de representação dos mesmos valores defendidos por outros homens engajados, e o tratamento diferenciado dado a esses valores no texto literário podem angariar críticas. Pina Cabral (2005), por exemplo, condena Borges Coelho por não nomear o grupo guerrilheiro que atacou o Zumbo. Sabemos que a questão maior tratada no romance é em relação às consequências da guerra para os moradores daquela região e é histórica, visto que as batalhas mais violentas tanto da guerra de libertação quanto da guerra civil ocorreram no Norte do país, mais especificamente no Zumbo. Portanto, não importa nomear quem ataca o bairro, pois o foco maior do romance é a população, tida como maior vítima de todos os eventos bélicos ocorridos ali.

O crítico brasileiro identifica que a resistência como tema tem origem entre 1930 e 1950, período em que os intelectuais engajados se opõem ao nazismo e ao fascismo, a produção narrativa passa a ter o compromisso ético da resistência e a escrita ficcional aproxima-se da linguagem da comunicação como o uso da prosa jornalística por alguns autores. O termo resistência nesse período aproxima-se dos termos cultura, arte, narrativa e, no pós-guerra, o existencialismo junta-se ao marxismo numa arte empenhada e se universaliza na cultura do existencialismo. Outra forma de resistência ocorre na escrita que, a princípio, foi antiburguesa na negação da ideologia dominante e há ainda aquelas cuja escrita provoca a tensão por ir na contramão do estilo e mentalidades dominantes.

Quem diz escrita fala em categorias formadoras do texto narrativo, como o *ponto de vista* e a *estilização da linguagem*. Vejo nesses dois processos uma interiorização do trabalho do narrador. A escrita resistente (aquela operação que escolherá afinal temas, situações, personagens) decorre de um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com estilo e a mentalidade dominante. (BOSI, 2002, pp. 129-130).

O autor recorre ao conceito de tensão originário do herói problemático de Lukács e estendido por Lucien Goldman às relações entre romance e classe, para propor que a resistência na narrativa se dá na tensão entre eu/mundo na escrita romanesca, que ultrapasse a simples questão social ou ideológica do homem médio “A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa ‘vida

como ela é', é quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida." (BOSI, 2002, p. 130). A partir desses pressupostos, o autor aponta as seguintes modalidades de escrita da resistência: a satírica e a paródica; a utilização da mítica; a lírica no entrelaçamento da memória e da imaginação; e a utopia cujo projeto de resistência é a projeção no futuro.

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó extricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual, o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia da instituição. (BOSI, 2002, p. 134).

Bosi insiste na questão do foco narrativo na escrita resistente e neste ponto não podemos deixar de fazer referência a Adorno e suas reflexões postas no ensaio *A posição do narrador no romance contemporâneo*, em que afirma que as guerras do século XX desafiam a Teoria Literária e diz ser impossível ao narrador a atitude contemplativa. Adorno toma Kafka como exemplo para a sua proposição.

Se o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas a auxilia na produção do engodo. [...] por meio do choque ele destrói no leitor a tranquilidade contemplativa diante da coisa lida. Seus romances, se é que de fato eles ainda cabem nesse conceito, são a resposta antecipada a uma constituição de o mundo na qual a atitude contemplativa tornou-se um sarcasmo sangrento porque a permanente ameaça da catástrofe não permite mais a observação imparcial, e nem mesmo a imitação estética dessa situação. (ADORNO, 2003, p. 57-61).

O que Adorno condena é a atitude de neutralidade do narrador diante do sofrimento do outro. A escrita sobre guerra sempre traz o limite do que se dizer e como dizer, a resistência, nesse sentido, se faz na forma da escrita da violência. Jaime Ginzburg, no ensaio "A guerra como problema para os estudos literários" (2011), afirma que as guerras do século XX estabeleceram um desafio para a Teoria Literária assumido por Adorno. Em seu ensaio *A posição do narrador no romance contemporâneo*, o filósofo alemão aponta a impossibilidade do mundo contemporâneo de retratar a realidade pois o mundo perdeu o sentido após as duas Grandes Guerras, de modo que a experimentação formal e a simples descrição da realidade passou a ser problemática. A proposta de Adorno é a de que o romance deve renunciar ao realismo que reproduz superficialmente a falsa imagem do mundo. Para evitar a alienação, Adorno propõe o antirrealismo que se concretiza na ruptura com o realismo. Para ele, a literatura e a arte têm o papel político de resistir à alienação pela subversão e negação modernista que se opunham à norma pelo uso da experimentação e do

estranhamento. O autor condena o olhar distanciado e a neutralidade do narrador realista diante do sofrimento humano que, para ele, é “sarcasmo sangrento.” (p.29). Ginzburg afirma que o problema das relações entre guerra e literatura continuam em nossos dias e diante dessa catástrofe os autores têm se comportado de diversos modos.

Alguns conservam práticas estéticas oitocentistas, convictos de que o valor das narrativas lineares permanece. Outros caminhos são escolhidos — testemunhos, cartas, crônicas, diários e autobiografias. Alguns textos são construídos de tal modo que nenhuma das categorias conhecidas de classificação de gêneros literários parece suficiente para descrever sua fisionomia. (GINZBURG, 2011, p.29)

Assim como Bosi, Ginzburg defende que a ética deve estar vinculada à Literatura. Para ele, as reflexões da Teoria Literária precisariam estar associadas à Ética e isso não tem acontecido; é preciso observar cuidadosamente as relações entre o tema e a forma como a guerra, os conflitos e as diferenças são trabalhados. A produção sobre o assunto demonstra que os conflitos bélicos continuam a ser um mercado promissor, seja no comércio de armas, seja na indústria cinematográfica, seja na literatura. Neste ponto, a crítica precisa estar atenta para não incorrer na ambivalência do mercado editorial. A esse respeito, Ginzburg é categórico, ao retomar Benjamin em sua afirmativa de que a guerra está ligada à mudança do olhar em relação à morte que se tem mostrado cada vez mais fria. A banalização com que a mídia tem tratado esse assunto, ao fazer dos espectadores meros observadores que não se abalam ao assistir à morte do outro pelos meios eletrônicos<sup>26</sup>. Mas a arte deve estar atenta ao limite entre a vida e a morte e as formas de narrar esses eventos desafiam a Teoria Literária por não caberem mais nas categorias literárias existentes. Então, “A Teoria da Literatura precisa se articular para compreender esse fenômeno delicado do encontro entre literatura e guerra.” (GINZBURG, 2011, p. 31). Para os estudiosos, a Ética, a Estética e a Política devem estar articuladas como garantia da alteridade nos debates em Teoria da Literatura sobre os modos de pensar as imagens da guerra, fazendo dialogar a tradição épica com os conflitos atuais. “Um pensamento sobre literatura capaz de explicar o que propõem esses textos é também um pensamento crítico capaz de confrontar o impacto da guerra de frente.” (GINZBURG, 2011, p.33).

As reflexões de Jeanne Marie Gagnebin em seu livro *Lembrar escrever esquecer* (2006) busca outro postulado de Adorno: “escrever após Auschwitz é um ato bárbaro” (p. 72). A afirmação foi escrita em 1949 e retomada pelo filósofo na década de 60 do século XX, no momento em que as discussões de que a arte estava a ser tomada como produto, o autor adverte que o artista “deve lutar contra o esquecimento e o recalque, isto é, lutar

---

<sup>26</sup> Suzan Sontag trata do assunto em *Diante da dor do outro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

igualmente contra a repetição e pela rememoração; mas não transformar a lembrança do horror em mais um produto cultural a ser consumido.” (GAGNEBIN, 2006, p. 79).

Nesse sentido, a arte tem um importante papel na abordagem do assunto, visto que o mercado tem sido abastecido por produtos que ao invés de levar o consumidor a repensar a guerra e suas consequências tem sido conduzido a entender esse ato como heróico. A banalização com que a violência tem sido tratada promove ainda mais esse tipo de produto, levando seus consumidores a uma atitude passiva diante da violência. Acreditamos que a crítica literária e a teoria literária, ao abordarem o assunto de forma responsável, executam o papel da resistência frente à banalização com que o tema tem sido tratado.

Nesse aspecto, os narradores têm um importante papel nos dois romances ao intercambiarem a experiência pobre da guerra com o leitor dando voz aos que não tiveram. Se considerarmos que a história escrita é a dos vencedores – no caso de Moçambique, o vencedor é a FRELIMO que encontra-se no poder e no Brasil, o governo após a independência que insiste no discurso unificador do país – os romances fazem a releitura dessa escrita pela voz dos vencidos. O que se destaca nesse aspecto é o narrador a quem cabe intermediar o discurso com o leitor. Então, o tempo da fala dos narradores é importante, pois ele precisa articular o presente da narrativa com os acontecimentos passados e, em alguns casos, com o futuro. No romance moçambicano o narrador fala em um tempo próximo ao da guerra civil, mas desloca-se para o passado próximo e distante conforme necessite dar explicações ao leitor. As preocupações desse narrador não estão apenas no tempo da guerra civil, mas, também, volta-se para outros momentos críticos da colonização e ocupação do norte de Moçambique em que a violência é posta diante dos olhos do leitor. No romance brasileiro, a narrativa é feita em primeira pessoa assemelhando-se à autobiografia e a história do Grão-Pará entrelaça-se à biografia de Fernando que está exilado, no presente da narrativa, após a adesão do Pará à Independência do Brasil, e, por isso, o tom da narração é de desalento.

## 1.5 OS RIOS E SEUS CURSOS

A escrita da memória nos dois romances se dá a partir dos rios, e para tanto, tomaremos o conceito de cronotopo proposto por Bakhtin para tratarmos desse aspecto.

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido

com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico. (BAKHTIN, 1998, p. 211)

Podemos, então, tomando o conceito de Bakhtin, ler os rios nos dois romances como o cronotopo da memória. A partir dos rios analisaremos como as memórias da guerra civil em Moçambique e da Cabanagem no Brasil, revisitadas literariamente, contribuem para a reflexão de significados históricos que se encontravam esquecidos.

*As duas sombras do rio* traz o rio Zambeze como personagem dessa obra revelando a importância desse rio para o Norte de Moçambique. A importância se mostra por ser o Zambeze uma fronteira geográfica que divide o país em dois (Norte e Sul) e por ela desvelar uma segunda fronteira, que é a política herdada do período colonial que dividiu o país na assertiva de “dividir para governar” promovendo o desenvolvimento do Sul pela proximidade desta região com a África do Sul. O governo português mantinha relações comerciais e políticas com a colônia inglesa que faz fronteira com o sul de Moçambique e, por esta proximidade, o Sul do país foi mais ocupado e desenvolvido do que o Norte que, em consequência, ficou subdesenvolvido e à margem do país. Essa herança colonial perdurou no período pós-colonial e resultou na guerra civil em Moçambique.

A relação dos moradores do Zumbo com o rio demonstra sua importância para as comunidades ribeirinhas seja pelo fornecimento do alimento, seja nas relações religiosas e na relação de pertencimento com aquele espaço. O movimento das águas do Zambeze define a fertilidade da terra, a fartura do peixe, é nele também que habita a cobra, entidade mitológica feminina que protege o Norte, e local em que são feitas as cerimônias e oblações em honra dessa entidade. Além disso, o rio permite a aproximação dos vizinhos das margens e a chegada de alimentos e medicamentos vindos de fora. Foi por ele que os colonizadores alcançaram o interior dessa região, os padres fundaram suas missões e os escravos foram enviados para o restante do mundo.

Essa relação como rio é semelhante à do homem da Amazônia que vive dos peixes fornecidos por seus rios, da fertilidade da terra trazida pelas enchentes. O labirinto que os rios da Amazônia formam constitui a principal estrada de contato com o interior dessa região, permitindo a circulação de bens e serviços, o comércio, a sociabilidade, a religiosidade cristã e as não-cristãs. Os rios amazônicos também são habitados por entidades como a Cobra Grande e os encantados<sup>27</sup>. Também foi por suas águas que o colonizador alcançou o interior

---

<sup>27</sup> Segundo a sabedoria popular, D. Sebastião não morreu, foi encantado, e veio para o Brasil após Alcácer Quibir. Três princesas fazem parte da corte do rei: Erundina, Jarina e Mariana, filhas de um sultão que, ao perder uma batalha, colocou as jovens princesas em um navio. Durante a viagem, elas se encantaram ao cruzar o estreito de Gibraltar, dormiram por 400 anos e acordaram ao entrar no Rio Amazonas. D. Sebastião

dessa região abrindo novos povoados, escravizando os índios, além de ter sido pelos rios a entrada dos jesuítas que formaram as suas missões<sup>28</sup>. Particularmente, o rio Guamá, que banha a cidade de Belém, tem sua importância, por ser ele o principal caminho que liga as ilhas do arquipélago do Marajó à cidade de Belém e por ser através dele que o comércio era desenvolvido no período colonial, bem como era por suas águas que os navios militares e comerciais fundeavam na Baía do Guajará. Além disso, os barcos pesqueiros e os que transportavam as produções das ilhas eram vendidos nas águas dessa baía e hoje em dia esses produtos são trazidos para a feira.

A importância dos rios tanto para a população do Norte de Moçambique quanto para a do Norte do Brasil por si só já promoveria um diálogo profícuo entre as literaturas produzidas nessas regiões. Além disso, a pluralidade geográfica tanto física quanto humana leva-nos ao estudo desse espaço e suas interpretações simbólicas, metafóricas, propiciando outras leituras do passado nesses dois países.

Ao escolhermos os rios como categoria manuseada enquanto ferramenta de análise das obras em tela entendemos que o tema, a história e a geografia comparecem significativamente integradas ao espaço literário, construindo territórios criados pela escrita, permitindo a partir desse espaço a leitura das guerras que afligiram esses países. Gaston Bachelard, na poética do espaço, lembra-nos que “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação.” (BACHELARD, 2001, p. 19). Os rios articulados nos romances são guardiões das memórias das guerras transfiguradas para o texto literário e esses espaços são, portanto, espaços vividos e imaginados. Falar do espaço literário é falar de um espaço e de um tempo ficcional, “reflexos criados do mundo e que não raro subvertem –ou enriquecem, ou fazem explodir – nossa visão das coisas.” (LINS, 1976, p. 64), conforme Osman Lins nos adverte sobre as possibilidades “variadas e atraentes” de estudo dessa categoria literária.

No romance moçambicano temos inscrita nas águas e nas margens do rio Zambeze a história de Moçambique. A relação entre rio e país é tão profunda que o curso dele parece

---

adotou, então, as três princesas e deu a elas o direito de escolher suas moradas. O rei possui três moradas no Brasil: a primeira é na Ilha Maianteua, município de Maracanã, a segunda, na Ilha de Fortaleza, no município de São João de Pirabas, ambos no Pará, e a terceira morada é localizada na ilha dos Lençóis no Litoral do Maranhão. Conta-se que se uma das princesas aparece a um pescador pedido que ele a desencante, a recompensa do escolhido é casar-se com ela e, como consequência do desencantamento, a cidade dos encantados aflorará na superfície das águas enquanto nossas cidades irão submergir estabelecendo-se, assim, o governo de D. Sebastião sobre o mundo. Mais informações em MAUÉS, 2005.

<sup>28</sup>A respeito dos jesuítas no Pará, como já indicamos, conferir em AZEVEDO, 1999.

traçar o destino de Moçambique representado em Leónidas. É preciso levar em conta o fato do rio já ter seu leito modificado pela intervenção do homem na construção da Barragem de Cahora Bassa, herança colonial, concluída no período pós-colonial, metaforizando os novos rumos tomados pelo país, separando ainda mais o Norte do Sul, resultando na guerra civil. Assim, o rio enquanto espaço geográfico, histórico e simbólico comparece integrado ao romance promovendo a releitura da história do país ao mesmo tempo em que novas possibilidades para o futuro são apresentadas mediante a busca do passado.

Já no romance brasileiro os numerosos e labirínticos rios da Amazônia são também guardiões da história dessa região em que os caminhos percorridos passam necessariamente por um rio que metaforiza o intrincado destino do homem amazônico, do qual Fernando é metonímia. Assim, os rios adquirem nessas obras a forma de matéria essencial para se compreender a releitura da história da Cabanagem na releitura feita pelo autor ao período histórico do século XIX. A partir desse espaço, o Brasil daquele período e o destino da região Norte que “morreu para o Brasil nascer”<sup>29</sup>.

#### 1.6 O ROMANCE HISTÓRICO E SUAS VERTENTES:

Ao refletir sobre o romance histórico, talvez, a primeira pergunta que vem ao leitor é a seguinte: o que leva um determinado romancista a criar uma personagem em um certo período histórico do passado? Parece-nos que a resposta a essa pergunta é a busca de compreender o presente na mesma perspectiva que Benjamin dá ao historiador. Na Literatura, em particular, esse recuo temporal está presente em diferentes períodos literários e o fato de um autor trazer os temas históricos de diferentes tempos para a criação literária, pode significar a tentativa de compreender, além do homem do presente, momentos da história que muitas vezes são apagados da história oficial.

No caso de países que viveram o jugo da colonização, as histórias oficiais foram escritas pelos colonizadores e, posteriormente, pelos governos que assumiram o poder. Assim, a escrita ou releitura da história produzida a partir do olhar do colonizado no período colonial, e do excluído, no período posterior à Independência, vai ocorrer, no primeiro momento, quando o colonizador é destituído do poder e, no segundo, quando as desilusões pós-coloniais levam à resistência dos excluídos, que geralmente, resulta em levantes armados.

---

<sup>29</sup> Referência à frase que está na capa do romance *Lealdade*.

É importante insistir que a nova escrita da história no período posterior à independência passa a ser, em alguns casos, ou na maioria deles, a escrita do poder e aquelas que não interessam ao novo governo são apagadas ou silenciadas como alertam Benjamin e Todorov. Muitas vezes, é o espaço da ficção que o oprimido ou resistente utiliza para questionar a história oficial, seja ela de que ordem for. Parece-nos que por ser ficção, à Literatura é permitido dizer tudo aquilo que à História não é permitido, principalmente em governos totalitários ou pseudodemocráticos.

Como as duas narrativas que trazemos para esse estudo tematizam momentos históricos importantes tanto no Brasil quanto em Moçambique, e tanto à crítica quanto a teoria literária têm se debruçado sobre os romances que tratam desse assunto categorizando-os como “romance histórico” ou “novo romance histórico”, precisamos discorrer sobre o assunto. Não pretendemos aprofundar sobre o romance histórico, pois o objetivo dessa tese não é provar se esses romances pertencem ao gênero do romance histórico ou novo romance histórico. Vamos abordar o assunto para nos posicionarmos a respeito desse gênero.

Os estudiosos do assunto apontam George Lukács como precursor. A principal característica apontada por ele é de que o romance histórico tem um vínculo indissociável com o gênero romanesco que o originou que foi o romance histórico de matriz realista, mais especificamente, os romances *Waverley* (1814) e *Ivanhoé* (1819), de Scott. Para o teórico essas duas narrativas dão início ao ciclo deste gênero tanto na Europa quanto nas Américas. Uma das condições que o teórico aponta para que uma determinada obra pertença a esse gênero é de que a História deve aparecer como experiência das massas que vai ser concretizada após a Revolução Francesa e, nesse sentido, a história aparecerá nos textos ficcionais como representação da realidade e determinante histórico-social no momento da escrita. Sendo assim, é fundamental que a sociedade burguesa tenha consciência de que é fruto da luta de classes e, neste sentido, o romance histórico não deixa este fato desaparecer no tempo e é, portanto, vinculado à ideologia burguesa.

Tomando o romance de W. Scott como modelo, Lukacs (2011) determina as principais características do gênero das quais destacamos as seguintes: traçar grandes painéis históricos; fazer uma ampla pintura dos costumes e circunstâncias desses acontecimentos históricos; destacar o caráter dramático da ação e o novo e importante papel do diálogo no enredo. Em relação ao herói este deve ser um *gentleman* mediano e mais ou menos medíocre e, por isso, as personagens secundárias, do ponto de vista humano, são mais interessantes e importantes do que a principal. O autor aponta que em Scott o romance está ligado a temática histórica como demonstra a escolha do período, das camadas sociais, nas quais são

modeladas a antiga atividade épica dos homens, a característica épica do caráter social e público da vida. Em relação as personagens, Scott cria em seus heróis o caráter típico nacional no sentido mediano e não universal. São personagens fictícias que ocupam o primeiro plano e as figuras históricas ficam em segundo plano. Os acontecimentos narrados devem ser organizados cronologicamente e as personagens fictícias têm a responsabilidade de analisar os acontecimentos históricos; os dados históricos têm a função de conferir veracidade à narrativa e o narrador é em terceira pessoa e distanciado do fato narrado assemelhando-se ao discurso histórico.

No período do romantismo, o romance histórico encontra terreno propício para se desenvolver na busca constante ao passado histórico da formação das nações com heróis e heroínas idealizados com perfil nacionalista e a narrativa ficcional está inserida no contexto histórico de uma nação. Portanto, para o teórico, o romantismo segue um caminho diferente do criado por Scott.

As características apontadas pelo teórico são muito fechadas e os romances atuais que tematizam a história não cumprem a totalidade das condições propostas por ele. Mesmo assim, muitos teóricos ainda usam seus conceitos vendo-os como válidos apontando uma ou mais característica definida por ele para que um romance seja histórico. O que se ressalta na teoria de Lukács é o fato de que toda sociedade é resultado de luta de classes e que, ao final dessa luta, os valores e a história a ser narrada ainda são os do vencedor.

Fredric Jameson no artigo “O romance Histórico ainda é possível?” (2007) Há diferentes questões sobre o romance histórico contemporâneo pautado na periodização “Seria o romance histórico possível no quadro de uma estética modernista? Poderia ele estar caracterizado como tal, ser escrito e produzido de modo inconfundível no âmbito do modernismo? Não seria o caso de que tais romances históricos modernistas, como se pode argumentar, se mostrariam relativamente indistinguíveis de outras obras modernistas não-históricas?” (p. 187). Segundo o autor o pós-modernismo resolveria o problema desde que o romance histórico sofresse uma “reestruturação” nova com uma abordagem também nova e original no que diz respeito ao problema da referência histórica.

Inicialmente o teórico retoma as categorias de Lukács e defende o ponto de vista que o romance histórico não é apenas a descrição de costumes e ideias de uma determinada população, de acontecimentos históricos grandiosos e muito menos a história das vidas de pessoas comuns em “situações de crises extremas”, muito menos a biografia de personagens históricas. Para o estudioso, o romance histórico pode incluir todos estes aspectos desde que

organizados em uma oposição entre o público ou o histórico (costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado pelas personagens.

Seu centro de gravidade, no entanto, não será constituído por tais personagens, ou por sua psicologia, suas vivências, suas observações, suas alegrias ou seus sofrimentos. Esse plano existencial pode incluir todos ou qualquer um desses aspectos, e o modo de ver do personagem pode variar do convencional ao disperso e pós-estrutural, do individualismo burguês ao descentramento esquizofrênico, do antropomórfico ao mais puramente actancial. A arte do romance histórico não consiste na vívida representação de nenhum desses aspectos em um ou em outro plano, mas antes na habilidade e engenhosidade com que a sua intersecção é configurada e exprimida; e isso não é uma técnica nem uma forma, mas uma invenção singular, que precisa ser produzida de modo novo e inesperado em cada caso e que no mais das vezes não é possível de ser repetida. (p. 192)

Retoma o fato de Scott ter inventado o romance histórico, mas afirma que ele não foi o precursor do realismo, mas sim do drama de costumes. Jameson entende o drama de costumes caracterizado mais pela forma dramática do que o modo como o vilão é construído, o que por sua vez pressupõe menos o antagonismo entre o bem e o mal, e mais a ambientação histórica com cenários e trajes de época. O estudioso passa a destacar os romances em que esse antagonismo é relativizado a ponto de não trazer forte carga moral às narrativas, como ocorre com as obras de Galdós, Dostoievski e Eliot. O autor acredita, assim, que a produção de romances históricos não seria possível nos dias atuais pela impossibilidade do vínculo desse gênero com qualquer estética modernista ou vanguardista. Segundo ele:

a primazia que o modernismo confere à percepção pura acaba por privá-lo de qualquer possibilidade de discernir aquela outra dimensão, do público ou da história, que se requer para o registro daquela intersecção peculiar que constitui a estrutura inconfundível do romance histórico. Em uma formulação mais convencional, poder-se-ia simplesmente argumentar que o grau de subjetivismo intensificado do texto modernista torna cada vez mais difícil discernir a objetividade da dimensão histórica, quanto mais sua inversibilidade, a sua autonomia em relação a todas as subjetividades individuais. (Jameson, 2007, p. 200)

Para Jameson, o que determina a estrutura desse tipo de romance é a oposição entre o plano histórico e o privado, como já destacamos, mas chama atenção para a habilidade de intersecção entre esses dois planos pelo autor e só ocorre em uma invenção única que não é possível de ser repetida. O fato de afirmar que não há uma técnica ou características peculiares na constituição do romance histórico parece desconstruir as teorias sobre o assunto. Por isso o espanto do teórico com o renascimento do gênero na América Latina visto que, para ele, em muitos desses países a modernidade ainda não chegou:

a primazia que o modernismo confere à percepção pura acaba por privá-lo de qualquer possibilidade de discernir aquela outra dimensão, do público ou da história, que se requer para o registro

daquela interseção peculiar que constitui a estrutura inconfundível do romance histórico. Em uma formulação mais convencional, poder-se-ia simplesmente argumentar que o subjetivismo intensificado do texto modernista torna cada vez mais difícil discernir a objetividade da dimensão histórica, quanto mais a sua irreversibilidade, a sua autonomia em relação a todas as subjetividades individuais. (p.200)

Para o teórico, “a verdade histórica é abordada não pela via da verificação ou mesmo da verossimilhança mas, sobretudo, por meio do poder imaginativo do falso e do fictício, das mentiras e dos engodos fantásticos” (JAMESON, 2007, p. 201). É certo que a América Latina utilizou o fantástico em suas criações principalmente nos períodos da ditadura militar, mas, segundo ele,

Döblin nasceu cedo demais: na era da pós-modernidade sua fantasmagoria teria sido validada como um genuíno romance histórico. Mas uma diferença deve ser notada, e podemos localizá-la nas transformações daquilo que Hayden White chamou de ironia em sua Meta-história. A ironia moderna consistia essencialmente na dúvida acerca da referencialidade e da verdade: se nada garante a minha versão dos fatos, eu mesmo acreditarei nela? A versão pós-moderna envolveria não a dúvida, mas a multiplicidade, a simples multiplicação de inúmeras versões fantásticas e autocontraditórias. Basta pensarmos nas genealogias fantásticas do realismo mágico latino-americano, para começarmos a compreender como os poderes do falso, das mais exageradas invenções do passado (e de um futuro) fabuloso e irreal, sacodem o nosso extinto senso de história, perturbam a inaniidade de nossa historicidade temporal e tentam convulsivamente reanimar o adormecido senso existencial do tempo com o potente remédio da mentira e das fábulas impossíveis, com o eletrochoque repetidas doses do irreal e do inacreditável. (JAMESON, 2007, pp. 201-202)

Para o estudioso, os “poderes do falso” promovem no leitor o retorno do “senso de história” e “reanima o senso existencial” e, nesse sentido, a fábula e a mentira são “potente remédio” contra a relação do homem com o sentido da história assim como o real e o inacreditável são “eletrochoques”. Talvez tenha faltado a Jameson pensar que esses artifícios sejam formas de transgressão do discurso europeu que se vinculava somente ao racional, além disso o ensaísta parece ter esquecido as dimensões críticas – especialmente as justamente voltadas para o racionalismo – que nutriram o realismo mágico, não somente o latino-americano. Borges Coelho faz uso das tradições e do mito em *As duas sombras do rio*, seja na possessão de Leónidas, seja na presença das entidades protetoras do Sul e do Norte, ou ainda, na dos ancestrais e em muitas outras manifestações culturais abordadas no romance. Ao colocar, por exemplo, o espírito de um colono português do século XVIII e XIX ou o espírito de um padre português na condição de ancestrais no interior de uma cultura africana ele realiza a expropriação de elementos da cultura do outro, o que, por um lado, implica o processo inverso do colonialismo e, por outro, se coloca na contramão do

obscurantismo cultural proposto pelo novo governo moçambicano. É certo que a verdade histórica é posta em cheque nesse romance assim como em *Lealdade*.

Para Jameson, como já apontamos anteriormente, o que determina a estrutura do romance histórico é a oposição entre o plano público ou histórico (costumes, eventos, crises, líderes) e o privado (existencial ou individual) instituído nas personagens o que exige do romancista a habilidade e engenhosidade em fazer a intersecção desses dois planos. Segundo ele “não é uma técnica nem uma forma, mas uma invenção singular, que precisa ser produzida de modo novo.” (JAMESON, 2007, p. 192) Ao fazer tal afirmação, o ensaísta sugere que cada romance histórico é uma invenção “singular” pelo fato de não haver coincidência na forma ou na técnica na construção do romance histórico e não há na teoria literária referências formais e de conteúdo que determinem esse gênero visto que cada criação é única. No nosso ponto de vista, cada autor tem seu estilo, que se concretiza na forma de articular a linguagem, na composição da personagem e demais estruturas romanescas. Porém, há romances que têm na estrutura interna, procedimentos semelhantes de construção que possibilitam sim, o gênero do Romance Histórico, e sabemos que dentro de um mesmo gênero há semelhanças e diferenças nas categorias internas dos romances, visto que as diferenças é que garantem o estilo de cada autor, mas nem todo romance que trabalha a história é um romance histórico. Para Jameson, no entanto, qualquer romance que trata da história, em qualquer momento, é um romance histórico desvinculando, assim, o postulado lukacsiano de que o afastamento histórico é importante para a composição desse gênero.

Perry Anderson, em “Percurso de uma forma” (2007) responde às ponderações de Jameson, e afirma que o romance histórico começou realmente com Scott e entende que qualquer estudo sobre romance histórico ou qualquer teoria sobre o assunto deve ser reportado aos estudos lukacsiano. Para o historiador “a peculiaridade do romance histórico foi evitar uma estratificação entre o alto e o baixo” (p. 212), ou seja, o romance histórico ocorria tanto na literatura erudita quanto na popular. Em relação à forma, ele reafirma a posição de Lukács sobre a oscilação de formas e de conteúdos que fazem esse gênero diferente dos demais. Ele entende que o romance histórico é possível de acontecer na estética modernista e traz *Orlando* como exemplo disso, pois, segundo ele, as “metamorfozes cronológicas e sexuais, quebrando qualquer norma realista” (p. 214). Na contramão da afirmação de Jameson, Anderson destaca o fato de que o romance histórico é o mais político dentre as formas de ficção literária por respeitar os perdedores e sustentar a necessidade histórica deles e concorda com Lukács no que diz respeito aos conflitos sociais que dividem

a sociedade e como os indivíduos se comportam no interior dela. Anderson afasta Scott dos demais autores românticos, assim como Lukács, por acreditar que cada um dos românticos um tratamento diferenciado às invasões napoleônicas como posição contrarrevolucionária em relação à Revolução Francesa: enquanto o romancista irlandês escreveu sobre esse assunto no contexto de um Iluminismo precoce, como foi o irlandês, e sem a intervenção da posição francesa sobre o assunto. Os demais romancistas levaram em consideração a posição francesa. Para o historiador, contudo, Balzac foi o escritor que conseguiu trazer a técnica e a visão de mundo scottiana para falar sobre a Restauração Francesa e o romancista francês entendeu a origem do realismo e soube utilizar essa técnica em suas obras.

Em relação às reflexões de Jameson sobre a explosão do romance histórico em várias partes do mundo, ele afirma que as formas desse gênero circulavam entre a elite e as classes mais simples da população e por isso desfez a fronteira entre o erudito e o popular rompendo, assim, com o antagonismo entre alto e baixo na literatura. Anderson chama a atenção para o fato de que as formas do romance histórico não eram fixas e que por isso circulavam entre os leitores das diversas classes sociais e marca a Segunda Guerra como o período em que esse gênero formal sofreu um declínio, mas é retomado no período pós-guerra. Após esse momento, a literatura de massa se expandiu e o romance histórico volta a cair no gosto do leitor. O resultado disso é que o mercado editorial passou a explorar o gênero e por isso ele perde um pouco da aura de objeto artístico. Mas Anderson vê no pós-modernismo a ressurreição de formas diferentes do gênero em contextos locais diversos, e que, em alguns casos, as ficções nacionalistas ainda se expressam sob a forma do romance histórico.

A virada cultural pós-moderna atravessou virtualmente todas as artes, com efeitos locais diferentes em cada uma delas. Mas se considerarmos sua morfologia no terreno da literatura parece haver pouca dúvida de que a mudança singular mais notável operada na ficção foi a sua organização geral em torno do passado (ANDERSON, 2007, p. 216)

São os efeitos locais destacados por Anderson que marcam a particularidade desse gênero em cada local, o que dificulta a inclusão de uma determinada obra dentro de um estilo estético. Por isso, para ele, o romance histórico foi reinventado pelos pós-modernos em uma escrita que permitiu misturar os tempos passado e presente além de disseminar anacronismos. O gênero tornou possível que o autor aparecesse no interior da narrativa, além de colocar figuras históricas como personagens centrais, deixar finais em aberto e “traficar apocalipses” (ANDERSON, 2007, p. 217). Ressalta, contudo, o fato desse nacionalismo apresentado nessas obras não vir carregado de utopia, mas de realidade dura que permite a tomada de consciência nacional.

O historiador ainda defende a ideia de que nenhum período estético é homogêneo e a pós-modernidade também não o é, podendo ser afirmativa ou negativa. Anderson nos lembra que o conceito de pós-moderno surgiu na periferia da América Latina, o que possibilitou o nascimento do novo romance histórico ou ficção meta-histórica. Ele marca o surgimento do Novo Romance Histórico no Caribe com a publicação de *El reino de este Mundo*, de Alejo Carpentier. Em relação ao fantástico e ao maravilhoso destacados por Jameson como características dos romances latino-americanos, Anderson afirma que são características de um determinado momento histórico.

O que elas traduzem, essencialmente, é a experiência da derrota – a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. Daí a centralidade de romances sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações. É difícil negar a força desse diagnóstico. (ANDERSON, 2007, p. 218)

Essa análise de Anderson, ainda que aplicada ao contexto da América Latina, cabe também no romance *As duas sombras do rio*, pois o desencanto da Independência que é vivenciado pela população moçambicana com a chegada da guerra civil não permite a compreensão racional de uma luta entre iguais depois de anos de resistência contra o colonizador. Por isso, a única forma de tentar entender essa guerra é por meio do animismo (que pode ser lido com a mesma finalidade do fantástico e do maravilhoso na América Latina). Em Moçambique o governo socialista não trouxe a melhoria de vida esperada pela população. Apesar da expulsão dos portugueses, houve a continuação das aldeias comunais. Os régulos não tiveram os seus lugares devolvidos se mantendo à sombra do poder central. Também permaneceu a proibição das práticas religiosas. No Brasil é mais complicado ainda compreender esse processo, pois a Independência manteve a casa de Bragança no poder e os portugueses continuaram com os mesmos privilégios de antes. Tudo isso promoveu uma profunda desilusão na população dos dois países.

Essa desilusão, atrelada à matéria historiográfica, repercute nos dois romances analisados. O romance brasileiro termina com o narrador em crise e desiludido à margem do Rio Tocantins, à margem dos acontecimentos políticos no Grão-Pará e da existência. O romance moçambicano termina com parte da população do Zumbo encalhada na ilha, no meio da fronteira entre o Sul e o Norte, também sem saída. A liberdade do julgo português somente ocorrerá de fato no futuro, com a proclamação da República no Brasil e com o fim

da Guerra Civil e a Abertura em Moçambique. Mas esses dois fatos históricos não acabam com a oposição entre o Norte e o Sul tão latentes nesses dois países.

Anderson conclui que a nova forma do romance histórico, renomeado por ele de romance meta-histórico, não nasceu do surgimento de novas nações, mas sim da queda dos Impérios.

Ditaduras militares, assassinatos raciais, vigilância onipresentes, guerra tecnológica e genocídio programado. O persistente pano de fundo da ficção histórica do período pós-moderno está nos antípodas de suas formas clássicas. Não a emergência da nação, mas as devastações do império; não o progresso como emancipação, mas catástrofe iminente ou consumada. Em termos joycianos, a história como um pesadelo, do qual ainda não conseguimos despertar. Mas se não olharmos apenas as fontes e os temas dessa literatura, mas também as suas formas, Jameson sugere que deveríamos reverter o julgamento. O *revival* pós-moderno, ao jogar a verossimilhança ao vento, fabricando períodos e verossimilhanças intoleráveis, deveria ser visto antes como uma tentativa desesperada de nos acordar *para* a história, em um tempo em que morreu qualquer senso real dela. (ANDERSON, 2007, p. 219)

A compreensão proposta por Anderson é semelhante a que Said faz no *Cultura e Imperialismo* e no *Orientalismo*. Ou seja, uma leitura em que a matéria historiográfica é mirada com base na ideia de catástrofe. Ideia que também é a base dos romances que revisitam a história como pesadelo. Desse modo, a visão de Anderson se configura nos dois romances que vamos analisar, pois, se tomarmos o sonho de independência tanto no romance brasileiro, quanto no moçambicano, esses sonhos transformaram-se nos pesadelos terríveis das duas guerras, presentes nas duas narrativas. Podemos marcar o início desse pesadelo com a chegada do colonizador, que transformou os homens que viviam nesses dois países, o índio brasileiro e os moçambicanos, em mercadorias prontas à espoliação e à exploração. Depois o pesadelo transformou-se em morte com etnias inteiras dizimadas em guerras, nas quais a tecnologia européia que produzia canhões e armas de fogo se colocava contra arcos, flechas e lanças. E, por fim, a utopia da liberdade transforma-se em distopia carregada com as marcas da catástrofe, pois a frustração do utopia trouxe a Cabanagem no Brasil e a Guerra Civil em Moçambique. Mesmo depois das guerras a situação das populações periféricas nesses países continua a ser um pesadelo nos dias atuais pela permanência da desigualdade social e da marginalização que vivenciam.

Em Moçambique, a Guerra Civil foi tão cruel que só mesmo com o manuseio das tradições locais (que Jameson e Anderson chamam de maravilhoso na América Latina) seria possível entender o motivo de tanta crueldade. Tanto o fantástico, quanto o maravilhoso e o animismo são formas de expressão utilizadas pelas populações tradicionais como maneira

de ler o mundo. A visitação às tradições, intermediada pelo narrador, ajuda a pensar a História por outra perspectiva, não mais pelo foco europeu, mas pela mirada do autóctone dos países que foram colônia. Não é por acaso que o narrador de *As duas sombras do rio* coloca o superintendente Million olhando o ataque guerrilheiro por meio do binóculo, pois o olhar de fora é diferente daquele que vivencia a catástrofe.

Rita Chaves, no artigo “Nota sobre a ficção e a história em João Paulo Borges Coelho” (2008), diz respeito ao romance histórico bastante explorado na produção literária angolana em que muitos autores buscam, em períodos remotos da história, pontos que ajudem a compreender a sociedade angolana contemporânea, como faz Pepetela, Arnaldo Santos, Eduardo Agualusa, entre outros. Em Moçambique, no entanto,

Com exceção aberta por Ungulani Baka Khosa e seu incontornável *Ualalapi* e *O outro pé da sereia*, o último romance de Mia Couto, que faz uma incursão pelo século XVI, a estratégia mais corrente tem sido a de uma concentração num período mais recente, que vai do tempo em que a marca da mudança é já uma realidade, como é o caso de *Vinte Zinco*, até a dura fase da guerra movida pela Renamo ou os primeiros anos depois do Acordo de Paz, assinado em 1992, como comprovam *Os ventos do apocalipse*, de Paulina Chiziane, *Milandos de um sonho*, de Bahassan Adamodjy, *Terra Sonâmbula* e *O Último voo do Flamingo*, de Mia Couto. (CHAVES, 2008, p. 193).

Pela visão de Rita Chaves, o romance em análise não pertence ao romance histórico por não ter o afastamento temporal necessário, seguindo o postulado lukacsiano, já que João Paulo Borges Coelho opta por narrar o passado bastante recente de Moçambique para relatar a trajetória dos moradores do Zumbo que passaram por um conflito que precisa ser compreendido. Concordamos com a afirmação de Chaves de que “sem fazer romance histórico, João Paulo Borges revela-se preocupado com alguns elementos que fazem parte do reino da sua outra função, entre os quais destaca-se [sic] o universo da memória.”(2008, p. 193)

Porém, é preciso ponderar a afirmação da professora sobre o romance histórico em Angola. Como é possível observar, a maioria dos escritores angolanos buscam o período da Guerra de Libertação como tempo histórico dos romances, e alguns avançam no tempo histórico, mas poucos falam sobre dois eventos que ocorreram depois que o MPLA assumiu o poder: o maio de 1977 e a Guerra Civil. Quando o assunto é narrado, ou é por meio da alegoria como no romance *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso<sup>30</sup>, ou o assunto não é tema principal do romance como em *Bom dia, camaradas* (2006), de Ondjaki,

---

<sup>30</sup> LARANJEIRA, Pires. “A intentona fracassada de maio de 1977 no romance de Boaventura Cardoso”. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; MATA, Inocência, (org). *Boaventura Cardoso: a escrita em processo*. São Paulo: Alameda, 2005.

em que a Guerra Civil é o pano de fundo e tratada com o recurso do fantástico e do maravilhoso, como o mistério referente ao sequestro de crianças nas escolas visto por elas como fruto de entidades. Se considerarmos o novo romance histórico como aquele que contesta o discurso dos vencedores, como ficariam classificados, por exemplo, os romances de Pepetela? Ele não poderia ser categorizado como tal, visto que o discurso romanescos do autor alinha-se ao discurso do MPLA que se instituiu e se consolidou como o vencedor da Guerra de Libertação (apesar de nessa guerra não haver vencidos nem vencedores, pois a guerra termina com a Revolução dos Cravos (1974) em Portugal). Aliás, o autor jamais trouxe para os seus romances os acontecimentos de maio de 1977<sup>31</sup> nem tão pouco faz qualquer referência à guerra civil do seu país. A forma como a guerra é narrada não articula outra característica da Guerra de Libertação em Angola que foi a luta entre facções que tinham o mesmo objetivo. Ou seja, o inimigo não era apenas o português; para o MPLA, o inimigo era também a FNLA e demais movimentos de libertação de Angola. Quando esses grupos encontravam-se havia batalhas entre eles com muitas mortes e outros tantos levados prisioneiros para serem torturados e mortos. O motivo dessa oposição entre esses grupos de libertação era étnico, visto que Angola foi formada com base na consolidação de conflitos oriundos das indisposições entre etnias inimigas, estratégia colonial pautada no “dividir para governar”. O MPLA era o único movimento que permitia membros de várias etnias incluídos brancos e mestiços, o que causava conflitos dentro do próprio grupo, aspecto que se encontra bem colocado nas obras do autor como *A Geração da Utopia*, *Mayombe*, entre outros.

Retomando as reflexões sobre o Novo Romance Histórico vamos buscar as concepções do estudioso Seymour Menton (1993) no livro *La nuova novela histórica de la América Latina (1979-1992)*. Escolhemos este pesquisador, pois, como foi afirmado por Anderson, a América Latina é o berço do novo romance histórico e foi a partir deste local que o gênero se difundiu e novas formas do romance histórico foram geradas pelo mundo. Menton estuda a produção dos novos romances históricos na América Latina e o livro faz o inventário das produções dos autores vinculados a esse gênero. Inicialmente, o crítico diferencia o romance histórico do novo romance histórico. O primeiro é definido como “Em el sentido más amplio, toda novela es histórica, puesto que, em mayor o menor grado, capta el ambiente social de sus personajes, hasta de los más introspectivos.” (pp. 31-32). O

---

<sup>31</sup> Segundo Mira (2010) “Em Angola, a facção ‘Revolta Ativa’ do MPLA, dirigida por Nito Alves, tentou em 1977 um golpe de Estado falhado, causando milhares de mortes numa Angola completamente arruinada.” (p. 372)

estudioso marca o início do romance histórico com *El reino deste mundo* de Carpentier e, nesse aspecto, Anderson e Menton concordam.

O período delimitado pelo autor para realizar a pesquisa sobre a produção romanesca é revelador, visto que nas décadas de 60 e 70, temos as ditaduras na América Latina. Se ampliarmos o campo de visão, temos o início das guerras de libertação na África, bem como guerras no Vietnã, entre outras. Também é na década de 70 que a Revolução dos Cravos vai acontecer (1974) e um ano depois a Independência das colônias portuguesas em África. A década de 80 é marcada pelo início da Abertura no Brasil, a queda do muro de Berlim e o final de muitas ditaduras na América Latina. É de se compreender, portanto, que na década de 60 há uma produção em alta escala desse tipo de gênero romanesco, intensificado na década de 70 por ser o período de maior embrutecimento das ditaduras e guerras em andamento em várias partes do mundo. Algumas produções dessas duas décadas tinham a forma e conteúdo respeitando o modelo apresentado por Lukács, enquanto outros o transgrediam, inovando ora em um, ora no outro aspecto ou mesmo em ambos, como estratégia para driblar a censura no período da ditadura. Menton destaca o fato de que os romances mais transgressores trazem a violência como uma das marcas da construção do passado e o discurso histórico se faz na contramão do discurso oficial, principalmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento na América Latina, lembrando que isso também ocorre na África e Ásia.

Com base nessas especulações Menton faz uma taxionomia da produção romanesca na América Latina nessas três décadas e ao final da investigação o pesquisador aponta as diferenças entre o novo romance histórico e o modelo lukcasiano ao apontar seis características que podem ou não serem encontradas em um romance, pois Menton considera que a ausência de parte dessas características não impede o romance de ser incluído nesse gênero.

a) lo bajtiniano, es devir lo dialógico, lo heteroglósico y lo carnavalesco; b) la intertextualidade; c) la metaficción, o los comentarios del narrador sobre la creación de su propio texto; d) el protagonista histórico; e) la distorsion consciente de la historia por omisiones, exageraciones y anacronismos; f) la subordinación de la reproducción mimética de certo período histórico a conceptos filosóficos transcendentales. (MENTON, 1993, pp. 274-276)

Para o autor a desconstrução é operada na destruição do discurso da História Oficial pela carnavalização e intertextualidade, além da distorção da história por exageros e anacronismo e outras características que vão na contramão do que foi postulado por Lukács como o protagonista histórico, por exemplo. Antônio Roberto Esteves destaca a importância

do romance histórico após a década de 1970 e o fato dessa tipologia romanesca ser uma das bases das nacionalidades que emergiam no século XIX. Na América Latina, o surgimento do romance histórico coincidiu com o surgimento do gênero literário no Continente. O pesquisador brasileiro chama a atenção para o fato dessa tradição literária ter o *boom* no século XX. É certo que o romance histórico passou por mudanças na sua estrutura, mas manteve “a obsessão pela história, indo buscar, nessa fonte, muitos componentes que possibilitaram sua indagação mito-poética e a própria renovação da linguagem” (ESTEVEVES, 2010, pp. 87-88). No período definido pelo autor como *pós-boom*, as discussões iniciadas no período anterior (o do *boom*) em relação à pós-modernidade, pós-colonialismo, transculturação, se sedimentam por meio nas novas produções que tematizam a história. Esteves dá ênfase à “obsessão pela história” que os autores mantiveram na explosão do gênero na América Latina e a ruptura que vai ocorrer, na medida em que entra em cena o experimentalismo formal no período posterior.

Em relação ao Brasil, Baumgarten (2000), identifica *Galvez, o imperador do Acre* (1975), de Márcio Souza, como romance inaugural do novo romance histórico no Brasil e sinaliza “um novo paradigma no plano da escrita do romance histórico brasileiro” (p. 175) Ele aponta características formais no romance que se aproximam das elencadas por Menton, entre as quais destacamos: consciente distorção da história com a utilização de omissões, exageros e anacronismos; comentário do narrador sobre o processo de criação do seu próprio texto; personagens históricos como protagonistas das narrativas; utilização formal da dialogia, ironia e carnavalização, conforme Bakhtin. Como é possível observar, as características vão na contramão das apontadas por Lukács.

Os romances que trouxemos para esse estudo não podem ser integrados nas categorias apontadas por Lukács, Jameson, Anderson, Menton e os demais estudiosos do assunto. É certo que os dois romances são frutos de pesquisas realizadas pelos romancistas, como já afirmamos, e, no caso do romance moçambicano, também é resultado da recolha de testemunhos dos moradores do Zumbo. Porém, a forma como *As duas sombras do rio* é construído afasta-se do modelo apresentado por Lukács por não atender uma das principais exigências do teórico, o afastamento temporal, além da ausência de personagens históricas da Guerra Civil no segundo plano. O narrador é em terceira pessoa, mas o discurso que ele faz desliza entre o discurso histórico e o literário além do fato de que o narrador se afasta várias vezes para dar voz às personagens e utiliza vários tempos verbais como o pretérito, o presente e o futuro e com isso demonstra ser um narrador que visita períodos históricos distintos, alguns mais recentes, outros mais recuados. As personagens históricas que ocupam

o segundo plano da ação não pertencem ao período da Guerra Civil. São do início da colonização. Há sem dúvida a presença do caráter dramático da ação, mas a característica coincidente não sustenta o romance como romance histórico na visão de Lukács. Se trouxermos para a pauta as rupturas promovidas pelo novo romance histórico, as diferenças são muitas, a começar pela ausência da ironia no texto (ela ocorre em um momento ou outro da narrativa não sendo predominante), assim como da paródia e também da carnavalização. Há uma forte presença do mito ou animismo, como observaram Jameson e Anderson nos romances Latino-Americanos, mas, por outro lado, não temos um protagonista que seja uma personagem histórica e, em relação à matéria historiográfica tratada (bem como as matérias periféricas), a narrativa articula um evento posto à margem da história oficial, se considerarmos contudo, a afirmação de Menton, de que não é necessário atender a todas as categorias listadas e que em *As duas sombras do rio* a questão filosófica do materialismo histórico e a desconstrução da História oficial estão presente, podemos dizer que ele pertence ao Novo Romance Histórico.

Em relação a *Lealdade*, há aproximações com algumas características apontadas por Lukács no que diz respeito ao afastamento do tempo e as personagens históricas estarem no segundo plano. Há sim a vasta pintura dos meios e circunstâncias dos acontecimentos; o caráter dramático da ação, o papel importante do diálogo; o interesse pela natureza específica dos temas históricos; das camadas sociais. Porém, o narrador é em primeira pessoa e se afasta do discurso histórico aproximando-se do romance autobiográfico. Além disso, a narrativa vai na contramão do discurso oficial, seja da História do Brasil, seja da História do Pará e o romance não tematiza o nascimento de uma nação, mas sim a sua morte. Afinal, “um país morreu para o Brasil nascer”, portanto, não se sustenta como romance Histórico na perspectiva lukacsiana.

Em relação ao novo romance histórico, não há a presença da personagem histórica como protagonista, pois as personagens históricas encontram-se no segundo plano. Além disso, o discurso não tem a paródia, nem a ironia nem tão pouco a carnavalização como estratégia discursiva principal (apesar desses procedimentos serem comuns em outros romances do escritor). Há sim marcas da intertextualidade envolvendo Carpentier a ponto do romancista homenagear o escritor ao dar ao médico francês o nome de Dr. Carpentier. Em relação à História, ocorre o mesmo que observamos no romance de Coelho: a narrativa é de um evento posto à margem da história oficial, mas, se considerarmos a posição de Menton, seja na relação filosófica do materialismo Histórico, seja na desconstrução da História oficial, também podemos considerar *Lealdade* como novo romance histórico.

Porém, mais importante que categorizar este ou aquele romance é válido lembrar o que afirma Bakhtin no ensaio “Epos e romance” que se encontra no livro *Questões de Literatura e Estética: a Teoria do Romance* (1998).

O estudo do romance enquanto gênero caracteriza-se por dificuldades particulares. Elas são condicionadas pela singularidade do próprio objeto: o romance é o único gênero por se constituir, e ainda inacabado. As forças criadoras dos gêneros agem sob nossos olhos; o nascimento e a formação do gênero romanesco realizam-se sob plena luz da História. A ossatura do romance enquanto gênero ainda está longe de ser consolidada, e não podemos ainda prever todas as suas possibilidades plásticas. (BAKHTIN, 1998, p. 397)

Concordamos com o postulado de Bakhtin acerca das particularidades do gênero romanesco e o fato dele estar em construção o que permite novas possibilidades de construção romanesca sem que seja necessário encaixar o gênero em um ou outro subgênero.

Para encerrarmos esta discussão, vamos buscar apoios em Vera Fullain de Figueiredo no ensaio “o romance Histórico contemporâneo”<sup>32</sup> A autora defende a seguinte tese:

o que move este novo romance histórico é a vontade de reinterpretar o passado com os olhos livres das amarras conceituais criadas pela modernidade europeia no século XIX, é a consciência do poder da representação, da criação de imagens e, conseqüentemente, o poder de narrar e de sua importância na constituição das identidades das nações modernas. Daí a necessidade de releitura da história como parte do esforço de descolonização, que se realiza contra toda uma mentalidade perpetuada pelas etnias locais, pelos discursos da história oficial.

Concordamos com a posição da professora por acreditarmos que as duas obras que analisamos fazem a releitura como esforço de descolonização ao se colocarem na contramão de uma mentalidade herdada do período colonial e confirmada pelos discursos da história oficial. A partir da definição de Said de “literatura de resistência”, Figueiredo afirma que o romance histórico do século XX pode ser definido como de resistência por trabalhar com a diluição das fronteiras entre ficção e história, por confrontar as representações feitas pelo poder. Assim, ao discutir o passado brasileiro, Márcio Souza, promove a reconstrução da história brasileira assim como faz Borges Coelho ao colocar a guerra civil em cena na literatura moçambicana.

---

<sup>32</sup> FIGUEIREDO, Vera Fulain. “O romance histórico contemporâneo na América Latina”. In: <http://lfilipe.tripod.com/Vera.html>.

## 2 AS DUAS SOMBRAS DO RIO: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA PELO TESTEMUNHO DE VÁRIAS VOZES

*É afinal tão simples a história deste rio. Tão simples e, todavia, levou séculos a desenrolar-se, pois os deuses gostam de contá-la devagar.*

João Paulo Borges Coelho

Em *As duas sombras do rio*, a guerra civil moçambicana é mostrada na região onde ela foi mais sangrenta, revelando um país que, mal saído das lutas de libertação de Portugal, se vê perdido em uma guerra interna, ao longo de dezesseis anos, por motivos políticos que abalaram suas estruturas. Nesse romance, a releitura da guerra é narrada na contramão da versão oficial a partir das experiências vivenciadas pelas personagens que padecerão, de alguma forma, nesse conflito, seja pelo exílio obrigatório, seja pela demência, seja pelas perdas familiares, seja pela violência.

### 2.1 PARA ENTENDER A GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE

A guerra civil moçambicana foi um conflito armado que teve início em 1976 entre o partido à época no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o de oposição, Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), e terminou em 1992, quando foi assinado o Acordo Geral da Paz.

A FRELIMO foi um movimento de orientação marxista-leninista, fundado em 1962, na Tanzânia, por Eduardo Chivambo Mondlane, e é resultado da união de três movimentos de libertação já existentes: a Mozambique African National Union (MANU), a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional Africana para Moçambique Independente (UNAMI). Esses três movimentos eram sediados em países diferentes e a base étnica também era diversa, mas, para conseguirem a Independência uniram-se em um mesmo movimento de resistência ao governo português.

Após algum tempo de treinamento de guerrilha na Tanzânia, a FRELIMO inicia, em 1964, a luta de libertação do território moçambicano contra o jugo português. Dez anos depois, a guerra termina com a Revolução dos Cravos em Portugal e Moçambique tem sua Independência assinada em 25 de junho de 1975. Samora Machel torna-se o primeiro presidente da República Popular de Moçambique sucedendo Mondlane, que fora assassinado. Ao assumir a presidência, Machel apregoou os *slogans* “Abaixo o feudalismo”, “Abaixo o colonialismo”, “Abaixo o obscurantismo” e “A luta continua”. Esses *slogans* marcavam o fim do colonialismo, mas também o fim das tradições ancestrais da cultura moçambicana que se pautavam em organizações de aldeias com um régulo, seus costumes e rituais religiosos. A extinção do “feudalismo” foi marcada pela deposição dos régulos e sua

substituição por secretários do partido, que eram militares. As antigas aldeias foram desfeitas e criadas vilas comunitárias, conforme o modelo soviético, desrespeitando as tradições seculares.

Em relação ao “colonialismo”, as fronteiras do país e a língua portuguesa permaneceram (mesmo sendo marcas da opressão portuguesa) acarretando uma disseminação de programas de alfabetização nesse idioma por todo o país, resultando em uma unificação forçada. Quanto ao “obscurantismo”, as cosmologias tradicionais deveriam ser suprimidas, bem como o islamismo, o cristianismo e todas as religiões em prol do “socialismo científico”. Para Machel, retomando Amílcar Cabral, era preciso eliminar as diferenças étnicas e abrir mão das tradições para o bem de todos (COMITINI, 1980). Os que não concordavam com as diretrizes do novo governo eram conduzidos para os campos de reeducação. A população revoltou-se, pois não compreendia o que ocorria e sentiu a liberdade cerceada ao sair do período de opressão colonial para o período de opressão após a queda do colonialismo. Essas mudanças trazidas pelo governo moçambicano promoveram a dissolução interna da FRELIMO e RENAMO e os embates entre a FRELIMO e a RENAMO deram início à guerra civil.

A RENAMO reestruturou-se logo após a Independência, a partir do grupo de resistência composto por dissidentes da FRELIMO que, na maioria, pertenciam à região fronteira com a Rodésia, o que possibilitou a esses revoltosos buscarem refúgio no país vizinho e organizarem a resistência ao governo de Machel. As atuações da RENAMO tiveram início na Região de Manica, localizada no centro do país, tendo, a princípio, a função de sabotar os guerrilheiros do Zimbábue acampados no território moçambicano e informar as autoridades daquele país sobre as manobras militares dos guerrilheiros zimbabueanos. Com a Independência do Zimbábue, a África do Sul passou a sustentar e utilizar a RENAMO para desestabilizar o governo socialista moçambicano por sentir-se ameaçada.

A FRELIMO acusava a RENAMO de não possuir um programa político e descrevia os soldados desta organização como “bandidos armados” que roubavam crianças para treiná-las, além de cometer atrocidades contra a população. A RENAMO, por sua vez, acusava a FRELIMO de não respeitar as tradições do povo e de exercer o governo impondo o medo à população.

A guerra se estendeu pelas zonas rurais, levando à morte milhares de pessoas vítimas do conflito e outros milhares por causa da fome e das doenças decorrentes da guerra. Como resultado, quatro milhões de pessoas, de uma população de quinze milhões, refugiaram-se em outros países, e a infraestrutura de Moçambique foi destruída. Além disso, os períodos de seca agravaram ainda mais as condições de sobrevivência da população que se viu

reduzida à categoria de refugiados ou deslocados. Eram pessoas que sobreviveram à morte mas encontravam-se traumatizadas pelos horrores que tiveram que assistir ou sofrer durante a guerra. O conflito gerou não só a dor, mas intermináveis discussões dentro do governo, nas universidades, nas comunidades e as perguntas eram as mesmas: que caminhos a guerra estava trançado para Moçambique? Como ficaria o país após essa violência? A guerra teve fim em 1992, ano em que foi publicada a nova Constituição do país, que garantia, entre outros direitos, o pluripartidarismo. Novas eleições foram convocadas, instalando-se, assim, um Estado democrático. Como resultado dessas mudanças, os antigos costumes foram sacralizados como tradição e a nova nação, nascida de duas guerras, passou a buscar a harmonia entre tradição e modernidade. Mas as feridas deixadas ainda sobrevivem na memória da população e muito ficou a ser explicado.

No romance *As duas sombras do rio*, o testemunho da personagem Meia-Chuva sobre as duas guerras é emblemático: a primeira experiência vivenciada por ele acontece em 1969, quando o régulo de sua aldeia se revolta contra os portugueses e convoca quantos quisessem ir com ele para a Zâmbia, onde receberiam treinamento. “Foi com estes que Meia-Chuva foi levado para um pequeno campo onde todos aprenderam o que era a revolução, com palestras, treinos e punições.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 171). Meia-Chuva sobressaía nos treinos e no aprendizado teórico sobre a revolução e passou a incomodar os seus superiores por não compreender que, mesmo sendo bom, havia postos e hierarquias ocupados por interesses e não pela competência. Por ter se destacado, recebe como recompensa a volta para Moçambique nas frentes de batalha: “Se era tão duro e tão preciso, que o fosse provar na luta contra os portugueses.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 171). O grupo revolucionário de Meia-Chuva era o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), que logo foi integrado à FRELIMO. Eles foram levados para o Norte e depois para a Zâmbia para um novo treinamento “em quase tudo iguais aos anteriores excepto em que este novo grupo mais ambicioso: não lhes bastava afastar o administrador de Massandaluz, queria afastar os administradores todos” (BORGES COELHO, 2003b, pp. 174-175). Em pouco tempo ele era novamente um comissário político enviado para atacar o Sul, até que chegou abril de 1974, data da Revolução dos Cravos. A segunda experiência foi a da guerra civil, e a comparação que a personagem faz entre as duas guerras revela a perplexidade e o desânimo resultante do fato de uma luta de anos ser invalidada por divergências internas no novo governo tão sonhado.

As coisas hoje são muito diferentes, não se combate como se combatia. Antes a dor era atenuada pelas ideias, pela visão clarividente do futuro. Matar libertava porque significava um passo em frente. Hoje, pelo contrário, o cheiro doce do sangue agarra-se às mãos, incomoda o sono.

Antes, até fugir era positivo porque se fugia já com o regresso em mente. Antes cercava-se, hoje é-se cercado. [...] E o cansaço do corpo, após tantos e tantos anos de trabalho, junta-se ao cansaço da alma de quem ainda procura a luz mas já só encontra naquela pequenina fogueira cercada pela infinita escuridão da noite. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 175-176).

A comparação feita pelo combatente resume o sentimento de muitos. Antes, a luta era pela liberdade de um povo, matar ou morrer era por uma causa justa, enquanto no presente da narrativa, o ato de matar incomoda, pois é a morte de um moçambicano e a ideia de regresso talvez não seja mais possível. Além disso, o cansaço revelado pelo combatente não é só do corpo, mas também da alma, por esta buscar uma esperança de dias melhores. A escolha de Borges Coelho em colocar um combatente da COREMO/ RENAMO fazendo essas reflexões, considerando ainda o fato de não nomear o grupo que ataca o Zumbo, levamos a crer que, para ele, mais importante do que nomear quem foi o responsável pelo início da guerra é apontar as agruras da guerra civil e o sofrimento das vítimas desse conflito, que são os moradores dessa aldeia comunal que perdem suas casas, familiares e amigos e, quando retornam, os vizinhos já não são mais os mesmos, as casas estavam todas destruídas, enfim, as perdas são irreparáveis. As críticas feitas por Meia-Chuva não poupam partidos, e hierarquias e sua voz representam a própria reflexão do autor acerca da violência estabelecida nas colônias portuguesas na África que, conseqüentemente, desencadeou as guerras civis.

No artigo “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” (2003a), Borges Coelho faz um percurso histórico do “potencial de violência” nas ex-colônias portuguesas e aponta como primeiro motivo o “subsistema” da Guerra Fria na África Austral, criando hostilidade entre os vizinhos aliados de Portugal e aqueles de tendência socialista que, no caso de Moçambique, envolveu a Rodésia. A segunda causa apontada são os conflitos internos dos movimentos nacionalistas que em Moçambique resultou na reação da RENAMO, que se reconstituiu como partido opositor à FRELIMO. O terceiro motivo

[...] poderia dizer respeito à substituição radical de Estados que o processo de rápida descolonização originou, em que um Estado colonial extremamente autoritário e controlador deu lugar a Estados aparentemente fortes, no caso de Moçambique conseguindo mesmo um notável “alcance” territorial através da conjugação de mecanismos formais com mecanismos semiformais ligados ao partido único. Todavia, as fragilidades que esse Estado desde cedo demonstrou, em termos de uma baixa eficácia aliada a uma postura autoritária, foi sem dúvida um fator indutor de uma potencial carga de violência. (BORGES COELHO, 2003a, p. 176).

Ou seja, há uma série de fatores internos e externos que justificariam a causa de tanta violência, entre eles, as questões sociais e econômicas após a Independência. O argumento

central do texto é demonstrar que quanto maior o grau de militarização de uma população, aliado à cultura de utilização de armas, maior é a evidência do potencial de violência e alastramento de conflitos. O autor nos lembra que “nos conflitos pós-coloniais, subsistiam ainda elementos dos conflitos coloniais passados, também, inversamente, se pode dizer que no conflito colonial existiam já elementos importantes das guerras civis que se seguiram” (BORGES COELHO, 2003a, p. 177). Essa observação do autor interessa-nos pelo fato de que é preciso ter em mente que no período colonial, os grupos de libertação tinham ideologias e vertentes políticas diferenciadas. É preciso lembrar ainda que, em Moçambique, a união dessas diversas frentes trazia no interior do movimento conflitos que precisavam a todo momento serem contornados em prol da Independência. A fala de Meia-Chuva é carregada de decepção, pois o sonho de um país justo acabou não se realizando. Como afirma Borges Coelho, elementos coloniais subsistem no período pós-Independência nas práticas do novo governo:

Mesmo considerando a grande carga de popularidade da nova ideologia libertadora e a afirmativa trazida pelos movimentos de libertação, consubstanciada na perspectiva da construção de uma sociedade nova e mais justa, o que é certo é que, ainda mais do que anteriormente, se tratava agora, neste espaço rural, de um contexto de pós-guerra com as infraestruturas destruídas e os colonos em retirada, com tudo o que significava de decréscimo de possibilidades económicas, nomeadamente em termos de emprego. Um contexto propiciador de tensão e violência, agravado pelo ressentimento popular em relação a esses grupos, e pelo espírito de “ajuste de contas” do movimento de libertação. (BORGES COELHO, 2003a, p.189).

A opção do autor pelo espaço literário do Norte também é significativa, visto que se trata de uma região até então não privilegiada pela literatura, como é possível observar nas obras de Mia Couto e de Paulina Chiziani, que trazem nas suas produções o Centro e o Sul do país como espaço literário privilegiado. Talvez por isso Borges Coelho tenha optado por colocar um mapa no início do romance para situar o leitor quanto à localização da Região do Zumbo em Moçambique e auxiliá-lo na leitura. A escolha do espaço literário nos remete à biografia do autor, que viveu sua infância na província do Tete e realizou pesquisas no período pós-Independência na Região do Zumbo.

João Paulo Borges Coelho, professor e pesquisador da história econômica e social do período colonial e pós-colonial de Moçambique, tem o romance *As duas sobras do rio* (2003) como obra inaugural na investida ficcional, e o assunto principal é a guerra civil a partir do olhar dos moradores do Zumbo em detrimento da versão oficial sobre o evento. Os projetos ficcionais que têm como objetivo desconstruir o discurso oficial a partir do discurso dos excluídos promovem a releitura da história. Se o governo moçambicano tende ao

apagamento da guerra civil, dando relevo à guerra de Independência, Borges Coelho, na escrita ficcional, revisita a história recente do país com recuos ao período colonial, quando necessário, para trazer à luz os fatos que foram apagados nas versões oficiais. Os romances *As duas sombras do rio* (2003), *As crônicas da rua 513.2* (2006) e *Campo de Trânsito* (2007) tematizam o Moçambique pós-Independência, a herança colonial presente nesse período com recuos ao passado colonial, sendo o primeiro romance centrado na guerra civil, o segundo no cotidiano dos moradores de uma rua na periferia de Maputo, capital de Moçambique, que vivem as mudanças trazidas pelas tentativas de construção da nação, e o último nos campos de reeducação compostos pelo novo governo.

Já em *As visitas do Dr. Valdez* (2004), a narrativa é sobre a relação entre duas mulheres do Zambeze (As donas do Zambeze como eram conhecidas) e seu empregado, que foram deslocados do Norte (Iha de Ibo e Mocujo) para o Centro do país (Beira) por causa da guerra de Independência. O romance faz recuos ao período colonial da ocupação do vale do Zambeze (prazos da coroa) e ao próximo da Independência. Já as coletâneas de contos *Setentrião e Meridião* são definidos pelo autor como “uma espécie de reportagem literária” (SANTOS, 2011, p. 108) das viagens que fez e tem o litoral como espaço literário. As relações entre literatura e história são constantes como afirma o próprio autor: “Certamente que haverá traços da atividade de historiador na minha prática literária: no talvez excessivo rigor na localização do espaço-tempo das tramas, nas estruturas causais das explicações etc.” (CHAVES, 2009, p. 153). Com exceção do primeiro romance, que é objeto dessa tese, em que a guerra está em primeiro plano, nos demais está como pano de fundo, mas mesmo assim está presente.

*Hinyambbaan* (2008) é uma história de viagem em que as personagens, que são da África do Sul, saem de férias em direção à província de Inhambane em Moçambique, modificando, assim, o percurso das outras obras que eram feitas dentro do país. Nessa novela o foco narrativo se pousa sobre os sul-africanos e as impressões que eles têm de Moçambique bem como os conflitos familiares. Com *O Olho de Hertzog* (pelo qual recebeu o prêmio Leya, em 2009) as relações com a África do Sul e a Rodésia são postas em relevo fazendo o diálogo entre esses países com Moçambique ao apontar a importância que Rodésia e África do Sul tiveram para a configuração do território moçambicano. Conforme o autor,

[...] a história desse país está intimamente ligada à região (ou *hinterland*, como aqui se diz). Se há uma estrutura que explica a colonização neste lugar é o sistema ferro-portuário e o trabalho migratório como componentes que permitiram que ela sobrevive servindo o desenvolvimento da África do Sul e da Rodésia. Moçambique não existiria, de facto sem a região onde está inserido. (CHAVES, 2009, p. 165).

Na novela futurista *Cidade dos Espelhos*, lançada em 2011, o espaço em que a narrativa é desenvolvida não é identificado e não conseguimos definir qual o país em que se passa a estória mas no enredo perdura a questão do centro e da periferia, sendo a periferia oprimida e calada pelo poder. O tempo da narrativa dessas obras é o tempo do autor e de seus leitores, em que, ora as incursões ao passado colonial, ora as mudanças espaciais podem evidenciar a possibilidade da literatura participar como modo de investigação da guerra de Independência, da guerra civil e as consequências delas para a vida dos cidadãos. *Rainhas da noite* (2014) é a última obra do autor em que o tempo da narrativa é o da Guerra de Libertação, no período em que a região era dominada pela companhia de minas e carvão dirigida por belgas. O autor traz o período colonial como parte da identidade moçambicana. Utilizando o artifício do século XIX do encontro de cadernos em sebos, o autor também faz uso de outra estratégia narrativa que é a pesquisa em arquivo público. Por fim, utiliza também, no argumento do romance, o testemunho de um conhecido da personagem, no caso, um antigo criado. Ou seja, o livro é um microcosmos do mundo colonial em que a personagem Maria Eugênia está rodeada de amigos e inimigos.

João Paulo Borges Coelho em *As duas sombras do rio* reconstrói a história de Moçambique sem trazer personagens históricas da guerra de Independência para dentro da narrativa. Nessa obra, a narrativa é construída pelo foco do narrador que em alguns momentos encontra-se atônito com a violência a que a população do Zumbo é submetida e, ainda, pelo testemunho dos moradores do Zumbo, da Bawa e da Feira, o que faz o livro assemelhar-se à composição de relatos. Mesmo buscando episódios históricos do passado na tentativa de entender o presente, a narrativa se centra na guerra civil localizada no Zumbo no Norte de Moçambique. Na escrita dessa narrativa chama atenção o destaque que o autor dá ao rio Zambeze, como rio estrada, rio fronteira, colocando-o como personagem no romance e como aquele que traz um longo percurso da história em suas águas.

## 2.2 RIO ZAMBEZE: ESTRADA-FRONTEIRA ENTRE O NORTE E O SUL DE MOÇAMBIQUE

*O Zambeze é uma larga e majestosa fita de prata que separa a terra do céu. Uma grande cobra que vem de Angola e corre para o mar, para o fim do mundo.*

João Paulo Borges Coelho

Os rios têm significações importantes na literatura por representarem em suas correntezas a passagem do tempo, o curso da vida e a estrada, entre outras simbologias. Na tradição ocidental, transpor o rio de uma margem a outra, por exemplo, tem a simbologia da morte, o que nos remete ao mito grego de Caronte que levava em sua barca as almas na sua última viagem em direção ao Hades. A importância do rio para os gregos se deve ao fato de ele ser uma divindade ligada à fertilidade e, assim, não era permitido a esse povo entrar nas águas de um rio sem as devidas cerimônias e oferendas de bois ou cavalos vivos a entidades mitológicas. Afinal, o rio pode trazer a vida ou morte pelos movimentos das suas águas, assim como representam a passagem do tempo.

Na tradição cristã, mergulhar nas águas do rio representa a morte do homem pecador e o nascimento do homem novo. Essa morte e ressurreição pelo batismo tem relação com o dilúvio que trouxe o fim de uma humanidade e o nascimento de outra, manifestando, assim, a reversibilidade na simbologia da água. Há três rios no texto bíblico que são referências importantes: o Tigre e o Eufrates, por banharem o Éden; e o Jordão, onde Cristo foi batizado. Esses rios são retomados em vários livros que compõem a Bíblia como representações da presença divina. Então, seja na tradição grega ou na cristã, as águas em forma de rio, chuva, lagoa ou mar, têm simbologias semelhantes. Porém, não é somente na tradição ocidental que as águas têm representações simbólicas, segundo Mircea Eliade (1998, p.154), “qualquer que seja o conjunto religioso de que façam parte as águas, sua função é sempre a mesma: elas desintegram, extinguem as formas, ‘lavam os pecados’, purificando e regenerando ao mesmo tempo”. Vimos o lado ocidental sobre a simbologia do rio e convém buscarmos o olhar africano sobre ele. Mia Couto, em *Se Obama fosse Africano?* (2011) nos lembra que

Nenhum rio é apenas um curso de água, esgotável sob o prisma da hidrologia. Um rio é uma entidade vasta e múltipla. Compreende as margens, as águas, as áreas de inundação, as zonas de captação, a flora, a fauna, as relações ecológicas, os espíritos, as lendas, as histórias. [...] Habitados a olhar as coisas como engenhos, esquecemos que estamos perante um organismo que nasce, respira, vive de trocas com a vizinhança. (COUTO, 2011, pp. 52-53).

Os dois rios neste romance possuem todos os elementos apontados por Mia Couto e o Rio Zambeze, em particular, tem um curso pelo território africano que chama a atenção pelo fato de percorrer três países, cortando o continente do ocidente ao oriente. Ele nasce na parte oriental de Angola na Província do Moxico, passa entre Zâmbia e Zimbábue, onde forma delta e entra em Moçambique, atravessando o país e criando a fronteira interna que divide o Norte do Sul antes de desaguar no mar. Mas o homem interferiu em seu leito ao construir a represa Cahora Bassa iniciada no período colonial e concluída no período pós-Independência. O alagamento das terras, além de promoverem o esfacelamento de sociedades pelo deslocamento de populações ribeirinhas, afastou as duas margens do rio, separando os vizinhos das margens do rio, destruiu plantações e lugares sagrados alterando, assim, as “trocas com a vizinhança” (COUTO, 2011, p. 53)

O desmedido inchaço do rio comeu a terra toda, das margens, fazendo com que os que a perderam fugissem para cima dos que dela alguma ainda tinham, desorganizando machambas e tornando rara a comida, inundando os santuários, que são os espaços para falar organizadamente com o céu. E, sobretudo, afastou as margens uma da outra de modo que as pontes se tornaram projetos impossíveis, que as vozes e os olhares deixaram de ter suficiente alcance para vencer o obstáculo dessas largas águas, que passou a ser muito difícil a reunião dos seus pobres habitantes. (BORGES COELHO, 2003b, p.260).

A construção da represa trouxe a fome pela perda da terra e dificultou a pesca pelo fato de que as barragens impedem o fluxo dos peixes, alimento principal das famílias ribeirinhas. Essa interferência no rio alterou também a tradição mítico-religiosa e desorganizou as estruturas tradicionais e tal desordem revela a represa como metonímia da herança colonial que não respeita a organização de pequenos povoados tomando as decisões em nome do bem da minoria da população em detrimento da maioria. Se considerarmos ainda que o rio faz a separação entre o Norte e o Sul, o aumento das águas fez com que a fronteira também se alargasse.

Por ter sido o Rio Zambeze o meio de acesso ao Norte de Moçambique no período colonial, e por ser por suas águas que os navios negreiros saíam em direção ao mundo, este rio pode ser lido, então, como depositário de uma longa cadeia histórica de episódios sucessivos de violência na região. Sobre ele, o narrador afirma.

Por vezes está o Zambeze tão sereno e transparente que é como se entre as duas margens jazesse a continuação inferior do céu. E neste vazio quase branco voam almadias e pescadores em largas coreografias silenciosas, cumprimentando-se com gestos quase imperceptíveis como se seguissem um plano só por eles conhecido. Deixam, essas almadias voadoras, riscos longos na pele da água, riscos que se vão desfocando e alargando como se aqueles pequenos pontos, à sua maneira velozes, tivessem grandes caudas

entrelaçadas ou deliberadamente evitando-se. E antes de desaparecer formam esses riscos elaborados arabescos, misteriosos para quem os não sabem ler. (BORGES COELHO, 2003b, p. 26).

A descrição do movimento das canoas pelas águas do rio assemelha-se a um bordado e só os moradores das margens do rio sabem ler estes desenhos. Cada pescador conhece os obstáculos dessas águas e o lugar em que o peixe está mais farto. Também respeitam os lugares interditos e sabem os perigos de aproximar-se de alguma das margens onde vivem os crocodilos e o risco de serem atacados por eles. É nessa fronteira, exatamente, no meio do rio, que tem início a narrativa do romance. A cena inicial apresenta Leónidas Ntsato deitado de bruços na areia da ilha de Cacessemo. O pescador desperta nessa ilha após um suposto desmaio ou possessão e sua vida nunca mais será a mesma, assim como a vida da família também mudará, bem como a da comunidade do Zumbo<sup>33</sup>. O fato ocorrido na ilha, a partir de uma experiência individual, se ampliará para a família e depois para os moradores do Zumbo e, por fim, para o país inteiro. O conflito entre as duas entidades que passarão a ocupar o corpo do pescador que são o leão, guardião do Sul, e a cobra, guardiã do Norte, colocarão em evidência a oposição entre o Norte e o Sul de Moçambique que resultará na guerra civil.

Leónidas é um pescador, casado, cumpridor de suas obrigações e tem sua vida posta do avesso a partir dessa vivência. A estratégia utilizada por Borges Coelho para compor a narrativa a partir de vários relatos é o de não manter o foco narrativo em Ntsato. Ao contrário, ele desliza o foco do pescador para outras personagens que, na opinião de Ventura (2010), deve-se ao estado de alienação mental do pescador. Isto o faz dialogar com a história de modo particular tencionado pelas forças que lutam dentro dele e sobre as quais ele não consegue explicar.

[...] o verbo “acordar” assume para ao protagonista o significado de despertar para a realidade que até então não conhecia. Sua versão para o que realmente aconteceu é o de um assédio por espíritos opostos, que gritam dentro dele e retirando-lhe a possibilidade de uma vida comum e de, inclusive, buscar o sustento para si e sua família. (VENTURA, 2010, p. 91).

Carmen Tindó Secco lê a trajetória do protagonista marcada pela tensão, conflito e deslocamento que se estende às demais personagens. Em relação ao estado do pescador após a experiência na ilha, afirma tratar-se de uma “recusa alegórica, como manifestação ‘a contrapelo’ da história oficial que, desde o passado colonial até a sangrenta guerra civil, afogara mitos e episódios históricos do território do Zumbo e das margens do Zambeze.”

---

<sup>33</sup> Segundo Sampaio (2006) o Zumbo foi doado pelo Imperador Pancayerte do Monomatapa a D. Sebastião e para garantir a doação foi construído um presídio com capitão-mor e soldados portugueses.

(SECCO, 2009, pp. 128-129). Franco defende que o pescador sofre um desmaio e passa, então, a “alternar estados de letargia e momentos de delírios” (2011, p. 34). O estado de Leónidas, na nossa opinião, é fruto da herança colonial deixada pelos portugueses que privilegiaram o Sul em detrimento do Norte. No nosso entender, a crise de Leónidas (cindido em dois) é do sujeito contemporâneo que não consegue definir seu lugar de pertencimento e representa, ainda, a divisão do país e a não consolidação do projeto de nação sonhado durante a guerra de libertação, trazendo frustração à população pelo fato de que a exploração do povo continuava assim como o desrespeito às tradições pelo novo governo. Alice Cruz também vê no protagonista a cisão promovida pela tensão entre o Norte e o Sul que, para ela, é lida como a tensão entre a tradição e a herança colonial por onde a autora faz a leitura do romance.

Ntsato não é mvula de um nem de outro, mas da própria nação moçambicana, incorporando a sua diversidade. Por conseguinte, na sua aceção, a desordem do mundo, por ele percebida, advém da não auscultação destas vozes, ou seja, do silenciamento da diversidade cultural interna, decorrente da escultura homogeneizante do processo de construção da identidade de Moçambique como nação coesa. (CRUZ, 2008, p. 205).

Talvez por isso, Leónidas veja as margens do rio Zambeze ampliadas por duas sombras que dão muitos significados ao rio. O pescador vê duas sombras e ouve duas vozes que não consegue compreender e essa impossibilidade de compreensão faz com que a personagem enxergue o mundo no sentido inverso, em que as “horizontalidades” se convertem em “verticalidades”. A conclusão da construção da barragem, que foi o maior símbolo do colonialismo naquela região, desvela o projeto de unificação que não é possível pela diversidade cultural e religiosa do país.

Leónidas Ntsato piscou os olhos. A fita negra da margem alongava-se na vertical: à esquerda, o céu azul brilhante; à direita, com uma cor quase idêntica, o rio fugidio para o alto. Subindo essas íngremes águas avançava penosamente uma almadia mas estava demasiado distante para que ele pudesse reconhecer o remador. Só o seu casco escuro cuja nitidez contrastava com o reflexo trêmulo que fazia nas águas – tudo vertical, as duas manchas solidárias trepando para o alto. (BORGES COELHO, 2003b, p. 11).

O movimento do rio para o alto (verticalidade) em que ele se une ao céu e o movimento dele para os lados em que se juntam as duas margens (horizontalidade) formam a figura de uma cruz no ponto em que se localiza a ilha, o que faz dela um espaço sagrado pela integração céu, rio e as duas margens. Leónidas Ntsato, deitado na areia com o corpo invertido vê, contudo, um mundo fora do lugar por causa da intervenção do homem ao alargar as margens do rio que afetou o fluxo das águas, que impossibilitou o contato entre as duas margens e modificou a relação entre água e céu. É certo que o local em que a personagem se encontra é significativo, visto que se trata da ilha de Cacessemo localizada

no meio do rio, onde as fronteiras Norte e Sul não a alcançam. Por ser um território neutro, este espaço poderia possibilitar uma negociação que confrontaria a oposição Norte e Sul, uma vez que ela (a ilha) anula a fronteira por estar localizada no meio do rio. Seria o que Bhabha define como entre lugar<sup>34</sup>, local em que as diferenças se articulam. Assim, podemos ler este espaço como um centro espiritual primordial, onde o pescador tem a sua vida transformada pela experiência que sofre. As coisas fora do lugar vistas por Leónidas desvelam ainda a crise promovida pela guerra que se dá entre o Sul e o Norte e, na fronteira dessa guerra, encontra-se o indivíduo dividido entre os dois espaços de pertencimento<sup>35</sup>. Ntsato, por ter em seu nome as duas sombras: Leónidas, nome latino que significa leão – o protetor do sul – e Ntsato, nome tchokoi que significa jiboia – a protetora do norte – constituindo em si o conflito do sujeito que não sabe a qual margem pertence. O nome da personagem já traz o hibridismo entre o europeu e o moçambicano.

[...] uma gigantesca cobra reluzente e silenciosa contorcendo-se à flor da água. Uma cobra da qual, como um corpo só, a almadia e o remador constituíam a cabeça. A grande cobra do M'bona, a origem do mundo e de todas as coisas. Uma cobra portadora de presságios.

Assustado desviou o olhar para o sul, para a margem algo distante [...] Aguçou o olhar e pareceu-lhe descortinar nela gigantescas bocas de leão, muito abertas, ao mesmo tempo que aos seus ouvidos delirantes chegava o som cavo do seu rugido. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 12-13).

Após esta visão, Leónidas tem sua vida interrompida e nunca mais voltará a pescar. Sua almadia<sup>36</sup> feita com tanto capricho a ponto de causar inveja aos vizinhos não percorrerá mais as águas do Zambeze. No caso de Ntsato, a identidade fragmentada pela tensão entre o Norte e o Sul é a própria crise do sujeito que o faz ser individual e social com múltiplas identidades formadas e em formação e promove aquilo que Bhabha identifica como estranhamento. Para o teórico, o estranhamento é condição das iniciações extraterritoriais e interculturais; é o que não foi dito, o que incomoda e o que está fora de controle.

A atividade negadora é, de fato, a intervenção do “além” que estabelece uma fronteira: uma ponte onde o “fazer-se presente” começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a re-locação do lar e do mundo – o estranhamento [*unhomeliness*]– que é a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais. Estar estranho ao lar [*unhomde*] não é estar

---

<sup>34</sup>O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esse “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 2007, p.20).

<sup>35</sup> Usamos o termo no sentido proposto por Cauquelin (2007), que afirma “paysagem” como derivada de “pays” e pode significar tanto uma região como um país que evidencia uma forte ligação de pertencimento longe da definição política, mas no sentido de pertencer ao lugar pelo afeto e pela identificação.

<sup>36</sup>Segundo o dicionário Caldas Aulete, é uma pequena embarcação feita de um único tronco, comprida e estreita, usada em algumas regiões da África e da Ásia. <http://www.aulete.com.br/> acessado em 10/07/2014

sem-casa [*homeless*]; de modo análogo, não se pode classificar a “estranho” [*unhomely*] de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social em esferas privada e pública. O momento estranho move-se sobre nós furtivamente, como nossa própria sombra. (BHABHA, 2007, p. 29-30).

E se pensarmos que o rio é a fronteira em que se revela a zona de contato entre as duas margens, seja entre os moradores do Zumbo e da Feira, pelo rio Aruângua, seja entre os moradores do Norte e os do Sul de Moçambique, pelo rio Zambeze, após a possessão de Leónidas, essas fronteiras se movem, visto que a guerra revela a fronteira invisível da diferença e do medo. No caso do pescador, a entrada nos rios é interdita pela possessão dos dois espíritos, mas ele promove a travessia dos demais moradores por causa do *m'fiti*<sup>37</sup> apregoadado por ele. Após a travessia desesperada dos moradores para fugirem do ataque guerrilheiro, a fronteira que era zona de contato entre os três países (Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe) passa a ser lugar limite, lugar de separação: os que optaram pelo rio Aruângua passam da condição de vizinhos à condição de refugiados e os que escolheram atravessar o Zambeze continuaram em terras moçambicanas na condição de deslocados e ficaram mais próximos do Zumbo sem, contudo, poderem voltar a ele pelo medo da presença dos guerrilheiros.

Diante do caos estabelecido pelo primeiro ataque, o estranhamento do leitor é causado pelo fato de o autor optar por não nomear o invasor. Essa postura provocou a crítica de Pina Cabral em “Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial” (2005). No artigo, o autor critica o romancista por não revelar as causas da guerra civil e muito menos apontar de qual grupo foi a culpa pelas atrocidades cometidas aos moradores do Zumbo. Em vez de nomear culpados, Borges Coelho prefere trazer à luz os vários episódios de violência sofridos pela população desde o período colonial até o momento da guerra civil e, pela tese que ele levanta no artigo “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta” (2003), que retomamos aqui, o histórico de violência não se reduz ao período da guerra civil, nem da guerra de libertação, porque a violência vem desde a colonização. E mais: para ele, a guerra civil é resultado desse histórico de violência, como apontamos anteriormente. Então, não seria justo nomear este ou aquele grupo como culpado se o resultado dessa violência é uma cadeia de acontecimentos históricos. Por isso, discordamos de Pina Cabral.

O narrador desloca o foco do leitor da ação de invasão ao Zumbo para as interrogações dos moradores na busca de entendimento sobre o motivo desse ataque e a destruição da aldeia. Os moradores voltam aos séculos passados e revivem os momentos de

---

<sup>37</sup> Conforme glossário do romance significa praga, maldição. (p. 261)

conflito das experiências anteriores, todas datadas no período colonial. Assim, a violência, no entendimento dos moradores, estava vinculada aos portugueses e não tinha relação com os moçambicanos. O primeiro recuo é para o século XVIII, no ano de 1759, quando os invasores (Domo-Dombo) vieram de Goa, antiga colônia portuguesa na Índia a procura de ouro. Choutana, neto de Dombo-Dombo continua a exploração com apoio português e segue a genealogia dessa família que explorou e destruiu povoados inteiros. A segunda família citada é a de Vicente José Ribeiro, conhecido pela alcunha de Chibango, que significa Hiena tihosa e assassina. Ao perscrutar a história eles não conseguem a resposta porque a violência não é de fora, não é mais o colonizador que traz o terror, mas são os próprios moçambicanos que anteriormente uniram-se para expulsar o invasor e que agora brigam entre si.

Serão os homens de *Dombo-Dombo* que em 1759 veio de Goa à procura de ouro? [...] Serão os homens de *Choutama*, neto do anterior, a quem os portugueses apoiaram e concederam honrarias militares? [...] Serão os homens de *Chisaka*, filho do anterior que arrasou Massangano para vingar a morte do pai?<sup>38</sup> De qual destes Caetano Pereira serão feras imundas que nos querem atormentar? Ou não serão eles crias dessa família cruel mas antes de Vicente José Ribeiro<sup>39</sup>, o *Chimbango*, hiena tihosa e assassina que traiu o Undi e, capaz dos actos mais hediondos por um punhado de dentes de marfim, quer agora trair o povo Ansenja por inteiro?

O povo vasculha nos compartimentos do tempo em busca de uma resposta para a ignomínia, mas a memória paralisa com o pavor e as explicações confundem-se umas com as outras, amalgamadas por toda aquela violência e pela urgência de respostas. (BORGES COELHO, 2003b, p.65).

Mais adiante, o século XIX é lembrado por ser o período em que as ocupações do Vale do Zambeze se intensificam nos Prazos da Coroa<sup>40</sup> e pequenos feudos são criados na

---

<sup>38</sup> Segundo Péllissier (1994), os portugueses fundaram a feira do Zumbo no início do século XVIII para extração de ouro e se organizaram em 1798. Gonçalo Caetano Pereira, Afro-Goês se apodera de uma jazida de ouro e funda o prazo de Macanga. Manuel Caetano, filho de Gonçalo, capitão-mor que tinha um exército de soldados-escravos *chikundas*, passa o poder para o irmão Pedro Caetano, o Choutama que tornou-se régulo de Macanga. Seu filho Pedro Caetano, o Chissaca, suspeitou que seu pai fora envenenado pela família dos Cruzes senhores de Massangano, inicia um ataque as aldeias dos prazos para vingar a morte do pai e atacou Massangano mas foi derrotado. Sampaio (2006) identifica José Anselmo de Sant'Ana como capitão-mor do Zumbo que em 1780 pede exoneração do cargo por este prejudicar seus interesses pessoais. O fato é que o Zumbo era constantemente atacado por ser demarcação de fronteira o que levou a população a abandonar a vila diversas vezes.

<sup>39</sup>Por volta de 1760 o Monomotapa Mupunzagatu foi assassinado, o que arrastou o Reino para outro período de guerra civil que originou, de vez, a quebra do que restava do poderio deste Reino, que acabou diluído em diversos regulados, ao sabor das conveniências portuguesas. Contam-se, entre os prazeiros que assinaram a sentença definitiva do Reino do Monomotapa, Inácio de Jesus Xavier, João Lobo, José de Araújo Lobo, José do Rosário Andrade, Sebastião Morais de Almeida, Vicente José Ribeiro e Vicente Ribeiro da Fonseca. (Pellissier 1994, p.)

<sup>40</sup> Os Prazos da Coroa foram uma das soluções que o governo português encontrou para colonizar o Norte de Moçambique. Esses prazos estavam ligados à fortuna dos Afro-Portugueses e constituem uma das características mais marcantes da história de Moçambique. A sua existência remonta ao século XVI e só na década de 30 do século XX foi extinto. Os prazos eram concedidos por um período de três gerações e

região, o que resultou em conflitos entre vizinhos por causa da venda de escravos, atividade comercial mais rentável da época. Cada um dos prazos possuía um exército próprio, assim como suas próprias leis, sem considerar o governador da colônia ou seus representantes e, muitas vezes, se recusavam a pagar impostos. A ocupação dessa região se intensificou com a Independência do Brasil, os portugueses voltaram-se para as colônias africanas, e Moçambique, que até então havia sido relegada a segundo plano, passa a receber colonos portugueses incentivada com doações de terras; o Norte passou a ser ocupado para garantir as fronteiras portuguesas e por ser o Zambeze o caminho mais viável de envio de escravos para a América. Com a vinda de mais colonos, as disputas entre os prazos trouxeram lutas, invasões e fugas. De 1799 a memória da população se deposita em outra personagem histórica, o capitão José Anselmo de Sant'Anna, no ano de 1866.

Como aquele que diz que na ausência dos vivos são os mortos quem ali se move, fazendo guerras num lugar que quase nunca teve paz. Veja só, em 1866 entrou uma correria de gente de Mussene pela rua principal (tal como aconteceu nesta última correria) fazendo muito estrago e só tendo sido detidas as suas tropelias à custa de um grande esforço de cinquenta cipaio do capitão-mor José Anselmo de Sant'Anna; mas por sua vez era este Sant'Anna suspeito de outras tropelias numa altura em que todos os senhores do Zumbo punham rivalidades acima do destino da vila. (BORGES COELHO, 2003b, p.105).

Uma segunda revolta, dois anos depois, é contra o tráfico de escravos, que também foi um dos motivos de ocupação dessa região, visto que a Inglaterra havia proibido este tipo de comércio e impedia os navios negreiros saídos de Angola de chegarem ao Brasil. Portugal teve como alternativa a opção do comércio de escravos através de Moçambique, que dava saída pelo Oceano Índico, longe da vigilância dos ingleses, e o Zumbo era o local onde esses escravos eram comercializados, prática chamada por Luiz Felipe Alencastro de “atlantização de Moçambique”. Houve uma revolta na região pela saída constante de escravos para o Brasil, então “o tal Bruma<sup>41</sup>, juntando este ou outros descontentes que também ele estava por motivos próprios, moveu uma guerra geral contra todos estes esclavagistas sanguinários e atacou o Zumbo português em Maio de 1888 por ser aqui o ninho destes vermes miseráveis.” (BORGES COELHO, 2003b, p.107).

A presença da Igreja também é retomada pelo fato de ela não ter se isentado da exploração dos locais, além de agredir os costumes e crenças ancestrais, e deixar marcas na

---

transmitidos via feminina. As mulheres só poderiam herdar os prazos e tornarem-se proprietárias destes se casassem com um muzungo (homem de raça branca).

<sup>41</sup> Pélissier (1994) faz menção a uma revolta liderada por Mburuma ocorridas nos prazos em 23 de janeiro, 23 de fevereiro, 9 de março, e em 9 de maio ocorre a invasão do Zumbo, porém foram repelidos pelos moradores. Kanyemba tenta perseguir e capturar Mburuma mas não consegue.

paisagem com ruínas de missões e igrejas grandiosas. Essa ocupação é rememorada pelo narrador através da ruína da Missão de São Pedro Cláver, que, no presente da narrativa, é o local de esconderijo dos contrabandistas agenciados por Mama Mére “Há três séculos, padres barbudos e católicos ousaram desafiar aqui o espírito M’bora” (BORGES COELHO, 2003, p.87). Os padres entraram pelo rio e instalaram carneiros hidráulicos<sup>42</sup> que traziam a água para cima, quando o correto é que ela vá para baixo essa atitude para os nativos era impensável, pois, ao alterar a ordem natural, desafiava-se os ancestrais e as consequências eram terríveis para todos. Assim também ocorreu com a construção da represa que alterou o ecossistema e modificou a largura do rio, inundou espaços sagrados, o que trouxe desordem e novas consequências para a população.

Outra construção que interferiu na vida dos moradores foi a da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios<sup>43</sup>, fundada em 1729 por Frei Manuel da Conceição, no Zumbo, e reconstruída como catedral por Frei Pedro da Santíssima Trindade à custa de chantagens e explorações dos locais em uma época de grande seca. Em um período anterior à chegada da seca, o frei trocou tecidos por trigo e milho produzidos pela população e fez um grande celeiro. Quando a seca chegou, ele passou a trocar alimento por trabalho e assim construiu a catedral. Se por um lado o frei explorou a população através da troca de alimentos por trabalho, por outro, ele tinha o domínio da farmacologia e curava as pessoas com o uso de óleos e ervas. Depois da sua morte, segundo a crença local, sua alma ficou errando naquela região até ocupar o corpo de Sixpense e transformá-lo no nganga<sup>44</sup>, juntando, assim, a tradição com a presença colonial. Aproveitando-se do medo que os moradores locais sentem das ruínas e, principalmente das tumbas dos padres, os contrabandistas passam a utilizar as ruínas abandonadas como esconderijo e usam um dos túmulos dos padres da missão como depósito de marfim, pela certeza de que ninguém iria até este local, por ser amaldiçoado e temido pela população, readaptando, dessa maneira, o espaço de opressão a uma finalidade útil para eles.

---

<sup>42</sup> De acordo com Cararo (2007), durante o funcionamento, a água que chega ao carneiro hidráulico sai por uma válvula externa até o momento em que se atinge determinada velocidade, ocasionando um fechamento repentino e uma sobrepressão que possibilita a elevação da água, fenômeno conhecido como golpe de aríete, o qual se repete continuamente em ciclos de 20 a 100 vezes por minuto, dependendo da vazão de alimentação, recalçando a água de maneira intermitente.

<sup>43</sup> Sampaio (2006), afirma que, em 1759 Pereira, natural de Goa, estabelece o primeiro povoado com o nome de Nossa Senhora dos Remédios, onde foi pároco o Fr. Pedro da Trindade, da ordem de São Domingos. Outros dizem que foi o frei quem fundou o povoado. Em 1763 é elevada à categoria de vila e capitania-mor.

<sup>44</sup> Segundo glossário do romance: médico tradicional, conhecedor das plantas e dos seus poderes curandeiros. (p. 262)

Outra marca temporal de conflito é o passado recente da guerra de Libertação lembrada por Meia-Chuva recuando, no ano de 1969, e o ingresso na FRELIMO, que data de 1973. Esse longo recuo no tempo demonstra como a população dessa região foi vítima de violência e guerra por séculos. Todos os fatos lembrados têm o rio como o local por onde entram os comerciantes árabes e indianos, os colonizadores, os freis construtores da Missão de São Pedro de Cláver que, além de entrar pelo Zambeze, ainda fizeram a curva em direção ao Aruângua. Também foi através das águas do Zambeze que muitos escravos foram levados “amarrados uns aos outros, e ainda bem, porque desta forma, muito juntos nos porões escuros dos barcos, ficava pouco espaço para os seus medos e terrores.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 258), morreram fora do lugar e, em consequência disso, ficaram a vagar pelo mundo.

Se nas águas do rio muita coisa aconteceu, nas suas margens também temos fatos importantes, como a quase morte de Sixpence. O pescador sonhava em ser um grande pescador comercial e, em certo dia, pescando nas margens do Zambeze teve a rede tão cheia que sozinho não poderia puxá-la e acenou para os pescadores que estavam relativamente próximos para virem ajudá-lo. Mas, com medo de perder os peixes, resolveu saltar em um pequeno canal na margem para melhor puxar a rede. Foi então que

[...] do meio das canas surgiu um crocodilo, um gigantesco e traiçoeiro nhacoco cinzento como a lama, que deslizou com aquelas sacudidas laterais que eles costumam dar e o abocanhou por trás, numa perna. Sixpence largou a rede, assim perdendo a melhor pescaria da sua vida, mas o mais importante era agora reagir. Virou-se, sempre com o monstro agarrado à perna.

O jovem Sixpence não esbravejou, aproveitando antes a força que a idade lhe conferia para se arrastar até a almadia. [...] Ali chegando, conseguiu deitar a mão a sua catana [...] virar-se para trás e começar a desferir repetidos golpes na cabeça do monstro [...] foi ele a largar finalmente a perna do jovem e, logo a seguir, este a desfalecer com metade do corpo metido na almadia, metade de fora, exangue. (BORGES COELHO, 2003b, p. 31-32).

Depois de passar vários dias entre a vida e a morte, o pescador concluiu que sua vida tinha que tomar um novo rumo e decidiu se tornar um nganga adotando o nome de Gomanhundo, que significa martelo. Esse foi o nome dado pelo povoado ao Frei Pedro da Santíssima Trindade “pelo muito que se bateu com tal instrumento para que a igreja se tornasse real” (BORGES COELHO, 2003b, p. 34). Fato é que a alma do frei ficou errante até encontrar o corpo de Sixpence e salvá-lo da morte pela infecção resultante da mordida do crocodilo. Contudo, a troca baseada na morte pela vida tinha um preço e este deveria ser pago pelo pescador com a realização das ações com que o padre atendia a população, ou

seja, o uso de ervas e olhos para curar. Assim, o pescador troca de profissão de pescador pela de nganga e o sonho de enriquecer deixa de ter sentido. A proximidade com a morte o levou a repensar suas ações e valores, que até então se aproximavam do colonizador (enriquecer) e deste se afasta, na medida em que opta pela tradição. Essa mudança chama atenção pelo fato de que ao receber o espírito de um colonizador (explorador) o pescador que tinha os sonhos do colonizador (enriquecer) muda de atitude e volta às tradições autóctones, ou seja, temos nesse processo o movimento de expropriação das práticas coloniais.

[...] ao fazê-lo, comprou um corpo onde se alojar pelo preço de o manter inteiro, salvando o pescador. Sixpence reconhecido, deixou-se morrer um pouco para abrir espaço para a alma errante do infeliz Gomanhundo. E como Frei Pedro fora também afamado curandeiro (o melhor no tocante aos óleos para o reumático), nasceu assim, desta extraordinária fusão, o nganga Gomanhundo. (BORGES COELHO, 2003b, p. 34-35).

A história de Sixpence nos remete ao ensaio “A cicatriz de Ulisses”, em que Erich Auerbach faz um paralelo entre a épica de Homero e o texto bíblico referente ao sacrifício de Isaí. O que nos interessa na competente leitura de Auerbach é a análise do texto homérico que ele faz do Canto IX da *Odisseia*, em que Ulisses retorna a Ítaca disfarçado de mendigo e é reconhecido por Euricleia quando esta, cumprido o costume local de receber um estrangeiro, identifica a cicatriz e o reconhece. O reconhecimento é interrompido e Homero faz uma longa digressão para narrar como Ulisses adquiriu a cicatriz na caça a um javali. Essa caçada foi organizada pelo avô materno, que foi quem escolheu o nome de Ulisses, e a coragem do jovem que enfrentou o animal forte e capaz de lutar até a morte é o motivo dessa longa digressão. A cicatriz se transformou no símbolo do herói e o episódio é tão importante que no momento do reconhecimento de Euricleia o ato é suspenso por 73 versos, para que o aedo possa narrar a caçada, uma miniodisseia que comprova a valentia de Ulisses, para só então retornar à cena do reconhecimento. A cicatriz tem nesta epopeia o símbolo da autoria instituída pela prova de valentia do jovem grego, ou seja, ela é a marca da iniciação do guerreiro que irá viver uma prova mais grandiosa, o retorno para casa após muitas errâncias.

Outra referência à cicatriz está no episódio bíblico da luta de Jacó com o anjo para ter a promessa de que a primogenitura trocada com o irmão estava garantida e que teria muitos filhos para afiançar a continuidade de sua semente. Então, como marca de aliança, ele tem o nervo da coxa cortado e o nome é trocado para Israel. A mudança do nome é feita após uma mudança interna da personagem que passou por várias provações, como a fuga de casa e da fúria do irmão, a viagem para a casa do tio materno que o explora no trabalho e o

engana, dando Lia por esposa, enquanto Jacó desejava Raquel e, depois, uma nova fuga da casa do sogro, para, então, retornar à terra de seus pais.

Os dois episódios têm relação de proximidade com o que aconteceu com Sixpence. Assim como Ulisses, o pescador teve que lutar com um animal feroz que não desiste de sua caça, ele não mata o crocodilo, mas consegue com engenho livrar-se dele provando sua coragem. A semelhança com o episódio bíblico está na aliança que o pescador faz com o espírito do frei para sobreviver e, neste sentido, e assim como o personagem bíblico, Sixpence tem o nome trocado para Gomanhundo para poder assumir a nova função. Essa narrativa é importante pela prova de quase morte vivenciada pelo pescador que nos faz pensar na experiência de Ntsato, que também quase morreu, mas não pôde fazer aliança com nenhum dos dois espíritos por eles serem inimigos e pelo fato de já ter a marca de ambos em seu nome. A mudança nas vidas de Gomanhundo e Leónidas é operada pelo rio, seja pelo envio do crocodilo com o primeiro, seja pelas duas entidades que habitam às suas margens com o segundo.

O rio é a fronteira que separa duas entidades mitológicas que são o leão e a cobra. O espaço em que os dois podem conviver é a Ilha de Cassesemo por estar localizada exatamente no meio do rio. Então podemos identificar os elementos fundamentais que são a terra, representada pela ilha, o fogo, relacionado ao leão, a água cuja entidade é a cobra e o vento que anuncia a chegada dos dois. Além desses quatro elementos primordiais, temos a sombra, ou as sombras, importantes a ponto de estarem no título do romance. Chevalier e Gueerbrant afirmam que a sombra “é a imagem das coisas fugidias irreais e mutantes [...] a sombra é considerada por muitos povos africanos como a segunda natureza dos seres e das coisas e está geralmente ligada à morte” (pp. 842-843). No romance as duas sombras são e estão ligadas a dois espíritos que se opõem: o leão ligado ao fogo e a cobra representada pela água.

O leão traz o símbolo do fogo, da força e do universo; está relacionado ao sol, é o rei dos animais e é a entidade que protege o sul. No romance é o leão *Kanyemba*<sup>45</sup>, o espírito do colonizador Rosário Andrade, que fez coisas terríveis contra a população local. O ritual para a visita do leão consiste em uma cerimônia em que várias pessoas compareciam entre elas, os Gregórios, familiares do leão e os líderes locais da população, se que sente desconfortável

---

<sup>45</sup> Conforme Péliissier (1994), Rosário Andrade tinha o cognome Kanyemba (uma das calamidades crônicas da região). A região dominada por ele era próxima a Lusaka e fronteira com a Zâmbia. A sua principal atividade era o tráfico de escravos e, pela crueldade que cometia (castração), houve uma revolta em 1889 entre os colonos contra ele, que na época era capitão-mor. O governador resolve demiti-lo do cargo.

por ser a primeira vez que vão ao santuário novo, o narrador não diz o motivo da mudança do espaço sagrado, mas a organização para a cerimônia é hierárquica. O ritual inicia com os tambores e todos sentados em meia lua.

No centro, vestida de branco, em cima de uma esteira, Joaquina M'boa jaz prostrada. Atrás de si, discreta e junto à fogueira, a velha Kambande dispõe os objetos sagrados: o chigubo, pequeno pote de água que refrescará, a espaços, a sacerdotisa; o ntekwe, tabaco mágico que a levará às alturas; enfim, o mwangato, bastão que pertenceu ao próprio *Kanyemba* e que comprova hoje a legitimidade da cerimônia. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 146-147)

A primeira vez que o leão aparece no romance, ele está na parte sul do Zambeze e ele se revela para Leónidas através de uma queimada “por detrás da fita escura da costa lavrava uma gigantesca queimada e seus fumos eram agora os vapores exalados das faces das hediondas bestas e as faúlhas como que o reluzir fulminante do seu olhar, ora rubras, ora amarelas – o amarelo de ódio dos leões” (p. 13). Ele também conta a versão da história com fatos distorcidos que a todo o momento são corrigidos pelo narrador, que faz, assim, uma nova versão da ocupação no período colonial. As versões das histórias contadas pelo leão se devem, provavelmente, ao fato de ser o espírito de um colonizador morto fora do lugar, pois, segundo a explicação do narrador, aquele que morre assim torna-se um espírito errante, apesar de que “os espíritos estão para lá dos defeitos, o m'phodoro<sup>46</sup> está acima desses lugares triviais que são o bem e o mal.” (p. 148) A fala do leão revela o perigo que a guerra civil traz para o país e para ele, visto que as tradições são ameaçadas. Então: “Mataram a terra e todas as coisas. Matam-se agora uns aos outros. E quando há este ódio entre vizinhos, quando as aldeias se inimizam desta maneira, quando a família se acaba é porque se aproxima o vazio e o fim. Porque se apaga o fogo” (p. 151).

A manifestação da cobra é menos suntuosa e sem plateia e, se por um lado o leão precisa do fogo para a cerimônia de possessão, por outro, a cobra precisa do rio para se manifestar. Também é em uma mulher que a entidade se manifesta, mas, diferente do leão que toma o corpo jovem de Joaquina, a cobra se manifesta na idosa Harkiriwa. Conforme a tradição, ela é a “makewana<sup>47</sup>, aquela que chama a chuva, a tradutora da jibóia” (p. 226) A idosa é parte da população que perdeu suas terras com a construção da represa Cahora Bassa que provocou a seca e destruiu os lugares sagrados. Em busca da compreensão do mal que

---

<sup>46</sup> Espírito de um notável morto que assume a forma de um leão e encarna um mortal ou se utiliza dele para comunicar com os vivos. Leão, espírito do leão. (BORGES COELHO, 2003b, p. 261)

<sup>47</sup> Sacerdotisa da chuva. (BORGES COELHO, 2003b, p. 261)

se abate sobre aquelas terras, ela parte para perto do Zambeze e constrói uma palhota para receber a visita da Jibóia.

O vento irrompe a espaços, masculino, em golpes secos e violentos, perturbando a quietude que parecia prevalecer. Uiva e ante ele se inclina o capinzal, submisso à passagem de uma força superior. Estremece a frágil construção e dentro dela entra Harkiriwa para se proteger. Ribombam os trovões (será mesmo a trovoada ou serão os tambores de Batwa, frenéticos?) num ruído que começa surdamente e vai aumentando até se tornar ensurdecedor. É M'bona que vem visitar sua esposa. Submissa Harkiriwa aguarda aquela força imensa que vem do norte, a gigantesca jibóia que vem vindo velozmente, ondulando para cima e para baixo à medida que vence inúmeras colinas, ondulando para os lados, em sucessivos esses, à medida que torneia os obstáculos do caminho. (BORGES COELHO, 2003b, p. 227)

Não somos informados sobre o que a entidade falou e nem quais previsões fez para a Harkiriwa, ela veio e foi embora sem que o narrador pudesse contar qual foi a mensagem trazida. Se o leão é o espírito de um europeu transformado em ancestral, a jibóia é uma entidade da tradição daquele povo. No início do romance quando as duas entidades surgem para Leónidas, a cobra vem pelo rio e é identificada como a que deu origem ao mundo “a grande cobra M'bona<sup>48</sup>, a origem do mundo e de todas as coisas. Uma cobra portadora de presságios.” (p. 12). Portanto, essa entidade é a responsável pelo surgimento e criação de todas as coisas e sempre esteve presente, enquanto o leão é o espírito que vem de fora e se adapta aos ritos locais. Para Harkiriwa, só é possível apagar a dor coletiva curando as dores individuais. Para ela, a única forma de fazer isso é com a água milenar da sabedoria. Segundo a idosa, o fogo é a dor e a água a cura. Para a mvula<sup>49</sup> do leão o fogo é vida e renascimento. Se trouxermos os quatro elementos primordiais juntos: a água, a terra, o ar e o fogo, eles são a potência da criação e, assim, a ilha de Cacessemo, onde é possível a junção desses quatro elementos, constitui-se um espaço sagrado e com o potencial de releitura.

Voltando às correntezas do rio, temos a presença do barco Estrela-do-Mar, que também foi introduzido no período colonial, passou pela história local e seu nome “que lembra locais longínquos, lá onde o Zambeze finalmente se acaba” (BORGES COELHO, 2003b, p. 182) é ironizado pelo narrador por este não ter sido mudado para “Josina Machel, 25 de Junho, Eduardo Mondlane. Seria até Estrela Vermelha” (BORGES COELHO, 2003b, p.182). Porém, o barco, assim como o Norte, foi ignorado pelo novo governo e continuou a navegar sem maiores interferências, parando somente quando a guerra ficou muito perigosa. As pessoas só iam e não voltavam. Mas, quando ele retorna às atividades, tem o importante

---

<sup>48</sup> Espírito da cobra e da água. (BORGES COELHO, 2003b, p. 261)

<sup>49</sup> Médium. (BORGES COELHO, 2003b, p. 262)

papel de levar a população do Zumbo de volta para casa, anos depois do primeiro ataque, quando a chegada dos Trigueiros<sup>50</sup> traz segurança de volta àquela região.

O piloto do barco, Ricardo, herdou o nome do antigo piloto português de quem fora ajudante, Mar-Picado, ficando conhecido como Ricardo Mar-Picado. O barco e o piloto têm uma relação de dependência tão intensa que parecem formar um único corpo, principalmente pelo fato de Ricardo viver nele desde criança trabalhando como ajudante do português de quem herdou também o ofício. O narrador nos informa que o barco viera de terras distantes e, se pensarmos no nome do piloto português, “Mar-Picado” parece-nos que fora um grande viajante que percorreu muitas rotas antes de ir para Moçambique:

O piloto Ricardo segura firmemente o leme. É certo que conhece bem aquelas paragens, assim como o barco, que é quase uma extensão do seu corpo. Está nele desde que foi ali lançado à água, vindo de terras distantes (quem sabe por onde andou antes, e que nome terá tido). Começou como moleque, ajudante, moço para toda obra, verificando o óleo do motor, lançando as amarras à chegada e soltando-as à partida. Mas o piloto português acabou por ir-se embora. E era barbudo e chamava-se Mar-Picado, nome que lhe viera talvez da navegação por outras águas menos lisas do que estas. (BORGES COELHO, 2003b, p. 191).

O barco com seu piloto Ricardo é uma presença curiosa nesse rio em tempos de guerra, visto que as almadias, por serem embarcações menores, cruzam as águas sem o risco de serem atingidas, enquanto um barco grande seria um alvo fácil. E pelo que o narrador nos informa, ele é o único meio de levar alimentos e outros produtos de primeira necessidade para as vilas e foi por ele que muitos fugitivos de guerra chegaram por ali, tal como Amoda Xavier que viera ver onde nascia o Zambeze moçambicano.

Se na primeira fuga muitos moradores morreram por não terem uma almadia para atravessar o rio Aruângua, no quarto ataque é no Estrela-do-Mar que a população consegue fugir pelo rio Zambeze e, na fuga desenfreada, o barco termina por encalhar na ilha Cacessemo. Esse final é muito significativo, visto que a ilha é o espaço em que o romance inicia. Por ser um lugar neutro e seguro, os moradores optam por permanecer ali, à espera de dias melhores. A figura alegórica do piloto e do barco – “Ricardo Mar-Picado passa os dias no areal, à sombra de um Estrela-do-Mar com raízes cada vez mais fundas” (BORGES COELHO, 2003b, p. 250) – pressupõe a impossibilidade da viagem, mas também pode ser lida como uma união das tradições portuguesas com a moçambicana pelas raízes do barco fincadas na areia.

---

<sup>50</sup> Militares moçambicanos treinados pelos militares do Zimbábue.

O desespero dos passageiros no momento da fuga desestabiliza o piloto que não consegue controlar o barco e este fica preso à ilha junto à maioria dos passageiros. A presença da ilha é recorrente na literatura como representação da utopia. Quem cunhou este termo foi Thomas Morus, no livro *A Ilha da utopia*, e é a partir dessa obra que a utopia passou a ser compreendida como um sonho de realização quase sempre impossível, por isso ela é o espaço do desejo em que as mudanças sonhadas que seriam viáveis em um devir são ali representadas. Fátima Bueno (2005) nos lembra que

Diz-se frequentemente (demasiadas vezes na minha opinião) que o nosso tempo não é propício a utopias. Creio que assim não é: ao longo da História foram precisamente os tempos mais infautos que ofereceram as visões mais límpidas do pensamento utópico. É certo que a primeira metade do século XX se pautou por uma rejeição diletante do utopismo, mas tal deve-se, como muito bem explicou Adalberto Dias Carvalho, a uma confusão entre *utopia política* e *utopia filosófica*. A *utopia filosófica* embora possa conter um designo de acção política, empenha-se mais em avançar princípios, para além disso, revela consciência do *excedente de desejo* que contém, isto é, não avança planos de acção concretos mas traça linhas de orientação que assume como utópicas (no duplo sentido de desejáveis e irrealizáveis). Nesse sentido, é mais consistente com a cosmovisão do homem contemporâneo, que já não acredita em planos de acção infalível. (BUENO, 2005, s/p.)

Benjamin Abdala Júnior, no livro intitulado *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismo* (2003) propõe uma nova leitura da utopia pela vertente política, tomando-a como libertária. Ele retoma a discussão sobre esse assunto em torno dos campos da ficção e da história sem descuidar das pressões econômicas, políticas e sociais sofridas pela sociedade contemporânea. Dentro desse contexto, o indivíduo, vivendo uma realidade de desencanto, consegue construir possibilidades de resistência e possíveis transformações sociais, que o autor chama de “sonho diurno” por ser um sonho realizável no presente ou em um futuro próximo. A utopia passa a ser lida como o “ainda-não-ser”, ela consistiria no desejo de preservar não só um sonho, mas uma práxis social. E, neste caso, a literatura tem um papel importante por transmitir, através do discurso ficcional, a acção política, e é através disso que os sonhos se concretizam na palavra, distanciando-se, assim, do conceito de utopia do século XIX, que lia o termo como uma harmonia inatingível. Abdala nos apresenta o conceito da utopia realizável em uma sociedade que mantém as diferenças, próprias do ser humano, dizendo que, mesmo em uma sociedade tão diversa, é possível construir sonhos diurnos que nos levam a ser “outra coisa” e não buscarmos um “outro lugar” para realizarmos este sonho.

Abdala retoma Morus e destaca o comentário do autor ao final do relato, “Desejo-o mais que espero”, defendendo que o desejo de transformação impulsiona para frente, o que

caracteriza o sonho diurno pela possibilidade de sua realização. O autor ainda nos lembra que *A Ilha da Utopia* foi um pretexto para que o autor pudesse manifestar suas convicções sobre a organização política e socioeconômica dos estados europeus em formação. Outra ilha destacada por Abdala é a “Ilha dos Amores” de *Os Lusíadas*, por ser nela que Vasco da Gama conhece a máquina do mundo que simboliza a aquisição do conhecimento. Assim, “*Os mares nunca dantes navegados* não se limitam à extensão oceânica, mas também, de forma correlata, à dimensão vertical — experiência e conhecimento.” (ABDALA JR., 2003, p. 19).

A ilha de Cacessemo é apresentada como “afastada no tempo”, “protegida de invasores”, “segura como uma pausa no meio do incessante movimento”, “na exata fronteira entre o norte e o sul”, “um original equilíbrio entre o rugido do leão e o silvo da cobra”. Pelas características apontadas, ela é o local onde o leão e a cobra não disputam o poder, por isso é o único lugar seguro e equilibrado, situação que deveria ser estendida para todo o país. Também pode ser lida como o espaço da razão pela visão de Leónidas da verticalidade entre o céu e o rio, é nela que se revela o caminho necessário para que Moçambique encontre a solução para o conflito que vivencia, o equilíbrio. Essa leitura é confirmada pela imagem da ilha que ora afunda, ora eleva-se no ar, mas sempre se mantém no meio do rio. Porém, a relação das personagens que passam a habitar a ilha é marcada pela oscilação entre esses lados. O lado de lá é o Zumbo, um espaço antes conhecido e que a guerra transformou em estranho, e o lado de cá é a ilha, único lugar possível de ficar por ser seguro e estar longe das investidas da cobra e do leão. Mas ela também é o não-lugar para os moradores, visto que eles não têm relação de pertencimento com ela. Portanto, este é ainda o espaço de conflito, onde os novos moradores têm duas atitudes: um grupo repete a rotina que tinham no Zumbo ou na Bawa e o outro simplesmente espera. No primeiro grupo estão Maria Isabel, que passa os dias a cavar em volta da machamba para preencher os dias vagos, e Meia-Chuva, que faz patrulhas. No segundo grupo estão Ricardo, que fica à sombra do Estrela-do-Mar; Inês, que deambula e treme, e, por fim, Amina, que aguarda. O conflito estabelecido nos moradores acerca dos dois espaços nos remete às reflexões de Hall em *Da Diáspora*: “Conheço intimamente os dois lugares, mas já não pertenço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada.” (HALL, 2003, p. 415).

A chegada adiada coloca a ilha como o lugar de espera que também pode ser compreendido como alegoria de um Moçambique possível em que a dicotomia entre o Norte

e o Sul seja quebrada, e, nesse local, o “sonho diurno” permite repensar essa divisão com o intuito de que Moçambique tenha a possibilidade de buscar o equilíbrio necessário para o seu povo: o país livre e justo tão almejado na guerra de libertação. O que nos leva a pensar nessa possibilidade é o fato de o romance iniciar e terminar neste espaço e, além disso, somos levados a pensar nas mudanças na vida dos moradores do Zumbo, tomando a leitura de Abdala do sonho diurno.

Talvez a mudança deva ocorrer dentro das pessoas para serem “outra coisa” e não buscarem um outro lugar. Irene Enes no artigo “*Island, A ordem utópica em Aldous Huxley*” (2008) Ao analisar os três romances desse autor que têm uma visão pessimista do século XX aponta na última obra do autor, *Island*, Enes busca na palavra *Paleo* usada por Huxley o significado grego que promove uma nova leitura sobre a distopia que ocorre no final da narrativa. A palavra vem do “grego *Palaiós*, que remete a ideia de “antigo”, de “primitivo”, de “pré-histórico”, de algo que ocorreu outrora.” (p. 137) Segundo a autora, o referente usado pelos fundadores da ilha é uma filosofia antiga que está latente em todos os homens e a invasão da ilha no final do romance não determina o fim da utopia, pois há homens que acreditam na realização plena da humanidade “ Assim, dentro de uma utopia com desfecho aparentemente distópico, a possibilidade de renovação utópica mantém-se, oferecendo-se como plataforma para novos sonhos, novas visões.” (p. 137)

Tanto o referente apontado por Abdala quanto por Enes nos faz crer que o fato de as personagens, ao final do romance, ficarem de certa forma presos à ilha, aponta para uma possibilidade de mudança, uma esperança de uma nova sociedade moçambicana. Se o homem interferiu no rio que deslocou pessoas pelo alargamento de suas margens (este é o motivo da doença de Leónidas) quando os moradores são postos na ilha, tendo a viagem interrompida e suas vidas colocadas em suspenso, parece-nos, então, que o rio ensina que o caminho a ser tomado é a construção de outra ilha utópica, que não existe ainda, mas precisa ser construída e que possibilitaria *as duas sombras do rio* viverem em harmonia. Só assim essas personagens poderiam continuar a viagem, uma mudança possível, não somente no que se refere ao espaço e ao tempo, mas também de condição.

### 2.3 FUGAS E EXÍLIOS, TRAVESSIAS E ERRÂNCIAS: AS DUAS MARGENS DO RIO

*Porque não há um só destino, há sempre um destino atrás do outro, todos os dias, sucedendo-se ou correndo como a água do rio, e a sucessão de todos os destinos principais e paralelos é a história.*

*João Paulo Borges Coelho*

O romance em análise narra as travessias dos agricultores, pescadores, caçadores de elefante, comerciantes, combatentes de guerra, militares, administradores e vários outros moradores dessas paragens que se movem de uma margem a outra, entre idas e vindas, nos intervalos dos ataques ao Zumbo. O autor coloca um mapa no início do romance, logo após o sumário, para melhor situar o leitor no espaço geográfico abordado na narrativa. Como bem aponta Rita Chaves (2008, p. 188), “trata-se de uma carta que se desdobra: no canto inferior direito há o desenho do país, em que assinala a região do Zumbo, detalhada em legendas que completam a apresentação do lugar que é palco das ações a serem narradas.” E o leitor lança mão desse mapa, ao percorrer as páginas do livro para acompanhar os deslocamentos das personagens e o palco das ações descritas na narrativa.

O enredo é organizado pelas travessias e errâncias das personagens, após os ataques guerrilheiros, e podemos dividi-lo entre as quatro investidas dos guerrilheiros ao Zumbo e uma ofensiva a Bawa. Essa divisão que propomos é para melhor organizar este tópico em que abordaremos as fugas e travessias das personagens. A primeira parte do romance é composta por 24 capítulos que vão da página 11 à 144, na edição a que tivemos acesso, compreendendo os fatos ocorridos entre a possessão de Leónidas, na ilha de Cacessemo, ao ataque guerrilheiro de 16 de outubro de 1985, no território da jiboia (Norte de Moçambique), que culmina com as travessias de parte dos habitantes do Zumbo para a Feira e de outra parte dos moradores do Zumbo para a Bawa. A segunda parte do romance pode ser delimitada a partir do anúncio profético do leão, através de Joana M’Boa para a comunidade da Bawa sobre a investida dos guerrilheiros a esta aldeia, que ocorre em 27 de maio de 1987, ocupando as páginas 145 à 229, abrangendo 14 capítulos que relatam as mudanças ocorridas nas vidas dos antigos moradores do Zumbo, na Bawa, e o retorno destes junto com os habitantes da Bawa para seu antigo território do Norte. A terceira parte do romance narra a terceira ofensiva guerrilheira, novamente contra o Zumbo, em 1º de julho de 1989, abarcando três capítulos, da página 230 à 246, mas a ofensiva também não teve sucesso, pois os Tigres (uma divisão do exército moçambicano) estavam guardando a aldeia e um avião zimbabweano sobrevoava a comunidade fazendo os invasores fugirem. A quarta parte é sobre o quarto ataque, que é mais devastador que o anterior. Porém, a população tem tempo de fugir pelo Rio Zambeze e evitar o Aruângua, já que a experiência anterior comprovou ser muito perigosa a travessia por aquele rio. Na fuga pelo Zambeze os passageiros do barco terminam no mesmo cenário do início do romance, diferenciando-se este capítulo do primeiro pelo fato de o pescador observá-los da margem Norte. Mesmo assim, parece-nos que iniciar e terminar

o romance neste espaço indica a circularidade da narrativa que nos leva a inferir sobre o recomeço.

Em relação à estrutura da narrativa, chama atenção o fato de o autor ter escolhido um humilde pescador para representar a divisão Norte e Sul do país. Leónidas aparece no primeiro capítulo e depois fica em segundo plano, enquanto uma sucessão de personagens ocupa o primeiro plano. Volta no quarto capítulo, depois continua em segundo plano a perambular pelo Zumbo enquanto aguarda a cura prometida pelo nganga Gomanhundo. O protagonismo de Leónidas retorna com a volta dos moradores do Zumbo em 1989 e depois, no final do romance, mergulhando nas águas do Zambeze e nos capítulos em que o protagonista não está presente são narradas histórias de outras personagens que terminam por entrelaçar suas vidas aos rios, seja os moradores do bairro Lusaka, ou os da Bawa, ou os da Feira. Assim, a vida de Leónidas e dos demais moradores do Zumbo tem as histórias particulares contadas em cada capítulo do romance, entrelaçadas pela narrativa maior que é a da guerra civil, que entra no romance a partir da interrupção do cotidiano dos moradores das margens dos rios de várias formas: no Zumbo, pelo abandono das casas e a fuga para outras margens transpondo suas vidas de uma situação estável para uma instável.

Laura Cavalcante Padilha, no artigo “A arte de vestir africanamente brancos manequins” publicado na Revista Gragoatá, (2005), ao analisar dois romances das literaturas angolana e moçambicana *O manequim e o piano* de Manuel Rui (2005) e *O sétimo juramento* de Paulina Chiziane (2000) afirma que assim como os romances de Paulina e de Manuel Rui, bem como os de Mia Couto, Boaventura Cardoso, João Paulo Borges Coelho, Ruy Duarte de Carvalho, apontam como a questão da migração “podem explicar e a insistência dos autores em cenarizarem deslocamentos e movimentos de várias ordens.” (p. 34) Para a professora, nesses romances “as viagens, os deslocamentos, o entre cruzar de várias fronteiras, as migrações, acabam por constituir o traçado imaginário principal, ao mesmo tempo em que os mitos, ritos, crenças, costumes etc. sustentam, ainda mais, o corpo diegético” (p. 34). Em relação às ações de *As duas sombras do rio*, de Borges Coelho, o rio Zambeze e seus afluentes constituem a estrada natural entre os três países onde os moçambicanos deslocados da guerra são obrigados a atravessar, em busca de segurança e paz. Padilha nos lembra que “os romancistas, como sujeitos localizados em uma cultura, pactuam com as histórias de suas terras, empenhando-se em criar textos em diferença, para além de não deixarem morrer as falas de seus lugares.” (p. 35)

Para os habitantes da Feria na Zâmbia e da Bawa em Moçambique, a chegada dos refugiados também desestabiliza suas vidas pela assistência devida a eles, o que pressupõe

mais bocas para alimentar, além do medo da guerra chegar até ali. Assim, o estado de suspensão vivido por Leónidas se transpõe para todos os moradores das margens desses rios. Ventura lê a trajetória do pescador como “a de um ser solitário que atravessa a vida e conta ou tem contada sua ‘aventura’, Leónidas Ntsato sofre um processo de alienação que o retira de sua vida comum e o torna uma espécie de observador da vida de sua comunidade. Marcado pelo trágico, o destino de Leónidas é a morte.” (VENTURA, 2010, p. 92). Para Cruz, o mergulho de Ntsato no rio tem outra leitura, visto que é nele que está a resposta para o mal que aflige o pescador.

Entendendo-o, Ntsato mergulha no rio e nele se funde. Esta fusão do indivíduo com a história do seu povo aponta a inextrincabilidade entre o plano individual e o plano social, enlace que acompanha toda a obra, reflectindo a necessidade de olhar para lá da aporia clássica entre o particular e o geral, já que é no particular que o geral se substancia e transforma. (CRUZ, 2009, p. 209).

Para a estudiosa, a escrita alegórica de Borges Coelho destaca as frinchas deixadas pelo colonialismo e que perduram ainda na sociedade moçambicana e que é preciso trazer à luz. “O dilema de Ntsato é dilema enfrentado por seu próprio povo” (p. 211). O narrador nos apresenta parte da biografia dessa personagem tida como um homem respeitado pela comunidade, considerado bom em seu ofício de pescador, além de ser cumpridor das tradições, como comprova o pedido de casamento a Amina seguindo todos os ritos tradicionais. Era caprichoso em suas obrigações, mantinha o telhado da casa sempre em ordem e, para dar maior comprovação disso, a dedicação que teve na construção de sua almadia feita com delicadeza e cuidado, sem pressa, para que o serviço saísse a contento. Mas, de repente, sua vida foi posta em suspense, “até esse dia foi Leónidas Ntsato um pescador” (BORGES COELHO, 2003b, p.24) que vivia cruzando os rios Zambeze e Aruângua em busca de peixe, agora escasso pela construção da represa Cahora Bassa. A guerra já estava ocupando outros espaços do Norte, lembremos que foi ela que fez a vida de Leónidas se cruzar com a de Amina, pois, segundo o narrador, a futura esposa de Ntsato foi para o Zumbo junto com a família fugindo de Murunguja por causa da guerra. Ao vê-la, o pescador se apaixonou e a pediu em casamento com o pagamento do dote. Contudo, o narrador nos lembra que o destino de Amina é uma exceção.

Na verdade, tendo largado sua terra em fuga para o Zumbo aonde chegara sem nada, nunca pensou vir a ter tanta sorte. Os refugiados não casam as filhas, apenas deixam de as controlar. Não tem estabilidade nem imponência social que permitam apoiá-las na altura do casamento. Anónimos, pobres, só lhes resta esperar a fatídica notícia de que elas foram um dia derrubadas por algum jovem fegoso, esperar que a barriga lhes cresça e finalmente amar um neto sem o poder manifestar, por ele ser fruto da vergonha. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 21-22).

Nazir Ahmed Can em “Da filologia da guerra à divisão do ‘eu’ feminino em as duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho” (2013), destaca que o romancista aponta as diversas consequências da guerra civil moçambicana para a população tais como a ruptura das famílias, o comércio ilegal além do trauma. Nesse trabalho, o autor se debruça sobre as personagens femininas e destaca o fato de elas não serem passivas e nem tão pouco vítimas de uma guerra feita exclusivamente por homens. Elas são individualizadas e ativas donas de seus destinos. Além das mulheres, Can destaca a questão das crianças que vivenciaram as guerras e, em consequência dessa experiência, tem uma visão desencantada da história. Em “Infância e história nos romances de João Paulo Borges Coelho” (2014), o autor busca verificar como a infância é abordada em três obras de João Paulo Borges Coelho, *As Duas Sombras do Rio*, *As Visitas do Dr. Valdez* e *Crônica da Rua 513.2*. Para Can, as crianças têm uma visão desencantada diante da vida.

A família de Leónidas é desestabilizada em consequência da guerra visto que o pescador tem seu destino separado de Amina e dos filhos pelos acontecimentos na ilha de Cacessemo, uma vez que ao abandonar a profissão, Leónidas não tem mais como sustentar sua família e, em consequência disso, se afasta dela. A família, no entanto, empenha-se em buscar a cura para o pescador e, em um primeiro momento, leva-o ao posto de saúde, uma estrutura oferecida pelo Estado, mas lá não encontram a solução. Amina decide, então, buscar ajuda na tradição e leva o marido à casa do nganga que pede um tempo para poder encontrar uma solução para o mal que aflige Ntsato. Por fim, Leónidas toma a iniciativa de buscar apoio financeiro com o secretário responsável pela aldeia para que sua família não passe necessidade já que não pode mais pescar, porém, não recebe ajuda e ainda é expulso do edifício do governo. É nesse momento que lança o *m'fiti*.

Agora era a vez de Leónidas Ntsato ficar verdadeiramente zangado. Sentado no chão, levantou o indicador direito em direção ao edifício da Administração e proferiu este *m'fiti*, esta terrível profecia:

—Amanhã é o último dia desta terra e vão chover pedras na Administração! O fogo há de queimar esses teus papéis! (BORGES COELHO, 2003b, p.49).

A crise de Leónidas representa a divisão do país e a não consolidação do projeto de nação sonhado durante a guerra de libertação. A falência desse projeto, a repetição das práticas coloniais de exploração do povo e o desrespeito às tradições provocam a reação da população e o início da guerra civil. Além disso, a região Norte, que ficou esquecida durante o período colonial, continua a ser ignorada pelo atual governo, que não leva melhorias para este espaço, e ainda interfere negativamente com a construção da represa que faz a vida dessa população mais difícil pela escassez de alimento. Assim, o estado do pescador (cindido em

dois) pode ser lido como a herança colonial que dividiu o Norte e o Sul, já que os portugueses investiram mais no Sul pela sua proximidade com a África do Sul. Essa divisão se perpetua no período pós-colonial seja nas relações sociais, seja nas relações políticas do novo governo. A respeito do pós-colonialismo, Boaventura de Sousa Santos, no ensaio “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro” o define.

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram construídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. (SANTOS, 2010, p. 28).

O sociólogo nos lembra que o fim da dominação política não extermina o colonialismo enquanto relação social e mentalidade, assim, a crise de Leónidas é uma representação dessa herança que criou a desigualdade entre Norte e Sul. A doença do pescador é tão séria que nem a representação oficial nem a representação tradicional podem solucioná-la por se tratar justamente da desigualdade entre o Norte e o Sul, construída historicamente e mesmo o fim do colonialismo não conseguiu extinguir.

E, assim, o primeiro ataque, que é resultado da maldição apregoada por Ntsato, dá início a uma sequência de deslocamentos da população em busca de segurança. É interessante observar que o narrador é preciso nas datas e horários em que cada invasão ocorre, mas evita detalhar as cenas de violência, assim como não detalha os corpos dilacerados. Ele ainda nos alerta que, das quatro invasões, três foram anunciadas, sendo a primeira fruto do *m'fiti* de Leónidas (em quem não se acredita por ser considerado louco); a segunda é prevista pelo leão através de Joaquina M'Boa ao povo da Bawa, que tem tempo de sair antes da chegada dos guerrilheiros; e a terceira é anunciada pela jiboia a Harkiriwa, que não avisa os moradores do Zumbo sobre a previsão do ataque. Não sabemos o motivo de seu silêncio, mas o número de vítimas é menor do que o primeiro por causa da presença dos Tigres e do barco Estrela-do-Mar.

Durante a primeira investida guerrilheira na madrugada de 16 de outubro de 1985, às três horas da madrugada, a população é acordada por tiros e, no desespero de saber o que houve, foge de forma desordenada: um grupo vai em direção ao rio Aruângua, enquanto outro grupo corre em direção ao rio Zambeze para buscarem o refúgio da outra margem do rio. Os que optaram pelo Aruângua têm dois destinos: alguns conseguem alcançar a margem, enquanto outros morrem em consequência de afogamento e pelos ataques dos crocodilos.

No desespero de fugir, parte da população esqueceu que este rio não era a melhor opção de fuga.

No rio, cada um faz o que pode – os salvadores e aqueles que tentam atravessá-lo. [...] Uns minutos apenas, com a boca muito aberta e os olhos à pele da água, tempo à justa para se despedirem do aéreo mundo das aves e o cheiro das fogueiras, de verem a luz uma última vez antes de penetrarem no aquático mundo dos peixes, dos mistérios e dos silêncios. [...] E o dia de hoje é prenhe destas pequenas vitórias gigantes, anónimas na maior parte delas, pois foram poucos os salvos pelo barco da polícia ao pé dos outros, a larga maioria, que foram pescados pelos donos das pequenas almadias, hoje com uma faina muito diferente daquela que se costuma suceder todos os dias. (BORGES COELHO, 2003b, p.83).

O desespero de homens, mulheres, crianças e idosos não deixa que percebam que só havia duas travessias possíveis pelo Aruângua: ou de almadia (mais segura por causa dos crocodilos) ou a nado (muito arriscado também por causa dos crocodilos). Como nem todos tinham a possibilidade de ter uma almadia ou conseguir entrar em uma, o destino de alguns foi passar a fazer parte do rio em “tão extraordinário acontecimento em que uns atravessam para as terras estrangeiras e outros para o fundo do rio” (BORGES COELHO, 2003b, p.85). A travessia revela a desigualdade social e a vulnerabilidade dos mais fracos frente à guerra e somente aqueles que conseguiram a solidariedade dos vizinhos da Zâmbia, que os resgataram da água, conseguem alcançar a outra margem, passando de cidadãos moçambicanos à condição de refugiados: “E estes sobreviventes bebiam já numa nova qualidade– a de refugiados–que camponeses e pescadores haviam deixado de ser a partir do momento em que transpuseram o rio” (BORGES COELHO, 2003b, pp. 83-84).

As fronteiras, até então invisíveis: “três países vivendo juntos, quase como irmãos: a sua Zâmbia aqui, Moçambique mais para leste, do outro lado do rio Aruângua, e meu Zimbabwe para o sul, do outro lado do rio Zambeze” (BORGES COELHO, 2003b, p.56), como afirmou o zimbabweano Zvobo. A comprovação dessa afirmação é válida para o comércio ilícito de Mama Mére com contrabando de marfim, que irrita Zvobo, e seu acordo com os pescadores moçambicanos que atrapalhavam os negócios de Dona Flora, que ficava furiosa cada vez que surpreendia a congoleza fazendo negócios no seu território moçambicano. Também Zvobo ultrapassa as fronteiras sem permissão oficial para tentar capturar os contrabandistas que, por sua vez, invadem outros países para caçar elefantes. Porém, neste momento de guerra, as fronteiras invisíveis transformam-se em visíveis.

Todo o norte do rio é agora uma paisagem lunar. Não há invasores à vista, que saciados com as parcas riquezas do Zumbo se retiraram céleres como haviam chegado. Não há também povo, que partiu em fuga desabrida, dividindo-se para atravessar o Aruângua e chegar desordenadamente à Feira, já no estrangeiro, optando a segunda metade por atravessar o

Zambeze para sul, buscando na ainda moçambicana Bawa um espaço de vida provisória onde pudesse fazer um balanço (de quem cometeu a insensatez de ficar não se fala aqui, reduzidos que estão a brancas e puras ossadas). Os primeiros irão ter por única alegria, no meio de mil tragédias, a chegada periódica de um cobertor, uma lata de milho, uma barra de sabão, trazidos por homens de braçadeiras vermelhas e gestos maquinais cuja profissão é fazer o bem. Os segundos não têm nada disto mas podem, em contrapartida, contemplar a partir da Bawa a cidade que já foi sua, na outra margem – para eles é esta contemplação o bem mais precioso. (BORGES COELHO, 2003b, p. 104).

O único morador que opta por não atravessar o rio é Leónidas que parece não ser notado pelos invasores, e é também o único a não se surpreender com o ataque “por ser desvairado e por isso conhecer o futuro antes de ele acontecer.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 154). O estado de loucura permite à personagem enxergar a desordem do mundo promovida pela guerra que os demais moradores do Zumbo não veem, e estes só conseguem compreendê-la quando esta passa a fazer parte de suas vidas. Leónidas sobrevive ao ataque e passa a perambular pelas ruas desertas da aldeia, momento em que o foco narrativo se afasta dele. As demais personagens sentem a vertigem de Leónidas promovida pelo ataque inesperado, pela imigração ou deslocamento forçado e pela incompreensão do porquê dessa guerra que transforma espaços antes conhecidos em espaços estranhos e da qual a única experiência intercambiável é a da perda.

Os que optaram pela Bawa, margem Sul do Zambeze, ficaram mais perto de suas casas, o que permitia visitas rápidas para verificar de perto o que restou ou, pelo menos, matar a saudade do lugar onde viviam “numa libertação ditada por aquela imensa vontade de ir mexer com as mãos aquilo que há tanto tempo só se via de longe, de confirmar histórias de outros que lá tinham estado.” (BORGES COELHO, 2003b, 2003, p. 111). Assim, começou um movimento entre as duas margens do Zambeze na busca por pertences ou só pela expectativa de verificar se a casa ainda estava de pé ou se algum animal havia sobrevivido. Essas visitas constantes não permitiram que se rompessem os laços de pertencimento desses moradores com o espaço que viviam.

As estadias do outro lado eram encurtadas para evitar novas surpresas. O tempo de cada um visitar os restos de sua casa, de descobrir com alegria algum celeiro intacto, uma rede de pescar utilizável. Ou, com imensa tristeza, de verificar que aquilo que a partir do outro lado pareceu durante semanas estar de pé estava, afinal, desde há muito calcinado, perdera a maleabilidade das coisas vivas e aproveitáveis. Os escassos animais que ainda havia iam sendo recuperados por quem os achava junto dos restos das casas. (BORGES COELHO, 2003b, p. 111).

Junto com esse primeiro ataque veio a seca, que escasseou ainda mais o alimento e tornou a vida dos refugiados da Bawa mais difícil. Este também foi o motivo das constantes

travessias para buscar alguma rede para pescar, uma ferramenta ou ainda um animal para que a solidariedade dos moradores da aldeia do sul fosse recompensada de alguma forma. Essa relação entre esses dois vizinhos se estreitou de tal forma que, no retorno definitivo dos moradores do Zumbo, os da Bawa foram convidados a ir com eles.

A segunda investida dos guerrilheiros é na Bawa e ocorre em 27 de maio de 1987, às três horas da tarde. Os invasores encontraram uma aldeia vazia, pois, pelo aviso do leão, a população abandona o lugar frustrando, assim, a expectativa dos invasores que não voltaram mais àquela aldeia.

Nunca mais, a partir do fatídico dia do ataque a Bawa tornaram os invasores a ser visto na margem sul do rio Zambeze. Nessa ocasião retiraram em debandada deixando alguns mortos pelo caminho, atravessaram Panhame novamente (agora em sentido contrário ao da vinda), e prosseguiram sempre, abandonando os seus involuntários auxiliares a sua sorte. No encalço, remexeram os homens de Meia-Chuva nos cadáveres que foram encontrados dispersos pelo mato nas posições mais grotescas, em busca de pistas que os ligassem a alguma origem. Mas só acharam olhares vítreos de bolsos cheios de pequenas coisas roubadas em Bawa. (BORGES COELHO, 2003b, p. 158).

Toda a comunidade da Bawa participou do ritual em que o leão Kanyemba, espírito do antigo colono português, incorpora Joaquina M'Boa e avisa sobre o ataque, além de fazer o retrato da terra estéril pela guerra. “-Mataram a terra e todas as coisas. Matam-se agora uns aos outros. E quando há esse ódio entre vizinhos, quando as aldeias se inimizam desta maneira, quando a família se acaba, é porque se aproxima o vazio e o fim. Porque se apaga o fogo”. (BORGES COELHO, 2003b, p. 151). Kanyemba é mais um espírito português errante que se transforma em ancestral. Ele denuncia as atrocidades que vê, tais como a morte da terra, a morte entre os moçambicanos e o ódio entre vizinhos de margem e, com isso, o fogo sagrado se extingue. A presença de um espírito português como ancestral reafirma a mestiçagem já presente na tradição moçambicana. Se considerarmos que o nome de Leónidas Ntsato anuncia a presença de um nome latino (Leónidas) junto com um nome local (Ntsato), conforme já apontamos, então parece-nos que Coelho mostra que, apesar de todo mal que o colonialismo trouxe a Moçambique, não se pode negar que há uma herança importante que não pode ser desconsiderada que é a herança cultural. Retomando a invasão guerrilheira, como a Bawa cumpre suas obrigações religiosas por ser uma aldeia pequena e ainda não ter um secretário que cumpra as leis em relação ao obscurantismo, a população é poupada da destruição impetrada pela guerra.

O que chama atenção nessa invasão é a sedução que os guerrilheiros fazem ao povo Panhame, uma aldeia pobre, isolada, onde seus moradores andam quase nus esquecidos pela

administração, visto que Sigaúke nunca esteve lá. Aproveitando-se da situação, o líder dos guerrilheiros propõe a eles “— Venham conosco e vão saber o que é a prosperidade.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 154). Os da Bawa, obedientes ao presságio, desocuparam a aldeia logo pela manhã e ainda prepararam uma emboscada para os invasores que ao chegarem são surpreendidos com a aldeia vazia e, sem muito o que pilhar, ficam furiosos e queimam as palhotas antes de saírem. Os de Panhame ficam desolados e sabedores de que a partir desse dia seriam inimigos dos de Bawa. Se os desta aldeia vivem em um estado de abandono os de Panhame são mais esquecidos ainda. Estas duas aldeias pertencem à jurisdição do secretário Dionísio Sigaúke que não se ocupou delas até ter que migrar para a Bawa e instalar ali um governo provisório. Porém, a preocupação em retomar o Zumbo não permitiu ou não interessou ao secretário verificar as condições das demais aldeias de sua jurisdição. O retorno do secretário e dos moradores do Zumbo ocorre com a chegada dos Tigres treinados no Zimbábue que vão garantir a segurança da fronteira.

Com a passagem dos Tigres para o norte regressaram também os do Zumbo, que até então se encontravam em Bawa, aproveitando a oportunidade para voltar e tomar posse do que era seu. Foi esse também o caso do administrador Sigaúke, há muito sonhando com o edifício da Administração e agora achando concreta possibilidade de o recuperar e dali continuar a presidir aos destinos do distrito. Finalmente e um pouco mais atrás, o contingente popular integrava também alguns habitantes da Bawa, que embora não envolvidos na manobra queriam ver de perto aquilo que seus hóspedes tanto falavam, e quiçá espreitar a oportunidade de algum negócio.

Em consequência de todos esses fatos ficou a Bawa a partir desse dia mais reduzida de gente do que antes, e também mais marginalizada dos enredos criados pelos homens da região. (BORGES COELHO, 2003b, p. 180).

A oposição Norte e Sul continua comprovada na propaganda feita pelos moradores do Zumbo de que a região Norte seria mais produtiva pela atitude do próprio secretário que não se ocupava das aldeias que ficavam na outra margem do Zambeze e pertenciam a sua jurisdição. Consequentemente, os moradores que residiam ao norte da região Sul eram duplamente marginalizados, afinal, não eram aceitos nem pelos do Sul tampouco pelos do Norte.

Em decorrência dessa migração, os moradores da Bawa testemunharam e foram vítimas dos terceiro e quarto ataques. A terceira investida dos guerrilheiros foi prevista pela jiboia à velha Harkiriwa na margem norte Zambeze, mas não somos informados sobre o que ela disse não revela aos moradores do Zumbo qual foi a previsão. A velha senhora é uma refugiada de guerra que não pode ultrapassar a margem norte do rio por ser ali o término do território da cobra. O ataque se dá em 1º de julho de 1989 às quatro horas da madrugada e

foi impedido pelos Tigres, não sendo, portanto, essa luta tão devastadora. Porém, os invasores retornam em 4 de julho, iniciam a invasão pelo batalhão 450, que não tinham tanto preparo quanto os Tigres, e por isso houve muitas mortes. Mas, nessa investida, a reação da população foi diferente, pois “desta vez não deu na população o ímpeto de fugir para o rio, andavam todos ali em fugas desencontradas e sem destino.” (BORGES COELHO, 2003b, p.232). Um avião zimbabweano sobrevoou a aldeia e atacou os guerrilheiros, os que sobreviveram fugiram.

O quarto ataque não é datado pelo narrador, mas foi devastador, pois além dos moradores do Zumbo, os da Bawa também foram vítimas. “Desengañaram-se. Quanto aos do Zumbo, que tinham inventado essa visão fantasiosa sem dúvida movidos pela saudade, desengañaram-se também, e somaram ao desengano a vergonha de ter mentido” (BORGES COELHO, 2003b, p. 247). Dessa vez, os moradores preferiram atravessar o Zambeze e evitar o “falso caminho da liberdade” que era o Aruângua. Alguns fugiram em suas almadias e outros embarcaram no Estrela-do-Mar que, por sorte estava ali, mas o barco, na fuga, tentando escapar dos tiros vindos do Zumbo, acaba por encalhar na ilha Cacessemo. “Deu o Estrela-do-Mar em encalhar na praia da ilha de Cacessemo, adornando em seguida para o lado esquerdo, ligeiramente, a ré virada para o Zumbo, como que apanhado em pleno ato de fugir.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 249). O encalhe do barco no espaço em que o romance inicia sugere uma narrativa circular, porém, Leónidas que está na margem do Zumbo opta por mergulhar no rio e passa a fazer parte da história contida neste. As personagens que ficam na ilha, como já apresentamos no tópico anterior, podem olhar além da dicotomia Norte e Sul e criar uma nova possibilidade de ruptura com o que está posto a partir de uma visão crítica desses acontecimentos. A questão do exílio neste romance é trabalhada a partir do trânsito entre fronteiras, seja entre dois países, como entre Moçambique e Zâmbia, seja dentro do mesmo país no deslocamento entre Norte e Sul ou entre litoral e interior, como ocorre com Amoda Xavier. Mas em qualquer desses casos é um exílio e Said, que vivenciou essa experiência, afirma ser devastadora.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (SAID,2003, p.46).

O autor nos lembra que George Stein chegou a propor a tese de que “a moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados” (SAID, 2003,

p. 47), mediante o número de intelectuais em trânsito no período da guerra. O que podemos pensar acerca dessa condição que a guerra impôs a esses moradores do Zumbo é a dor de não pertencer à qual Said se refere: “E logo adiante da fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’ está o perigoso território do não-pertencer[...]na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas.” (SAID, 2003, p. 50). Said conclui o texto da seguinte forma: “O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente.” (SAID, 2003, p. 60). O narrador, ao retornar no tempo, aponta os movimentos promovidos pelo colonialismo que agenciou deslocamentos no continente africano e para fora deste tornando essa condição parte da vida dos moradores da região.

Não era o viajar, para os antepassados, um grande passo ou novidade. Há muito se haviam habituado a ver chegar e partir gente de todos para todos os lugares. De cima, dos Lagos, do Tanganhica e do Niassa, chegavam caravanas compridíssimas e cansadas com filas intermináveis de carregadores [...] os transportadores transportavam a si próprios, já no regresso, já na condição de escravos. [...] De dentro, do Congo e do Alto Zambeze, vinham novos viajantes com o ouro, o marfim e a borracha, gentes de costumes diferentes mas bom conversadores e ingênuos [...] De baixo chegavam as hordas Angunes com rodela pretas na cabeça e uma organização implacável de formigas gigantes que deixavam um rastro de sangue à passagem do seu gado e soldados, gentes do sul, austera e militar [...] Do mar chegavam as companhias do Geral Castilho, praças amarelas infectadas de malária sem saberem o que ali faziam [...] E finalmente passavam ainda os muzungos do lugar, gente sem escrúpulos nem descanso, em razias permanentes que por serem sujas e malévolas não deixavam, à sua maneira, de ser viagens. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 114-115).

Nesse excerto podemos evidenciar uma complexa trama de deslocamentos que vêm de todos os lados do continente, e de fora deste, em diferentes períodos da história do país na ocupação do Norte de Moçambique. É certo também, que o processo de colonização portuguesa não mais existe, assim como a descolonização desse território se extinguiu no século passado, embora as práticas coloniais ainda sobrevivam em diversas partes do mundo e ocorram inclusive dentro de um mesmo território. Sendo assim, as relações de poder têm as nomenclaturas modificadas, mas as práticas continuam as mesmas e o colonialismo ou imperialismo modernos não são mais ocupação de territórios; são, como vimos com as observações de Boaventura e Said, citados anteriormente, imposições ideológicas, o que os faz mais perigosos, pois não sabemos mais quem é o inimigo.

Se até este momento apresentamos as fugas, exílios e travessias, agora apresentaremos três personagens que nos chamaram atenção e têm como característica a

errância. São elas: Jonas, filho de Leónidas Ntsato, Amoda Xavier e Mama Mére. Os motivos das viagens realizadas por esses três são diversos: Jonas é movido pelo desejo de sair em busca de novas oportunidades e repete o ritual de seus antepassados ao ir trabalhar nos canaviais do Zimbábue; Amoda Xavier chega à Zâmbia movido pela curiosidade de ver onde o Zambeze nasce, depois se casa, muda para o Zumbo, em seguida para a Bawa e passa a ter outros desejos: as tecnologias. Começa adquirindo um cassete, depois uma máquina de costura e planeja um videocassete para levar o cinema à Bawa. Podemos ler Amoda como a ânsia do progresso e da modernidade, pois ele tem o espírito empreendedor. Mama Mére chegou à Zâmbia como refugiada, sem bens ou recursos e logo conseguiu um comércio seduzindo Million, o administrador da Feira. As três personagens são viajantes. E essa é uma temática muito antiga na Literatura. Todorov, no livro *As morais da História* (1990), no sexto capítulo intitulado “A viagem e a narrativa” fala.

O que não é uma viagem? Por pouco que alarguemos o sentido figurado deste termo e nunca foi possível conter a tendência para o fazer. A viagem coincide com a vida, nem mais nem menos: será esta diferente de uma passagem do nascimento à morte? O deslocamento no espaço é o signo primeiro, o mais fácil, da mudança: ora, quem diz vida diz mudança. Também a narrativa se alimenta de mudança; neste sentido, viagem e narrativa implicam-se mutuamente. A viagem no espaço simboliza a passagem do tempo, o deslocamento físico, a mutação interior. Tudo é viagem, mas trata-se de um tudo sem identidade. A viagem transcende todas as categorias, até, e inclusivamente, a da mudança, do mesmo e do outro, já que desde a mais alta antiguidade são postas lado a lado viagens de descoberta, explorações do desconhecido e viagens de regresso, reapropriação do familiar: os Argonautas são grandes viajantes, mas também Ulisses o é. (TODOROV, 1990, p. 93).

Segundo Todorov, as narrativas sobre viagens precedem as viagens propriamente ditas, datadas do fim do século XV e início do XVI. Foi o imaginário do desconhecido provocado por esses textos promoveu as viagens e navegações. É importante destacar que a marca principal da viagem é a mudança. Ao recuperar a literatura de viagem, Coelho promove as relações entre memória coletiva marcadas pelas histórias de chegada e partida de diversas pessoas na Região do Zumbo; esperança de mudança – viajar para enriquecer é um dos mitos das viagens do século XVI até XVIII com vinda de portugueses para o Brasil e de outros colonos para África portuguesa<sup>51</sup>; a curiosidade pelo desconhecido – o desejo de se colocar em confronto com outras culturas e lugares exóticos; a viagem como fuga em períodos de guerra e catástrofe e, por fim, a morte que a que todos nós estamos obrigados a

---

<sup>51</sup> A Literatura fala desse assunto e como exemplo temos *A Ilustre casa de Ramires* de Eça de Queirós, além de *A Brasileira de Prazins* de Camilo Castelo Branco (1984), entre outros romances que trazem a viagem para as colônias com o intuito de enriquecer e depois voltar a Portugal.

fazer. É a mescla do desejo pelo desconhecido e o desejo de possuir que move Jonas, e Mama Mère.

Jonas usa a justificativa de ir em busca do pai para empreender a viagem. Essa busca se transforma no desejo de novas possibilidades em um lugar longe da guerra e, para satisfazê-lo, deixa sua obrigação de filho mais velho e faz com que a mãe assuma o papel de liderança na família. No capítulo 19 intitulado “O desejo de partir” podemos acompanhar a saída do jovem em busca de uma vida melhor. O narrador inicia o capítulo refletindo sobre a impaciência dos mais jovens com os costumes locais de longas conversas coletivas para tomar decisões e sobre as notícias de trabalhos que chegavam até eles e que lhes possibilitariam adquirir os bens que sonhavam: roupas coloridas e músicas. Esses jovens tinham duas possibilidades de trabalho: os canaviais do Zimbabwe ou as minas da África do Sul que há séculos povoavam o imaginário dos jovens moçambicanos: “Jonas não inovava. Limitava-se a repetir o gesto de seus avós, que cem anos antes também partiam pelos mesmíssimos caminhos em busca de dinheiro para pagar o imposto colonial, e sobretudo curiosos de conhecer esse mesmo desconhecido.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 114).

O narrador faz uma longa digressão pela história narrando as idas e vindas de pessoas para aquela região. E elas vinham de todas as partes, como já foi citado anteriormente, de cima (Lagos, Tanganhica e Niassa), de dentro (Congo e Alto Zambeze), de baixo com os Angunes e do mar com a Companhia Geral Castilho. Todos traziam bens como ouro, marfim, gado e escravos para serem embarcados e enviados para a Europa ou América.

E o povo daquela terra concluiu que se todos viajavam, chegando e partindo, vendendo e comprando, também ele podia viajar a conhecer novos lugares, vendendo seu trabalho e comprando o que lhe quisesse dar. E toda aquela nova gente parecia disposta a ajudá-los nessa nova vontade. Espalharam-se recrutadores pelo campo, prometendo tudo a quem quisesse com eles ir, avançando até dinheiro para a viagem. (BORGES COELHO, 2003b, p. 115-116).

É certo que Jonas decide partir repetindo os passos de seus antepassados. No período colonial, Portugal fez um acordo com a África do Sul para ceder trabalhadores para as minas, recebendo pagamento pelos enviados. O mesmo acordo foi selado com o Zimbabwe para fornecer mão de obra para os canaviais. O mito da riqueza fácil adquirida pelo trabalho nesses dois países não foi desfeito com o final do colonialismo e muitos moçambicanos continuaram a ir para as minas e canaviais, pois, além do desejo de ganhar dinheiro, que ficou mais difícil após a Independência, ainda havia o mito de que o trabalho nas minas e canaviais transformava os rapazes em verdadeiros homens. Nesse sentido a viagem de Jonas é uma herança colonial que não foi desfeita após a Independência de Moçambique.

Não somos informados para onde o filho de Leónidas foi em um primeiro momento, somente temos a informação de que foi ao Zimbabwe quando este paga o nganga com o dinheiro desse país, mas sobre o que fez nesse período, sobre quais experiências vivenciou não temos qualquer referência. Somente no capítulo 27, “um homem novo”, é que vamos ter notícias de sua volta para Moçambique e para a família. Jonas vai em direção a Bawa em busca de sua mãe e como resultado da viagem empreendida e do fruto de seu trabalho, traz apenas um saco com um corte de tecido para a mãe e algumas quinquilharias para distribuir: estas são as riquezas adquiridas pelos anos de trabalho. O título do capítulo soa como uma ironia ao homem novo apregoado por Amílcar Cabral no discurso feito em Havana. Esse homem novo era definido como “plenamente consciente dos seus direitos e deveres nacionais, continentais e internacionais.” (COMTINI, 1980, p. 22). O narrador inicia questionando o retorno de Jonas, pois, se ele viajara em busca de uma vida melhor, como pode voltar no meio de uma guerra?

Poderá parecer incompreensível o regresso de Jonas àquela terra tão castigada [...] a recordação que levou consigo era a de casas de onde não mais subiam para o ar os rolos brancos de fumo das cozinhas. Imagens trocadas de aldeias que devendo ter gente estavam desertas, de caminhos que devendo estar desertos se encontravam cheios de gente errante, sem destino. Imagens onde a falta de chuva deixara de ser a mais suprema desgraça porque mesmo com ela ninguém se atreveria cultivar.

E, no entanto, Jonas vem aí. (BORGES COELHO, 2003b, p. 163).

O leitor não é informado sobre o motivo do retorno do viajante, mas, para Amina, sua mãe, era o retorno do filho já homem e conhecedor do mundo que poderia, enfim, aliviar a responsabilidade dela frente à família. Jonas informa Amina sobre seus planos e o que pretende para o futuro: ver a família e ajudar no que for possível, voltar para Lusaka no Zumbo, construir uma casa e casar-se. A partir disso, temos, então, a certeza de que ele volta para sua casa sem a consciência política esperada. Nenhum desses planos condiz com o ideal de homem novo proposto por Amílcar porque Jonas não tem formação nem visão política, assim como os demais jovens que saíram como ele, também não tinham consciência dos seus direitos nacionais e muito menos continentais e internacionais. Sua visão de mundo se restringe ao seu bairro, a sua família e ao desejo de viajar. Parece que a única mudança ocorrida na personagem, no período que esteve fora, é a do físico representada pela força dos braços e pelas roupas e não há nenhuma ação de Jonas no sentido que demonstre a mudança ideológica e política pois a personagem não questiona o motivo da guerra e, nem tão pouco, as atitudes do governo moçambicano após a Independência do país.

No capítulo 34 temos o casamento de Jonas e Benedita, um dos capítulos mais poéticos do livro pela pausa na guerra e pela abundância da festa em que panelas cheias simbolizam a fartura dessa união e pela música. A festa é coletiva, todos doam do pouco que têm e as mães conduzem a cerimônia visto que os dois pais – Leônidas e Amoda Xavier – estão ausentes. A comunidade participa assumindo cada grupo uma função.

[...] os homens bebendo a mowa e o pombe, rindo e dizendo disparates, as crianças lambuzando-se com aquela fartura que nunca haviam visto, as mulheres transpirando atarefadas, reluzindo como cometas cuja cauda fosse feita daqueles cheiros de comida que deixavam na passagem, trazendo sempre mais panelas cheias. (BORGES COELHO, 2003b, p. 211).

No ritual do casamento é feita a apresentação dos filhos pelas mães através do canto. Amina faz um solo e anuncia as qualidades do filho e Maria Izabel responde e aponta as qualidades da filha. No solo feito por cada mãe, o coro das mulheres da aldeia que compõem a roda, repete a frase final em concordância. A festa vai até a manhã seguinte promove a união desse povo simbolizado no casamento de Jonas e Benedita. Ao final da festa temos a impressão de que o filho de Amina assumirá a responsabilidade pela família extensa composta por Benedita e os irmãos dele e dela, Maria Izabel e Amina, mas ele volta a viajar depois que o barco encalha na ilha e, assim como o pai, abandona a família, não pela loucura, mas pelo desejo de partir. “Jonas está casado mas voltará a partir; o espaço é pequeno para os seus projetos, o desejo de partir instalou-se nele como uma doença, de forma que vai com a promessa de regressar um dia.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 250). A experiência de Jonas assemelha-se à de Rashid Hussein, narrada por Said. Hussein, era palestino, morou em Telaviv, depois em Nova Iorque e, ao retornar para o mundo árabe, sentiu-se deslocado, como tantos outros exilados que saem de sua pátria e não conseguem readaptar-se ao voltar. Hall também fala sobre isso.

É impossível “voltar para casa de novo”. Existe aquilo que Simmel falou de: a experiência de estar dentro e fora “o estrangeiro familiar”. Nós costumávamos chamar de “alienação” ou “desarraigamento”. Mas, hoje em dia, isso passou a ser a condição arquetípica da modernidade tardia. A vida de todo mundo é cada vez mais assim. Isso é o que eu penso da articulação do pós-moderno com o pós-colonial. De uma forma curiosa, o pós-colonial prepara o indivíduo para viver uma relação ‘pós-moderna’ ou diaspórica com a identidade. Trata-se, paradigmaticamente, de uma experiênciadiaspórica. Desde que a migração se tornou o grande evento histórico-mundial da modernidade tardia a experiência diaspórica se tornou a experiência pós-moderna clássica. (HALL, 2003, p. 416).

Parece ser muito difícil para alguém que morou fora voltar para casa e ver que nada ficou parado, esperando por seu retorno: os vizinhos são outros, a paisagem mudou, a família está diferente e o retornado se sente um estrangeiro na sua própria terra, acaba por decidir

partir novamente em busca de outros lugares. Foi essa a experiência de Jonas, a falta de expectativa de trabalho e a melhora de vida como consequência da Guerra Civil, fez com que os jovens saíssem em busca das oportunidades de estabilidade financeira, que não havia em Moçambique, além de fugirem da obrigação do alistamento forçado que levou muitos à morte, como aconteceu com Amoda Xavier. Este, que sai de Tete movido pela curiosidade de ver onde nasce o Zambeze, “Chegou, viu e abriu muito a boca e os olhos de espanto — era magnífico o Zambeze, e mais magnífico era ainda quando se tornava moçambicano.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 117) O jovem ficou por ali, na Zâmbia, com amigos, envolvido com a pesca até conhecer Maria Isabel e decidir casar-se com ela. Com a proximidade da guerra, não seria possível a presença da família de Amoda e ele resolveu o problema comprando uma mãe adotiva para negociar o casamento junto à família de Maria Isabel. Xavier tem uma visão diferente de Jonas, pois ele procura solucionar os problemas e sempre tem o foco no futuro, por isso, decidiu deixar a Zâmbia e ir morar em Lusaka, no Zumbo, para ter mais oportunidades de progresso. Em pouco tempo prosperou e, com a ajuda da mulher, que era organizada, destacou-se entre os moradores do bairro pela beleza e organização da casa, despertando a inveja dos vizinhos que a incendiaram. Depois de perder tudo, o pescador decidiu mudar-se com a família para a Bawa e começar de novo. Os deslocamentos de Xavier se dão pelo incessante recomeço, ele não desanima frente aos obstáculos, sempre encontra uma solução, pois, como o narrador afirma, ele “era um empreendedor”.

O recomeço da família na Bawa foi difícil, mas Amoda descobriu um lugar para pescar que lhe rendeu algum dinheiro. O local era no Aruângua, nas margens da Missão de Miruro, pouco explorado pelos moradores do Zumbo, por causa do medo dos espíritos que ali viviam, e o pescador soube aproveitar-se disso. Seu espírito empreendedor encontrou outro errante e desejoso de sucesso, Mama Mère, que o observou e passou a negociar com Amoda. Um completava o outro: ele fornecia os peixes em quantidade com a qualidade que ela desejava e ela tinha os objetos modernos que ele almejava e, nessa troca, os dois se beneficiavam. No início, as trocas eram simples, os peixes eram permutados por roupas, alimentos, guloseimas para as crianças. Depois o pescador negociou um cassete com pilhas e levou música para Bawa, “um aparelho de cassete de seis pilhas, verdadeiro fenómeno da tecnologia, redondo e brilhante, que alterou profundamente os sons da Bawa.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 120). Mas o pescador tinha já outro objeto de desejo, a máquina de costura, e por ela Amoda trabalhou durante dois anos. O acordo com Mama Mère foi o seguinte: ele forneceria um ano de peixes, ela entregaria a máquina e ele entregaria mais um

ano de peixe. Assim aconteceu, e o pescador obteve a máquina que causou nova surpresa na Bawa. “É certo que muita gente já vira máquinas de costura. Havia inclusivamente duas no Zumbo, da cooperativa. Mas nova e bonita como aquela, nunca. Além disso, era a primeira que chegava a Bawa.” (BORGES COELHO, 2003b, p.123).

Porém, Xavier era um homem ambicioso e passou a desejar um aparelho de videocassete e uma bateria de carros para projetar filmes na aldeia. A insaciedade do pescador mimetiza o consumo e o desejo pela modernidade. Amoda Xavier representa a realidade social e cultural produzida pela consciência da “transitoriedade do novo e do atual”. (MARTINS, 2000, p.18). A satisfação dele diante do bem adquirido é temporária e ele deseja mais e mais, assim como Jonas e Mama Mére. Os pescadores daquelas comunidades vivenciaram junto com esses três personagens, a transitoriedade entre o que seria o “novo” e o “tradicional”. O tradicional está presente no cotidiano dessas comunidades, tanto na relação dele com a natureza, quanto no ato de narrar suas histórias e transmitir suas tradições para as futuras gerações, ou ainda, no ato de ensinar as técnicas de trabalho, nesse caso a pesca artesanal, e também no modo de se organizar como comunidade.

As novidades trazidas até então alteraram a rotina dessas comunidades pela curiosidade dos moradores, e Xavier resolveu explorar isso. Assim como ele foi explorado por Mama Mére, ele passa a explorar a população. A modernidade, então, “é, num certo sentido, reino do cinismo: é constitutiva dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam. Nela, o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas”. (MARTINS, 2000. p.19). Se o rádio trouxe àquela comunidade a possibilidade do sonho através da música e da dança, de sons vindos de fora, a máquina trouxe o ideal de beleza pelo objeto em si e pelas roupas que Maria Izabel produzia e que rendiam algum ganho à família, o videocassete somaria o som à imagem e possibilitaria uma renda maior.

A modernidade sonhada por Amoda, no entanto, se apresenta ainda nas desigualdades sociais e econômicas vivenciada por ele, em relação a Mama Mère, na exploração do trabalho e na troca dos peixes pelo bem de consumo, que, por sua vez, o faz diferente em sua comunidade, por adquirir os avanços tecnológicos (o cassete, a máquina de costuras e o videocassetes) que impõem um ritmo de vida da comunidade, diferente do que eles levavam, fazendo assim com que Amoda recrie sua história conforme o modelo de vida da globalização.

A modernidade, porém não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É

constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada dos que tem fome e sede não só do que é essencial a reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, 2000, p. 18)

Mas a “fome e a sede” do pescador foram interrompidas pela guerra e, “num dia normal de Fevereiro de 1986, sem aviso prévio, vieram buscar Amoda Xavier para o serviço militar.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 124). Nesse momento, o empreendedor passa a ser mais um soldado, igualado a tantos outros pelo uniforme identificado por um número e a serviço do Estado. A partir de então, ele será apenas uma ausência para a família e não estará no casamento de Benedita e Jonas, será apenas uma lembrança para Maria Isabel, pois “Amoda finou-se no terceiro ataque ao Zumbo, de uma bala perdida que o encontrou a ele, deixando Maria Isabel sozinha e a comunidade inteira sem a possibilidade de vir um dia a gozar os prazeres do cinema.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 244).

A terceira personagem é Mama Mère, que chega à Feira vinda do Congo e seduz o superintendente Million de quem obtém uma loja e depois as informações sobre o contrabando de Marfim, que era o seu real interesse por ser muito rentável. Sua primeira atitude foi a sedução do superintendente, e o narrador a descreve, a partir das lembranças de Million, como “uma mulher já algo entrada na idade, mas com as carnes no lugar e uma argúcia sem igual [...] com o sotaque carregado que lhe vinha do francês [...] não era fácil. Era arredia” (BORGES COELHO, 2003b, p. 52). A congoleza sabia o que queria e usou os meios que tinha para alcançar seus objetivos. O primeiro pedido ao superintendente foi uma loja, com a desculpa de ficar independente, e escolheu um lugar estratégico: “um morro sobranceiro à junção do Aruângua com o Zambeze, de onde se via o Zumbo e as terras então, da Rodésia, de onde se controlava todo o movimento. Começou como sempre se começa, vendendo comida.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 53). Como a intenção dela era o comércio como disfarce para o contrabando, que era mais rentável, o local escolhido foi fundamental para as negociações que vieram a seguir, pois a partir desse espaço seria possível controlar toda movimentação dos rios e das aldeias próximas. “Million não sabe exatamente a partir de que altura é que ela se começou a interessar pelo marfim, a mulata danada.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 53). Ela descobriu o comércio clandestino e ainda enfrentou o amante com um punhal e, a partir de então, passou a fazer parte do grupo de traficantes e deixou de ser amante do superintendente.

Outra versão apresentada pelo narrador é a da população, que dizia que ela viera do Congo onde traficava diamantes, depois foi para Angola e terminou por chegar à Feira e construiu a loja “com a ajuda de terceiros, é certo (e da posição horizontal, como dizem os seus detractores), mas está ali para comprovar o seu gênio empresarial.” (BORGES COELHO, 2003b, p.59). A pequena loja se transformou em um grande armazém que foi assim dividido: metade da frente do edifício para atender o povo, a outra metade para o armazém onde ocorre o comércio legal durante o dia e o escuso à noite, escondido dos olhos do povo, e ela ocupava apenas o pequeno quarto onde dormia. Além disso, construiu uma larga varanda que percorre o edifício e fica por cima do rio de onde ela controla o movimento nos rios e nas aldeias próximas. Este é um dos poucos espaços fechados que aparecem no livro, mas o local preferido de Mama Mère é a varanda, de onde se tem notícia do primeiro ataque ao Zumbo, e é desse espaço que ela sonha: “É aqui que Mama Mère tece seus sonhos solitários, sentada na cadeira de balanço: sonhos nostálgicos que têm a ver com o passado, nos dias bons; sonhos negros nos dias maus.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 60). É neste mesmo espaço, olhando o rio, que ela morre no capítulo 39, “A última viagem de Mama Mère”. Após um dia de trabalho, ela se sente mal e vai para sua cadeira na varanda onde trava a última luta, desta vez com a morte. Ela sente uma dor aguda, como uma apunhalada, e tenta reagir, acreditando que alguém viera matá-la, em uma sequência de três golpes, ela morre. “Mama Mère agora tem o olhar decaído sobre o rio, onde persistem ainda os últimos e tristes reflexos. O rio faz-lhe lembrar, como sempre, a sua infância. Imagina que subindo pelo Aruângua chegaria um dia à sua terra, à curva que o rio Congo faz em Basoko.” (BORGES COELHO, 2003b, p.239). No momento final de sua vida torna a lembrar da infância a partir do rio e, por fim, fica imóvel como “uma estátua pensativa”. Sua morte traz implicações para Million, que é preso ao ser descoberto como traficante de marfim.

Essa personagem e Ntsato são as únicas a terem os nomes explicados pelo narrador. No caso dela, significa mãe duas vezes: Mama na língua local, Mère no francês. Este apelido foi dado pelo povo em razão de seus pequenos atos de bondade, porém não somos informados sobre o verdadeiro nome da congoleza. A população ainda acreditava que ela tinha poderes, como no terceiro ataque ao Zumbo, por exemplo, em que o avião do Zimbabwe vem em defesa da aldeia e parte da população acredita que Mama Mère “de sua altiva varanda terá feito um gesto para o céu, e foi esse gesto que provocou essa mágica aparição.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 234).

O desejo de progredir fez Mama Mère entrar no Zumbo e provocar a ira de Dona Flora, que tinha comércio nessa aldeia. Com receio da congoleza roubar-lhe o espaço,

procurou ajuda de conhecidos no Zumbo e no Tete para não permitir tal invasão. Mas a arguta empresária da Feira contra-atacou pagando mais aos pescadores por seus produtos e também vendendo mais barato, o que incomodou a concorrente.

[...] onde ela pedia dois peixes – que o sabão e o vinho vinham do Tete, por longos e tortuosos caminhos, lhe chegava ao Zumbo bem caro – pedia Mama Mère apenas um. Além de vir o sabão desta última por uma estrada mais curta e mais direita, chegava ainda por cima e talvez por isso mais perfumado. (BORGES COELHO, 2003b, p. 61).

Pelos relatos de Million e dos moradores do Zumbo, Mama Mère era uma astuta comerciante, e visionária, que conseguia alcançar seus objetivos, talvez por isso ela tenha se identificado com Amoda Xavier que também conseguia o queria, apesar de, como já afirmamos, usarem meios diferentes para alcançá-los. Mas a exilada tem saudades e ao olhar a junção do Zambeze com o Aruângua tem nostalgia de sua terra natal. “Lembra-lhe o rio Congo lá em Basoko, quando era menina. Talvez um dia possa lá voltar, se o negócio aqui correr bem e as varizes deixarem.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 62). Essa saudade soma-se à certeza da impossibilidade da volta, mas o sonho do retorno é um conforto para quem está fora de seu país.

Das três personagens que escolhemos para analisar as errâncias, Jonas parece-nos que nunca vai se sentir em casa, e a viagem é uma forma que ele tem de fugir dos problemas e das suas responsabilidades, tornando-se um mero repetidor das práticas dos seus antepassados, sendo a personificação do homem contemporâneo em constante deslocamento. Podemos ler Amoda como a representação do homem moderno que deseja objetos que representem essa modernidade e o sonho, mas, em contrapartida, ele também representa a fugacidade da vida moderna, ao ter seus sonhos interrompidos pela guerra e pela morte. Mama Mère é a personagem mais instigante, talvez pelo mistério que a circunda e também pela força que revela ao tornar-se comerciante respeitada e rica, usando os meios que possui: a sedução e forte determinação. Assim, seja pelo caminho torto do contrabando, seja pela exploração dos outros ou pelo desrespeito com os comerciantes vizinhos, ela tem êxito, mas é importante lembrar que ela não explora nem os pescadores nem os clientes pobres.

Se a viagem e a errância são elementos importantes neste romance, é porque há uma dimensão simbólica que vai além dos deslocamentos físicos pelas “configurações utópicas” (ABDALA, 2003, p. 56). Elas também ocorrem pelas memórias partilhadas e, a nosso ver, a viagem pela memória tem a intenção de celebrar o devir, como veremos no próximo tópico.

## 2.4 NARRATIVAS EM VÁRIAS VOZES: LEMBRANÇAS FRAGMENTADAS, RESQUÍCIOS DO PASSADO E ABERTURA NO TEMPO

*Mas o tempo e a história são implacáveis e hoje pouco resta de tanta glória e desafio.*

*João Paulo Borges Coelho*

Para falarmos sobre o narrador convém recorrermos primeiro a Walter Benjamin em dois ensaios: *Experiência e pobreza* e *O Narrador*. O primeiro adverte que a guerra é uma experiência pobre e não permite intercambiar experiência, visto que os soldados voltam mudos dos campos de batalha.

Na época já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos [...] Porque nunca houve experiência mais radicalmente desmoralizadoras que a experiência estratégica da guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. (BENJAMIN, 1994, p. 114-115).

Em *O narrador*, o filósofo volta a essa questão, ao associar o declínio da experiência ao fim da arte de narrar, visto que esta arte está relacionada às sociedades artesanais que foram perdendo espaço para a sociedade capitalista. Para ele, essa crise se aprofunda a cada dia, principalmente depois do sofrimento da primeira guerra, como é possível observar nas alterações que ela trouxe, tanto na paisagem quanto no mundo moral, que seriam inimagináveis em tempos anteriores. Para Benjamin, os eventos cotidianos eram a matéria a ser narrada e a capacidade de trocar/intercambiar experiência, pertencia a dois detentores do saber: o camponês sedentário, possuidor das tradições dos antepassados, e o viajante, que trazia as histórias de outros lugares para contar. Jeane Marie Gagnebin (2009), em *História e Narração em Walter Benjamin*, no terceiro ensaio, intitulado “Não contar mais?”, reconhece que, nos textos do filósofo, a questão do narrador não se reduz ao fim da tradição e da experiência compartilhada que ainda é viva entre nós. Para a autora,

[...] ela (a visada teórica de Benjamin) se atém aos processos sociais, culturais e artísticos de fragmentação crescente e de secularização triunfante, não para tentar tirar dali uma tendência irreversível, mas, sim, possíveis instrumentos que uma política verdadeiramente ‘materialista’ deveria poder reconhecer e aproveitar em favor da maioria dos excluídos da cultura, em vez de deixar a classe dominante se apoderar deles e deles fazer novos meios de dominação. (GAGNEBIN, 2009, p.56).

Segundo Gagnebin, é importante compreender que Benjamin já chamava a atenção para a necessidade de democratização dos bens culturais e não permitir que a classe dominante se aproprie deles em seu favor. Uma das estratégias possíveis para isso é dar voz aos excluídos e fazer tentativas de apagamento dos eventos que não interessam à classe

dominante, que Benjamin denomina de vencedores. João Paulo Borges Coelho aproveitou as narrativas colhidas na Região do Zumbo e transformou esses discursos em objeto artístico, o romance, e assim, permitiu que a vivência da guerra civil, tão cruel naquela região, sobrevivesse, mesmo com a supervalorização da Guerra de Libertação por parte do governo que está no poder, e dos escritores que também promovem esse discurso. Adorno afirma que “não se pode mais narrar, embora a forma do romance exija a narração” (ADORNO, 2003, p. 55). Essa contradição é, para ele, a marca do romance como instrumento de partilha de uma experiência comunicável, como foram as duas grandes guerras. Adorno concorda com Benjamin, ao afirmar que

Basta perceber o quanto é impossível, para alguém que tenha participado da guerra, narrar essa experiência como antes uma pessoa costumava contar suas aventuras. A narrativa que se apresentasse como se o narrador fosse capaz de dominar esse tipo de experiência seria recebida, justamente, com impaciência e ceticismo. (ADORNO, 2003, p. 56).

Para Adorno (2003), quem viveu essas tragédias não pode mais dominar as ações sofridas, ou praticadas, ou observadas durante o conflito e conclui afirmando que “o que se desintegrou foi a identidade da experiência, a vida articulada em si mesma contínua, que só a postura do narrador permite.” (ADORNO, 2003, p. 56). Na verdade, o que ocorre no romance contemporâneo é a mudança de postura do narrador para dar conta da uma experiência terrível da guerra. Por isso, o narrador criado por Coelho mostra-se limitado e perplexo em vários momentos da narrativa, e afasta-se para dar voz aos moradores do Zumbo e de seus vizinhos. Afinal um único foco não dá conta daquela tragédia. Porém, o autor tem consciência de que precisa escrever essa guerra como estratégia de impedir o apagamento. Assim, enquanto a História registrada é a dos vencedores, a Literatura dá a voz aos vencidos.

Para dar conta de narrar uma guerra tão recente, Borges Coelho precisou criar um narrador que rompesse com a forma romanesca, característica do romance histórico na senda de Lukács, aproximando-se, assim, dos narradores criados por José Saramago, que se movem no tempo, articulando o presente com o passado próximo e distante. E ainda, como criou um narrador sem nome, e mesmo sem participar efetivamente da narrativa, vivencia os acontecimentos como espectador e crítico que se choca com os horrores daquela guerra sem sentido.

É certo que neste romance temos a ocorrência da polifonia, cuja concepção teve sua origem em Bakhtin, que buscou no termo uma classe de composição musical caracterizada pela sobreposição de muitas vozes ou muitos instrumentos, exprimindo cada qual suas ideias, quase sempre em ritmos diferentes. Para Bakhtin, uma forma de literatura qualificada

como polifônica é aquela em que várias personagens se apresentam por si mesmos, e não são julgados pelo autor, como se vê na obra de Dostoiewski. Essa forma de literatura opõe-se à dogmática, exemplificada por Tolstói em que uma única voz se expressa, a do autor, que julga os personagens.

Sob este aspecto, Ducrot (1987) corrobora que todo discurso apresenta um intercruzamento de vozes, postulando, então, o estudo sobre a polifonia. O linguista se baseia na concepção polifônica adotada por Bakhtin para construir seu trabalho: há toda uma categoria de textos, e literários, para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja predominante e julgue as outras. (DUCROT, 1987, p. 161). O autor compara essa representação à teatral e indica o sentido de um enunciado que se estabelece sobre uma dada enunciação

O sujeito, segundo Ducrot, se constitui da seguinte forma: o produtor físico do enunciado (autor, produtor empírico); aquele que realiza os atos ilocutórios (ameaça, pergunta, promessa, etc); o ser designado no enunciado como sendo seu autor, reconhecido pelas marcas de primeira pessoa (locutor). Então podemos afirmar que, na origem da enunciação, há um ou vários sujeitos e entre esses sujeitos é necessário distinguir, pelo menos, dois tipos de personagens: os locutores e os enunciadores. Além de diferenciar locutor de sujeito falante empírico, Ducrot (1982) distingue locutor (o ser que “fala”) e enunciador (a pessoa sob cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados). Assim, locutor é o ser que, no enunciado, é apresentado como seu responsável. Só existe no seu papel enunciativo e, no caso do texto literário, corresponde ao narrador. E quando o narrador alterna sua fala com a fala de algum(s) personagem(ns) temos a presença de mais de um locutor. Quando um personagem é apresentado, através do discurso direto, como responsável por sua enunciação, passa de não-pessoa (objeto ou assunto da narração) a locutor. Se o discurso do personagem vier inserido na enunciação do narrador, este último será considerado como um Locutor 1 e o personagem como Locutor 2. Há, pois, uma hierarquia: o Locutor 1 é responsável pelo enunciado como um todo e o Locutor 2 pela parte do enunciado que lhe é atribuída.

Essa distinção entre locutor e enunciador foi buscada por Ducrot (1987) na teoria da narrativa de Genette que traz as vozes literárias da seguinte forma: o locutor é aquele que fala (narrador e personagem), o sujeito falante é o autor do texto literário (o que imagina e inventa a narrativa) e os enunciadores são as várias perspectivas ou pontos de vista. No romance em análise, o Locutor1 é o narrador que articula a visão oficial dos fatos ao trazer o ponto de vista do administrador Sigauke, (Locutor 2) de Zvobo (Locutor3) e de Million

(Locutor4) confrontada com o ponto de vista dos guerrilheiros, figurado na personagem Salamanga (Locutor 5) que também é posto em cheque pelo narrador (Locutor1) e põe em relevo o olhar perplexo da população indefesa frente aos acontecimentos no teatro da guerra. Ao articular esses pontos de vista o narrador desconstrói o discurso histórico oficial, a partir das vozes participantes ou testemunhos desse acontecimento dramático.

É certo que o narrador não é o autor, mas sim, uma instância narrativa criada por Borges Coelho (produtor) para estar no espaço e no tempo, inventados pela narração, além de explicar ao leitor fatos históricos e costumes daquela região moçambicana, que podem ser incompreensíveis para o público leitor. Porém, é importante lembrar que o narrador está em um tempo posterior ao da guerra civil e percorre o eixo temporal presente, passado próximo e passado distante, posicionando-se junto com as personagens, e assim promove a aproximação do leitor com o drama dos moradores do Zumbo, ao mesmo tempo, preenche as lacunas da história oficial ao apontar as práticas coloniais que permanecem no governo posterior a Independência de Moçambique, que frustram parte da população que percebe “o começo abortado de uma prometida nova era” (BORGES COELHO, 2003b, p. 251) e a alienação da população personificada em Leónidas Ntsato e herdada por Jonas.

O narrador ainda nos lembra que as duas personagens que tinham potencial para unir e inovar o Zumbo, morreram “Sem Mama Mére, não tem interlocutor para os negócios que fizeram com que Bawa ou o Zumbo olhassem de frente. Sem Amoda Xavier, não tem quem lhe mostre o que são os sonhos.” (p. 251). O tempo da narrativa oscila entre o passado “Leónidas Ntsato piscou os olhos” (p. 11), o presente “O superintendente Million passa o lenço sobre a testa e suspira” (p. 51) e projeta o futuro “Jonas Ntsato está casado mas vai voltar a partir”(p. 250).

O narrador conta uma história do período pós-colonial, em que a guerra não é mais entre moçambicanos e portugueses, mas somente entre moçambicanos, o que é difícil de contar. Em alguns momentos ele tem que lançar mão do período da colonização para preencher brechas ainda não articuladas pela história oficial. E, nesse movimento de volta a séculos anteriores (XIX, XVIII, XVII) na tentativa de compreender o presente em que as constantes invasões e conflitos assaltam o Zumbo. A versão dos fatos é dada pelo narrador, a partir do olhar dele e da população daquela região. É curioso notar que o tempo de onde fala o narrador é um presente sem demarcação exata, mas, pela marcação do discurso no tempo passado e por ser a guerra um fato recente, podemos inferir que ele está em um presente próximo dos acontecimentos. As preocupações do narrador se voltam, portanto, não só para o tempo em que a guerra civil ocorreu, mas, também para outros episódios graves da

história de Moçambique, tenham eles ocorrido no passado próximo, no passado distante ou no presente. Um dos exemplos desse movimento temporal é a explicação sobre o *m'pfodoro*.

Rosário Andrade [...] (aquele que depois de morto se transformou em leão, como veremos, com as quatro patas bem assentes na sua terra da margem sul, falando pela boca da camponesa Joaquina M'Boa, pela boca de outros antes dela e, ainda pela boca de novos mvulas que virão quando esta se finar; enfim, o mesmo *Kanyembaque* deu o nome a vila do tenente Zvobo, já do lado do Zimbabwe, demonstrando assim que é tal a sua reputação que não há fronteira que a detenha.) (BORGES COELHO, 2003b, p. 106).

Nesta citação temos três tempos bem marcados: o de Rosário Andrade, 1866; nos parênteses, pela voz do narrador, temos o tempo pós-morte de Rosário Andrade, já como leão; há, ainda, o tempo de Joaquina M'Bora, maio de 1987, e o tempo futuro em que os novos mvulas virão. O narrador utiliza esse jogo temporal para dar explicações ao leitor. Em outros momentos, ele não tem informações para dar como ao falar do piloto Ricardo “(quem sabe por onde andou antes, e que nome terá tido).” (BORGES COELHO, 2003b, p. 191), demonstrando, assim, não ter o domínio sobre a vida anterior e o nome anterior do piloto, que passou a adotar o apelido do antigo comandante do barco Estrela-do-Mar. A voz narradora está posta num tempo que não é o de guerra civil e é justamente esse distanciamento que potencializa o seu olhar crítico ao voltar-se sobre momentos específicos da história moçambicana. As pontes entre as realidades passadas do colonialismo, separadas por séculos, num presente da narrativa que é o da guerra civil, demonstram a relação de continuidade entre esses episódios trágicos.

Conforme Benjamin, o narrador, ao ir atrás de fatos do passado para compreender a violência do presente, nesse caso, manifestada na guerra civil, desvela a violência histórica que os moradores do Zumbo sofreram por séculos. Para isso busca as ações coloniais do período da colonização, da guerra de libertação e no agora da guerra civil e, através dessa releitura ao passado, o narrador tenta achar uma resposta, junto com os moradores do Zumbo, para explicar tamanha violência, e faz reflexões sobre os rumos de Moçambique. Para tanto, utiliza as reflexões do nganga, que conclui que a doença de Ntsato é pequena perto das mazelas sofridas pela população do país com a guerra civil.

À medida que vai falando o nganga vai-se dando conta de quão pequeno é o seu problema (e, por inerência, o de Ntsato), comparado com aquele com que a makewana se debate, que diz respeito não a um Ntsato mas a muitos, a milhares, a toda aquela grande comunidade que um dia acordou dividida, em guerra com os seus valores e o culto dos seus espíritos, questionando mensageiros e destruindo santuários; em guerra consigo própria como se pode ver pela forma como seus membros se matam uns aos outros, numa lenta e inexorável descida para a miséria e, para lá dela, para o caos e para o fim. (BORGES COELHO, 2003b, p. 229).

Este é um dos momentos em que a voz que narra deixa marcas para evidenciar o seu projeto de releitura da história, pois a dor individual desaparece diante da dor coletiva, resultante de atitudes governamentais do período posterior à Independência, as quais, sem respeitar o desejo coletivo, dividiram o povo. Na fala do narrador não foi o povo que iniciou a guerra, a população “um dia acordou dividida em guerra”. O discurso do narrador é pautado por essa tentativa de dizer o outro oprimido, evidenciando a sua dor e o seu sofrimento, colocando-se como parte desse outro.

A escolha do autor pela narração em terceira pessoa pode ser justificada pela articulação entre o texto literário e o discurso histórico. Ele mostra-se limitado, como já afirmamos acima, e relata somente os acontecimentos ocorridos no espaço delimitado pelo mapa do início do livro. As interferências com o uso de parênteses têm diversas funções, como já demonstrou Suzana Ventura (2009, p. 51), que são: advertir sobre a importância do relato de um fato “(este facto interessa na medida em que permitiu que os eventos seguintes tivessem testemunhas)” (p. 31); antecipar um episódio futuro “(Muito em breve não haverá sequer mecânico disponível, quando os invasores entrarem no Zumbo, chegarem à loja de Dona Flor e ele se puser em fuga para parte incerta)” (p. 74); localizar ou lembrar o leitor sobre algum fato ou espaço “(Hoje é madrugada de 16 de Outubro de 1985 e não nos esqueçamos que é dia de execução do m’fiti lançado por Leónidas Ntsato” (p.63).

Somente um narrador consciente do seu papel pode dar espaço às várias versões dessa guerra e permitir que o passado possa contribuir para a formação de valores na atualidade, na tentativa de evitar que outra guerra ocorra. O narrador relata as invasões ao Zumbo sem impor o seu ponto de vista, mas narra permitindo que as vozes que representam o governo, os guerrilheiros, os moradores do Zumbo e seus vizinhos dêem o seu ponto de vista, possibilitando ao leitor o direito de tirar suas conclusões a partir das histórias de cada personagem. Sobre esse assunto, Todorov nos adverte que o

[...] passado poderá contribuir tanto para a constituição da identidade, individual ou coletiva, quanto para a formação de nossos valores, ideais, princípios – desde que aceitemos que estes últimos sejam submetidos ao exame da razão e à prova do debate, em vez de querer impô-los simplesmente porque eles são os nossos. (TODOROV, 2002, p. 207).

O fato de o narrador não impor o ponto de vista, permitindo que outros olhares sobre esse conflito sejam trazidos ao leitor, além de não se incomodar em demonstrar incerteza no que narra, fica perplexo com o que vê, demonstrando não conhecer totalmente o espaço narrado, faz dele um narrador titubeante, talvez pela perplexidade diante daquilo que presencia. Para Rita Chaves, o fato de o narrador estar distanciado do mundo narrado

aproxima-se do leitor que tem pouco conhecimento daquele espaço. Lembremos que este é o primeiro romance a ter o Norte de Moçambique como espaço ficcional.

Há por parte do narrador uma postura que tempera a autoridade da terceira pessoa com a inquietação de quem se vê incapaz de penetrar aquele universo. Assim, a diferença, ainda que, em alguns momentos, se possa fazer notar uma certa impropriedade da linguagem discursiva dos diálogos, não converte as personagens em estereótipos a serviço “das verdades” que o narrador pretendia veicular. Talvez seja mais acertado pensar que a distância entre a voz que narra e o mundo narrado, se por um lado assoma como um problema, por outro lado ergue-se como matéria para reflexão. Como se o narrador não escamoteasse a consciência de que fala para um leitor que pouco conhece daquela paisagem, uma das razões por que faz sentido buscar o equilíbrio entre a incursão no desconhecido e a ponta de estranhamento que impede a diluição da alteridade que é preciso considerar. (CHAVES,2008 pp. 190-191).

Chaves não deixa de salientar o fato do narrador se sentir aturdido diante de tanta violência e, em alguns momentos, se colocar ao lado das personagens nos episódios mais dramáticos da guerra, com paisagens destruídas como no exemplo,

— Vejo machambas de onde mal sai comida, vejo elefantes que mal procriam (nunca se viu tão pouco elefantes nesta terra agora), mulheres com os seios secos e mirrados de onde não pinga mais o leite, almadias furadas junto à margem do rio, celeiros vazios, cestos com palha amarela, panelas partidas como se não fosse preciso cozinhar mais, árvores sem fruto, sem folhas e sem porte inclinadas para o chão. (BORGES COELHO, 2003b, p. 149).

E coloca-se também ao lado das personagens, como Amoda Xavier, em quem vê um ponto positivo pela determinação deste em sonhar: “Engana-se, porém, os que pensam que Bawa vivia apenas nesta defensiva de olhares retrógrados dos do outro lado, da magra hospitalidade deste, e do desejo de partir dos jovens de ambos os lados. Bawa tinha também energia e sonho.” (BORGES COELHO, 2003b, p.117). As vozes que compõem essa estória são da população do Zumbo, de alguns exilados como Amoda e Mama Mère. O narrador não tem a intenção de mitificar nenhum herói, nem tão pouco insere heróis nacionais nos fatos narrados. Os heróis dessa obra são o povo que sobreviveu aos ataques constantes naquela região desde os séculos anteriores e que ficaram inscritos nas memórias dos moradores do Zumbo. Talvez por isso o narrador se coloque entre dois como se estivesse cindido, pois sua voz desliza entre o narrador literário e o historiador, entre a tradição europeia e a tradição local, entre o presente e o passado, entre o Zumbo e a Bawa, só para citar alguns exemplos.

É pela voz do narrador que o leitor segue a trajetória dos exilados e deslocados, além de seguir as personagens que cruzam o rio, ele também fica na região do Zumbo observando Leónidas. É ele quem direciona o olhar do leitor, ora aproximando, ora distanciando o foco, ora fazendo intervenções, ora descrevendo o espaço em constante movimento que não se

restringe ao geográfico, mas também se movimenta entre o presente, o passado e o futuro, portanto, ele está também em constante deslocamento sem sair do espaço geográfico delimitado no mapa do início do livro.

Carmem Tindó (2009) vê o narrador com o ponto de vista onisciente, mas que em algumas ocasiões perde a distância própria do narrar heterodiegético, ao aproximar-se e tornar-se cúmplice do drama das personagens nos episódios de horror da guerra “Esse narrador entremeia a seu discurso micro-histórias, nas quais estão presentes diálogos de personagens que denunciam situações de violência e os estragos provocados como, por exemplo, a dessacralização de mitos tradicionais” (p. 124). Entre esses estragos estão a destruição dos mitos tradicionais e os cultos religiosos dos povos moçambicanos. No momento da guerra civil o narrador aponta o risco do fogo sagrado – o leão, o masculino, símbolo do universo e a cobra, o feminino, que domina a água, símbolo da memória – aquele que domina os rios que divide o país, mas também une os moradores de suas margens. Mais adiante, Tindó afirma que o narrador tem uma fala interventiva que “vai comentando a história ficionalizada, fazendo a mediação entre os acontecimentos político-sociais e a representação literária do mesmo.” (p. 127) Ao final, o narrador abandona a interferência e cabe ao leitor a intermediação entre o passado mítico e a história.

O narrador busca na tradição europeia algumas referências para explicar, estabelecer comparações entre um objeto local e algum conhecido pelo leitor, para que este consiga imaginar o que o narrador está descrevendo, como apontou Suzana Ventura (2009, p. 51), na comparação feita entre as armadilhas construídas pelo pai Zuzé Mantia com catedrais.

Mantia lembra-se de outras esperas há muito tempo, em Nanchengue. Caçava com o pai, um velho bom e paciente que lhe ensinou esta difícil arte de esperar. Primeiro, com passarinhos e minúsculas armadilhas que surgiam, das suas grossas mãos de velho, belas e laboriosas, como estruturas de catedrais. (BORGES COELHO, 2003b, p. 127).

Ele faz referências à música europeia com a chegada dos padres que construíram a Missão de São Pedro de Cláver. Foram os cânticos “que surpreenderam os filhos da terra e os maravilharam. Cânticos doces, complexos e intrincados, que baixavam suavemente para logo subirem agudos como aquela água que desafia a natureza.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 89). Segundo o narrador, os da terra também surpreenderam os padres ao darem cunho novo ao *alegro* e ao *adagio* que são referências à música erudita nos compassos ora lento, ora mais rápidos. A referência à música europeia volta no capítulo 34, como destacou Ventura (2009), em que o título, *a cappella* (canto erudito sem acompanhamento), já leva o leitor a essa referência. Neste capítulo, o canto é parte da cerimônia de casamento entre Jonas

e Benedita e a descrição lembra uma cena de ópera, entoada por Amina, Maria Isabel, acompanhada pelo coro das demais mulheres: “[...] juntam-se as mulheres em meia-lua, aconchegando as capulanas, clareando as gargantas, e começam a cantar em cristalina a *cappella*. E os homens vão-se aproximando para escutar.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 212).

Outro exemplo destacado por Ventura (2009) é o da comparação. Para melhor explicar ao leitor a situação do administrado Sigauke frente aos novos soldados treinados por Zvobo, o narrador faz a comparação entre o administrador e a personagem mitológica de Sísifo.

O administrador Sigauke vagueia entre novos soldados, assustado, a sua autoridade civil algo diminuída pelas circunstâncias, como um Sísifo perdido que não sabe voltar a levar a pedra para o cimo da montanha. O Zumbo, que lentamente se levanta, volta a cair de borco na lama dos seus inúmeros problemas. (BORGES COELHO, 2003b, p. 249).

Mas o narrador também faz referência às tradições locais e se preocupa em explicá-las ao leitor, como quando para a narrativa para explicar a diferença entre o *m’fiti* e o presságio.

O *m’fiti* é uma maldição que se abate como um raio – não há como evitá-lo e assim foi no Zumbo, para espanto de todos menos de Leónidas Ntsato, por ser desvairado e conhecer o futuro antes de ele acontecer. Mas agora é diferente, trata-se de um presságio. E desde ontem, após a visita de *Kanyemba*, o leão, conhecem os de Bawa esse presságio. (BORGES COELHO, 2003b, p. 154).

Além de desmentir a fala do m’phodoro “nova quase-mentira do m’phodoro matreiro, pois se aqui diz ter chegado com mansas inquirições e distribuindo justiça, o facto é que chegou, na verdade de maneira bem diferente, pondo tudo a ferro e fogo.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 148). Destaca, ainda, o sincretismo entre as figuras históricas que depois de mortas passam a ser entidades locais, como é o caso de Sixpence que foi tomado por um “espírito que ainda por cima não é do lugar (um espírito mestiço, comprador de comida e construtor de catedrais), seja um nganga sem muito apego à tradição, à verdade como princípio e dogma.” (BORGES COELHO, 2003, p. 255). Assim como o m’phodoro é o espírito do feroz Rosário Andrade, um português que foi sargento-mor e provocou a revolta de Bruma por ter roubado a mulher e as filhas dele e por ser contrabandista de escravos. Conta-se que ele castrava rapazes para colocar de guarda de suas mulheres.

A voz narrativa aponta ainda o olhar equivocado ou distorcido dos acontecimentos como ocorre na cena sobre o ataque ao Zumbo que são vistas através do binóculo, pois

Os binóculos têm esse estranho condão de falsificar a realidade, arrancando-lhe os sons e os cheiros que são o seu sal, emprestando-lhe uma nitidez que está muito para além da verdade.

[...]

E os acontecimentos evoluem a ponto de dispensar os aparelhos de ampliação da realidade uma vez que esta se amplia por si própria, velozmente, a cada minuto que passa. (BORGES COELHO, 2003b, pp. 81-82).

O narrador faz ponderações sobre a importância do ataque na região Norte e como esse evento vai ser visto pelo Sul “(quantas pequenas notícias se agigantam todos os dias, quantas grandes notícias como esta envelhecem discretas)” (BORGES COELHO, 2003b, p. 83). As observações dele demonstram o olhar crítico no que se refere à visão distanciada ou distorcida das autoridades que observam a guerra através do binóculo, ou seja, à distância, e revelam a falta de importância dada pelo governo moçambicano ao conflito naquela região.

Mais do que funcionar como um instrumento de organização temporal desde o início da trama, o narrador parece fazer questão de apontar para o seu lugar de fala, que, apesar de cindido, evidencia a preocupação de articular o leitor com os fatos narrados. E, ao apontar para aquilo que está por vir com a autoridade de quem conhece as histórias oficiais recontadas pelo povo, ele deixa claro que o tempo da sua fala está além do tempo narrado. Assim, a memória dos moradores reescreve os fatos do tempo colonial reconfigurados no presente, inclusive para justificar as entidades que estão agindo neste espaço. Cabe aqui ressaltar que a memória é também uma construção, e que o governo tende a valorizar a memória coletiva da guerra de libertação e apagar o período da guerra civil, como denuncia Coelho em entrevista a Rita Chaves.

As memórias (mais ainda as memórias escritas e publicadas) são sempre construções, mesmo se imbuídas de elevado grau de sinceridade. Do ponto de vista técnico da história são fontes como outras e não revelações sobre o “passado verdadeiro” [...] No caso moçambicano (e já o referi várias vezes) a memória do período de libertação nacional tem sido fundamental para ordenar o presente, no sentido de legitimar um sistema. Dada esta importância, tem sido internamente muito mais objeto da memória política (no sentido de memória gerida pelo político) do que pela memória historiográfica da academia ou do que por outros tipos de memória que também se configuram como paisagem, nomeadamente a memória comunitária ou a memória individual. Salvo algumas exceções, as memórias que integram a explosão de fala inscrevem-se nesse movimento de legitimação da memória política dominante, e visam nesse período da luta de libertação nacional ou aquilo que aqui por vezes se designa “Primeira República”. [...] No imediato, e tendo em conta o estado preliminar da historiografia nacional, a memória colectiva tem sido gerida com crescente empenhamento e vigor pela categoria do político, que procura convocar excessiva memória do conflito de libertação e “apagar”

o conflito civil da década de oitenta, praticamente inexistente no espaço público. (CHAVES, 2008, p. 163-164).

Neste sentido, o romance não permite o apagamento da memória da guerra civil e, ao eleger um narrador que desliza entre estes dois discursos (o literário e o histórico), e abrir espaço para que a memória individual e coletiva promova o testemunho desse evento, pois, além de buscar relatos do passado histórico pela via da memória que, como vimos anteriormente, permite ligar os deslocados ao seu espaço de origem, o fato de o narrador permitir outros olhares sobre esse episódio, dá amplitude às consequências que este conflito trouxe para o país. Apesar da experiência da guerra ser silenciante, fazendo voltar mudos os homens, sem experiência comunicável, conforme Benjamin, ela se transforma, no romance, por via do narrador, em uma experiência partilhável pela memória coletiva. As personagens, ao se deslocarem por vários espaços e pela memória, fazem o papel do narrador viajante e o narrador sedentário de Benjamin. Além da viagem pelo espaço realizada pelos moradores do Zumbo, há a viagem pela memória tecida pelo entrelaçamento dos fios da memória individual com os fios da memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs.

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Éclea Bosi (2003) nos lembra que a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, assim, o narrador orchestra as várias vozes que viveram a experiência dessa guerra cujo inimigo não é mais o colonizador português que ficou na memória do passado, mas o próprio moçambicano, o que abre outro espaço de crise. De acordo com conceitos benjaminianos, percebemos que, por entre as vozes soterradas dos vencidos, existe um espaço de possibilidade, e é para este espaço que se dirigirá o olhar do narrador. Se a história oficial privilegia a memória coletiva da guerra de libertação, então, o narrador busca na articulação das histórias individuais dos sobreviventes das invasões no Norte de Moçambique a construção coletiva da história da guerra civil.

As personagens do romance, após os acontecimentos trágicos, fazem incursões no passado, pois lembrar é uma forma de sobreviver e não há nada mais pessoal para o ser humano do que a memória. No entanto, precisamos da memória dos outros para nos

confirmamos, como afirma Halbwachs, “a rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados” (1990, p. 14). Não podemos esquecer, porém, que a memória é rasurada pelo presente e quando se coloca na escrita ela também é deslocada da realidade e as impressões escritas são sempre carregadas de ambiguidades, afinal, a escrita não substitui a realidade e esta é a maior crise do narrador que precisa, a todo o momento, justificar, explicar, buscar fatos do passado para preencher essas lacunas visíveis pelo constante uso de parênteses.

As buscas do passado são recorrentes nas personagens e em cada capítulo o narrador retoma a história da vinda delas para Lusaka. As estratégias para este retorno são variadas. Amina, por exemplo, tem suas lembranças deflagradas no momento de angústia, quando se depara com o marido desmaiado e, tendo dentro de si a necessidade de encontrar uma solução para o problema, retoma o passado e lembra-se de quando o conheceu e das qualidades dele. “Relembra como o conheceu. Viera fugida da sua terra, Murunguja, porque o chefe da aldeia tinha medo dos guerrilheiros que na altura já rondavam por lá.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 21). Para Mama Mère é o rio que deflagra a memória, pois ele “lembra-lhe o rio Congo lá em Basoko quando era menina.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 62). Matia também se volta para a infância e “lembra-se de outras esperas há muito tempo, em Nanchenge. Caçava com o pai, um velho bom e paciente que lhe ensinou esta difícil arte de esperar.” (BORGES COELHO, 2003b, p.127). As lembranças de Mama Mère e Matia são de lugares de pertencimento de onde foram tirados pela violência.

A presença de Leónidas também desencadeia as lembranças de Gomanhundo que já foi pescador como aquele e teve uma experiência muito forte no mesmo rio em que Leónidas teve sua vida modificada, como já apontamos anteriormente. “Nganga Gomanhundo aguarda-o tranquilamente, sentado na sua esteira à porta de casa [...] Gomanhundo é quase dali.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 30). O Superintendente Million confessa não ter boa memória, afinal, “memória nunca foi seu forte. Lembra-se vagamente de quando Mama Mère se lançou no negócio da loja. Lembra-se porque se cansou dos queixumes doces daquela mulher.” (BORGES COELHO, 2003b, p.52). Suas lembranças foram deflagradas pela curiosidade do narrador. Meia-Chuva tem suas memórias deflagradas pelos uniformes “pingo-de-chuva” dos Tigres. “Meia-Chuva daquele impecável uniforme ‘pingo-de-chuva’ que lhe suscita mais despeito que temor e lhe lembra outros tempos outras circunstâncias.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 140). Leónidas, assim como Matia, retorna à infância como forma de refúgio.

[...]sentado em uma pedra, também Leónidas Ntsato olha o rio. Procura compreender. Na sua condição há tendências a esquecer os factos recentes, cuja memória surge envolta no mal-estar da doença, e a lembrar os mais antigos, quando ele pescava despreocupadamente e tinha uma família. Ou mais atrás ainda, quando brincava pelas margens com os irmãos.” (BORGES COELHO, 2003b, p. 192).

O caso de Matia, Mama Mère e Leónidas, que buscam os tempos de infância nas suas memórias, nos remete a Bachelard, que afirma.

Ao sonhar com a infância, regressamos à morada dos devaneios, aos devaneios que nos abriram o mundo. É esse devaneio que nos faz primeiro habitante do mundo da solidão. E habitamos melhor o mundo quando o habitamos como a criança solitária habita as imagens. Nos devaneios da criança, a imagem prevalece acima de tudo. As experiências só vêm depois. Elas vão a contravento de todos os devaneios de alçar voo. A criança enxerga grande, a criança enxerga belo. O devaneio voltado para a infância nos restitui à beleza das imagens primeiras. (BACHELARD, 2001, p.90).

Em um período tão conturbado como o da guerra, o devaneio para a infância é uma forma de tentar recuperar o mundo perdido. Mas seria isso possível? Bachelard (2001, p. 103) nos lembra: “Éramos, sonhávamos ser, e agora, sonhando a nossa infância, somos nós mesmos?”. As personagens que buscam a infância vivem no limite dos acontecimentos: Leónidas no limite da razão e da loucura; Matia, no limite entre a vida e a morte pelo perigo de sua atividade, pois um elefante ferido mata rapidamente seu agressor, portanto, ele tem que ter o tiro preciso sempre, além de viver entre a liberdade e a prisão pela perseguição de Zvobo; Mama Mère vive no limite entre o legal e o ilegal, e sua fronteira é tão forte que o espaço que ela escolheu para construir seu armazém e casa é o espaço da fronteira entre três países. As lembranças e memórias das personagens ao se tornarem coletivas formam a história daquele espaço e, como nos lembra Asmann (2011, p.86), “narrar é superação e participação, depois de conflito, disputa e alienação”. Ao narrar os traumas a vítima consegue libertar-se, porém, nem sempre se tem alguém para ouvir.

A guerra civil em Moçambique foi mais cruel no Norte e, especificamente, nas fronteiras entre Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, houve o maior número de vítimas e as ações mais sangrentas. João Paulo Borges escreve para possibilitar a memória da guerra civil e impedir que esse evento se repita. A decisão de um escritor tem origem numa determinada realidade social e o fato de ele optar pela memória da guerra civil como arcabouço narrativo demonstra que se mostra compromissado com a realidade de seu país. Não podemos esquecer que João Paulo Borges Coelho, enquanto pesquisador naquela região, faz a recolha

de relatos dos moradores sobre a guerra civil e, em grande parte, os relatos desse livro se devem às histórias ouvidas por ele.

### 3 LEALDADE: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CABANAGEM PELO RELATO DE UMA VOZ

O romance *Lealdade*, primeiro volume da trilogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, narra a os eventos que levaram a população da província portuguesa do Grão-Pará a lutar pela Independência em meados do século XIX. O narrador é Fernando Simões Correia, militar, nascido no Grão-Pará, filho de portugueses e membro do grupo de intelectuais que defendiam a independência do Grão-Pará e Rio Negro influenciados pelos ideais da Revolução Francesa. Nesse romance, o autor focaliza os levantes que desencadearam a Cabanagem (1835). A história dessa região é narrada a “contrapelo” da versão oficial a partir das experiências vivenciadas pelo protagonista que sofre um processo de formação para participar do levante de 1823, ano da adesão do Pará à Independência do Brasil, fato importante para a revolta de 1835.

#### 3.1 CABANAGEM: REVOLUÇÃO, REVOLTA, MOTIM OU GUERRA CIVIL?

A Cabanagem<sup>52</sup> foi um movimento revolucionário da população paraense que culminou com a tomada de Belém por um levante que envolveu a pequena elite local, em um número pequeno, sendo que a maioria dos revoltosos eram os pequenos agricultores, escravos, libertos, pequenos comerciantes, militares e a população do interior e das ilhas, entre outros que ocuparam as ruas da cidade, enfrentaram os militares do governo e mataram Lobo de Souza, o governador em exercício, no ano de 1835. A primeira tomada da cidade foi em 9 de janeiro, a segunda foi em 21 de fevereiro e a terceira em 23 de agosto. O governador enviado pela corte reassume o comando do Grão-Pará em 13 de maio de 1836, mas a revolta persiste por mais cinco anos nas comunidades do interior da Amazônia Brasileira. Para compreendê-la, é necessário buscar suas raízes desde o período da ocupação dessa região.

Podemos começar dizendo que na Província do Grão-Pará eram comuns as revoltas, insurreições e motins, desde o início da colonização, motivados principalmente pela utilização da mão de obra indígena que resultou em muitos conflitos entre colonos e jesuítas.

---

<sup>52</sup>Pasquale Di Paollo (1990) traz o período histórico da ocupação da região pelos espanhóis e depois pelos portugueses, assim como as invasões francesa e holandesa. No percurso histórico, o autor destaca a violência e exploração a que a população local foi submetida e destaca o descaso dos governadores enviados para a província que não promoveram o desenvolvimento da região. A Cabanagem foi o levante popular no período da regência no Brasil ocorrida na segunda metade do século XIX. O autor divide o período histórico em três fases: lutas indígenas (1500-1650); surto político-econômico (1650-1820); luta pela Independência (1820-1834). Apesar de não concordar com algumas posições do autor no que concerne a afirmação de que a Cabanagem sucumbiu por que a liderança do movimento não foi feita por um intelectual, esse contexto mais amplo sobre os motivos que desencadearam a revolta é pertinente por permitir ao estudioso do assunto conhecer o histórico de violência a que população da província foi sujeita desde o início da colonização.

Com a intervenção de Pombal e a retirada dos jesuítas, esperava-se que a província prosperasse e tal era a expectativa do marquês, que ele enviou seu irmão, Mendonça Furtado, para administrar essa região. Mas tal progresso não aconteceu, e, no final do século XVIII, a economia do Grão-Pará estava estagnada e começou a sofrer o processo de decadência no início do século XIX. Essa situação resultou em uma sociedade dividida entre a minoria portuguesa, que, oprimia a pequena elite local, que por sua vez, oprimia a maioria mestiça. Essas três classes eram subordinadas a uma administração desinteressada em fazer a província prosperar.

A insatisfação geral levou o Pará a aderir à Revolução Constitucionalista do Porto, ocorrida em 1820<sup>53</sup>, e a população local passou a exigir que o governo da capital paraense se subordinasse aos mesmos preceitos a que o governo português obedecia. O entusiasmo com a Revolução Constitucionalista trouxe ao Grão-Pará uma expectativa pela possibilidade de eleições de paraenses para a Câmara Municipal, logo foi frustrada pela opressão que a Junta Provisória exerceu sobre as reivindicações dos locais. Essa atitude instigou alguns intelectuais a exigir novas mudanças, e para tanto, precisavam divulgar suas reivindicações para a população e, com este intuito, fundaram o jornal *O Paraense*, em 1822. O jornal tinha a finalidade de denunciar a inoperância do governo imposto pela corte e também divulgar os ideais da revolução de 1820. O desconforto e alcance do jornal levaram o governo a afastar Filipe Patroni, proprietário e principal redator do jornal, mandando-o ao Rio de Janeiro, designado como representante do Pará junto à Corte. O cônego Batista Campos assume, então, a redação do jornal e continua a publicar reivindicações tais como: a liberdade e igualdade de direitos políticos entre portugueses e paraenses, a modernização nos meios de produção, a melhoria das oportunidades econômicas com a quebra do privilégio e monopólio comercial dos portugueses e uma gestão administrativa mais eficaz.

Com a proclamação da Independência do Brasil em 1822, a política paraense, que já havia se dividido em dois grupos fortes e opositores, acirraram ainda mais suas divergências: os que defendiam o direito de a província continuar vinculada a Portugal (Caramuru) e os favoráveis a sua Independência (Filantropo). Porém, a fim de exigir a adesão da província à Independência do Brasil o Imperador envia um representante para trazer o ultimato à

---

<sup>53</sup> Conforme Saraiva (2005) o Vintismo é o nome com que ficou conhecida a Revolução Constitucionalista do Porto ocorrida entre 24 de agosto a 15 de setembro de 1820 e em 24 de janeiro de 1821, o rei jurou que aceitaria a constituição. A Revolução deu início a retomada do controle político pelos portugueses que, após a vinda de D. João para o Brasil, estavam submetidos à Junta governamental liderada pelos ingleses. Os membros da intelectualidade portuguesa defendiam a regeneração de Portugal retirando o país do atraso a que havia sido subjugado pelo despotismo introduzindo-o na Modernidade (desenvolvimento econômico e social que implicaria no ingresso do país na era capitalista. A Revolução foi burguesa e anti-clerical). Para tanto, foi feito o Projeto de Regeneração do país pautado na política liberal e conseqüente superação do absolutismo. O Absolutismo retorna em 1823. (pp. 275-277)

Província, o comandante inglês John Pascoe Greenfell, que, ao ser recebido pelos representantes do governo local, diz ter uma esquadra fundeada fora da baía do Guamá, que atacaria a cidade se a província não aderisse à Independência. Como ninguém foi averiguar se a esquadra era verdadeira ou não, a adesão foi então proclamada em 15 de agosto de 1823, depois se descobriu que a ameaça era um engodo.

Seguiu-se a eleição para o novo governo em 17 de agosto e o partido dos portugueses venceu o partido dos brasileiros, instaurando um clima de instabilidade na capital, que culminou com o levante militar de 15 de outubro. O povo se juntou aos militares revoltosos e levaram Batista Campos ao palácio, proclamando-o novo governador e exigindo mudanças mais efetivas contra os portugueses. No dia 16 de outubro, Greenfeell, decidido a apoiar os portugueses, desembarca na capital com um número grande de soldados e mercenários pondo fim ao levante. Uma das medidas do mercenário inglês foi humilhar publicamente Batista Campos antes de enviá-lo preso ao Rio de Janeiro; os demais revoltosos foram enviados ao Brigue Diligente e, posteriormente ao Brigue Palhaço, onde foram postos no porão, sem direito à água e sem ar. Mediante a reclamação dos prisioneiros, o comandante do navio mandou dar a eles água salobra do Guamá misturada com urina e fezes e, como estes lutavam entre si para terem acesso à água, o comandante Joaquim Lúcio de Araújo ordenou que fosse jogada cal virgem sobre os presos e que as portas do porão fossem fechadas. Quando reabriram o porão, 253<sup>54</sup> pessoas estavam mortas e somente um jovem de 20 anos de idade saiu vivo.

Entre o período da adesão do Pará à Independência e a abdicação de D. Pedro I, ocorreram motins, revoltas e insurreições provocadas pela insatisfação com os governantes enviados para a província pelo Rio de Janeiro. As revoltas terminaram em prisões, violência e mortes.<sup>55</sup> No período da regência a instabilidade política acirrou as divergências entre os partidos Caramuru (composto por portugueses) e Filantropo (composto por brasileiros). Um dos primeiros conflitos foi durante o governo de Visconde de Goiana, apoiado pelo partido Filantropo que, ao cumprir a lei de 28 de junho de 1830, que colocava fim à exploração servil indígena, provocou a burguesia que se levantou junto como partido conservador Caramuru, prendendo o Visconde e devolvendo-o ao Rio de Janeiro, além de enviar Batista Campos, vice-presidente dos filantropos como prisioneiro para São João de Crato, no Rio Madeira. O cônego é solto e as disputas entre os dois partidos se intensificam até o governo de Machado,

---

<sup>54</sup> Há divergência sobre o número de mortos, alguns autores indicam 253, outros 256 e Márcio Souza fala em 250.

<sup>55</sup> Não detalhamos todos os fatos históricos pois estes ocupariam muitas páginas da tese. Para maiores informações buscar em Di Paollo (1990), Rodrigues, (2009) e Souza (2009).

que criou uma oposição dentro do partido Filantropo, e Batista Campos, insatisfeito com os rumos do partido, decide sair.

Bernardo Lobo de Sousa, novo governador enviado pela corte, assume em 1833, cujo governo foi marcado, entre outros desmandos, pelos abusos dos recrutadores forçados da população do interior, a fim de aumentar a tropa do governo. Esses recrutamentos aconteciam por longos períodos (8 a 15 anos) e retiravam a mão de obra das lavouras, que resultava em prejuízo aos pequenos agricultores. Eduardo Francisco Nogueira (Angelim) foi um desses recrutados à força, que após o empenho de amigos, conseguiu a liberdade e tornou-se inimigo do governador. Lobo de Souza desprezava também os dois partidos políticos e colocou-os sob vigilância policial por acreditar que estes constituíam uma ameaça ao governo e, por fim, iniciou uma perseguição a Batista Campos, ameaçando-o de morte na sessão do Conselho Presidencial pela liderança que o cônego tinha junto à população.

A insatisfação dos paraenses com a adesão à Independência do Brasil se deu pelo fato de não acontecerem mudanças significativas para a província visto que os portugueses mantinham os privilégios sobre o comércio e as terras. Somando-se essa insatisfação com as publicações no jornal *O Paraense*, dos ideais republicanos que reclamavam os direitos de cidadania a toda a população, inclusive a não-branca, promoveram outro movimento político que resultou no boato de que um golpe seria dado em breve: a proclamação da República do Grão-Pará. O governador, sentindo-se ameaçado, manda prender o redator do jornal, que neste período era Lavor Papagaio, pois Batista Campos estava refugiado no interior do Estado, mudando constantemente de endereço para fugir da perseguição do governador. Lavor refugia-se na Fazenda Acará, propriedade de Félix Malcher e local onde se refugiavam os perseguidos pelo governador.

Lobo de Souza manda, então, o jamaicano James Inglis com uma tropa à fazenda de Malcher para prender o proprietário junto com os revoltosos que ele acolhia. As tropas chegaram à fazenda e não encontraram ninguém, pois os refugiados foram avisados e fugiram para a mata. Inglis decide matar os animais do proprietário e incendeia a Fazenda Acará em outubro de 1834. O grupo armado do governador caçou e prendeu Malcher e outros fugitivos, próximo à fazenda, e mata Manoel Vinagre, um dos líderes dos revoltosos. Esse fato trouxe insatisfação à população e à pequena burguesia local. Para agravar ainda mais a situação do governador, Batista Campos morre em 31 de dezembro, vítima de um ferimento na face que não se sabe ao certo se foi acidental ou de tiro, mas que gangrenou pelas constantes mudanças de esconderijo que o cônego fazia. A notícia da morte do cônego espalhou-se pela capital e interior, a população culpou o governador pela morte do padre e a revolta desencadeou o movimento Cabano, com a invasão da capital em 07 de janeiro de

1835. O governador e seus comandados foram condenados e executados pelos abusos cometidos contra a população. O movimento teve a adesão de militares e da pequena burguesia, também insatisfeitos com os desmandos do governador. As reivindicações eram três, segundo Di Paollo (1990): a expulsão dos portugueses, tanto do poder político quanto do monopólio econômico; a implantação do regime democrático e a libertação dos escravos (p. 163). A assembleia cabana<sup>56</sup> elegeu Félix Clemente Malcher como novo governador e Francisco Vinagre para o comando do arsenal de armas. Mas, em pouco tempo, começaram os conflitos entre os dirigentes cabanos e Malcher. Este, sentindo-se ameaçado, manda prender os irmãos Nogueira e tenta destituir Francisco Vinagre do poder. Vinagre enfrenta o governador, liberta os irmãos Nogueira e destitui Malcher do poder.

Uma nova assembleia cabana é convocada e Francisco Vinagre é indicado para o governo, em 21 de fevereiro de 1835, mas a situação agrava-se diante da divisão interna no movimento, que resultou em novos enfrentamentos populares. Malcher é assassinado por um popular e Antonio Vinagre, que está à frente das tropas, toma medidas para desarmar a população e tentar impor a ordem na capital e no interior, porque a onda de violência toma conta da província. O novo governador, mediante a crise instalada e o aumento da violência, decide tomar providências para normalizar a vida da população e acredita que a única saída é enviar uma carta à Corte, informando que estava disposto a entregar o governo de forma legal e assegura que a guerra civil havia terminado. Além da violência entre a população, outro conflito se dá entre o governador, os proprietários rurais e os comerciantes mais abastados que se recusam a reconhecer a autoridade do novo governo. Há, então, uma eleição para deputados provinciais que tem Ângelo Custodio de Cameté, como mais votado, e que deveria ocupar o cargo de Vice-Presidente da Província, mas é impedido de desembarcar em Belém, fato que leva Cameté a se opor ao movimento cabano.

A Corte envia um novo governador, Manuel Jorge Rodrigues, que é recebido por Francisco Vinagre em 20 de junho de 1835 e tenta impor a ordem e desarmar a população, usando, para isso, o apelo de Vinagre, mas não obtém sucesso, pois os assaltos às embarcações e às vilas continuam e se intensificam, fazendo com que a Cabanagem adquira característica de guerrilha. A cidade de Vigia é atacada pelos Cabanos com a intenção de tomar munição e armas para que pudessem resistir ao novo governo; os proprietários rurais, no entanto, reúnem seus subordinados, formam um exército e retomam a vila novamente. O

---

<sup>56</sup> O movimento teve esse nome pois a maioria da população que promoveu o levante era composta de pequenos proprietários rurais, foreiros e pescadores que moravam em construções precárias chamadas de cabanas, além de escravos (composta na maioria por indígenas) que esperavam a conquista da liberdade, ex-escravos (índios e negros), mestiços, militares, funcionários públicos, clérigos (a Igreja teve um importante papel na revolução). Os liberais brasileiros e a pequena burguesia local também participaram do levante.

resultado desse confronto é uma cidade destruída, com muitos mortos espalhados pelas ruas. O governador, no intuito de pôr ordem na província, expede uma ordem de prisão contra Francisco Vinagre e Eduardo Angelim. Francisco Vinagre é preso e os cabanos que estavam dispersos pela província unem-se novamente para tomar Belém e, por decisão da assembleia cabana, o comando das tropas fica sob a responsabilidade de Antônio Vinagre e Angelim. A cidade é invadida e Antônio Vinagre morre na batalha, Angelim comanda a retomada de Belém através da tática guerrilheira, e luta de casa em casa até tomar o arsenal de guerra e cercar o palácio do governo, forçando o presidente a fugir e o poder é novamente cabano.

Angelim é aclamado presidente da província em 23 de agosto de 1835 por assembleia cabana. Mas a população estava com os ânimos acirrados e fizeram a vingança que desejavam. Mataram os portugueses mais abastados. Antigos senhores ricos são mortos por seus ex-escravos e outras ações de vingança tomaram conta da cidade. Por causa das constantes lutas, os alimentos estavam escassos, pois as lavouras foram abandonadas e os navios mercantes não se sentiam seguros de atracar nos portos de Belém. Havia também muitos mortos pela cidade e pelo interior que causaram doenças e epidemias. Além disso, fazendas e mercados que já haviam sido saqueados foram abandonados definitivamente por seus proprietários que estavam receosos de serem mortos. Diante desse quadro, Angelim envia uma carta à Regência explicando os motivos do conflito, expondo a situação da província, e decide entregar o governo.

A corte envia José Soares Andreia para governar o Grão-Pará, e em 13 de maio de 1836 é iniciado o “processo de pacificação”. Este era constituído pelas forças legais que tinham autonomia para perseguir, prender e, se necessário, executar os cabanos e quem quer que fosse denunciado como tal. O governador justificava suas medidas pelo estado de exceção que a província passava e as atitudes do brigadeiro desagradaram a regência, que não pretendia despovoar a província, mas desejava súditos fieis à Coroa. Em 1839, o paraense Bernardo de Sousa Franco assume a presidência da província e continua a desmobilizar os cabanos sem execuções sumárias e entra em acordo com os líderes e pequenos grupos que ainda resistiam no interior. Somente em 15 de agosto de 1840, os últimos resistentes depõem as armas, os líderes são retirados do Grão-Pará e enviados para outras províncias distantes, só sendo permitido o retorno destes depois de 8 ou 12 anos.

Conforme Ricci (2006), a revolução deixou mais de 30.000 mortos e a população só voltou a crescer em 1860: “Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente portugueses mais abastados”.

A Historiografia oficial não chega a um consenso sobre as datas do início desse evento, assim como não há consenso se foi revolta, revolução, motim ou guerra civil. O primeiro autor a falar sobre o assunto é Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, em 1865, que entendeu o movimento como motim. Nos anos de 1920 e 1930, João Palma Muniz, Jorge Huler, entre outros, seguindo a linha positivista, entenderam a Cabanagem como uma guerra de Independência. É certo que esses autores escreveram suas obras no centenário da Independência, e por isso os cabanos passaram a ser visto como heróis.

Nas décadas de 60 e 70, Caio Prado Júnior busca na linha marxista a definição dos cabanos como os primeiros revolucionários a tomarem o poder no Brasil, e Ricardo Guimarães juntou a Cabanagem à Guerrilha do Araguaia, como sendo os dois levantes de esquerda e anti-imperialista no Brasil. Na década de 80 do Século XX, período da abertura política, Carlos Rocque, Pascoale Di Paollo e José Julio Chiavenato direcionaram a luta cabana contra o imperialismo como afirmação de luta pela cidadania.

Nos anos 90, Vicente Salles segue a linha marxista e compreende a Cabanagem como uma luta de classes, visto que ela colocou em campos opostos, proprietários e não-proprietários, e apontou um número grande de líderes negros no movimento que, embora não apresentassem um programa político, eram politizados. Segundo ele, a liderança armada estava com os sertanejos, mas a liderança intelectual estava com a pequena burguesia urbana, encabeçada por Batista Campos. Para Moreira Neto, foi uma luta com fundamento étnico, já que havia uma presença majoritária de tapuios no movimento. A fonte desse pesquisador foi a relação de cabanos mortos a bordo da corveta Defensora e identifica como um dos líderes o tapuio Ângelo Custódio.

No século XXI, os estudos se voltam para as questões de identidade e conflitos étnicos. Magda Ricci trabalha na perspectiva da identidade social e política, no interior das massas populares e, em relação às lideranças, defende o ponto de vista de que elas teriam surgido no interior dos governos cabanos, o que permitiu que o movimento se alastrasse pelo interior da província, apregoando a morte aos portugueses e maçons e sustentando o movimento, mesmo depois da retomada de Belém pelas forças imperiais. Sandra Costa Santos opta pelo prisma da luta de classes e a relação desta com os conflitos étnicos e a ascensão das classes populares, principalmente nos governos de Vinagre e Angelin. A autora alerta que a identificação dos cabanos como caboclos, índios e escravos não é suficiente para compreender o movimento. Humberto Brito defende a necessidade de olhar para outros líderes cabanos provenientes de extratos sociais distintos que foram fundamentais durante o governo revolucionário e aponta também a construção de uma consciência de classe dessa liderança a partir dos embates entre paraenses e portugueses no período. Para Denise Simões

Rodrigues (2009) o movimento foi inovador, por ter a participação das camadas da população socialmente excluídas.

Em relação às datas, os estudiosos delimitam os anos da Cabanagem da seguinte forma: Jorge Hurley data de 1823 a 1840, Caio Prado opta por 1833 a 1836, para Di Paollo ela inicia em junho 1834 e termina em 22 de agosto de 1848, e o autor faz um importante recuo histórico para o início da colonização no Pará, apontando o período de 1500 até 1834, como contexto da Cabanagem. Como é possível observar, também não há consenso sobre o início e o fim do conflito armado.

Márcio Souza fez uma pesquisa de, aproximadamente, vinte anos para escrever a trilogia sobre a Cabanagem. O autor tem se empenhado na tarefa de colocar a região Norte do país em evidência, através da literatura e não podemos deixar de citar a formação do escritor em Ciências Sociais, pois suas obras não deixam totalmente de lado o olhar do cientista social, assim como Coelho traz o olhar de historiador para suas obras, Márcio Souza mostra-se também preocupado com os rumos da Amazônia e da permanência dessa região na periferia do Brasil.

A sua trajetória como escritor tem início antes da de João Paulo Borges Coelho, com *Galvez, Imperador do Acre* (1976) em que Márcio Souza<sup>57</sup> já define o compromisso literário com a região amazônica, ao narrar a história burlesca de Galvez, um aventureiro espanhol, que se envolveu na conquista do Acre na passagem do século XIX para o XX. O autor utiliza da estratégia do século XIX do encontro de um diário como mote para desenvolver o romance, mas desconstrói o episódio heroico da conquista do Acre utilizando o gênero burlesco.

Márcio Souza cria dois narradores, sendo um Galvez e o segundo o editor que comprou os manuscritos e que interfere na narrativa, corrigindo episódios narrados por Galvez. O romance tem, na perspectiva de Baumgarten, duas modalidades discursivas: a autobiografia e a História. O estudioso sinaliza em seu ensaio que este romance tem inovações no plano da escrita que apontam para

[...] o surgimento de um novo paradigma no plano da escrita do romance histórico brasileiro, que é também compartilhado pelas obras de Dionísio da Silva, Luiz Antonio de Assis Brasil, Ana Miranda, Moacyr Scliar e de tantos outros que têm se dedicado à revisão da história oficial brasileira pelo viés da ficção” (BAUMGARTEN, 2000, p. 175).

---

<sup>57</sup> Vamos nos ater somente nos romances e alguns livros de contos. As criações do autor para o teatro, cinema e outras produções científicas não serão abordadas aqui pois a produção do autor é muito grande.

Pela defesa do autor, podemos inferir que o romance de estreia de Márcio Souza marca o lugar de uma nova escrita sobre a Região Amazônica. A cerca da composição de *Galvez, o Imperador do Acre*, Mesquita (2009) identifica vários discursos no interior da obra que têm o caráter metaficcional:

Este é um romance permeado por diversos tipos de discursos, tais como o científico, o memorialista, o do teatro de marionetes, o da ópera bufa, o do diário. Porém, todos esses discursos são parodiados, como também o romance histórico, o folhetim, o relato de viagem, o discurso autobiográfico. O procedimento paródico tem caráter metaficcional, já que os narradores têm uma consciência clara de cada gênero e discurso para poderem parodiar cada um deles. (MESQUITA, 2009, pp. 12-13).

O autor utiliza a escrita como ferramenta de destruição das versões históricas feitas sobre a região amazônica e, neste aspecto, os dois autores seguem caminhos diferentes, pois João Paulo Borges Coelho não se fixa literariamente no Norte de Moçambique enquanto Márcio Souza privilegia literariamente da Região Norte do Brasil na maioria dos seus romances, percorrendo através da Literatura os Estados que compõem essa região: o Acre em *Galvez, o Imperador do Acre*, Amazonas, em *O fim do terceiro mundo* (1990), a capital do Amazonas, em *Caligrafia de Deus* (1994) e Belém, nas *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro* (1997). Em *A ordem do dia* (1983), percorre duas cidades do Estado do Amazonas: Parintins, Manaus e vai até a capital do Brasil, Brasília. *A condolência* (1984) tem também vários espaços ficcionais variados como o Rio de Janeiro, Paris, Porto Velho e Belém, mas o espaço ficcional está sempre na periferia dessas capitais. Já em *Mad Maria* (1980) o espaço literário é Rondônia, enquanto em *Operação silêncio* (1979) desloca a geografia para São Paulo e em *O brasileiro voador* (1986) os espaços são Paris, Petrópolis e Rio de Janeiro. Essa cartografia ficcional é importante para demonstrar o compromisso literário do autor com a Região Amazônica.

Em relação à escrita, Márcio Souza tem tendência a utilizar a paródia, a ironia, o pastiche, a carnavalização, entre outros recursos estilísticos como forma de trazer para a escrita literária os questionamentos do discurso hegemônico, construído pela historiografia, promovendo a releitura dos episódios históricos ambientados na Amazônica e no Brasil. Assim, a partir de *Galvez, o Imperador do Acre* o autor inicia o movimento de ir na contramão do discurso homogeneizante construído pela historiografia, sociologia, geografia, entre outros, que tende a igualar todas as regiões, não destacando as particularidades pertinentes a cada uma, e que são justificadas pelo tamanho continental do país. Como aponta Antônio Roberto Esteves,

Historiadores e sociólogos também acabaram construindo e consolidando um discurso que se fez hegemônico, que atribui à cordialidade do brasileiro, resultado de um equilibrado processo de mestiçagem, a homogeneidade da cultura brasileira, fato que acabaria garantindo a concórdia nacional e o bem estar social. Tal discurso homogeneizante trata de, se não apagar, pelo menos desqualificar qualquer movimento que tenha atentado contra a unidade territorial ou cultural, ou que explicita os conflitos sociais e/ou raciais, que não foram poucos e ocorreram ao longo de boa parte da história do país. (2010, p. 98).

Mas há outros em que a temática e o espaço se voltam para a ditadura militar, como ocorre no segundo romance do autor que não foi bem aceito pela crítica *Operação silêncio* (1979) que narra a trajetória de um cineasta por São Paulo na década de 1970, no período mais acirrado da ditadura em meio às discussões ideológicas e políticas sobre o país.

Em *Mad Maria* (1980) é narrada a história da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia, ocorrida entre 1907 e 1912, e que tinha como objetivo permitir a ocupação dessa região na tentativa de unificar o país a partir da integração pela estrada de ferro, por ser o meio de transporte que possibilitaria o fluxo de pessoas e de mercadorias, com o objetivo trazer o progresso para aquela região. A narrativa é ambientada em Rondônia, e através da sátira, o autor destaca os obstáculos geográficos e climáticos que impossibilitaram a conclusão da obra, além da fauna e flora desfavoráveis para a construção desse empreendimento.

Podemos concluir que em sua obra de ficção de *Mad Maria*, Márcio Souza, de certa forma, reitera a sua visão de progresso sobre a Amazônia. Dessa forma a sua ficção apresenta um contra-discurso ao satirizar aqueles que acreditam que podem trazer progresso sem ouvir a Amazônia e os amazônidas. Progresso pode ser catástrofe, pode ser desastre para os “primitivos” para os “nativos” para os locais se não for pensado, discutido, analisado partindo de vozes locais. (GOMES; NENEVÉ, 2011, p.31).

Em *A ordem do dia* (1983), Márcio Souza volta ao humor e ao deboche, utilizando extraterrestres para explicar as confusões da política brasileira sob o governo dos militares. O fio narrativo é composto por sobreposições de acontecimentos e dividido entre a paródia, os discursos oficiais através de documentos (memorandos e ofícios), e o discurso do narrador, utilizando a sátira e promovendo a carnavalização do período militar.

No fundo, toda a trama funciona como uma dessacralização da própria forma novelesca como a do então agonizante regime (estamos nos anos 80, em pleno governo João Figueiredo). As várias vozes são conduzidas e interligadas à própria mirabolância do enredo, onde Parintins, Manaus e Brasília se reúnem num deslizar metonímico de uma dada situação e também de um país perdido nos seus dramas individuais e coletivos. (CARVALHO, 2001, p. 157).

Esse mesmo assunto continua em *A condolência* (1984) em que “o acerto de contas agora se dá com o fim do período militar, o confronto de forças entre os que querem a continuação da ditadura e a inevitável redemocratização do Brasil.” (CARVALHO, 2001, p. 157). A narrativa é linear, sem a marca humorística é estruturada nas mudanças espaciais que são a metonímia da inconstância política do país. A próxima aposta do autor é no romance sobre Santos Dumont, escrito a partir de depoimentos de pessoas que conviveram com ele, e Márcio Souza dessacraliza o herói da pátria. Segundo Carvalho (2001), em *O brasileiro voador* (1986) “aqui a forma de construção narrativa se aproxima bastante da de *Galvez*, com muitas referências intertextuais, buscando o máximo de agilidade e limitando bastante as descrições.” (CARVALHO, 2001, p. 157). Em *O fim do Terceiro Mundo* (1990), a Amazônia volta a ser o assunto principal, com todas as polêmicas do século, e neste romance o fantástico é utilizado como mote narrativo. No livro de contos *A caligrafia de Deus*, o espaço literário é a periferia de Manaus, apresentada com todos os problemas. As personagens são garimpeiros, estrangeiros, índios, operários, entre outros e todas em crise naquela cidade odiada por eles.

A última empreitada do autor foi em relação à Cabanagem, levante ocorrido na primeira metade do século XIX que pretendia promover a Independência do Grão-Pará, e para tanto, Márcio Souza dedicou-se vinte anos na realização das pesquisas sobre esse movimento, que ocasionou a morte de muitos paraenses. As *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro* composta pelos romances, *Lealdade* (1997), *Desordem* (2001) e *Revolta* (2005), revisitam a Cabanagem que tem sofrido o processo de apagamento por parte da história oficial. As crônicas abarcam os anos de 1783 a 1840 e cada livro possui um narrador, que traz os episódios que desencadearam a Cabanagem. A cronologia encontra-se dividida da seguinte forma: *Lealdade*, que tem como narrador Fernando (pseudônimo de Pedro Veriano Chermont Barata) relata os fatos ocorridos de 1793 a 1823 entrelaçados a biografia do narrador; *Desordem* abrange os episódios ocorridos entre 1833 e 1834 que foram os dois anos que antecederam a Cabanagem e são contados pela francesa Simone (pseudônimo de Ane-Marie Presle de Senna), que teve um envolvimento amoroso com o narrador de *Lealdade*. Portanto, os dois primeiros volumes contam os acontecimentos que desencadearam a Cabanagem e por isso abrangem um período maior de tempo. *Revolta* é narrado por Maurício Vilaça, que relata a Cabanagem e focaliza apenas o ano de 1835.

A tetralogia tentará dar conta de um período histórico bastante complexo na Amazônia e pouco divulgado, passado entre fins do século XVIII e boa parte do XIX, procurando compreender o reflexo da Independência no extremo norte do Brasil, de como o então novo Império procurou esmagar todas as lideranças políticas da região, inclusive os que eram a favor da

própria Independência. Narrado em primeira pessoa, *Lealdade* é um teste de memória, de um país que se define na própria indefinição e os fatos históricos refletem a ambiguidade da condição de brasilidade dos paraenses da época. (CARVALHO, 2001, pp. 158-159).

Os três volumes têm, como narradores, membros da elite brasileira daquele período. O autor apresenta cenas do cotidiano dos moradores da Amazônia no que diz respeito aos costumes, ao comércio e às questões políticas, que resultaram nas condições atuais de vida dessa população. Além do compromisso político da releitura da História dessa região, o autor leva muito a sério o ofício de escritor, exercitando todos os dias a escrita e preocupa-se com o que vai levar ao leitor. Para compor suas obras, faz pesquisas profundas, como revela na entrevista feita ao jornal *Gazeta do Povo* no dia 09 de agosto de 2011

Eu escrevo todos os dias. Em geral, quando estou começando um trabalho, faço pesquisa também. Divido o trabalho de redação com a pesquisa. Trabalho todos os dias e, quando estou na última fase, terminando o romance, fazendo a revisão, aí não tem hora mesmo. Não trabalho à noite porque divido o meu tempo. Escrevo durante o dia à noite faço teatro. [...] a literatura é uma coisa muito individual. É você, o papel em branco e acabou. Cada romance é diferente do outro, mas tem alguns pontos em comum. Preciso conhecer bem o tema de que estou tratando. Um dos narradores de *Derrota* (livro que encerra a tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*) é um pajé. Comecei a escrever o romance e me dei conta de que não sabia nada sobre pajés, não sabia do que estava falando. Estudei Ciências Sociais, tenho formação em Antropologia e, além disso, senso crítico. E percebi que estava falando besteira. Então parei e fui estudar o que é um pajé. Entrevistei vários pajés. Estudei publicações no campo da Antropologia Cultural sobre xamanismo em diversas partes do mundo. Especificamente na Amazônia, há muitos estudos. Inclusive sobre a pajelança do mal, pajés terríveis que levam à morte as pessoas que atacam. Fiz todo um levantamento para poder voltar e terminar o romance. [...] é um trabalho permanente. Hoje ainda não escrevi, mas antes de dormir escreverei alguma coisa. Escrever para o escritor é como nadar para o tubarão. Se ele parar afunda. (entrevista 09/08/2011)

O romance *Lealdade*, objeto desta tese, narra o sonho do povo paraense pela Independência dessa região brasileira, e a relação entre a literatura e a história também são visíveis, assim como a presença da antropologia, geografia, das ciências sociais e das artes. O romance é narrado pela personagem Fernando que faz anotações de suas aventuras em um caderno, de onde é extraído o conteúdo que formará o livro. Junto com este narrador são trazidas para o enredo personagens históricas, como o cônego Batista Campos, Felipe Patroni, Padre Zagalo, entre outros, com os quais o narrador tem relacionamento de amizade. Os ideais revolucionários da personagem são formados em Caiena, capital da Guiana Francesa, para onde ele é enviado como militar na ocupação que os portugueses fizeram àquela colônia, como revide à invasão de Portugal pelo exército napoleônico. Segundo Sarmiento-Pantoja, “o que move a narrativa de *Lealdade* é a pergunta ‘porque a Cabanagem

não deu certo?’. O livro abre o relato valendo-se de uma estratégia ficcional muito conhecida: a do livro fundado no livro – o narrador informa que o romance resulta dos manuscritos de um diário escrito na juventude.” (2013, p. 21). Esteves (2010) lembra porque o romance conta a história da anexação do Grão-Pará ao Brasil, episódio conhecido como a expulsão dos portugueses do Pará pela história oficial.

O Grão-Pará que o narrador apresenta no romance, e que o escritor costuma defender em seus ensaios, é uma sociedade baseada na manufatura de produtos locais e seu comércio com a Europa, resultado do projeto que o Marquês de Pombal tentou implantar na região, na tentativa de integrá-la, bem como o reino português, à primeira revolução industrial. Essa sociedade praticamente desconhecia o trabalho escravo, o latifúndio ou a monocultura, as grandes máculas que o narrador atribui à sociedade do Império do Brasil. Predominavam, além de pequenos proprietários; coletores de matérias primas da selva amazônica, a borracha e as famosas drogas do sertão; manufatureiros, transformadores dessa matéria prima; trabalhadores de estaleiros para construção de barcos; e, sobretudo, as atividades comerciais. O narrador trata de pintar, com cores suaves, um quadro que reproduz uma sociedade feliz que é abruptamente desequilibrada com a chegada dos “mercenários” a serviço do Império Brasileiro, dispostos a transformar a região em uma espécie de periferia degradada à margem do Império. (ESTEVES, 2010, p.104)

Na leitura que fizemos do romance *Lealdade*, o que nos chamou atenção foi justamente a releitura que o autor fez sobre esses fatos históricos que antecederam a Cabanagem. Ao fazer esse recuo no tempo, o autor evidencia a exploração da Província do Grão Pará, como demonstramos no primeiro capítulo dessa tese, e dá ao levante o lugar de guerra justa. Essa postura de Márcio Souza leva o leitor a ponderar que a utopia da independência do Grão-Pará poderia ter acontecido. Em um primeiro momento, depois de ler muitos textos, acreditamos ter sido a superioridade bélica dos militares, enviados pela regência, o motivo principal da derrota dos cabanos. Após o acesso a documentos ingleses (CLEARY, 2002) fica a dúvida sobre a derrota do movimento cabano, e parece-nos que o motivo foi a discordância entre os cabanos após tomarem o poder, uma vez que o Império tinha problemas com seus militares, pois eram muitos os levantes que aconteciam no país e o Regente Feijó não tinha número suficiente de soldados para enviar ao Grão Pará, como afirmou o ministro britânico Henry Stephen Fox na correspondência transcrita e traduzidas por Cleary.

O autor constrói a narrativa com artifícios estilísticos muito utilizados no século XIX, como vamos apontar a seguir. Alertamos, porém, que não fizemos um estudo mais cuidadoso a respeito desse assunto, pois esse não é o objetivo dessa tese, nossa intenção é apenas demonstrar o cuidado do autor ao compor essa obra. O primeiro que observamos é a opção em colocar o narrador afirmando que o romance é baseado em seus cadernos de anotações,

construindo assim, uma narrativa que poderíamos chamar de autobiográfica, estratégia muito utilizada nos séculos XVIII e XIX para dar estatuto de verdade à obra<sup>58</sup>. O segundo seria a utilização dos documentos fictícios, postos no início do romance, que dão mais ênfase ao estatuto de verdade. Há, ainda, o uso da didascália na divisão das três partes do livro que são pautados em episódios da vida de Fernando, e, por fim, a dedicatória e a epígrafe.

No primeiro contato do leitor com o objeto livro, o que chama a atenção é o título, visto que o autor já é conhecido, portanto, a expectativa inicia com o título *Lealdade*, antecedido pela indicação do gênero “romance” que já direciona o leitor a desfazer a expectativa em relação à veracidade da obra. Porém, uma frase que está no rodapé da página “Um país morreu para o Brasil nascer” provoca no leitor um jogo discursivo entre o histórico e o ficcional. Ficam, então, as perguntas: qual país morreu para o Brasil nascer? *Lealdade* a quê ou a quem? Além disso, o título não antecipa o assunto a ser narrado na obra.

Ao abrir o livro o leitor se depara com o título *Lealdade*, seguido da indicação do gênero “romance” e mais abaixo “Livro I da Tetralogia Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro”. Depois da relação das obras do autor na página seguinte, temos o sumário dividido em três.

1

*Onde se relata com a voz pouco fiel da memória,  
fatos ocorridos nos idos de 1783 a 1810*

2

*No qual é retirado do injusto esquecimento o que  
ocorre entre os anos de 1810 a 1821*

3

*O trágico ano de 1823*

Os títulos dos capítulos que resumem o assunto a ser tratado remetem ao formato das crônicas históricas, assim como o título da tetralogia “Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro” também lembram esse estilo. Além disso, em uma rápida folheada pelo livro, o leitor se depara com pequenas gravuras que também faziam parte dos livros de crônicas e de viagens. Os títulos dos capítulos, como é possível verificar, são didascálias utilizadas no teatro para resumir os atos. E finalmente, temos a dedicatória, que no caso deste livro é uma consagração: “Para Érico Veríssimo consagro”, o termo “consagro” amplifica o valor dado à produção do autor gaúcho e nos dá a primeira chave de leitura da trilogia, visto que estabelece uma relação direta com a saga de Érico Veríssimo “O tempo e o Vento”, cujo assunto se ocupa da ocupação da fronteira da cisplatina, passa pela Farroupilha e termina

---

<sup>58</sup> A respeito das biografias no século XIX, ver Peter Gay, *O coração desvelado*, 1999.

com a ditadura militar. Em relação à Farroupilha, o movimento ocorreu na mesma época da Cabanagem. A partir dessa consagração e, retomando a frase na parte inferior da capa, o leitor é levado a intuir que se trata de um romance histórico, afinal “Um país morreu para o Brasil nascer”. Mas, qual país morreu?

Outra pista que o leitor encontra é a Epígrafe posta na página ao lado da consagração a Érico Veríssimo, que foi retirada do romance histórico *A Cartuxa de Parma* (1838), de Stendhal: “Parece-me, aliás que todas as vezes que se avança duzentas léguas do sul para o norte, isso dá ensejo tanto a uma nova paisagem como a um novo romance”. No romance francês são narradas as aventuras de um jovem italiano chamado Fabrice Del Dongo, um idealista que decide unir-se ao exército de Napoleão Bonaparte e participa da batalha de Waterloo, que culmina com a derrota do imperador. Em relação às epígrafes, Genette nos lembra que elas têm a função de marcar os laços do autor com a tradição e com as narrativas românticas e que, nos romances históricos contemporâneos, elas são frequentes e anunciam os aspectos temáticos, bem como dão a chave de leitura da obra. A epígrafe escolhida por Márcio Souza foi retirada de um romance que narra uma guerra, assim como a saga de Érico Veríssimo. Então, tudo leva a crer que o romance vai falar de uma guerra.

Mas, quando o leitor termina *Lealdade*, compreende que a guerra vai ser narrada em um dos volumes posteriores e ao buscar a data da Farroupilha vai entender que foram levantes ocorridos na mesma época, assim como outras revoltas que ocorreram em diversas regiões do Brasil, logo depois da Independência. Mesmo ao consagrar a obra ao autor gaúcho, Márcio Souza tem propostas distintas das de Érico Veríssimo. Para Mesquita (2009) e Sarmiento-Pantoja (2013), a narrativa de Márcio Souza intertextualiza com o projeto literário de Veríssimo, mas se distancia em dois aspectos: o primeiro é em relação ao tempo, pois enquanto a produção de Souza abarca o período de 1783 a 1840, o de Veríssimo abrange 200 anos; o segundo é a inversão na proposta do projeto temático, visto que Márcio Souza não exalta, mas mostra a frustração pela não realização do sonho de construir um país independente (MESQUITA, 2009, p. 79). Além disso, o autor gaúcho exalta a luta e os homens que fizeram a revolução, mitificando os líderes do levante como heróis, enquanto o autor amazonense humaniza os heróis cabanos e mostra o outro lado da revolução que termina com a frustração. É importante lembrar que os ideais da Cabanagem foram bem diferentes dos da Farroupilha, pois enquanto o movimento do Sul surgiu da oligarquia fundiária, o levante do Norte emergiu do povo mais humilde e da pequena burguesia local,

[...] a Guerra dos Farrapos foi desencadeada pelos interesses da oligarquia fundiária que desenvolvera um acentuado grau de autonomia graças à sua

importância na manutenção da fronteira meridional. Não havia nos seus propósitos quaisquer propostas que atendessem a eventuais demandas das camadas populares. (GUAZZELLI, 2011, p. 255).

Ao observarmos esses aspectos, a consagração parece-nos mais uma ironia do que uma homenagem. Já em relação à epígrafe, o romance francês foi escrito dois anos antes do final da Cabanagem. As semelhanças entre a personagem italiana e Fernando são muitas, entre elas, o fato de Fabrice voltar ao seu país após a derrota de Napoleão, portanto, frustrado nos seus ideais políticos, seguido da desilusão amorosa, assim como Fernando, personagem principal de *Lealdade*. Além das aproximações entre as personagens, o trecho escolhido para a epígrafe aponta o deslocamento espacial do Sul para o Norte, que, se for transposto para o Brasil na primeira metade do século XIX, nos faz caminhar do local em que ocorreu a Farroupilha, para o Norte, onde ocorreu a Cabanagem, convocando novos olhares sobre o Brasil pós-Independência.

Outro paratexto que chama atenção é a utilização dos documentos ficcionais no início do romance, como prova dos acontecimentos que serão narrados. O primeiro documento é um ofício do Senado da Câmara Municipal de Cameté para o presidente e o governador interino das armas; o segundo, apresenta instruções do presidente e do governador interino para o sargento-mor, Baena e por último, nos deparamos com anotações do caderno do coronel Fernando Simões Correia, relatando de forma concisa, o motivo da derrota de seu exército, apesar de ter uma grande chance de vitória. A apresentação desses documentos no início da narrativa pode levar o leitor desavisado a acreditar que sejam verdadeiros e, assim, negar o estatuto ficcional do romance. Ou seja, o autor convoca o leitor para um jogo entre história e ficção, a partir dos paratextos.

Esse jogo continua na introdução do segundo romance da trilogia, intitulado *Desordem*, no qual a personagem criada pelo autor (uma professora da Universidade Federal do Pará) escreve a introdução do romance como se este fosse fruto de uma pesquisa acadêmica sobre os manuscritos de uma personalidade histórica. Nessa introdução, a professora fictícia faz referência ao narrador de *Lealdade*, Fernando Correia, identificando-o como o Coronel Pedro Barata e existe a confirmação da existência dos cadernos de anotações do referido coronel.

O coronel Pedro Barata deixou seu livro, intitulado *Lealdade* e aparentemente escrito em 1823, guardado nos cofres da família Bentes de Souza. Há referências aos manuscritos nas memórias do Dr. Dionísio Bentes, que foi, respectivamente, prefeito de Belém e governador do Estado nos anos 20, já no período da decadência da economia do látex, mas antes dos atribulados anos da Revolução de 30. (SOUZA, 2001, p.13).

Nessa introdução, a personagem relata uma história mirabolante do sumiço do manuscrito que pertencia à família Bentes, e estava guardado no cofre na fazenda da família. O local foi vendido e o manuscrito permaneceu no cofre, mas depois esteve em uma loja maçônica por um período e transferido para o depósito da prefeitura de Alenquer. Já nos anos 90 do século XX, um jornalista denuncia o abandono do cofre e da memória nacional. O então governador, Almir Gabriel manda abri-lo, pois havia uma informação de que nele estavam escondidas barras de ouro que seriam fruto de desvios do erário público, na época em que Dr. Dionísio Bentes fora governador. Até aqui a introdução condiz com as explicações dos prefácios do século XIX, pois eles pretendiam dar o estatuto de verdade aos romances, que geralmente eram fruto de escritos de um desconhecido e entregue ao autor, ou o resultado de um diário encontrado por acaso, entre outras estratégias utilizadas para explicar como as aventuras, que seriam narradas nos romances, chegaram até o autor. Márcio Souza, porém, carnaliza a forma como o diário foi encontrado:

Para decepção geral, não se encontraram barras de ouro, e o tesouro de Ali Babá se limitava a uma expressiva coleção de livrinhos pornográficos, quase todos impressos em Portugal [...]. No meio da coleção [...] encontrava-se uma pasta de couro com um manuscrito. O Dr. Paulo Chaves mandou depositar a coleção fescenina na Biblioteca Pública do Pará e promoveu a edição dos manuscritos aos cuidados de um obscuro escritor amazonense. [...] Peço perdão por me alongar nas peripécias do manuscrito do coronel Pedro Barata, porque, de certo modo, elas refletem o conjunto de desencontros e coincidências ao sabor do fortuito no que se refere à memória da Amazônia na primeira metade do século XIX. (SOUZA, 2001, p.15).

É óbvio que o obscuro escritor amazonense é Márcio Souza e o fato da coleção de livrinhos pornográficos ir parar na Biblioteca Pública ironiza o valor da memória, uma vez que estes são arquivados como documentos na biblioteca enquanto o manuscrito sobre a Cabanagem é enviado aos cuidados de um obscuro escritor para ser publicado posteriormente. Sendo documentos importantes, o que se esperava era que os manuscritos ficassem depositados no Arquivo Público com a finalidade de servir como fonte de pesquisa, e fossem publicados a partir desses estudos, e não por um anônimo escritor. Subentende-se, assim, que a publicação pornográfica portuguesa foi mais valorizada do que o testemunho da Cabanagem.

Em relação à distribuição dos capítulos, a primeira parte compreende o período de 1783 a 1810 e narra o nascimento, a infância e a juventude do protagonista, que não se identifica com a província do Grão-Pará por sentir-se português e por ser filho de portugueses, chega a classificar alguns costumes locais como bárbaros. Na segunda parte do romance, já no título, é explicitado o desejo de trazer à tona os fatos históricos da região,

ocorridos entre os anos de 1810 e 1821, em que o destaque é para as batalhas das quais Fernando participou em Caiena, contra os franceses e o Vintismo. É nesse contato que o narrador tem acesso a livros de autores idealizadores da Revolução Francesa e essas leituras começam a influenciar seus pensamentos, levando-o a se identificar com as causas do Grão-Pará e desencadeando o desejo por sua Independência. É em Caiena ainda, que ele conhece Simone, o grande amor de sua vida. Na última parte, há uma contenção de palavras que se justifica pela aceleração dos acontecimentos que culminam na decepção do protagonista ao tomar conhecimento de que a Independência do Grão-Pará não seria mais possível. O sentimento de desalento é potencializado pela partida de Simone e por relatar as atrocidades do exército brasileiro, em particular, o massacre de 250 paraenses no Brigue Palhaço, entre outras ações realizadas pelo inglês Greenfell no período da anexação do Pará ao Brasil.

### 3.2 RIO GUAMÁ: ESTRADA-FRONTEIRA ENTRE O GRÃO-PARÁ E O MUNDO

*E vinha-me a visão da baía de Guajará, da silhueta  
imponente, horizonte de casarios e torres entre  
mangueiras*

*Márcio Souza*

O rio Guamá e a Baía do Guajará não são personagens tão atuantes como o rio Zambeze do romance moçambicano, mas são o palco dos principais acontecimentos do Grão-Pará e também são fronteiras entre a cidade de Belém e o mundo, constituindo a estrada de entrada e saída da capital. É pela Baía que Fernando sai para Portugal e retorna a Belém. É por ela que parte para Caiena e faz o caminho de volta à capital. E ela é o caminho da fuga para Cameté. Simone chega a Belém pela baía e por ela volta para a França. Outros fatos marcantes que aconteceram nesse espaço foram a chegada de Greenfell e a chacina ocorrida no Brigue Palhaço.

Ao falar da Baía do Guajará, Fernando a descreve com a movimentação de um grande mercado, pela chegada de canoas repletas de todas as espécies de frutas e animais. A baía parece ser o espaço mais democrático da cidade, visto que toda a população tem acesso a ela, seja para tomar banho, seja para vender seus produtos. Em relação ao banho, não havia distinção de idade, sexo nem classe social e este é um dos poucos momentos no romance em que o autor faz referência à diversidade de dialetos falados em Belém. Pela fartura da produção nas ilhas que circundavam a cidade, é possível apreender o comércio que se fazia naquelas águas, pois eram centenas de canoas a chegarem todos os dias e a diversidade de cheiros, cores e sons que transitavam por ela faziam desse local um espaço em que todos os sentidos eram postos em ação.

Reencontrei também encantado duas coisas que já não lembrava e eram muito típicas de Belém. Primeiro, o delicioso costume das pessoas se banharem no rio sem nenhuma cerimônia. Todos os dias numerosos populares se banhavam nas águas nem tão limpas da baía. A ponta de Pedras<sup>59</sup> servia como desembocadouro principal de Belém, onde diariamente atracavam centenas de canoas trazendo carregamentos de castanha-do-pará, baunilha, canela, salsaparrilha, cacau, urucu, copaíba, folhas de cheiro e de remédio, além de papagaios, araras, macacos, cobras, tatus, capivaras e gatos maracujás. Saindo uma manhã bem cedo, deixei-me ficar na Ponta de Pedras, homens, mulheres, crianças, idosos a nadar e mergulhar com genuína alegria, a gritar na variedade de dialetos que ali se falava. [...] Vendo as canoas, reencontrei outra coisa: os sapatos de borracha. (SOUZA, 1997, p. 51).

Na descrição feita, o narrador destaca a mudança de comportamento dos europeus pela adoção do costume indígena do banho coletivo. É interessante notar o destaque que Márcio Souza faz para cor da água da Baía do Guajará, que era escura, e essa cor característica da região levou as famílias mais abastadas a enviarem as roupas para serem lavadas na Europa, por acreditarem que a água daqui era muito suja. Esse costume contrasta com o banho coletivo da população mais simples da cidade. Outro detalhe da descrição é a fartura dos produtos vindos do Arquipélago do Marajó. Sabemos que o Arquipélago marajoara era, e ainda é, fornecedor de alimentos, mas o narrador não se desloca até lá. Há indícios de que este local foi importante no período da Cabanagem, tanto que nas cartas trocadas entre os ingleses há relatos de fazendas com extensa criação de gado que forneciam carne para Belém e uma das estratégias dos cabanos foi impedir a saída da carne ou outros alimentos para os portugueses e ingleses, como consta na correspondência dos ingleses no período da Cabanagem (CLEARY, 2002). Nessa carta, o capitão da Chalupa Racehorse escreve a Sir George Cokcurn no dia 20 de dezembro de 1835 sobre as condições dos paraenses que fugiram de Belém e estavam refugiados na Ilha de Tatuoca, próximo a Salinas “[...] estão morando em cabanas e abrigos formados de folhas de palmeira e das velas dos navios, sofrendo terrivelmente de varíola e disenteria; eles desembarcaram [...] O Marajó inteiro está nas mãos dos índios, não se consegue nenhuma carne fresca e 7 dólares é o preço de uma ave.” (CLEARY, 2002, p. 192)

---

<sup>59</sup>Em 1839, apesar do crescimento representativo do movimento comercial, a cidade ainda carecia de um porto que atendesse as suas necessidades, pois até aquele momento existia apenas um pequeno cais de pedra e uma rampa, conhecida por “ponta da pedra”, já sofrendo com o assoreamento do seu canal de acesso. Essa rampa e o pequeno cais de pedra eram os únicos pontos de acostamento que a cidade possuía, apesar de manter comércio ativo com diversas cidades do interior do Estado. Além disso, alguns homens em pequenas canoas iam de vila em vila para vender produtos manufaturados para o consumo popular. O comércio de retalhos em embarcações tornou-se o motivo da animação do porto da cidade descrita pelos historiadores, e justificava a frequência popular observada na “ponta da pedra”. (s/p) TEIXEIRA, Luciana Guimarães Teixeira, *The Port of Pará: o porto da história Amazônica*, 2013. O Porto foi demolido e foram construídos armazéns no local.

O olhar do narrador sobre a cidade de Belém é modificado depois de viver em Portugal. Ao caminhar pela capital paraense, Fernando faz comparações entre a cidade do passado e a atual, com as novas edificações, modernização das ruas, dos serviços. Ele também compara a Belém atual com Lisboa e conclui que a população paraense é mais feliz e tolerante. E nesse movimento comparativo entre lá (Portugal) e cá (Belém), leva o narrador a concluir que as diferenças sociais aqui não são tão intensas quanto em Portugal, e o ápice dessa comparação se dá ao falar sobre o uso de sapatos.

Em Belém, todos andavam calçados. Ao contrário de Lisboa, onde os muito pobres enrolavam trapos nos pés ou camponeses usavam uns pesados e grosseiros tamancos, ninguém transitava sem ostentar nos pés vistosos sapatos de borracha, finamente ornamentados e perfeitamente impermeáveis, altamente duráveis numa cidade de intensas chuvas diárias e ruas enlameadas. Sapatos e botas de couro, com fivelas e outros ornamentos eram coisas de fidalgo e gente ainda por se aclimatar. Mas os sapatos de borracha formavam um hábito cultivado pela maioria das pessoas, quase uma marca de distinção amazoniana.<sup>60</sup> (SOUZA, 1997, pp. 51-52).

Em Lisboa, os sapatos são uma marca social, pois é pela falta deles que o pobre e o miserável são identificados. Os camponeses têm calçados diferenciados, os tamancos, e assim a estratificação social se faz pelo poder financeiro de comprar sapatos. No Grão-Pará, os sapatos, assim como o banho coletivo, são acessíveis a todos. Se os sapatos de couro demonstram as posses dos moradores de Lisboa e são motivo de admiração na metrópole, na colônia o uso desses sapatos é motivo de ironia pela sua inadequação ao clima. Afinal, a província tinha uma única estação: o verão, definido por muita ou pouca chuva, mas era uma terra que Fernando “aprendera a amar em Portugal.” (SOUZA, 1997, p. 17). A volta do narrador o faz enxergar as diferenças sutis que até então ele não conseguia ver, sendo uma delas as cores dos moradores de Belém. Na descrição a seguir, a baía e a cidade formam um único corpo<sup>61</sup>. A mistura de cores junto com os cheiros dos produtos vindos do Marajó fazia desse local um lugar único, especial, alegre. A movimentação do porto é destacada ainda

---

<sup>60</sup> Segundo Almeida (2011) as águas formam um problema difícil de solucionar na ocupação de Belém “A cidade de Belém foi fundada e construída em meio à convivência com as águas. E o princípio básico de que era necessário controlar as águas, contê-las, drená-las, acomodá-las em valas, foi vitorioso ao longo do século XIX. Árduas batalhas foram travadas pelo enquadramento das águas de Belém, o que arrebatou, principalmente, aqueles que acreditavam na importância de viver em função do progresso e do desenvolvimento da “civilização” na capital do Pará e que isso significava, entre outras coisas, promover “melhorias” na cidade conectadas, também, ao processo de organização das águas” (ALMEIDA, 2011, s/p).

<sup>61</sup> “A fundação da cidade de Belém não se deu de forma diferente das cidades amazônicas, nasceu e cresceu em função do rio, se expandiu de forma periférica para posterior penetração no continente. O primeiro porto da região surgiu com a chegada da expedição de fundação da cidade, apresentando-se apenas como “um modesto ancoradouro situado na margem esquerda da foz do Igarapé do Piri”, aos pés do talude do Forte. Com algum tempo, a colônia começou a se expandir para fora dos limites das muralhas do forte, surgindo as primeiras ruas de Belém, abertas na mata virgem, tendo como vetores caminhos que partiam do Forte e levavam até as ordens religiosas que se instalavam na cidade”(TEIXEIRA, 2013, s/p).

pela quantidade de barcos e navios ancorados, o que demonstra uma forte atividade comercial. É evidente, contudo, a exploração a que este lugar estava sujeito e incluía todo tipo de comércio de alimentos, de animais e também da exploração sexual de mulheres e de meninas. Mas havia um fator que diferenciava essa população, era a língua mestiça do *nheengatu*, e só com o uso dela é que se revela o que realmente acontecia na cidade. O contraste maior destacado pelo narrador é a diferença entre a alegria aparente e o medo que dominava a cidade.

Três cores de peles, raças distintas. E sob o disfarce do catolicismo dominante, superstições antigas, feitiçarias poderosas, mandingas e puçangas<sup>62</sup>; e os sedutores falares, sons do fundo da floresta virgem e das savanas africanas, todos juntos a formar uma cacofonia misteriosa; e nas águas barrentas do cais, escunas, veleiros de três mastros e a milhares de vigilengas<sup>63</sup> com suas velas latinas. Havia uma tristeza não muito evidente naquela cidade, as gentes pareciam alegres, falavam alto, cantavam aos berros, bebiam e dançavam na menor oportunidade. Mas nem mesmo os corpos suados conseguiam esconder a melancolia. Uma alegria agônica estava na superfície, e somente a sofisticação retórica do *nheengatu* era capaz de oferecer alguma distinção em tão cambiante atmosfera psicológica. Nas vielas e ruas em torno do forte, a cidade apresentava uma boa oferta de comércio sexual e neste ponto não era nada provinciana, diria que, como toda América portuguesa, os colonos eram mais ousados que as gentes solenes da metrópole. Com tudo isso, Belém era uma cidade cheia de medo. (SOUZA, 1997, p.16-17).

A mistura das raças, religiões e costumes, formam uma população mestiça na cidade, assim como no cais, também há essa marca, pois nas “águas barrentas do cais” a identidade é marcada pelos barcos, sendo os veleiros e as escunas, europeus, enquanto as vigilengas são latinas. O que marca a cidade é a tristeza por trás da aparente alegria que parece ser provocada pelo medo e pela condição de colônia “porque uma colônia cabia não mais que se exaurir, e a felicidade é a acumulação.” (SOUZA, 1997, p. 17). O cotidiano descrito pelo narrador demonstra a insatisfação da população pela falta de oportunidades de melhoria da província. A comparação entre as duas capitais é inevitável, mas a mudança ocorrida no período em que Fernando esteve fora o surpreende.

Na segunda metade do século XVIII o arquiteto italiano Antonio Giuseppe Landi (nascido em Bolonha em 1713) vem para Belém. A partir de 1761 começa a embelezar a cidade. São construídas as Igrejas do Carmo, das Mercês de Sant’Ana, mas há dúvidas se a

---

<sup>62</sup>Remédio caseiro; mezinha. Beberagem; feitiço (do tupi *po'sanga*). <http://www.aulete.com.br/> acessado em 09/09/2014.

<sup>63</sup>É um termo popular e regional que define uma canoa de pesca de formato arredondado originária da cidade de Vigia. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/ensaio-sobre-as-construcoes-navais-indigenas-do-brasil/pagina/118/>>. Acesso em: 09/11/2014

do Rosário dos Homens Pretos também foi projeto do arquiteto. No final do século XVIII a cidade era a terceira na América Portuguesa no planejamento urbano e arquitetônico.<sup>64</sup>

[...] encontrei Belém bastante mudada. Não era mais a cidade empestada, cheia de valas de água pútrida e casebres periclitantes, mas uma cidade que tomava jeito de capital. Percebia-se também uma maior organização administrativa e disciplinar dos militares [...]

As ruas estavam quase todas calçadas e estranhei agora que existisse uma muralha e um baluarte entre a bateria de Santo Antônio e o Reduto de São José, fazendo uma só fortificação. Estranhei as pessoas também. Achava que se vestiam mal, rotos e andrajosos os pobres, desengonçados os abastados. E me pareciam todos muito baixinhos e escuros, bem diferentes das multidões lisboetas. (SOUZA, 1997, p. 50-51).

As benfeitorias da cidade são identificadas na arquitetura e o narrador passa a fazer uma comparação entre Lisboa e Belém. As mudanças observadas por ele são: o calçamento das ruas, construção de muralhas e baluartes. Outro avanço era em relação à organização administrativa e militar. Quanto à arquitetura e à administração, Belém igualava-se a Lisboa na comparação entre as duas cidades, contudo, na comparação entre as pessoas, a diferença era grande, pois enquanto as daqui vestiam-se mal e nesse quesito não havia distinção social: todos vestiam-se mal, “rotos e andrajosos os pobres, desengonçados os abastados” (SOUZA, 1997, p. 51) e as de lá eram mais bem vestidas. É preciso lembrar porém, o clima da cidade, as constantes chuvas que não permitiam que se usasse aqui as mesmas roupas de Lisboa. A comparação também se estabelece entre a cor da pele e a estatura, sendo os portugueses mais claros e altos, enquanto os paraenses apresentavam um tom de pele mais escuro e eram de estatura mais baixa, resultado da miscigenação.

O olhar do narrador sobre a baía do Guajará se modifica conforme a expectativa que ele tem em relação à chegada e a partida das pessoas. Na volta de Portugal, a primeira impressão é a do observador descompromissado que apenas pinta o quadro de um dia comum na Baía do Guajará. Porém, após o retorno de Caiena e no aguardo da chegada de Simone, a expectativa e ansiedade de Fernando são intensificadas pelos sentidos do narrador na observação do cenário e a atmosfera comparece para intensificar a ansiedade de Fernando.

---

<sup>64</sup> É no século XIX, contudo, que as grandes obras arquitetônicas são inauguradas em Belém: o Theatro da Paz, em 1878, a Igreja da Santíssima Trindade é de 1894 entre outras obras de embelezamento da cidade que foram concluídas no início do século XX. É com Antonio Lemos no governo que a cidade passa por grandes transformações de 1901 a 1911.

Porto do Haver-o-Peso<sup>65</sup>. Era noite. Quente, de suor grosso, sufocante. Uma sumaca<sup>66</sup> estava aportando, aproximando-se lentamente como um sonolento cetáceo a banhar-se na água oleosa. As lamparinas da embarcação eram como pantanosos túneis de luz, onde alguns passageiros se comprimiam, da mesma forma que as mariposas. Esta é uma lembrança de quase dez anos, porque a noite tem a fugaz consciência do passado. Uma noite de 1810. Simone estava chegando. (SOUZA, 1997, p. 108).

A chegada de Simone foi à noite e, mesmo assim, as cores são descritas com intensidade, assim como os sons e o cheiro, pela relação do número de especiarias. As impressões de Fernando se opõem, no entanto, novamente a cor barrenta da água incomoda o narrador. Na chegada de Simone, além das frases curtas que dão a impressão da respiração ofegante, a atmosfera de ansiedade é muito forte marcada pelo calor. Além do mais, a primeira descrição é durante o dia enquanto a segunda ocorre à noite. Alguns termos utilizados por Fernando dão o tom da sensualidade na cena, possível de ser apreendido pela presença dos termos “suor grosso”, “sufocante”, “água oleosa”, “pantanosos túneis”. Somando esses termos à lenta passagem do tempo, pois a ansiedade do narrador é grande, e por isso a sumaca aproxima-se lentamente. O fato é que ele descreve todo o cenário para depois anunciar: “Simone estava chegando”. Como veremos no tópico a seguir, o narrador projeta na natureza os seus sentimentos e expectativas convocando a sinestesia para descrever a paisagem.

A atmosfera sensual da chegada de Simone não está presente no momento de sua partida. Nesse episódio, o olfato se destaca pela mistura do cheiro da graxa com as essências das selvas. Contrastando com o peso da ansiedade da chegada, a partida não tem a atmosfera tão tensa e não sabemos sequer se é dia ou noite, a única informação do narrador é de que a francesa vai partir em uma fragata inglesa no final de setembro.

Uma fragata inglesa estava prestes a partir, nesse fim de setembro. Não podia imaginar o quão sensatas eram as pessoas que partiam. O quão sensata era Simone, que se ia do Pará, com o filho por nascer e Jean-Pierre. O último encontro no convés da fragata, o odor de graxa no chão encerado a misturar-se com o perfume da carga de resinas e essências das selvas. Não conseguia reconhecer naqueles perfumes que era uma despedida, que era para sempre.

[...]

---

<sup>65</sup> Segundo Teixeira (2003) a doca do Ver-o-Peso herdou o nome do antigo posto fiscal, criado no século XVII, responsável por “haver o peso”, com o propósito de arrecadar os impostos provenientes dos movimentos de embarque e desembarque dos gêneros de importação e exportação. Essa casa foi demolida em 1847. Porém, o nome manteve-se na tradição popular da cidade.

<sup>66</sup> As sumacas são barcos de origem neerlandesa e foram importantes na navegação do norte e nordeste brasileiro. O termo original era *smack* mas foi adaptado para o português passando a ser chamado de sumaca. Mais informações em SANTOS, Diego Pereira dos. **Entre costas brasílicas: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

E a deixei naquele barco, com o amargo cansaço de um adeus que me recusei a dar. (SOUZA, 1997, pp. 192-193).

A baía também era a estrada utilizada pelo narrador para ir ao trabalho, e nestas viagens rumo ao forte, volta à cena os barcos que transitavam por ela com suas mercadorias. O espaço é descrito como “labirinto de embarcações” em que os vendedores gritam e o céu é escandaloso, a movimentação na baía demonstra que o trânsito ali é intenso e o quanto esta atividade era importante para Belém.

O Forte da Barra<sup>67</sup> ficava numa ilha e era um dos bastiões a guardar a boca da baía de Guajará. Tratava-se de uma construção do século XVII bastante bem conservada, com armamentos novos e uma tropa de fuzileiros.

Para chegar ao forte, uma chalana à vela vinha me apanhar todos os dias no porto do Arsenal. Velejávamos pela baía de Guajará, atravessando um labirinto de embarcações, de gritos dos vendedores fluviais, sob um céu azul escandaloso, desse tipo de escândalo que os trópicos não temem. Ao regressar, no início da noite, regalava-me em respirar a brisa sutilmente perfumada do rio, composição invisível de todos os odores do mercado. (SOUZA, 1997, p. 124).

Nas referências à baía, o autor teve o cuidado de ocupar vários espaços da orla, a Ponta das Pedras, o Haver-o-Peso e, por último, o Forte da Barra que ficava em uma área mais distante. Em todas as descrições, a grandiosidade da Baía movimentada pelo comércio feito nas embarcações que “formavam labirintos” sob céu “escandalosamente” azul, como a brisa era perfumada, provavelmente pelas especiarias e frutas comercializadas nesse local, o comércio ocorria da manhã até a noite e trazia o perfume das especiarias e frutas, além do colorido da fauna e da flora. Quando o narrador descreve a cidade vista da baía, ela é identificada como grandiosa e imponente, afinal, nesse período, a cidade era voltada para o rio porque era por ele que chegavam as embarcações que abasteciam o comércio, seja os barcos vindo do arquipélago, seja os barcos vindos de outros países. Além disso, havia a presença de alagadiços e pântanos que não permitiam a expansão da cidade para o interior. O Piri do Juçara, por exemplo, foi um alagadiço que se tornou um obstáculo para a expansão de Belém e obrigou a formação de dois núcleos, a Cidade (hoje Cidade Velha ou Feliz Lusitânia) e a Campina (hoje Bairro do Comércio, Reduto e Umarizal) unidos pela rua dos Mercadores, a partir de uma ponte no final do século XVII. Houve um número considerável de projetos com o intuito de “enxugar” a cidade que terá êxito somente no século XX

---

<sup>67</sup> O nome completo é Forte de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém e, segundo Arruda (2003), “O Projeto de Carlos Varjão Rolim de 1734 resultou na construção do Fortim da Barra, iniciado em 1738 pelo governador João Abreu de Castelo Branco. O governador Mendonça Furtado buscou sua conclusão em 1754, no entanto, as fortes correntes do canal da baía do Guajará destruíram o que estava edificado. O local ficou com a designação da construção: Ilha do Fortim. Esse fortim foi projetado para ‘cruzar fogos’ com a Fortaleza da Barra, está próxima do continente onde fica a cidade de Belém” (pp. 40-41).

O romance destaca o comércio com outros países, principalmente com os ingleses, cujos navios eram vistos com frequência nos portos de Belém, o que mostra uma grande atividade comercial. Como era costume nessa época, as famílias mais abastadas moravam distante da orla porque este lugar era desprestigiado por causa do movimento constante de comerciantes e marinheiros, tanto que as ruas mais próximas do porto abrigavam as casas de prostituição: “E vinha-me a visão da baía do Guajará, da silhueta urbana imponente, horizonte de casario e torres entre mangueiras. Santa Maria de Belém do Grão-Pará e seus campanários subindo como agulhas, seus palácios de linhas italianas, o seu forte de pedras caiadas de branco.” (SOUZA, 1997, p. 16).

Além do comércio, a baía também acolhe as famílias formadas pelo casamento entre as índias brasileiras e os mercenários vindos de várias partes do mundo. Fernando destaca o casamento dos mercenários vindos com ele de Portugal com as índias brasileiras e essas famílias passam a morar nas vigilengas que atracavam próximo ao forte. No horário dos homens trabalharem, as mulheres ficavam em uma das embarcações fazendo suas tarefas e, no final da tarde, as vigilengas iam para outros lugares. Assim, a baía constituía uma segunda cidade comum à nova sociedade. “Era interessante observar essa estranha sociedade de tapuias casadas com orientais, e sua rotina de vida a bordo das vigilengas.” (SOUZA, 1997, p. 137). Mas, pela Baía do Guajará, chegou também o cólera através de uma fragata inglesa vinda da África, ocasionando a morte de várias pessoas e instalando o terror.

No mês de junho de 1815, uma escuna inglesa que vinha da costa d’África aportou com vários casos de cólera. As autoridades sanitárias mantiveram o barco de quarentena, mas, por algum motivo misterioso, a doença apareceu entre os viventes da beira do Guamá. Em poucos dias, dezenas de pessoas já começavam a morrer com a moléstia terrível. (SOUZA, 1997, pp. 138-139).

A doença inicia nas margens do Guamá, afetando primeiro os moradores mais pobres que vivem mais próximas do rio. Posteriormente, espalhou-se pela cidade dizimando parte da população e também contaminou a baía: “em pouco tempo o córrego do Guamá ganhou uma coloração castanho-escura e um cheiro pútrido de tantas evacuações.” (SOUZA, 1997, p.139). A cidade foi tomada por corpos em um número tão grande que era quase impossível evitar que fossem devorados por animais. Uma das vítimas da doença é a mãe de Simone, e pela resistência da filha em dar um enterro católico à mãe, somos informados sobre outra divisão entre ricos e pobres em Belém: o sepultamento. Enquanto os ricos eram enterrados nas igrejas, os pobres indigentes e indígenas eram enterrados no cemitério local e foi esse o destino das vítimas do cólera, em uma vala comum. Ao final de um mês, a doença foi embora, mas matou centenas de pessoas, na maioria, pobres.

Na proximidade da baía havia uma rua que chamou a atenção do narrador, não apenas por ser uma rua de prostituição, mesmo porque que havia muitas deste tipo próximas ao cais, mas o que despertou a atenção de Fernando foi o comportamento das prostitutas, elas eram caladas e não se ofereciam aos homens como das outras. Elas ficavam quietas na porta à espera de clientes e por essa rua ser o caminho que o narrador fazia para sua casa, ao observar diariamente essas mulheres, ele conclui que Belém era uma criatura que tinha um organismo capaz de saciar seus próprios apetites. O quadro descrito por ele é o seguinte.

As mulheres postavam-se com humilde expectativa nas portas, como guardiãs de mistérios ocultos, vestidas de cores vivas. Quando vinha a noite, as casas eram iluminadas por archotes e fogueiras, o que dava ao ambiente uma consistência entre a fábula e o pesadelo. As labaredas pintavam as mulheres e seus clientes, com lampejos de rubra atmosfera, e as casas crepitavam na penumbra tal qual uma pintura de uma só tonalidade.

[...] em frente a fogueira estava uma menina indígena, que não deveria ter mais que doze anos, e era a predileta de velhos e embarcações nojentos.

Uma das coisas que me intrigavam naquela rua era a forma discreta com que as mulheres comercializavam o corpo. Ao contrário de outras ruas de meretrício, ali não havia chamadas, sussurros ou convites venais. Elas se limitavam a ficar em silêncio, em suas portas, numa serenidade estóica. (SOUZA, 1997, pp. 142-143).

A descrição dessa rua próxima ao porto que se destacava de outras ruas de meretrício forma um quadro que não deixa de ser uma metonímia da decadência da própria cidade. Além do comportamento das prostitutas, a menina indígena no meio daquelas mulheres também chama a atenção do narrador. Era comum os senhores de escravos prostituírem as mulheres e esse tipo exploração ocorreu muito entre as escravas indígenas. O fato de a rua ser próxima ao porto leva a concluir que os principais clientes eram os marinheiros e, pela sua localização e descrição, nos faz supor que seja uma rua de meretrício decadente que pode ser confirmado pela atitude das mulheres postadas silenciosamente na porta das casas. Além disso, Fernando não faz referência à música e risos nessa rua, relata apenas a presença do fogo e do silêncio. Essa cena demonstra a degradação da orla da cidade que formavam a periferia e esse olhar pode ser lido como uma representação da cidade jovem decadente e prostituta, representada na imagem da menina indígena, e que será cenário de uma das maiores revoluções da história do Brasil.

Se nessa rua próxima ao porto temos a cena das mulheres exploradas, é nas margens da baía que os oprimidos comemoram a passagem do ano: “Enormes fogueiras crepitavam nas margens da baía de Guajará, e grupos de tapuias e negros passavam a cantar, bebendo aguardente e batendo em pedaços de ferro para espantar o ano velho.” (SOUZA, 1997, p.

164). A comemoração entre os negros e índios era com fogueiras e os sons produzidos com paus contrapunham-se às festas luxuosas do palácio e das casas dos moradores mais abastados. Nesses ambientes mais luxuosos, a iluminação era feita por candeeiros, tanto dentro das casas quanto nos jardins. Enquanto a música dos tapuios e negros era promovida pelo batuque, as moças ricas tocavam piano. A separação entre classes sociais durante os festejos ocorria em qualquer ocasião, como no Vintismo, por exemplo.

Na verdade, dois festejos: um era comemorado nas casas dos comerciantes; o outro, entre o povo miserável. No primeiro, bebia-se comedido, havia sido servido um jantar com pratos locais, e as senhorinhas mais prendadas iam ao piano executar as modinhas da ocasião. Aquela gente celebrava uma esperança de melhores dias para seus negócios, para o seu país amazoniano. Entre os segundos, corria fartamente a água ardente, as frituras de miúdos. Os batuques tomavam conta de quase todas as esquinas, onde grupos de negros e tapuias confraternizavam. Homens e mulheres quase despidos que se contorciam em movimentos lascivos, os corpos suados a responder ao ritmo ancestral. Estes, quem poderia saber, comemoravam outra coisa, talvez bem mais simples, como uma pequena melhora de suas vidas abjetas. (SOUZA, 1997, p. 167).

Enquanto os ricos eram comedidos em suas festas, a população excluída socialmente, composta por negros e índios bebiam, comiam e dançavam sem moderação e o narrador chega a duvidar se eles tinham consciência do que comemoravam. Mas o que a população esperava era a melhoria de vida para todos. Desde o início desse tópico, estamos apontando o olhar do narrador sobre o cotidiano da cidade mostrando que a divisão social em Belém era étnica. Se lembrarmos que o movimento cabano surge do povo miserável e que tem no seu exército e mesmo como líderes representantes de negros e índios, parece-nos que este cotidiano narrado no romance aponta para essa fissura social que será marcante no momento da Cabanagem.

É também pela baía que chega o ultimato para a adesão do Pará. Se até então temos navios ingleses que trazem e levam viajantes e mercadorias, dessa vez temos um comandante inglês em um navio brasileiro que vem trazer o ultimato do imperador para a província. Essa é a terceira parte do romance e, se observarmos o título, ele é bem econômico: “O trágico ano de 1823”, por meio do qual somos informados de que não foi um bom ano, pois a tragédia antecede a identificação do ano colocando-o como sujeito no título. Outra característica desse último capítulo é que a narrativa também acelera. Na primeira parte do romance, por exemplo, a distância entre os fatos narrados chegava a oito, quinze anos, enquanto na terceira parte o intervalo é de dias, como ocorre após a adesão do Pará, por exemplo, em que temos relatos do dia 11 de agosto, seguido pelos dias 12, 14, 16 e 17. São relatos curtos de, no máximo, 15 linhas. Parece-nos que o narrador não tem tempo para

contar os detalhes e a sequência dos acontecimentos não permite maior reflexão sobre o que é narrado.

No dia 10 de agosto de 1823, entrou na baía de Guajará o brigue de guerra Maranhão. Sob o comando do capitão-tenente John Pascoe Greenfell, o brigue fundeou na barra da cidade, e um escaler trouxe a terra uma comitiva de fuzileiros sob a direção de um oficial. (SOUZA, 1997, p. 183).

No dia 12, o brigue Maranhão fundeou no porto de Belém. Um grupo de representante da sociedade subiu à bordo e foi recebido pelo comandante Greenfell. Estavam lá o marechal Marques, o bispo Coelho, Batista Campos, Clemente Malcher e os comerciantes Geraldo de Abreu e José Guimarães, estes últimos bastante identificados com o antigo regime. (SOUZA, 1997, p. 187).

A movimentação do grupo de Batista Campos concluiu que não seria possível a Independência do Grão-Pará e Rio Negro e que entre ficar vinculados aos portugueses ou ficar vinculados ao Brasil, a melhor saída seria aderir à Independência do Brasil, pois essa decisão permitiria os brasileiros terem privilégios semelhantes aos dos portugueses e esperava-se que estes fossem expulsos do Brasil. Assim, o desenvolvimento econômico seria possível e as relações sociais seriam outras, visto que a maioria dos locais eram mestiços, e por fim, o novo governador da província seria escolhido entre os paraenses. Ou seja, a esperança era de que o novo governo trouxesse melhorias para a província, que o povo tivesse mais autonomia e, mais do que isso, que os portugueses fossem expulsos.

Dia 16 de agosto.

Foi o dia do juramento à Independência. Todos os mais importantes cidadãos do Grão-Pará e uma enorme massa popular reuniram-se no salão do dossel, no palácio, fizeram juramento e assinaram um termo.

— Notaste, meu amigo — comentou Batista Campos — Não somos mais colônia. Somos uma província. (SOUZA, 1997, p. 187).

O comentário de Batista Campos parece separar uma situação de dependência e submissão para uma de liberdade e dias melhores com a tão sonhada justiça social. Mas o *blefe* do mercenário inglês, que desencadeou a adesão do Pará à Independência do Brasil, como relatamos no início desse capítulo, foi descoberto e um *blefe* maior ainda seria desvelado mais tarde, porque a Independência não trouxe as mudanças esperadas: os portugueses continuavam no poder, a população ficou ainda mais pobre e os governadores eram enviados do Rio de Janeiro. A consequência disso foi uma revolta popular. “O que aconteceu é que, nos cálculos políticos de toda gente, o povo não entra. O que foi feito para melhorar as condições dos pobres?” (SOUZA, 1997, p. 195). E o observador arguto da cidade não conseguiu ler os sinais que ela lhe dava. Fernando observava a insatisfação popular com a adesão, mas essa insatisfação já vinha há muito tempo e o passado histórico

da opressão e da exploração vem à tona em dois setores representativos da população: a revolta ocorre no mercado (econômica) e nos quartéis (militar). A população esperava a expulsão dos portugueses, a libertação dos escravos e a melhoria de condições de vida da população mais carente. Mas o narrador não consegue ver esses sinais, pois perde um dos eixos de sua vida, que é Simone, e parece que a separação paralisa o revolucionário e deixa cego o observador astucioso. É importante lembrar que o narrador relata fatos do passado e o afastamento talvez permita que ele veja aquilo que não conseguiu observar naqueles dias.

O que se podia ver em Belém? Era como se todo o passado histórico fosse refundido num precipício. A turba do mercado estava indócil, mas não foi sempre assim? Os quartéis eram ninhos de intriga, mas isso era alguma novidade? E, no entanto, os limites já tinham sido ultrapassados, as comportas vazavam, alguma coisa mudara e mal pressentíamos na atmosfera, como uma lufada de ar quente. (SOUZA, 1997, p. 192).

Revoltada, a população resolveu fazer justiça com as próprias mãos invadindo o trem de guerra e tomando as armas, num levante popular perigoso. Segundo o narrador, essa atitude traria consequências graves, afinal, era a história da exploração de séculos que estava para ser cobrada, e ao trazer essa revolta contida por tanto tempo era muito perigoso, pois a multidão ficaria incontrolável. Seria a cobrança de uma conta imensa, de séculos de exploração e desmandos. A revolta maior era contra o colonialismo e contra o novo governo que não promoveu as mudanças esperadas por todos, mas também contra os representantes do colonialismo que são os abastados comerciantes portugueses, e estes se tornaram alvo dos revoltosos que invadiram suas casas, destruíram móveis e pertences, as mulheres foram violentadas, assim como os portugueses costumavam violar as mulheres da terra. E o terror tomou conta dos bairros mais ricos da cidade, como devolução dos males recebidos até então.

O governo provisório constituído por brasileiros, sem ter como contornar essa situação, decidiu pedir ajuda ao mercenário inglês Greenfeel na esperança de que ele se colocasse ao lado do governo e ajudasse a solucionar o problema. É interessante observar como Márcio Souza aponta a subalternidade dos paraenses aos europeus. Fernando se sente inferior a Simone, o novo governo composto por brasileiros, que era o anseio da população paraense, não consegue resolver sozinho seus problemas. Os portugueses que estavam presos no navio de Greenfell fizeram com que o comandante se aliasse a eles e, quando este vem conter a revolta, prende Batista Campos, principal desafeto dos portugueses e o enviam à fortaleza Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Fernando é enviado com mais de 250 outros presos para o Brigue Diligente. E, novamente, na Baía do Guajará onde ocorreu um dos episódios mais cruéis da História do Pará.

No dia 20, bem cedo, nos levaram para o brigue Diligente. Jogam-nos no porão, sem nada, sequer um pote d'água. [...] Quando amanheceu, os presos foram transferidos para o brigue Palhaço [...] era comandado pelo tenente Joaquim Lúcio de Araújo, um homem frio, que se considerava um militar exemplar, cumpridor das ordens. [...] O calor, a falta de ar, os corpos prensados uns contra os outros, que lhes impediam os mínimos movimentos, provocaram terror e pânico. [...] com menos de duas horas, os presos gemiam e gritavam desesperadamente. [...] às gargalhadas, os marujos apanharam água suja do rio, urinaram e defecaram numa grande tina, que fizeram descer até o porão. Os presos não se importaram, era água, e se atiraram alucinados, pisando e esmagando os mais enfraquecidos. [...] Os marujos despejaram vários sacos de cal sobre os presos. [...] aos poucos foi caindo o silêncio no brigue Palhaço. [...] Um único preso com a idade de vinte anos, sobreviveu. (SOUZA, 1997, pp. 203-205).

Fernando consegue escapar com mais dois colegas do porão do Brigue Diligente, na madrugada. “Sem fazer ruído, mergulhamos no rio, nadando em direção ao rio Guamá. Escaparam conosco mais três soldados e dois civis.” (p. 203). Márcio Souza não economiza na descrição dessa tragédia. As cenas são narradas em detalhes e com lentidão para que o leitor sinta e veja a forma como essas pessoas morreram. A sinestesia é usada de forma precisa na descrição do calor e do suor dos prisioneiros no porão do navio. A humilhação sofrida por eles com o envio da água misturada a urina e fezes é contada com detalhes, que deixam o leitor estarecido, e o ápice da cena é o detalhamento da morte dos prisioneiros, provocada pela queimadura com cal virgem. O leitor fica paralisado diante da morte horrível a que essas pessoas foram submetidas, por lutarem pela liberdade. Essa descrição, por mais terrível que seja, é necessária para que o leitor possa ter a dimensão do que foi esse período no Grão-Pará e a revolta silenciosa do povo que vai culminar na Cabanagem em 1835.

O narrador passou por mudanças importantes na sua trajetória, que ocorreram a partir das viagens que ele fez na infância, adolescência, na juventude e na maturidade. São essas viagens de formação que vamos discutir no próximo tópico.

### 3.3 VIAGENS DE FORMAÇÃO

*Era como se meus olhos começassem a abrir pela primeira vez.*

*Márcio Souza*

O narrador protagonista sofre o processo de mudança a partir das viagens e dos encontros que elas proporcionam. A primeira delas é na adolescência, quando vai para a fazenda de parentes do seu pai, onde conhece Sofia. Depois, aos dezessete anos vai para Portugal, como o objetivo de entrar para a Marinha portuguesa, pela influência do botânico Dr. Alexandre, amigo de seu pai. Mas tem seus estudos interrompidos com a invasão das tropas francesas em Portugal e retorna a Belém com o auxílio do botânico que providencia o diploma de engenheiro naval para Fernando. Ao chegar a Belém, reencontra Bernardo, seu amigo de infância, que o apresenta a Batista Campos e a um grupo de intelectuais da capital. Depois, o narrador vai para Caiena, capital da Guiana Francesa, como parte da frota designada para atacar essa colônia francesa, por ordem de Dom João, como revanche pela invasão a Portugal. Ali, por meio de Batista Campos, conhece Simone e o pintor Jean-Pierre. O pintor leva Fernando a aproximar-se do padre Zagalo e através dos dois começa a receber formação política por meio dos ideais da Revolução Francesa, com a leitura de livros sobre o assunto. Ao voltar para Belém está pronto para integrar o grupo revolucionário que anseia pela Independência do Pará, além disso, Simone irá ao encontro de Fernando, deixando o narrador mais confiante e seguro de seu futuro. Mas os acontecimentos não estão sob seu controle e novas mudanças virão, resultando em desencontros que iniciam com a prisão de Batista Campos, seguida pela partida de Simone e pelo exílio de Fernando.

Bakhtin (1998, p. 222) afirma que o tema do encontro é motivo literário desde o romance grego e pode ter “matizes diferentes e concretos inclusive emocionais e de valor (o encontro pode ser desejado ou indesejável, alegre ou triste, às vezes terrível e também ambivalente)”. O crítico nos lembra da ligação do motivo do encontro com cronotopo da estrada, da grande estrada da vida.

No romance os encontros ocorrem frequentemente na “estrada”. Ela é o lugar preferido dos encontros casuais. Na estrada (“a grande estrada”) cruzam-se num único ponto espacial e temporal os caminhos espaço-temporais das mais diferentes pessoas, representantes de todas as classes, situações, religiões, nacionalidades, idades. Aqui podem se encontrar por acaso, as pessoas normalmente separadas pela hierarquia social e pelo espaço, podem surgir contrastes de toda espécie, chocarem-se e entrelaçarem-se diversos destinos. As séries espaciais e temporais dos destinos e das vidas dos homens se combinam de modo peculiar, complicando-se e concretizando-se pelas *distâncias sociais*, que não superadas. Este é o ponto do enlace e o lugar onde se realizam os acontecimentos. Parece que o tempo se derrama no espaço e flui por ele

(formando os caminhos); daí a tão rica metaforização do caminho-estrada: “o caminho da vida”, “ingressar numa nova estrada”, “o caminho histórico” e etc.; a metaforização do caminho é variada e muito planejada, mas o sustentáculo principal é o transcurso do tempo. (BAKHTIN, 1998, p. 350).

A viagem de Fernando pode ser lida como o caminhar pela estrada da vida e os encontros serão importantes para as mudanças que a personagem irá sofrer, seja a viagem para Portugal, seja a empreitada para Caiena ou as viagens para o interior do Pará. É relevante considerar o fato de que viajamos para nos conhecermos, pois quando saímos do nosso espaço de pertencimento e somos postos em contato com o outro, surpreendemo-nos com nossas reações. Quando a viagem é para outro país, a extensão desse conhecimento se amplia, pois ela passa a ser uma forma de conhecer o nosso país de origem colocando-o em confronto com os outros países pelos quais passamos. Antonio Candido, no ensaio “Oswald viajante” publicado em *Vários Escritos* (1995), comenta o olhar de Oswald sobre o Brasil visto de Paris: “a viagem era também um meio de conhecer e sentir o Brasil, sempre presente, transfigurado pela distância.” (1995, p. 62). Essa transfiguração ocorre porque a viagem<sup>68</sup> promove a imagem ou *imagologie*, que é a relação estabelecida entre o “eu” e o “outro”, e esta pode ser de superioridade do outro em relação ao eu, a *mania*; de inferioridade do outro em relação ao eu, a *fobia*; e, por fim, a imagem de igualdade entre o eu e o outro, que é a *filia* (MACHADO e PAGEAUX, 1988). Portanto, é na viagem para o estrangeiro que o eu vai se revelar mediante o confronto com o outro que resulta no olhar desse eu em relação ao seu espaço de pertencimento.

O narrador e as outras personagens que viajam têm como objetivo buscar uma vida melhor. A primeira viagem narrada no romance é a dos pais de Fernando que vêm ao Brasil em busca de novas oportunidades. Depois o amigo do casal, o botânico baiano, Alexandre, casa-se no Brasil e vai para Portugal. Simone também viaja com a mãe para acompanhar o pai, primeiro para Caiena e depois ele vem como prisioneiro do governo português para Belém, e as duas mulheres o seguem. Os pais de Simone morrem em Belém e ela decide voltar à França com o pintor Jean-Pierre. O pintor também é um viajante que faz pinturas pelo interior da Guiana Francesa e vem para Belém para encontrar Simone, depois os dois voltam para a França. O enredo de *Lealdade* é, portanto, pautado nas viagens.

Fernando é enviado para Portugal para estudar, como faziam a maioria dos filhos das famílias maias abastadas e, a partir daí, o olhar sobre a província é modificado pelas

---

<sup>68</sup> Machado e Pageaux opõem a viagem como expedição solitária em que o viajante tende a se adequar ao mundo exterior à viagem de turismo e a de peregrinação. (pp. 36-37)

constantes comparações que estabelece, como vimos no tópico anterior; a viagem é, assim, uma forma de mudar não apenas de espaço e de tempo, mas também de condição. O narrador não fala muito da infância, informa somente que nasceu em Belém quando o pai participava de uma expedição a Joanes (antigo nome do Arquipélago do Marajó) e em alguns momentos retrocede à infância e à adolescência, com o intuito de esclarecer melhor alguma característica de outra personagem ou para narrar algum episódio ocorrido em um espaço revisitado.

Um dos momentos que ele narra com mais detalhe resulta na primeira mudança que sofre. Essa mudança ocorre em uma viagem que faz a Oriximiná, por decisão de seu pai que quis levar a família para passar o Natal na fazenda de um parente. Nesse relato temos um adolescente curioso para viver aventuras e conhecer novos lugares.

Quando eu tinha catorze ou quinze anos, meu pai inventou de passarmos o Natal e o Ano-Novo na fazenda de um meio parente seu, na cidade de Oriximiná. Bernardo ficara em Belém, e no princípio eu sentira muito a sua falta. Mas a viagem, que levou mais de dois dias numa pequena sumaca, e a perspectiva de conhecer coisas novas, tinham-me deixado numa expectativa febril. A minha imaginação infantil, no entanto, seria sobrepujada por alguns choques e eu regressaria vestindo a minha nova sensibilidade adolescente. Bernardo levaria mais seis meses para adquirir a sua própria carapaça, e a verdade é que não sabíamos se devíamos nos rejubilar ou entristecer. (SOUZA, 1997, p.19).

A saída da infância do narrador acontece de forma marcante no período em que passou na fazenda dos parentes. O primeiro choque ocorre em uma cavalgada que fazia com os vaqueiros da fazenda. Pelo fato dele acompanhar esses homens todos os dias na lida pelo campo, promoveu a proximidade com os vaqueiros e com isso esses homens passaram a confiar no menino, o que fez com que um deles mostrasse uma das diversões do grupo, o homem atirou um filhote de jacaré, com boca e as patas amarradas em uma poça que restou de uma enchente e que estava cheia de piranhas. O menino observou horrorizado o prazer que esses homens sentiam ao ver o animal ser devorado pelos peixes. A crueldade dos vaqueiros choca o menino que fica mudo ao presenciar essa cena, porém não conta nada à família quando voltam da cavalgada nem tão pouco tece qualquer comentário com os vaqueiros. A forma de vida levada por Fernando criava um contraste com a brutalidade dos homens que viviam no limite de tudo naquelas terras do interior, inclusive no limite entre a vida e a morte. Parece-nos que esse episódio antecede a segunda experiência pela qual o narrador via passar, que é o despertar da sexualidade com a menina Sofia. Foi com ela que ele teve a experiência do primeiro beijo e a descoberta do corpo pelo desejo sexual. Porém, a família toma conhecimento do encontro dos dois adolescentes e decide mandar a menina

embora. Sofia era negra, tinha treze anos, era órfã de pai e mãe, e foi acusada de seduzir Fernando. E como essa atitude da menina foi considerada uma afronta, ela foi mandada embora da fazenda para outro lugar que ficava no Amapá. No caminho, a adolescente foi violentada pelo taifeiro do navio em que viajava. Após o ultraje ele a matou e atirou o corpo da menina no rio Amazonas, repetindo assim, a cena do jacaré indefeso atirado às piranhas. Talvez por isso o narrador tenha se sentido tão incomodado ao ver a menina índia próxima à fogueira, na rua das prostitutas, como apontamos no tópico anterior. A conclusão que o narrador tirou dessa experiência foi que

Vivíamos as contradições da adolescência que reluta em abandonar a infância até receber os fortes impulsos da biologia. Ainda assim, ao abandonar o limiar da infância, a nossa chegada à adolescência se fazia pelo senso da diferença, de sabermos que pertencíamos a um mundo em que a desigualdade se processava não apenas através da riqueza mas, muitas vezes, pela cor da pele. (SOUZA, 1997, p.51).

O aprendizado adquirido nesse período fez Fernando compreender que a divisão social que imperava em Belém era pela cor da pele: “Três cores de pele e raças distintas.” (SOUZA, 1997, p.16). E o menino que sai de Belém volta amadurecido pelos dois choques vivenciados. As viagens de Fernando têm as prerrogativas da viagem de formação em que a personagem desloca-se pelo espaço para alcançar o conhecimento e amadurecer. A perda da ingenuidade iniciada na viagem a Oriximiná, seja pela crueldade do vaqueiro, seja pelo despertar do desejo sexual, é continuada na viagem para Portugal para onde o narrador é enviado para continuar seus estudos. Ele tinha 17 anos e foi para a capital portuguesa para receber formação superior, como era comum naquela época, visto que no Brasil, como em todas as colônias portuguesas, não havia formação superior. Assim, as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para a Europa. Os filhos de comerciantes ou funcionários públicos mais pobres não recebiam esse tipo de formação, no entanto, conseguem realizar o sonho ao entrar para o convento e ter seus estudos custeados pela Igreja. Após esse período, abandonam a batina e seguem outra carreira.

Ao chegar a Lisboa, Fernando se sente como um português, afinal, ele, filho de portugueses, por um acaso nasceu em uma colônia, o que fazia dele um português, mas logo percebeu que era visto como inferior e tenta compreender o motivo. Em um primeiro momento pensa que é pelo fato de ser “naturalmente muito fechado, ou porque falava com a suavidade do falar paraense, meus colegas de escola e de caserna me tratavam com certa desconfiança, como se eu fosse um estrangeiro” (SOUZA, 1997, p. 41). A sensação de ser estrangeiro e inferior ao ser confrontado com os portugueses faz com que ele entenda o que é ser colonizado. Junto com essa sensação o narrador sofre uma profunda decepção ao ver a

cena carnavalesca do embarque desordenado da realeza portuguesa em navios resguardados por uma frota inglesa em direção ao Brasil, para fugir da investida do exército francês. Fernando, junto com a população atônita, assiste ao triste espetáculo no cais de Lisboa e o imaginário que ele tinha do Império Português; grandioso, que venceu batalhas vai sendo desfeito e termina por ruir quando presencia a chegada dos franceses na proximidade de Lisboa. No imaginário de Fernando, os portugueses resistiriam e lutariam contra o exército de Napoleão, como faziam os antigos exércitos portugueses, e isso não acontece. Aos poucos, os olhos do narrador começam a abrir, ele percebe o medo e o recuo dos portugueses e a visão que Fernando que tinha sobre a província começa a modificar-se.

Era como se meus olhos começassem a abrir pela primeira vez. Até então, eu era um rapaz tolo e enfatuado, que procurava tirar as melhores notas; para mim o tempo era algo que apenas fluía entre um sonho e outro, entre a responsabilidade e a vadiagem, tal qual a água do Tejo a fluir e refluir sob a regência das marés, porque o mundo não passava de uma sucessão de acasos que pouco importavam numa sociedade hierarquizada como aquela em que eu vivia. (SOUZA, 1997, p. 41).

A decepção em não ver o enfrentamento do exército luso ao francês desconstrói o mito do império português edificado sobre as guerras e conquistas. O imaginário do rapaz é desfeito e ele se vê diante de outra tomada de decisão, o retorno ao Pará. A ingenuidade que ainda sobrevive em Fernando é desfeita pelo Dr. Alexandre<sup>69</sup>, amigo da família do estudante, que o acolheu em Lisboa e, por medo de que algo aconteça ao rapaz, decide enviá-lo de volta à família. A releitura que faz a este episódio é marcada pela visão que tem de si naquele momento. Ele identifica-se como: rapaz tolo, enfatuado, estudioso, sonhador e que via o mundo como sucessão de acasos. É certo que neste momento de reflexão o narrador no presente faz inferências sobre o passado e já anuncia a mudança que sofreria no retorno ao Pará: “Recordo muito bem da pessoa que eu era, um jovem que apenas sonhava com coisas muito simples, sem maiores ambições, que buscava pisar sempre o solo firme e fugia do que fosse movediço, porque o destino não parecia querer oferecer grandes coisas.” (SOUZA, 1997, p. 46).

O desencantamento e o tédio que Fernando sente ao retornar ao Pará são interrompidos por dois fatos: o primeiro é o reencontro com Bernardo que marcará o início de uma vida social que até então não havia, e o segundo é o envolvimento com o grupo que

---

<sup>69</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira realmente existiu e esteve no Pará fazendo pesquisas no período de 1784 a 1788 fazendo observações filosóficas e políticas. Márcio Souza faz referência a ele no seu livro *História da Amazônia* (2009) e afirma: “Esse precioso e monumental trabalho sofreria muito imprevisto adverso e nunca chegaria a atingir seu objetivo. Reconhecido com honrarias e altos postos, a obra de Ferreira teria parte de seu acervo requisitado pelas tropas napoleônicas, durante a invasão de Portugal. Muito do trabalho do naturalista Saint-Hilaire deve-se à usurpação de memórias originais de Ferreira.” (p. 184)

pensa a Independência do Grão-Pará do qual faz parte Batista Campos, de quem Fernando vai tornar-se amigo e admirador. Como já afirmamos no início deste tópico, os encontros são importantes neste romance, pois marcam as mudanças em Fernando.

Reencontrar Bernardo também foi outro fator a quebrar a cegueira em que eu vivia, embora minha teimosia tenha impedido uma mudança imediata em minhas convicções. Bernardo começou a erodir minhas posições de militar português, não exatamente pelas virtudes típicas dos ativistas políticos — convicções, segurança teórica, persuasão — mas porque possuía uma ingenuidade tão genuína que às vezes as pessoas confundiam com pureza. (SOUZA, 1997, p. 65).

O narrador identifica o estado em que se encontrava antes do início de sua formação política como cegueira, e Bernardo, amigo de infância, viu no amigo recém-chegado de Portugal, testemunha ocular das mudanças históricas ocorridas na Europa, o potencial para fazer parte do grupo que frequentava na casa do sogro. O grupo era composto por: Alexandre Vilaça, Eusébio, Firmino e Batista Campos (que tinha a idade de Fernando). O primeiro contato com o cônego impressionou o militar que ficou chocado com algumas intervenções do padre como: “O destino de Napoleão pouco nos interessa [...]. É claro que ele terá o seu fim, mas no que nos diz respeito, o estrago já está feito. Daqui para frente, temos é de nos preocupar com o nosso futuro.” (SOUZA, 1997, p.71).

O cônego observou o recém-chegado e também identifica nele um potencial que seria importante no grupo que pensava a Independência do Pará, pois os militares naquele período não tinham formação política. E quando Fernando é convocado para a batalha em Caiena, que o deixa eufórico, pelo resquício do ideal do herói que ainda trazia consigo, Batista Campos providencia dois encontros para ele e o apresenta a Simone, através do retrato que furtou de Jean-Pierre. A estratégia do cônego é pedir a ele que entregue duas cartas a dois amigos que poderiam ajudá-lo em Caiena. O conteúdo das cartas não é revelado, mas pelas atitudes de Jean-Pierre em levá-lo a conhecer a periferia de Caiena e, posteriormente, a fazenda onde escondiam a biblioteca revolucionária, parece-nos que o cônego recomendou esta formação para o jovem militar. O objetivo, entendemos, era a formação do tenente para atuar na revolução que pretendiam realizar, portanto, Batista Campos prepara o caminho para a formação de Fernando nos ideais da Revolução Francesa.

A terceira viagem do narrador é para Caiena, para onde foi designado junto com uma frota para invadir o território francês, por ordem de Dom João. A descrição da capital da Guiana Francesa é depreciativa.

Caiena era um lugar inexpressivo, visto de bordo da corveta. Uma silhueta medíocre na manhã brumosa, construções de madeira com a tinta

descascando e algumas casas melhores sobre uma colina. Era um lugar desgraçado, assolado pelas febres. Um casario feio, decrepito, com uma pequena fortificação de três baterias como defesa da faixa de terra escura, meio pantanosa, que era a margem esquerda do rio Mahuri. (SOUZA, 1997, p. 74).

Mas, apesar da visão medíocre, ele surpreende-se com a resistência do exército local que não tinha muitos recursos e caiu sob o jugo português somente depois de duas semanas de guerra. Na luta de resistência dos franceses já é possível observar a tática de guerrilha dos soldados que resistiam de casa em casa lutando até o fim o que trouxe muito desgaste aos soldados brasileiros. O resultado da guerra foi a destruição total de Caiena e a cena descrita é deplorável. Fernando se sente mal diante de tal visão “Havia muitos cadáveres insepultos [...] Não havia uma só casa intacta [...] algumas pessoas enlouquecidas perambularam pelas ruas, os corpos marcados por crostas de feridas, as bocas abertas sem emitir nenhum som. (SOUZA, 1997, p. 83). Parece que o ideal de guerra do militar que voltou revoltado de Portugal pela fuga da família real começa a mudar a partir dessa cena. Apesar do arroubo provocado pela vitória o militar parece começar a entender como as relações de poder se estabelecem e como o Império trata seus súditos:

Eu estava irritado mas não infeliz. Ainda havia muito o que acontecer na minha juventude e, naquele instante, em meus arroubos típicos dos vinte e cinco anos, estava como que mergulhado tal um seixo ou um coral, no fundo do oceano de minha própria arrogância juvenil. (SOUZA, 1997, p. 86).

O olhar crítico se deposita também na precariedade de condições em que eles se encontravam e a que a população era submetida. O narrador deixa entrever que pensava que o governo português deveria socorrer e dar melhores condições de vida àquela população, o que demonstra a ingenuidade que ainda restava nele, talvez por isso a irritação que tinha, pois a sensação de vazio e a desilusão do heroísmo da guerra diante do sofrimento daqueles moradores pareciam incomodá-lo. Além dos mortos e da doença que assolava a população, com o afastamento do tempo, no presente do narrador ele analisa os fatos e conclui que teve muita sorte em sair vivo dali. Mas uma mudança estava para acontecer.

Faltava comida, atendimento médico, faltava tudo. Pensando agora, com o distanciamento que a tudo consola, Caiena poderia ter sido o meu fim. Mas eu não percebia isso, limitava-me a passar os dias contrariado com tudo, irritadiço, berrando com os subalternos, com colonos franceses, e com os pretos e os tapuias, especialmente com esses últimos. (SOUZA, 1997, p. 87).

Após os dias de batalha, Fernando decide entregar as cartas que Batista Campos confiou a ele. Ao se dirigir à casa de Jean-Pierre para entregar a correspondência, o narrador encontra uma moça que reconhece como sendo a de um retrato que ele viu na casa de Batista

Campos. Mas sentiu-se inferior por ser ela francesa e ele português, “sim, português. Ainda não era paraense.” (SOUZA, 1997, p. 93). A marca do “ainda não era paraense” demonstra a mudança em andamento que se operava na identidade da personagem, que vai ser confrontada várias vezes nos ataques que Simone faz, referindo-se a ela como civilizada, por ser francesa e a ele como bárbaro, por ser português. Essa oposição entre civilizado e bárbaro culmina com o aborto do bebê, por ela não admitir ter filho de uma raça inferior como a portuguesa. As atitudes de Simone são utilizadas no romance como forma de demonstrar a superioridade francesa sobre os portugueses e a subalternidade política de Portugal à França depois da invasão napoleônica.

Outra personagem que cruzou o caminho de Fernando e foi importante para a sua formação política em Caiena foi padre Zagalo. O narrador o conhece, ao ser levado por Jean-Pierre para socorrer o padre que se encontrava quase morto pelo uso de drogas. O pintor procura pelo tenente por saber que este não entregaria o padre às autoridades e preservaria o segredo entre eles.

Até hoje admiro a coragem do padre Zagalo, mas na época acho que nós dois ficamos alarmados com as nossas próprias descobertas pessoais; estávamos vivendo uma situação-limite, na completa insegurança, e a todo momento éramos levados a experimentar um sobressalto de horror perante as evidências da vida. (SOUZA, 1997, p. 99).

Após este episódio Fernando é levado pelo padre para bares da periferia de Caiena onde vivem experiências limites. Essa mudança de cenário e o contato do militar com os revolucionários franceses, visto que Caiena era o local para onde eram enviados prisioneiros políticos, propiciava a Fernando vivenciar novas experiências. Ora, a primeira providência de Zagalo e Jean-Pierre foi de desconstruir o mundo que o militar estava acostumado a viver. As experiências limites vividas por ele o fazem deixar de lado suas certezas, seus preconceitos e, com o distanciamento no tempo, o narrador reflete sobre os perigos pelos quais passaram. Mas era preciso viver o limite entre a vida e a morte, conhecer novos espaços e um mundo nunca vivido por ele. A vida noturna que ele desfrutava ao lado do Dr. Alexandre em Lisboa não tinha o perigo da vida noturna de Caiena em tempos de guerra. A expectativa tanto de Fernando quanto de Zagalo era serem introduzidos no círculo dos intelectuais franceses.

Algumas vezes Jean-Pierre participava de nossas aventuras noturnas, e sempre prometia nos introduzir num círculo de intelectuais, de pensadores revolucionários, mas parecia hesitar e acabava por inventar pretextos para que isso não ocorresse. (SOUZA, 1997, p. 101).

Somente após a iniciação de Fernando na vida noturna na periferia de Caiena foi que Jean-Pierre decidiu levá-lo à fazenda onde os livros e a tipografia se localizavam, escondidas no meio de uma imensa plantação de cana, ocultada dos olhos da justiça pelo pagamento de propina. O lugar era frequentado por vários homens e o narrador é informado que muitos dos livros produzidos ali eram enviados para Belém e para a América Portuguesa. É certo que esse contato dos paraenses com os franceses que viviam em Caiena foi importante. Essa cidade atuou como mediadora dos ideais da Revolução Francesa para os intelectuais do Grão-Pará. Esse trânsito de ideias através de livros e de jornais, leituras proibidas na época, se fossem descobertas, levariam o proprietário à forca, prática comum naquele período. Mas Fernando soube aproveitar a oportunidade e leu muitas obras que começaram a mudar a sua vida. As leituras feitas naquelas tardes desmontaram a visão de mundo do narrador e o transformaram em um novo homem, apaixonado pelos ideais revolucionários.

E, de fato, por muito menos do que li e aprendi naquela sala, vários patriotas foram mandados para o cadafalso.

[...]

Mas havia algo mais: um novo espírito. Sentava-me durante horas, todas as tardes, e lia. Durante muito tempo aqueles livros me ocupariam e desmontariam as minhas certezas ingênuas com o espanto de criptogramas decifrados. Entrara na cidade com arrogância do conquistador e a deixara tomado por uma insanidade incurável. Perderia minha timidez e passaria a professar uma delicada paixão um furor que no princípio muito divertiu o cônego Batista Campos, porque não se parecia em nada comigo. (SOUZA, 1997, pp. 102-103).

A partir dessas leituras, Fernando consegue, enfim, decidir-se por sua identidade: ele deixa de ser português e passa a ser paraense. E consegue, por fim, compreender a diferença entre o conquistador arrogante, que chegou gritando com os negros e os tapuias e o revolucionário apaixonado que volta para Belém. Porém, no presente da narrativa, Fernando, exilado nas margens do Tocantins, põe-se novamente em crise, como veremos mais adiante. Outra diferença que Fernando enfim conseguiu ver, foi a decadência e as desigualdades sociais de que as colônias eram vítimas, e é importante observar que o Pará do século XIX tinha a maioria dos trabalhadores livres, eram poucos os escravos negros, sendo a maioria indígenas, o que fazia essa província diferente do restante das colônias portuguesas, mas, mesmo assim, uma das bandeiras da Cabanagem foi o fim da escravidão. “As sendas do amanhecer sob úmida esperança de mudar o Grão-Pará, o verdadeiro Grão-Pará que não podia ser visto dos salões das mansões ou das sacristias. Aprendi, assim, que tudo o que diziam daquela filosofia da liberdade, todas as iniquidades, os horrores, as portas do inferno, era verdade.” (SOUZA, 1997, p. 103).

Além do aprendizado daquelas tardes, Fernando também levou de Caiena, livros para Batista Campos e, por ordem do império, mudas de noz-moscada, cravo-da-índia, canela, além da pimenta e uma variedade de cana-de-açúcar que ainda não era cultivada no Brasil. No período da invasão francesa em Lisboa, uma parte da coleção feita pelo Dr. Alexandre sobre a flora brasileira foi confiscada pelo governo francês junto com obras de arte. O exército de Napoleão costumava dilapidar as riquezas dos países invadidos, incluindo obras de arte, coleções da flora e fauna e tudo o que interessasse ao governo francês. Após a queda de Napoleão as riquezas não foram devolvidas aos países de origem e parte dessa coleção está no Museu do Louvre. Como represália a Napoleão, D. João VI, mandou confiscar o que acreditou ser importante e mandou vir, também, prisioneiros de guerra, entre eles, o pai de Simone. A chegada à capital paraense foi festiva com as solenidades devidas a um exército vencedor.

Em Belém fomos recebidos com festa. Uma missa solene, na igreja das Mercês, foi seguida por vários dias de festejos. Uma comemoração especial, em que todos os oficiais foram convidados, aconteceu no palácio residencial do governador. A mansão recebeu decoração especial, com farta iluminação de lâmpadas chinesas, candeeiros e archotes, permitindo que mesas de doces e bebidas fossem distribuídas no jardim. (SOUZA, 1997, pp. 104-105)

O doutor Carpentier<sup>70</sup>, pai de Simone, promoveu, por sua vez, a viagem da filha e da esposa a Belém, pois as duas mulheres decidiram vir para perto do médico pelo motivo dele estar doente e fragilizado. O fato de o francês estar preso no regimento de Fernando facilitava o contato entre os dois e as visitas da filha foram facilitadas pelo militar. Em 1810, as duas mulheres desembarcam no Haver-o-Peso e “Simone, então, respirou fundo e pôde se entregar à angústia inexprimível de ser uma estrangeira, como bem ela gostava de repetir.” (SOUZA, 1997, p. 109).

Fernando sofre a influência de duas figuras muito importantes: Batista Campos e Simone. O narrador os identifica como os dois eixos em sua vida. Ela, responsável pelo desequilíbrio do narrador pelas vias da emoção. Ora, o fato de Simone ser francesa e ser a representação dos ideais revolucionários sonhados pelo narrador deveriam permitir o sucesso do romance e o nascimento da criança, que seria o símbolo da união perfeita dos ideais revolucionários. Mas a Revolução é frustrada e o aborto do bebê antecipa a morte e o aborto da Independência do Pará. Além disso, a insegurança de Fernando em relação aos

---

<sup>70</sup> O nome do médico é uma homenagem ao escritor do livro *El reino deste mundo*. Márcio Souza adapta o nome do escrito à grafia francesa.

sentimentos de Simone que oscilava entre felicidade e desespero, identificado por ele como paraíso e inferno, o levavam ao desespero.

Batista Campos, por sua vez era o equilíbrio, o dínamo. Tido como amigo e formador, o cônego era responsável pelo equilíbrio na vida política de Fernando, que via no amigo o articulador entre o presente e o futuro. Porém, no presente da narrativa a frustração e o desânimo no exílio, se dão pela ausência dos dois eixos articuladores da vida do narrador.

Nem tudo são pérolas. Há muito calhau, pedras aguçadas, lodo. E algumas são pepitas de ouro, como as lembranças que tenho do Cônego Batista Campos. Por isso, não há porque temer, pois não fazer esses mergulhos seria com certeza uma imperdoável omissão, porque meu amor por Simone, de certa forma, acabou por se tornar um dos eixos de minha vida. O outro eixo: foi ter como companheiro o cônego Batista Campos. Sim, aquele homem de temperamento forte, capaz de arrebatrar multidões, era alguém que sempre mereceu minha admiração. Em muitos aspectos, por minhas próprias limitações, não era fácil conviver com sua personalidade. Mas como não lembrar com ternura dos intermináveis serões em sua casa, quando debatíamos acaloradamente o futuro do nosso país, o Grão-Pará, e de suas gargalhadas acima de nossos debates, cada vez mais radicalizados. Se minha querida Simone representava para mim o paraíso e o inferno na terra, Batista Campos era o dínamo, o articulador entre o presente e o futuro. (SOUZA, 1997, p. 112).

As incertezas políticas juntam-se às incertezas amorosas e após o vintismo, chega o momento da Independência, pois a coroa portuguesa não queria perder a colônia para outros exploradores e assim, se o novo imperador fosse da casa de Bragança a vinculação da ex-colônia a Portugal estaria assegurada. Por sua vez, os portugueses residentes no Grão-Pará pretendiam manter esta província vinculada a Portugal e separada do Brasil.

Com a chegada da Independência do Brasil, os revolucionários paraenses pretendiam fazer a Independência do Grão-Pará. A forma como Márcio Souza trabalha esses eventos vinculados ao cotidiano de Fernando e do Pará, descortina diante do leitor o papel da imprensa na formação da opinião da pequena burguesia local. A sagacidade de Batista Campos em reproduzir o manifesto do imperador fez com que a esperança de um Pará independente fosse possível.

Com o Brasil independente, era chegada a hora de assegurar o mesmo destino para o Grão-Pará. Batista Campos consegue uma cópia do manifesto em que já o então imperador Pedro I exorta os brasileiros a se unirem em torno da Independência, e publica-o na íntegra no *Paraense*. Lembro que não foi sem emoção que li e reli esse exemplar do jornal. (SOUZA, 1997, p. 173).

Ora, a publicação do manifesto do Imperador promoveu a resistência dos paraenses aos portugueses e o cônego alcança o objetivo de promover nos brasileiros o desejo pela

independência e, mais do que isso, consegue que nas eleições realizadas para a Câmara Municipal, que nenhum português fosse eleito, deixando o poder nas mãos dos brasileiros.

É importante lembrar que nesse período o Grão-Pará ainda era separado do Brasil e que, portanto, a Independência brasileira poderia ou não ser aceita pelos paraenses. Essa eleição trouxe uma grave crise para a Província, visto que o fato dos brasileiros terem vencido as eleições deixava evidente a insatisfação da população, que tinha direito ao voto, como os portugueses. Além disso, o fato de os portugueses serem deixados de fora da Câmara Municipal anunciava que a Independência do Grão-Pará ou a adesão do Pará à Independência do Brasil seria uma questão de tempo. Assim, as eleições de fevereiro de 1823 foi uma campanha difícil, mas vitoriosa e o jornal teve um papel fundamental nesse fato:

Em fevereiro de 1823, ocorreram as eleições para a Câmara Municipal. Foi uma campanha difícil, limitada em todos os sentidos pelos portugueses. Mas o povo de Belém sabia o que queria: nenhum português se elegeu. Era uma manifestação clara da preferência do povo pela Independência do Grão-Pará. (SOUZA, 1997, p. 174).

Mas a vontade do povo não foi respeitada e houve o golpe militar liderado por Vilaça. Tanto Batista Campos, quanto Fernando tiveram que fugir para não serem presos. Esse golpe foi surpreendente, o que talvez explique esse capítulo ser tão acelerado na narração dos fatos, pois cada parágrafo narra um episódio, demonstrando o estado de tensão em que vivia o narrador. Essa falta de fôlego na narração intensifica a tensão dos revolucionários, constantemente em estado de alerta devido às incertezas políticas do período que apontavam para a impossibilidade da independência da província. Batista Campos já antevê esse fato e avisa o amigo de que talvez o sonho não seja tão fácil de ser alcançado, pois apesar de a província ter um território grande, maior que o Brasil, esse era também o entrave para que isso acontecesse. Além disso, a sucessão de governos que não tiveram o interesse em desenvolver a província limitava ainda mais a realização do sonho. Como sustentar uma nação sem atividades econômica? Como controlar um território tão extenso? Que garantias poderiam dar a população?

— Esta é a nossa tragédia, Fernando. Sem a ajuda dos brasileiros, não vamos chegar a lugar nenhum. O Grão-Pará e Rio Negro têm um território maior que o Brasil, e esta é a nossa limitação. Não temos como controlar esse território e não temos atividades econômicas capazes de nos sustentar como nação. (SOUZA, 1997, p. 175).

Fernando encontra-se em outra encruzilhada e as decisões são difíceis de tomar, pois podem desencadear a perda do controle sobre sua vida e sobre a revolução. A situação em que o Grão-Pará encontrava-se permitia duas saídas: ou ficava vinculado a Portugal ou ao

Brasil. E entre o domínio português e o brasileiro, a população e os revolucionários acreditaram que seria melhor com os brasileiros, o que significaria o fim do colonialismo e a valorização dos brasileiros com os direitos assegurados e o fim da exploração dos comerciantes portugueses, que seriam enviados de volta a Portugal. Assim, quando Greenfell anuncia a Adesão, ela é acatada não pelo temor do bombardeio, mas pela fé na mudança. E o embuste do mercenário inglês é descoberto nos dois sentidos: não havia esquadra para bombardear Belém e tampouco a situação do Grão-Pará mudaria. “A patranha de Greenfell foi descoberta. Não existia nenhuma esquadra, era tudo um grande embuste. Mas não haveria mais retorno”(SOUZA, 1997, p. 188). A sensação de engano e decepção sentida pelo narrador são semelhantes às sentidas pelo soldado moçambicano Meia-Chuva em *As duas sombras do rio* ao falar do período posterior à Independência e o início da guerra civil.

Se houvesse futuro, se alguém me mandasse uma mensagem assegurando que tal quimera existe, ainda assim a decepção seria maior do que a vertigem. O que foi que fizemos desta terra? Queríamos que ela fosse uma Europa, uma Europa com mormaço e olhos oblíquos, um arremedo de farrapos e pragas, preguiça e luxo. O horizonte do rio não podia ser maior que nossas convenções sociais, nossas roupas e porcelanas, onde os índios, o beiju e os músculos de bronze não seriam mais que uma gentil manifestação de uma bela lembrança a se esgarçar. O resultado é que acabamos nos comprazendo com o drama grotesco de todos os exilados, sempre abandonados num porto, esperando a hora de partir. (SOUZA, 1997, p. 190).

A população também não se conformou com esse desfecho e houve o levante contra o novo governo que foi contido pelo mercenário inglês, resultando na prisão tanto de Batista Campos quanto de Fernando. O primeiro foi enviado para o Rio de Janeiro enquanto Fernando conseguiu fugir do Brigue Diligente antes do desfecho trágico que comentamos no tópico anterior. As reflexões do fragmento já demonstram o estado de exilado em que o narrador se encontra. Vale a pena retomar Said para encerrar este tópico: “O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente.” (SAID, 2003, p. 60).

Fernando perde os dois eixos que conduziam sua vida: Simone e Batista Campos. Quando se vê sozinho, ele compreende que os sonhos não são tão fáceis de se conquistar. A maioria dos estudiosos sobre a Cabanagem dizem que a revolução não teve sucesso porque faltou uma liderança intelectual. Márcio Souza, ao escolher um narrador que pertence à elite local da época na construção do romance, aponta para outros motivos; talvez o que tenha faltado foi a coragem de não aceitar a adesão e proclamar a Independência do Grão-Pará,

parece que os intelectuais da época não entenderam o alcance que os ideais revolucionários tinham na região.

O que fez a Cabanagem terminar talvez tenha sido a superioridade bélica dos mercenários ingleses contratados pela regência para pôr fim ao levante. Na correspondência dos ingleses há informações reveladoras sobre essa possibilidade, pois, na época da Cabanagem, a carta de ministro inglês Henry Stephen Fox para Lorde Palmeston, datada de 17 de dezembro de 1835, afirma que o Regente Feijó convocou o ministro francês, Monsieur Pontois, junto com ele com o intuito de pedir para que a Inglaterra e a França junto com Portugal mandassem soldados para ajudar o governo brasileiro a pôr fim ao levante. O governo brasileiro enviaria mil soldados e cada país mandaria cerca de trezentos a quatrocentos soldados. Os dois ministros se comprometeram a transmitir o pedido aos respectivos governos e o inglês informa: “Devo observar, também, que não creio que haja a menor probabilidade de que o Governo Brasileiro consiga, agora ou no futuro, reunir diante do Pará uma força regular tão grande como a que o Regente propunha contar.” (CLEARY, 2002, p. 189). Os países se negaram a enviar as tropas e o governo teve que contratar mercenários. Mas, pelo que relata o ministro, parece-nos que o receio dos paraenses foi maior do que a ameaça do governo brasileiro e o número de soldados.

No exílio, onde passará a viver, o narrador desfrutará da companhia de dois índios adolescentes, que o ignoram, e é abrigado em uma cabana às margens do rio. Talvez essa experiência o ajude a sofrer uma nova mudança, já que vivenciar o cotidiano do cabano o faz compreender a importância da revolta que será realizada pela população do interior que mora em cabanas semelhantes a que ele ocupa em seu exílio.

#### 3.4. NARRATIVA EM UMA VOZ ÀS MARGENS DO TOCANTINS: O INJUSTO ESQUECIMENTO

*As coisas que vivemos, até mesmo os menores de nossos gostos ao sabor do tempo, não são mais que os cordões ordenados pelo tear do destino — faina das Parcas. E a lembrança é um ameno regresso, um acerto de contas com a imaginação, um diálogo feliz com as grandes tecedeiras, porque ninguém escapa ao seu destino, e só aquelas criaturas mais vulgares são incapazes de aceitar a integridade daquilo que as feriu no passado.*

Márcio Souza

Asmann (2011) nos lembra que, a partir dos anos de 1980, o nexos entre recordação e identidade ganhou uma nova relevância pela destruição do Muro de Berlim que abriu a

fronteira entre o Leste e Oeste da Europa e marcou o fim da Guerra Fria. Com a dissolução da União Soviética foram revitalizadas identidades e etnias que até então tinham sido “congeladas” em nome da polarização Leste-Oeste que se definiam como verdades únicas. Segundo Asmann (2011, p. 69), esse momento foi descrito como o despertar da história, aqui entendida como “consciência coletiva que se manteve viva ou foi revivificada, um passado recordado”. E mais, a emancipação deu, ainda, lugar à questão da identidade, pois, “o lema da emancipação (que, com o prenúncio de um futuro auto-organizado, sempre supôs uma diluição do passado e da origem) deu lugar à questão da identidade.” Asmann liga a reformulação da identidade com a reorganização da memória individual e coletiva que vai refletir nos livros de história. No caso do Pará, o que ocorre não é a valorização do movimento cabano como um fato histórico que orgulha a população como é, por exemplo, a Farroupilha para gaúchos que deram o nome dos líderes para cidades (Bento Gonçalves), ruas, ergueram monumentos e festejam a data com mais entusiasmo do que a Independência do Brasil. As duas revoluções ocorreram no mesmo período, como já apontamos, e, no entanto, a Cabanagem sofre o processo de apagamento que se reflete na renomeação de ruas e prédios que faziam referência à Cabanagem e na localização do monumento que homenageia os cabanos e contém os restos mortais dos líderes revolucionários, que fica na divisa entre Belém e Ananindeua, enquanto o monumento ao interventor Barata, onde estão os restos mortais desse governador, está na praça no centro da cidade. A exceção é a praça Batista Campos que também está no centro da cidade. Quanto ao monumento cabano, houve a intenção por parte de prefeitos e governadores de derrubá-lo, o que só não foi feito porque o projeto é do arquiteto Niemayer. No entanto, com a reforma realizada para a construção do BRT, o monumento ficou sem acesso para visitação e transformou-se em abrigo de moradores de rua usuários de craque.

As ponderações de Asmann são importantes, pois uma questão que se destaca no romance é a da identidade. A crise de pertencimento e de identidade são muito fortes na constituição do narrador e chega ao ápice na fuga e no exílio na Fazenda Promissão. Nesse momento, ele não se reconhece nem como português nem como paraense, muito menos como brasileiro. A busca dele é encontrar-se, pois, como vimos, a princípio ele era português nascido no Grão-Pará, posteriormente passou a ser paraense e depois teve que se aceitar como brasileiro. Mas nas reflexões que faz e que veremos a seguir, parece-nos que esse conflito não está solucionado. É importante observar, ainda, a data de publicação do romance *Lealdade*, 1997, década em que os movimentos revolucionários do período da Independência do Brasil são revisitados pelos estudiosos do assunto como sociólogos, cientistas políticos,

além romancistas. Se considerarmos a década de 80 como o fim da Guerra Fria, então, o romance de Márcio Souza dialoga com esse “retorno” ou “despertar” da história vinculada à identidade, como Asmann adverte no terceiro capítulo do seu livro *Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural* (2011).

*Lealdade* inicia com a fuga do narrador pelo rio Tocantins em direção à Fazenda Promissão, e, ao chegar ao esconderijo, um espaço idílico composto por uma cabana à beira do rio e pela companhia de dois índios adolescentes, Fernando se põe a passar sua vida em revista para compreender o incômodo que sente.

Davi Arrigucci Jr (1994), no ensaio *O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa*, analisa a crise de Riobaldo ao voltar de um violento combate contra Zé Bebelo viajando em direção ao Cansação-Velho e resolve descansar no riachinho do Jio. E, ali, exausto, insone e muito dividido, o narrador se põe a refletir sobre o desconforto que sente chamando-o de estorvo.

É agora que temos acesso ao lado contemplativo do herói, ao que de mais íntimo o inquieta, quando, posto fora da ação, mostra sua interioridade contraditória: o guerreiro batido pelo cansaço tem o espírito enxameado de ideias em desacordo. Logo na chegada ao esconderijo, que tem tudo para ser um lugar ameno, à beira do riacho, já se entrega à tristeza e a sentimentos complicados que se juntam, levando-o a repassar o vivido: pena ou dó, não propriamente remorso, sensação de desgraça ou de ter perdido alguma coisa... Quer dizer: é neste momento fugaz de parada e lassidão do corpo que o espírito tende ao máximo de movimentação, deixando ver o incômodo sem nome e sem espécie — o Mal — que o aflige. (ARRIGUCCI, 1994, pp. 8-9).

A descrição que Arrigucci faz de Riobaldo assemelha-se ao estado de espírito de Fernando ao iniciar suas memórias, pois, assim como Riobaldo, o narrador está cansado, em crise, triste e questionando o sentido da vida. A origem desse estado de espírito deve-se a dois motivos: a perda de Simone, que volta para a França, e a de Batista Campos, que está preso (que são os eixos na vida do narrador), além da falência do projeto de Independência do Grão-Pará. As diferenças entre Fernando e Riobaldo são o tempo da narração e a forma de narrar. Riobaldo já está velho quando conta sua vida ao interlocutor, o doutor, e, mesmo assim, a narrativa é pautada em interrogações. Fernando escreve suas aventuras e dissabores também marcada por dúvidas como, por exemplo, se tomou ou não as decisões corretas: “A uma distância de quase quinze anos, tudo volta a acontecer mas apenas nas dobras do coração, no silêncio comovido de nossa própria experiência que, ao ter vivido, sabe mais uma vez relembrar e nos fazer novamente sentir.” (SOUZA, 1997, p. 85). E, tampouco, se

tinha controle sobre o seu destino. Sem interlocutor, pois tem a companhia de dois índios que o ignoram, o desabafo de Fernando é na escrita.

A aproximação entre os dois narradores se dá pela necessidade de reconciliação do herói problemático<sup>71</sup> com a realidade concreta e social. Arrigucci destaca em Riobaldo a tentativa de reconciliação, através da vida de jagunço, na qual ele nunca se sentiu completamente integrado e que revela a divisão entre a interioridade do herói e a aventura a que se lança. Fernando também tenta a reconciliação, em um primeiro momento, na ida para Portugal e ingresso na vida militar, em um segundo momento na guerra de invasão à Caiena, e, por fim, como parte do grupo revolucionário que sonha com a Independência da Província do Grão-Pará. Como podemos observar, a crise de Fernando<sup>72</sup> vincula-se à crise identitária que se desvela em momentos de exílio, bem como a ausência de Simone e Batista Campos intensificam a solidão e a crise no narrador. Assim como Riobaldo, em alguns momentos ele também não se sente completamente integrado a eles. A trajetória do protagonista é marcada pela tensão e conflito desencadeado entre o relacionamento amoroso com Simone e os ideais da Independência do Grão-Pará, resultando no conflito interno do narrador. Conforme Mesquita,

Fernando Simões Correia apresenta uma identidade oscilante, por ser um personagem em formação vivenciando diversas situações extremas de guerra civil. Ele se considera superior aos paraenses, em muitos momentos, pela forma de se vestir, até pela bebida ou pela música de que gostava. Ao se relacionar com a francesa Simone, entra em choque com a realidade: a França era um centro de referência cultural muito mais influente que Portugal. Fernando tem a oportunidade, então, de se comparar ao amante de Simone, Jean-Pierre, um pintor francês que conhecia tanto as artes quanto os autores da Revolução Francesa. Fernando busca ampliar seus conhecimentos, e com as leituras que faz conclui que os portugueses não eram tão benéficos à economia paraense como ele imaginara a princípio. (MESQUITA, 2009, p. 92)

O conflito de Fernando é resultante do não reconhecimento do seu lugar de pertencimento frente à frustração resultante da não Independência do Grão-Pará, agravada por causa do abandono da amada e o aborto do filho. A primeira crise identitária de Fernando é resolvida em Caiena onde ele deixa de ser português e se reconhece paraense. A segunda, é deflagrada a partir da adesão do Pará à Independência e o conflito passa a ser entre se

---

<sup>71</sup> Arrigucci retoma o herói problemático que Georg Lukács apresenta no livro *A teoria do Romance* que tem como tema central a reconciliação do herói com a realidade concreta e social.

<sup>72</sup> Mesquita (2009), no segundo capítulo, faz uma leitura de Fernando como herói em busca de sua identidade e demonstra as características que vinculam o narrador ao herói, fundamentada na proposta de Joseph Campbell. Nossa leitura irá se pautar nas dúvidas e crises do Fernando e não nas características heroicas da personagem.

reconhecer paraense ou brasileiro e esta não resolve resultando em um homem dividido em constante crise, pois o sonho do território livre não se concretizou.

Outra questão apontada pelo narrador é a decadência da sociedade e a desigualdade social e econômica que caracterizava o Pará do século XIX. Apesar de a maioria dos trabalhadores serem livres e o número de escravos ser pequeno em comparação com o restante do país, a pobreza e a miséria atingiam a maior parte da população em detrimento dos privilégios de uma minoria portuguesa que detinham a exploração da terra e do comércio. Além disso, o desenrolar dos fatos que levaram a população à revolta de 1823, em consequência da repetição das práticas coloniais de exploração do povo e manutenção dos privilégios dos portugueses, tais como poder político e monopólio econômico, e a não aceitação das imposições impetradas por governadores enviados da capital do império, resultou no agravamento da tensão entre o Norte e o Sul. Os brasileiros vencem o conflito desencadeado pelos paraenses e colocam no poder o governador indicado pelo Imperador, mas os anos de exploração vivenciados pela população resultarão, dez anos depois, na Cabanagem.

O desencantamento do mundo de Fernando o leva a transpor para a natureza os conflitos internos que o sufocam, como ocorre no parágrafo que inicia o romance, em que o rio Tocantins encrespado com rajadas do vento e os restos da tempestade da noite anterior desvelamos conflitos internos da personagem.

O rio estava encrespado pelo vento, rajadas de sudeste que levantavam banzeiros altos e deixavam a água ainda mais escura e esverdeada. O vento morno carregava odores, penetrava nas narinas. Era novembro, tempo de chuarada e umidade intensa, mas a madrugada aparecera com uma limpidez de cristal; os pássaros pescadores alçando cedo seus voos; os troncos e as ilhas de capim descendo a corrente como lembranças esparsas da tempestade noturna. (SOUZA, 1997, p. 14).

Neste fragmento, chama atenção a força da natureza em que a água, resultante da chuva da noite anterior, aumentou o volume do rio e junto com a força do vento formam os banzeiros que tornam a viagem mais perigosa. O barco pequeno em que o narrador encontrava-se fica, então, à mercê do rio assim como o narrador de suas memórias, pois a viagem de fuga se dá em dois níveis: um externo, que ocorre no rio, e o outro interno, que ocorre na memória. Fernando enfrenta, então, dois banzeiros: o do espaço externo, resultante da chuva do dia anterior que provoca a enchente do rio Tocantins; e o interno, que é resultante do desaguar da memória deflagrada também pelos acontecimentos do dia anterior. Como o narrador está em fuga, os sentidos estão em alerta pelo medo de ser preso porque ele traz consigo os cadernos de anotações que seriam prova suficiente para ser executado

pelo crime de lesa-majestade. Assim, a travessia empreendida pelo rio Tocantins seria a forma de manter-se vivo e de salvar também os manuscritos que possibilitariam o testemunho desse período às gerações posteriores. As perguntas e reflexões que Fernando faz nessa viagem pelo rio, colocam em dúvida as tomadas de decisão em relação ao movimento de Independência do Grão-Pará e a sua vida amorosa.

Fora preciso estar ali no meio do rio, remando contra o forte banzeiro, para compreender tudo. Para me dar conta de que não haveria retorno, que teria de viver até o fim sob o céu azul carregado daquela manhã, escondido nas matas tão imensas e misteriosas que pareciam ter sido criadas pela soberba divina. E fora necessário ir tão longe para finalmente entender, que ironia! Ali, por entre o banzeiro, onde a todo o momento o hálito da mata vinha disputar-me a solidão, algumas vezes transfigurado na palhota de areia levantada pelos redemoinhos e abrigados pelos relentos minerais daquela manhã invernososa, começava a descobrir que verdadeiramente mantinha pouco controle sobre meu próprio destino. (SOUZA, 1997, p. 15-16).

O estado de desalento e vulnerabilidade o leva a questionar as mudanças ocorridas no Pará. “No entanto, que terra era aquela? O que é que se materializava ao pronunciarmos as palavras Grão-Pará? E, dito assim, assaltava-me apenas a presença do rio, da selva, do céu imenso e estrelado nas noites frias de dezembro.” (SOUZA, 1997, p.16). Nas respostas às questões levantadas, ele resume a palavra Grão-Pará à natureza grandiosa e não vincula a palavra às cidades e às pessoas. Na segunda visão promovida pela incerteza destaca-se a cidade de Belém vista a partir da Baía do Guajará, caminho de chegada à cidade.

Mas naquela manhã incerta e de vento no rio Tocantins [...] vinha a visão da Baía de Guajará da silhueta urbana imponente, horizonte de casario e torres entre mangueiras. Santa Maria de Belém do Grão-Pará e seus campanários subindo como agulhas, seus palácios de linhas italianas, o seu forte de pedras caiadas de branco. (SOUZA, 1997, p.16).

As descrições da cidade demonstram a beleza e o carinho com que o narrador se relaciona a ela, destacando parte de sua paisagem: “casario de torres entre mangueiras”, “campanários subindo como agulhas”, “palácios de linhas italianas” e “forte de pedras caiadas de branco”. Não há nenhuma citação aos moradores dessa cidade, ela é descrita como se estivesse vazia, apesar de bela e imponente.

No tópico anterior vimos que o narrador faz esse movimento de opor a cidade aos moradores: enquanto ela é bonita, seus habitantes são mal vestidos, feios, sujos e indolentes, é como se a população enfeiasse a cidade. Nas paisagens descritas por Coelho em *As duas sombras do rio*, as pessoas são mais importantes que a arquitetura. Há poucas descrições sobre cidades, aldeias e habitações e, quando surgem na paisagem, são ruínas que marcam a interferência portuguesa, com exceção do armazém de Mama Mère. As personagens também não têm caracterização física, pois o conflito armado se sobrepõe à paisagem e à

caracterização das personagens. Parece-nos que o narrador de Borges Coelho, por ser em terceira pessoa e estar perplexo com o que narra dada a violência da guerra, não se preocupa com caracterizações, só o faz quando é necessário. Por exemplo, ao descrever o uniforme dos Tigres, ele o faz pelo incômodo que este causa a Meia Chuva e pelas memórias que esse uniforme deflagra. Márcio Souza, no entanto, tem necessidade de referenciar o espaço talvez pela questão da crise identitária por que passa o narrador e pelo momento histórico vivido.

A sinestesia é uma forte marca em *Lealdade*, como é possível observar na travessia pelo rio em que o narrador destaca a luz do sol que rompe a névoa da manhã, revelando um cenário composto por cores e nuances como prata, cobre, dourado, verde, amarelo baço, branco, cinza. Como é o sol quem promove esses tons, parece-nos que o autor descreve um quadro<sup>73</sup> em que a luz do sol incide sobre um objeto ou sobre a natureza tentando representar a fugacidade da vida.

Olhava para o Tocantins... Seria o sol? Mantinha a cabeça protegida por um lenço de seda e um tricórnio de feltro muito leve... Mas a luz, a reverberação intensa sobre a superfície da água, quase um espelho, medusa que se agitava em tons de prata e cobre... Cores quase sólidas e os perfumes da mata que pareciam filtrados pelas nuvens. Na atmosfera, a névoa quase invisível e dourada de miríades de pólen em suspensão, e o frio da água no ar morno, onde mergulhava a mão e sentia alívio... Periquitos verdes passeavam gritando, como nuvens que jamais seriam chuvas. Estava só, mas não sob o abrigo do silêncio. [...] Os remos desciam e subiam, e esparramavam espuma de um amarelo baço, pinceladas de branco, cinza e umas sombras escuras, cambiantes sobre o dorso da água. Em dias inverniais como aquele, a evaporação era mais constante e vestia o horizonte com uma capa de bruma. Uma roupagem diáfana de gotas que gentilmente punha-se a liquefazer nossa alma e todas as coisas. O reino das águas. (SOUZA, 1997, p. 17).

A narrativa inicia com o amanhecer e o sol descortinando o cenário do “reino das águas”, referenciando a relação do narrador com a memória que se faz entre a escrita e o pictórico nas descrições das paisagens. A sinestesia, porém, destrói o exotismo que as paisagens e os cheiros da Amazônia poderiam criar no leitor, pois a utilização que Márcio Souza faz desse artifício estético no romance tem o propósito de aproximar a natureza do narrador. Se em um primeiro momento o movimento dos banzeiros era uma ameaça, agora, a natureza encobre e protege o fugitivo da visão dos soldados portugueses com a névoa,

---

<sup>73</sup> Parece-nos que o autor opta por dialogar com pinturas ou registros de viajantes sobre o Grão-Pará do século XIX e anteriores. A presença de períodos estéticos na obra pode ser comprovada na descrição das cores do rio a partir da incidência do sol que nos remete ao estilo simbolista, e a descrição da tempestade no rio Tocantins nos lembra cenas de pinturas do romantismo. Além disso, as descrições sobre Belém parecem apontar para pinturas da cidade feitas por artistas e viajantes. Maria Cláudia de Mesquita destacou, em seu estudo, o retrato de Simone, vinculando-o à técnica de “Jacques Louis David, que viveu entre os anos de 1748 e de 1825, representante do Neoclassicismo francês e que foi o pintor oficial da Corte Imperial francesa, retratando a vida de Napoleão Bonaparte.” (2009, p.40). Um estudo apontando esse intertexto entre a pintura e o romance seria muito produtivo, pois ajudaria a compreender as visões dos artistas sobre a Belém daquele período e a releitura de Márcio Souza através da escrita.

permitindo, assim, que ele chegue em segurança ao seu destino. E por sentir-se confortável pela beleza do quadro que se revela com a luz do sol, o estado de alerta do viajante parece arrefecer junto com as correntezas do rio que também se acalmam.

Benjamin Abdala Jr, no livro *De voos e ilhas*, já citado no capítulo anterior, ao analisar as ilhas, nos fala de uma ilha pessoal vivida por Aníbal, personagem de *A geração da utopia* do escritor angolano Pepetela. Aníbal, após a Independência, decepçiona-se com rumos que os políticos angolanos dão ao país e toma a decisão de ir para o Sul em uma espécie de exílio, pois “após a queda de seu voo libertário, preserva sua integridade numa espécie de ‘ilha’, um espaço aparentemente à margem do sistema, mas que paira por sobre a cabeça como identidade individual.” (ABDALA JR., 2003, p. 25). A personagem do romance angolano alça um voo interior pela não aceitação da realidade política que se descortina diante dele. Da mesma forma que Aníbal, Fernando, após o seu voo libertário, inconformado com o comportamento do companheiro após a batalha de Cameté, e ainda por estar distante de Simone e de Batista Campos, sente-se perdido e também procura isolar-se em sua “ilha” às margens do rio Tocantins para repensar os caminhos percorridos e, em consonância, os rumos de sua vida e do Grão-Pará.

O refúgio da cabana onde Fernando é assaltado pelas lembranças que o fazem voltar ao passado para entender o estado de solidão e remorso em que se encontra o leva repensar seus conceitos e o militar decidido é substituído pelo fugitivo cansado e em dúvida sobre os caminhos que escolheu seguir. Se a cidade o ameaça pela instabilidade política, a natureza, neste caso a selva, torna-se sua cúmplice nessa nova travessia pela memória, que será mais intensa com a chegada da noite cheia de alertas e sustos:

Todos aqueles ruídos ganhavam para mim a mesma consistência dos fatos que se entrelaçariam mais tarde em minhas lembranças. Com a chegada da noite, a selva mudara de personalidade. Exatamente como sempre imaginamos, a selva resplandecia de vaga-lumes e fogos-fátuos, de sibilantes acordes de cadências sutis como ondas lambendo a praia, recorrentes ondas que se quebravam indolentes na areia ou fervilhavam sobre rochas e corais –silêncio grande na falsa quietude da noite, sublinhado pelos morcegos a riscar errâncias na escuridão. Vez por outra, em meio àquela simuladora quietude irrompia um susto, um grunhido de animal ferido, árvore abatida pelo vento ou pela terra caída; logo a sombra do silêncio se abatia e tudo voltava para a quietude terrível do ventre de musgo da selva. (SOUZA, 1997, pp. 29-30).

É certo que esta descrição da natureza é a nova projeção que o narrador faz do movimento da memória e dos conflitos dos quais é vítima, bem como prepara o leitor para o relato que será trazido. Se na viagem pelo Tocantins rumo ao exílio a visão e o olfato são os sentidos mais convocados, neste momento a audição e a visão serão os sentidos postos

em alerta pela personagem por ser noite. Acerca dessa viagem noturna precisamos buscar novamente o conceito de Abdala Jr sobre a utopia, definida por ele como um sonho diurno que envolve a possibilidade de ser realizável em um momento próximo. Se essa leitura foi possível em Coelho, aqui ela não cabe, já que a Independência do Grão-Pará não se concretizou e a Cabanagem não teve sucesso. Assim, esse romance pode ser caracterizado como distópico, o que justifica a sequência de sonhos noturnos do narrador.

No fragmento a seguir, o rio é convocado como testemunho da história por ter sido por suas águas que muitos que muitos viajantes e exploradores chegaram a esta região e tantos outros partiram. Além disso, o rio tem a função de estrada e outra simbologia importante que é a passagem do tempo. Ao navegar por suas águas, Fernando, revive sua história entrelaçada a história do Grão-Pará sentindo a dor do exilado que não tem a certeza do retorno. As águas revoltosas do rio são a projeção dos sentimentos conturbados do narrador e o alento é sentido somente num pequeno momento de calma, anunciada pela madrugada quente que o faz se lembrar da fartura e consistência do açaí “somente agora me dou conta dessa fartura, quase um aceno ao futuro, como a dizer: 1823 foi o ano do melhor açaí de todos os tempos.” (SOUZA, 1997, p. 30) o sabor e a fartura se contrapõe, na sequência, à morte anunciada de Belém.

Algumas vezes, ao regressar do forte da Barra, eu caminhava por essa alameda de espantos, imaginado que Belém era como uma criatura, possuía um organismo e a capacidade de saciar seus próprios apetites. Sentia, no entanto, um mal-estar. Uma sensação indefinida que instalava ao imaginar essa biologia para a cidade.

Esta cidade está moribunda – disse ele – mal nasceu e já está decadente. (SOUZA, 1997, p. 143).

A cidade transforma-se em personagem e, a partir da atmosfera de Belém, o narrador consegue ler que algum acontecimento está por vir, como ocorreu no período do vintismo, em que a cidade sai da letargia, promovida pelo calor, e começa a agir pondo-se em estado de alerta aguardando os novos acontecimentos: “Quando amanheceu, as ruas da cidade pareciam tomadas por uma estranha excitação [...]. Naquele dia, havia algo no ar, as pessoas estavam nervosas, paravam em pequenos grupos, trocavam ideias e seguiam adiante.” (SOUZA, 1997, p. 162). Em outros momentos a cidade enfeita-se para a festa, promovendo a harmonia entre os moradores, como ocorreu com a chegada do novo governador, em que a mistura da culinária portuguesa e paraense são a representação desse estado, trazendo o perfume para as ruas: “luzes de candeeiros e archotes iluminavam as ruas próximas ao palácio [...] Cheiro de peixe frito, de miúdo no azeite, uma poética alimentar portuguesa que se misturava com banana verde frita, pupunha cozida e vinho de açaí, sabores da selva.”

(SOUZA, 1997, pp. 147-148). Porém, a harmonia transfigurada na alimentação que traz a receita portuguesa adaptada aos ingredientes locais não permanece por muito tempo, já que, após a adesão do Pará à Independência, os portugueses serão tomados como inimigos e, no período da Cabanagem, eles serão caçados e mortos. Assim, na apresentação do cotidiano da capital paraense em que se cruzam episódios ocorridos na capital paraense do século XIX, a cidade vai sendo apresentada ao leitor com suas fachadas, ruas, costumes, festas e lutas.

Os odores em Caiena também são destacados pelo narrador com uma mistura de cheiros agradáveis e desagradáveis: “Os odores eram variados, ampliados pela umidade, pelos ambientes de sauna: suor extenuado, excreções corporais, couro velho, pimenta-do-reino e carne deteriorada.” (SOUZA, 1997, p. 100). Talvez pelo fato de o narrador não ter o sentimento de pertencimento por Caiena, como tem em relação a Belém, e estar vivendo em um teatro de guerra, não consiga ver a cidade e o cotidiano de seus moradores com empatia. Mesmo porque os próprios paraenses interromperam o cotidiano e a vida de Caiena.

As descrições do narrador em relação à natureza e às cidades transfiguram um olhar que se assemelha aos dos viajantes dos séculos XVI e XVIII, pois parece que ele não se sente parte de nenhum desses espaços. Ele age como um estrangeiro que observa e anota as suas impressões com o distanciamento de quem não pertence àquele lugar. E os pares opositivos belo/feio e perfume/fedor com que o narrador descreveu Belém opondo a beleza da arquitetura e da natureza da cidade à feiura e ao fedor de seus moradores ampliam-se em outros pares opositivos a partir das reflexões que o narrador faz de suas atitudes.

Quando suas reflexões se pousam sobre as ações que realizou, tais como a ida a Portugal para estudar, ou nas batalhas que participou, ele não dá o tom de grandiosidade nem se descreve como um herói épico, ao contrário, a todo o momento ele justifica-se como não sendo senhor de suas decisões e coloca-se como vítima das circunstâncias ou de indução chegando, mesmo, à imposição de terceiros.

Meditava assim, pensando no caminho percorrido: eu não havia decidido nada, nenhuma escolha, era uma vítima das afeições do coração, nada mais. Se agora era um militar, isso se dava graças à vontade imperiosa de meu pai. Como revolucionário, tudo se devia à solidão, à minha indecisão entre a compaixão e um desejo contrariado. Até mesmo meus estudos em Portugal tinham acontecido assim. (SOUZA, 1997, p. 31).

Assim, a vida militar se deve à oposição pai/filho, o revolucionário se deve à indecisão entre compaixão/desejo contrariado. Chega mesmo a questionar se havia tomado a decisão certa ao entrar na causa da Independência da província. Fato é que temos um narrador em crise não sabendo para onde ir tomado pela desilusão amorosa e frustração

política. Ao relembrar sua vida e, num sentido mais amplo, a vida da província, as incertezas da personagem em relação a sua vidas e vinculam a indefinição do futuro do Grão-Pará e podemos ampliar mais ainda para as incertezas em relação ao futuro do Brasil. É importante pensar que a memória não é revisitada como o lugar de onde o passado é aflorado como um processo pronto e acabado. Ele é retomado para que se possa compreender a história da Cabanagem e as consequências desse movimento revolucionário, e, portanto, o narrador é um ponto em torno do qual a memória do Pará se aflora. Páginas à frente, as reflexões de Fernando sobre o seu destino é o lamento, talvez por isso, o peso da responsabilidade que ele sinta seja tão intenso, despindo-se, assim, das responsabilidades nas tomadas de decisões que não dizem respeito apenas a sua vida, mas sobre as vidas de todos os moradores da província.

Ah! como doem essas lembranças. Temo-as, encresco-me todo. Como prisioneiro de meus próprios fantasmas, preferia não ser obrigado a considerar as lembranças que machucam mais e, mesmo assim, elas me assaltam, fazem-me tombar sobre elas, cortantes que são como cascas de mariscos incrustados nas pedras. Estou a ferir-me num passado que ninguém mais pode dividir comigo, porque nenhum passado é compartilhável, e só a morte nos pode roubar. Não foi totalmente por minha vontade que deixei para trás os meus contraditórios amigos, a minha estranhamente plácida vida militar, as mesas do bar Cabrito... Não há queixume agora em minha alma, atinge-me apenas o fato de que minhas escolhas foram mais movidas pelo acaso, ao sabor do fortuito, e não exatamente pelo meu arbítrio, como eu ingenuamente julgava serem. (SOUZA, 1997, p. 124).

A dor das lembranças que ferem o narrador e o obrigam a recordar, mesmo contra sua vontade, são construções de um passado que ele mesmo arquitetou em suas anotações e, como nos lembra Beatriz Sarlo (2007), as lembranças são construções que podem escravizar ou libertar.

As “visões do passado” (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizada por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um continuum significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. (SARLO, 2007, p. 12).

Podemos, então, deduzir que o nosso narrador está em luta com este passado que o escraviza e, por isso, é preciso isolar-se em sua ilha particular, para reestruturar seus sentimentos: “Foi preciso que minha vida perdesse o rumo e me empurrasse até aqui para refazer na memória fatos tão tristes e tão extraordinários– melancolia de reviver uma tragédia que ficará para sempre em minha lembrança como uma ruína carbonizada.”

(SOUZA, 1997, p. 86). Essa viagem pela memória é a mais penosa por trazer episódios identificados por ele como tristes, extraordinários. A lembrança é identificada como melancólica e trágica, que além de serem denominadas como ruínas, ainda estão carbonizadas.

Os termos escolhidos por Fernando para caracterizar suas memórias são carregados de negatividade, além disso, não podemos esquecer que são noturnas, então, o confrontar-se consigo mesmo e com os seus fantasmas o leva a uma viagem de intenso sofrimento e terror. O narrador de Coelho não tem que passar por isso, visto ser em terceira pessoa, o que o coloca como observador daquilo que narra. Então, as visões negativas que algumas das personagens do romance moçambicano têm do passado são trazidas para o presente com o propósito de justificar, ou de explicar ao leitor o motivo dessa atitude, ou de alguma tomada de decisão, ou algum afastamento necessário frente ao momento trágico da guerra civil. É importante lembrar que, para aquele narrador, o propósito final da narrativa sobre a guerra é que os acontecimentos do passado e do presente podem prevenir que eventos como aquele se repitam no futuro. No caso do narrador amazonense, as memórias são uma tentativa de isentar-se das responsabilidades sobre algum acontecimento e dos excessos das batalhas promovidos pelos companheiros de luta, além do fato de o narrador estar em crise por não se reconhecer como português nem como líder revolucionário, tampouco como pertencente a Belém e muito menos como brasileiro. Mas há um momento ameno nessas memórias, que é quando ele vai narrar as influências que sofreu de Simone e Batista Campos. O tom de pessimismo e lamento que predominava até então desaparece e a releitura do passado é comparada à pesca de pérolas, ou seja, uma lembrança preciosa. Contudo, ele adverte que, ao trazer essas lembranças para o presente pode tê-las contaminado pelo fato de que esses episódios aconteceram há muito tempo.

Não devo esquecer que penso nessas coisas em circunstâncias muito diferentes. Alguns dos fatos já decorreram há anos; de quase todos eles, partes de mim ainda não se desvencilharam; e hoje, na sala desta cabana em Promissão, sob o domínio intenso da escuridão da noite, mergulho no reservatório de minhas próprias memórias, como um pescador de pérolas. (SOUZA, 1997, p. 111).

A mudança mais significativa na vida de Fernando ocorreu em Caiena, onde o narrador conheceu Simone e onde teve sua formação política que deu um novo rumo e significado para sua vida. No entanto, essa memória é tida como contaminação, ou seja, uma doença e a imagem da chegada a Caiena é desoladora. “O que foi que me contaminou em Caiena? A imagem que sempre regressa é a do estuário lamacento do rio e seus barcos soçobrados, o fumo das fogueiras e uma dor que era na verdade uma inquietação.” (SOUZA,

1997, p.103). Se considerarmos que estas lembranças o levam a Simone e à morte do filho, a dor que sente é antecipação da morte da criança e da separação entre os amantes. Além da visão negativa diante da vida e da negação de suas responsabilidades pelos acontecimentos ocorridos, seja em relação à província, seja em relação a Caiena, o sentido da vida para Fernando é nulo.

Gostaria de acreditar que a vida tem um sentido, que o mundo não é completamente indiferente, tem sua lógica, que nos escapa algumas vezes, mas tende à perfeição. Infelizmente, estou farto de seguir acreditando nisso, porque a existência não quer dizer nada, e tenhamos sido generosos ou avarentos, cordatos ou violentos, corruptos ou honestos, no fim resulta igual, em silêncio e vômito. (SOUZA, 1997, p. 124).

Talvez a falta da amada e do amigo façam com que a vida dele perca o sentido. Além disso, ele não sabe o que está acontecendo na província, visto que, encontra-se incomunicável. A desilusão o leva a acreditar que as ações, sejam elas boas ou ruins, não fazem sentido algum, visto que tudo termina em “silêncio e vômito”. Se até este momento a memória era sinônimo de dor e sofrimento pelas visitas noturnas que fazia ao narrador, assaltando-o e obrigando-o a lembrar, os termos usados agora para a memória são mais amenos. O adjunto adverbial de modo “gentilmente” e o verbo “conduzir” se opõem aos termos utilizados anteriormente, tais como “assaltar” e “machucar”. Parece-nos que o narrador desiste de lutar contra a memória e entrega-se a ela como se fosse seduzido e, além disso, deixa de pensar nas agruras pessoais e amplia a visão dos fatos a uma geração que acreditou que seria possível mudar a história do Grão Pará. O passado, para o narrador tinha o sonho da liberdade, mas parece que o sonho morre junto com o país. “Volto a entregar-me ao arbítrio da memória que, ao tomar-me gentilmente pela mão, deverá conduzir-me ao largo das ilusões e assim regressarei ao passado, ao tempo em que os sonhos de minha geração foram postos à prova, ao instante em que um país entrou em agonia e morreu”. (SOUZA, 1997, p. 182).

Diante dessas situações que o levaram ao limite de seus sentimentos e que agora retornam colocando-o novamente diante delas, como a guerra em Caiena, o aborto do filho, o cólera, a partida de Simone, a inevitabilidade da morte, as lembranças são identificadas negativamente como sinônimo de sofrimento: elas doem, o fazem temer, machucam, assaltam, o fazem tombar, são cortantes (p. 124); são arbitrarias e sedutoras (p.182). Se compararmos as lembranças desse narrador com as das personagens de Borges Coelho, podemos verificar que há uma diferença muito grande na relação que eles têm com a memória. Para Leónidas, Mama Mère e Matia, ela tinha a função de consolo, pois, no momento mais cruel da guerra civil, elas eram uma forma de fugir do momento de destruição

para o período da infância que é um momento de felicidade. Assim, recordar era uma forma de consolo, de sobrevivência diante das atrocidades da guerra. Não é esta a função da memória para este narrador, pois Fernando mergulha no passado para buscar momentos de sofrimento e desilusão que não o consolam nem permitem projeções para o futuro, afinal, “um país entrou em agonia e morreu.” (SOUZA, 1997, p. 182).

O labirinto da memória percorrido pelo narrador parece não ter saída, porque os fios que poderiam conduzi-lo a ela seriam Simone e Batista Campos, mas eles não estão ali para ajudá-lo, o que faz o desconforto do narrador aumentar, pois parece que ele anda em círculos sentindo sua vida enredada por um sonho impossível de ser realizado. Diante do pessimismo que vimos desde o início desse tópico, o voo utópico de Fernando assemelha-se ao de Ícaro interrompido no meio da viagem e a queda dele é inevitável como vítima das contingências.

Leio estas linhas mais uma vez, página a página, e sei que nenhuma gota amarga será capaz de substituir o que realmente aconteceu. Mas o que fazer? Minhas ideias, eu o sei, jamais foram claras o suficiente para registrar algo sensato algo que seja capaz de enfrentar a teimosia do esquecimento. E no entanto, nada mais oco que a sensatez quando sofremos frontalmente o golpe da contingência. Porque nada resta, nem mesmo chorar de raiva significa um gesto heróico. (SOUZA, 1997, p. 189).

*Lealdade* é um livro de viagem sem a euforia de quem parte com a certeza do retorno. A viagem de Fernando é com a certeza de quem não vai mais voltar. A luta do narrador é contra o esquecimento, pois ele tem a consciência de que é preciso deixar um relato, um testemunho dessa época para que o olhar não pouse somente sobre a escrita do vencedor, mas que os vencidos também possam ter voz e narrar a história a contrapelo. Fernando cobra-se por não ter percebido os sinais das mudanças que se anunciavam e talvez a grande falha do narrador tenha sido tentar compreender pela razão algo impossível de ser detectado. Ele tenta fazer um raciocínio lógico sobre a revolução opondo o desejo e a razão. Do ponto de vista militar, ele conclui que não há lógica alguma, pois ela não é movida pela razão, mas pelo desejo

Toda revolução é como o desejo humano, não se submete com facilidade. Como militar tive a revolução como uma quebra da lógica política, um vácuo onde as leis militares clássicas não funcionavam. Foi assim que, naquele mês de setembro de 1823, não percebi que estava vivendo um desses vácuos. Belém era um cenário completo de sinais, pelos silêncios e simulações rasgados na pele da cidade pelos homens e suas utopias. Mas como perceber? Desconfio agora que o grande poder das revoluções é começar com sutileza para depois romper como um clarão, um raio em céu limpo. E, se a revolução é como o desejo, tudo é acessório. Há apenas a necessidade de satisfazer os instintos, contra os quais a razão se retrai. (SOUZA, 1997, pp. 191-192).

O raciocínio de Fernando entre o desejo e a razão nos remete à discussão entre Gomanhundo e Harkiriwa entre evidência (modernidade) e verdade (tradição). Nos dois casos, a aparente oposição poderia somar-se e resolver os conflitos: Fernando deveria compreender que uma revolução se faz com a junção entre o desejo e a razão, pois ali está o equilíbrio, é o mesmo caso do romance moçambicano em que tradição e modernidade resolveriam os problemas do conflito. A impossibilidade de modificar os fatos passado e a culpa que sente por não ter percebido nada, pois estava cego pela dor de ter perdido Simone, dão o tom pessimista ao que é narrado. A falência dos projetos pessoais desse narrador são metonímia da falência do sonho maior de uma parte da população do Grão-Pará em criar um país justo livre e democrático, afinal, o narrador é apenas um ponto, em torno do qual uma memória coletiva aflora, permitindo, assim, a escrita da história da Cabanagem que é formada pelo relato de vários atores que participaram desse evento por isso cada livro da trilogia tem um narrador diferente, que traz consigo outras vozes que o ajudam a narrar.

A Cabanagem foi uma guerra que deixou muitos mortos, além de presos e executados, para garantir a anexação dessa província ao Brasil e há muitos fatos e nomes que precisam ser trazidos à luz. E a decisão de Márcio Souza em escrever esses romances demonstra que é necessário tirar este episódio do esquecimento e não permitir que seja apagado da memória da população, por mais traumático que esse episódio tenha sido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O nosso objetivo ao fazer esse estudo foi o de fazer uma leitura comparativa dos romances *As duas sombras do rio* e *Lealdade* e verificar como os autores realizam a reconstrução histórica da Guerra Civil em Moçambique e da Cabanagem no Brasil. Ao reescrevem a história desses dois eventos, os autores trazem para o cenário literário a discussão da herança colonial que sobreviveu nesses dois países mesmo após a Independência.

A postura do escritor diante dos temas tratados demonstra o comprometimento tanto de João Paulo Borges Coelho quanto de Márcio Souza em repensar a escrita da história e o cuidado na pesquisa realizada por ambos antes da construção das narrativas. O romance moçambicano traz um assunto recente e traumático ocorrido naquele país no século XX, enquanto o romance brasileiro busca a história afastada sobre a Cabanagem que ocorreu no século XIX, mas que tem efeitos até hoje. Os dois abordam momentos problemáticos da história escrita de seus países. O nosso objetivo foi analisar as estratégias utilizadas pelos autores para trazerem à luz esses dois momentos históricos na escrita de dois eventos que não são tratados na história oficial tanto de Moçambique quanto do Brasil.

Nos dois romances fica explícita essa oposição Norte e Sul, sendo que no romance moçambicano essa fratura se evidencia em Leónidas Ntsato tanto no significado e grafia do nome, quanto na possessão que o priva da família e da vida em comunidade. No romance brasileiro essa fratura se mostra na oposição entre os portugueses e paraenses pelos privilégios que os europeus tinham no comércio e exploração da terra bem como na escolha dos governadores que eram enviados de fora sem considerar as escolhas da população. Fica evidente na narrativa moçambicana o uso da violência nos ataques aos Zumbo e na caça dos elefantes e, no romance brasileiro a violência é evidenciada nos desmandos dos governadores, seja na tomada de Caiena, nas ações de Greenfell, na prisão de Batista Campos e no Brigue Palhaço, além da violência que perpassa o romance no tratamento dado aos índios e negros. Ou seja, os dois romances demonstram que a Independência não marcou o fim das diferenças sociais, das injustiças e demonstram que o projeto colonial, apesar da distância histórica, foi o mesmo. Cabe salientar que a Cabanagem promoveu o exílio de seus líderes e que os descendentes deles foram expropriados de seus bens, como é o caso, por exemplo do terreno onde hoje se localiza a Prefeitura de Belém que pertencia à família de Angelim.

A forma como cada autor tratou a violência se diferencia visto que Coelho não detalha tanto as cenas de violência, ele opta em deixar implícito sugerir a presença dela em vários momentos no romance. O autor prefere utilizar o maravilhoso e o animismo para esse fim, a cena mais marcante talvez seja a da morte dos fugitivos no rio Aruãgua e a invasão da Bawa pelos Panhame. Márcio Souza descreve cenas violentas, tais como a cena das piranhas devorando o filhote de Jacaré na viagem do narrador a Oriximiná, a violência do exército de Napolão ao invadir Portugal, da mesma forma que a violência dos brasileiros ao invadir Caiena e, por fim, a violência do mercenário inglês na cena do Brigue Palhaço.

Em relação às tradições culturais e religiosas, João Paulo Borges Coelho consegue a união de ambas: a moçambicana no culto aos ancestrais, no qual o colonizador passa a fazer parte. Já Márcio Souza não aponta essa junção, apenas mostra que o Norte é fruto de três cores, mas marca muito bem o preconceito que impera naquele período se faz presente nos dias atuais. Em relação aos líderes políticos, os dois autores mostram a fragilidade das instituições e a imposição desses líderes pela força. A exceção é Batista Campos que consegue a liderança junto à população mais simples da sociedade, bem como com a pequena elite brasileira que vivia em Belém.

No que concerne à divisão dos capítulos podemos concluir que os rios são fundamentais para o desenvolvimento dos dois romances. Na obra moçambicana eles atuam como personagens. O Rio Zambeze é testemunho da história e mais do que isso ele traz história daquela região no seu curso. Além da separação do Norte e do Sul, o Zambeze percorre o continente africano de Angola ao Oceano Índico, portanto, as suas águas testemunharam muitos acontecimentos. Além disso, foi em suas margens que muitas experiências foram vividas e por suas águas que muitas viagens foram realizadas além das travessias efetuadas pelas personagens nos momentos de ataque ao Zumbo.

Na análise que fizemos privilegiamos as personagens Leónidas Ntsato, Gomanhundo e os moradores do Zumbo que empreenderam as travessias fazendo dos rios o meio de fuga do ataque guerrilheiro. A principal questão posta pelo autor é o fato de que o homem interferiu no rio que deslocou pessoas pelo alargamento de suas margens (este é o motivo da doença de Leónidas) quando os moradores são postos na ilha no final do romance, tendo a viagem interrompida e suas vidas colocadas em suspenso. Parece-nos, então, que o rio ensina que o caminho a ser tomado é a construção de uma harmonia entre a tradição e a modernidade e isso possibilitaria o fim da guerra. Em relação ao romance *Lealdade*, o Rio Guamá, a Baía do Guajará e o Rio Tocantins não são personagens tão atuantes como o rio Zambeze, mas são o palco dos principais acontecimentos e também se constituem com a

fronteira entre a cidade de Belém e o mundo, constituindo a estrada de entrada e saída da capital. É pela Baía que Fernando sai para Portugal e retorna a Belém, parte para Caiena e faz o caminho de volta à capital, e pela qual foge para Cametá no final do romance. Simone chega a Belém pela baía e por ela volta para a França. Outros fatos marcantes que aconteceram nesse espaço foram a chegada de Greenfell e a execução em massa no Brigue Palhaço. O rio Tocantins é a estrada de fuga de Fernando para o exílio na Fazenda Promissão

O enredo de *As duas sombras do rio* é organizado pelas travessias e errâncias das personagens. Após os ataques guerrilheiros chama atenção o fato de o autor ter escolhido um humilde pescador para representar a divisão Norte e Sul do país, apesar de que Leónidas aparece no primeiro capítulo, ele passa para o segundo plano e volta no final do romance. Leónidas e os demais moradores do Zumbo têm as histórias particulares contadas em cada capítulo do romance, entrelaçadas pela narrativa maior que é a da guerra civil, que interrompe o cotidiano dos moradores das margens dos rios de várias formas: no Zumbo pelo abandono das casas e fuga para outras margens transpondo suas vidas de uma situação estável para uma instável. Para os habitantes da Feria e da Bawa, a chegada dos refugiados também desestabiliza suas vidas. O enredo de *Lealdade* é organizado a partir das memórias do narrador protagonista e ele sofre o processo de mudança a partir das viagens e dos encontros que elas proporcionam. A primeira delas é na adolescência para a fazenda de parentes do seu pai, onde conhece Sofia. Depois, aos dezessete anos vai para Portugal, como objetivo de entrar para a Marinha portuguesa, retorna a Belém, reencontra Bernardo que o apresenta a Batista Campos e a um grupo de intelectuais da capital. Depois, o narrador vai para Caiena, capital da Guiana Francesa, como parte da frota designada para atacar essa colônia francesa, conhece Simone e o pintor Jean-Pierre. Lá, Fernando recebe formação política por meio dos ideais da Revolução Francesa, retorna para Belém e está pronto para integrar o grupo revolucionário que anseia pela Independência do Pará. Simone vem ao encontro de Fernando, deixando o narrador mais confiante e seguro de seu futuro. Mas os acontecimentos não estão sob seu controle e novas mudanças resultam em desencontros que iniciam com a prisão de Batista Campos, seguida pela partida de Simone e pelo exílio de Fernando.

Em relação ao narrador, parece-nos que o de Coelho faz questão de apontar para o seu lugar de fala, que, apesar de cindido, evidencia a preocupação de articular o leitor com os fatos narrados. E, ao apontar para aquilo que está por vir com a autoridade de quem conhece as histórias oficiais recontadas pelo povo, ele deixa claro que o tempo da sua fala está além do tempo narrado. Ele articula os fatos do tempo colonial reconfigurados no

presente, inclusive para justificar as entidades que estão agindo neste espaço. Cabe aqui ressaltar que, ao fazer esse movimento utilizando a memória, o narrador destaca o lugar do governo que tende a valorizar a memória coletiva da guerra de libertação e apagar o período da guerra civil. Neste sentido, o romance não permite o apagamento da memória e, ao eleger um narrador que desliza entre estes dois discursos (o literário e o histórico), e abrir espaço para que a memória individual e coletiva tragam o testemunho desse eventos, permite outros olhares sobre esse episódio e dá amplitude às consequências que este conflito trouxe para o país. Márcio Souza, ao escolher um narrador que pertence à elite local da época na construção do romance, aponta para outros motivos e talvez o que tenha faltado foi a coragem de não aceitar a adesão e proclamar a Independência do Grão-Pará, parece que os intelectuais da época não entenderam o alcance que os ideias revolucionários na região. *Lealdade* é um livro de viagem sem a certeza do retorno. A luta do narrador é contra o esquecimento, pois ele tem a consciência de que é preciso deixar um relato, um testemunho dessa época para que o olhar não pouse somente sobre a escrita do vencedor, mas que os vencidos também possam ter voz e narrar a história a contrapelo. A falência dos projetos pessoais desse narrador são metonímia da falência do sonho maior de uma parte da população do Grão-Pará em criar um país justo livre e democrático, afinal, o narrador é apenas um ponto, em torno do qual uma memória coletiva aflora permitindo, assim, a escrita da história da Cabanagem que é formada pelo relato de vários atores que participaram desse evento. Por isso cada livro da tetralogia tem um narrador diferente, que traz consigo outras vozes que o ajudam a narrar.

Os dois romances se aproximam, como já apontamos, pelo relato de eventos que estão à margem da escrita oficial e que aconteceram após a Independência do Brasil e de Moçambique. A aproximação se dá, também, pelo fato desses dois países terem sido colônia de Portugal e, portanto, o projeto de colonização empreendido pelo colonizador assemelha-se.

As diferenças são importantes, pois elas garantem o estilo de cada autor. No que concerne ao olhar sobre os rios, João Paulo Borges o traz como personagem e depositário da história de Moçambique. Márcio Souza traz o Rio Guamá e a Baía do Guajará não como personagens, mas com o espaço importante para a narrativa. O Rio Tocantins, contudo, é atuante e os movimentos da correnteza são projeções do estado da personagem no momento da fuga. Portanto, os rios são trabalhos de forma diversa, mas são importantes na arquitetura dos romances.

Em relação às viagens fugas e exílios, em *As duas sombras do Rio*, elas estão diretamente ligadas à guerra, visto que Leónidas inicia sua errância após a possessão que antecede a guerra e as demais personagens são obrigadas a abandonar suas casas pela sequência de ataques de que são vítimas. As viagens de Fernando em *Lealdade* são, no primeiro caso, por decisão dos pais (ida a Oriximiná), a segunda por decisão dele que tem relação com os estudos (Lisboa) o retorno a Belém é desencadeado pela invasão francesa e contra a vontade dele, a viagem a Caiena é por força do ofício mas ele vai entusiasmado e essa é a mais importante por ser lá que a personagem tem a maior mudança, e a última viagem é a fuga em consequência da tomada de Cametá.

Por fim, os narradores também são trabalhados de forma diferente. O narrador criado por João Paulo Borges Coelho é em terceira pessoa e afasta-se em vários momentos para dar voz às personagens. Como apontamos, ele tem o papel de intermediar os acontecimentos com o leitor que não tem conhecimento das tradições moçambicanas. Ele é culto e também se mostra perplexo com os acontecimentos que relata. O narrador faz incursões por vários períodos históricos e também pelos tempos com idas ao passado distante, próximo, presente e projeta alguns acontecimentos futuros. A história é trazida tanto pela ótica do narrador quanto das personagens. Já o narrador de *Lealdade* é em primeira pessoa e o romance assemelha-se ao autobiográfico, o que faz a história do Pará vincular-se à história do narrador que participa ativamente dos acontecimentos políticos do Grão-Pará. É pelo olhar de Fernando que conhecemos as personagens históricas e os acontecimentos que antecedem a revolução. Então, a perspectiva histórica nesse romance vem filtrada pela ótica do narrador.

Os dois autores deixam claro o projeto de escrita que é não permitir o apagamento desses dois momentos trágicos das histórias de Moçambique e do Brasil. Através do tratamento literário dado aos dois romances, é possível averiguar que as duas narrativas tratam da intersecção de sonhos e experiências em que a literatura e a história se encontram para trazer à luz momentos importantes muitas vezes esquecidos pelas duas áreas de conhecimento. Para nós, esse percurso ainda tem caminhos que precisam ser trilhados e esperamos que este trabalho possa trazer outros olhares e diálogos entre as literaturas brasileira e moçambicana.

Como vimos, há mais aproximações entre nossas histórias do que distanciamentos e o estudo entre as Literaturas de Língua Portuguesa. Além da solidariedade proposta por Benjamin Abdala, há relações históricas e literárias que nos aproximam mais do que nos separam e que precisam ser estudadas.

Nas pesquisas e leituras que fizemos para desenvolver esse trabalho, foi com espanto que verificamos que os romances tão bem construídos literariamente e com assuntos importantes tinham uma fortuna crítica muito pequena. Podemos tentar encontrar algumas respostas para isso; talvez o fato de Borges Coelho ter iniciado a carreira literária em 2003 e, se consideramos, ainda, que as literaturas africanas de língua portuguesa ainda não têm espaço nas instituições de ensino no Brasil são motivos possíveis tentar entender essa pequena fortuna crítica. Por outro lado, Márcio Souza, que é um escritor conhecido pela crítica, lido tanto no meio acadêmico quanto fora dele, estudado na maioria das universidades brasileiras com teses, dissertações, artigos e ensaios sobre outras produções como o *Galvez, o imperador do Acre* (1986), causa surpresa o fato de *Lealdade* ter uma fortuna crítica tão pequena. Seria o assunto abordado nos romances que não provoca a curiosidade do leitor?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALA JR, Benjamin. **De vôos e ilhas:** literatura e comunitarismo. Cotia: Ateliê Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Literatura, História e Política.** São Paulo: Ática, 1989.

ABDALA JR, Benjamin; FANTINI, Marli (org). **Margens da Cultura:** mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

ABREU, Márcia. “Letras, belas-letas, boas letras”. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org). **História da Literatura:** o discurso fundador. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

ADORNO, Theodor. “A posição do narrador no romance contemporâneo. In: **Notas de Literatura I.** Trad. Jorge de Almeida 34.ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Trad. Guido Antônio de Almeida Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Le versant brésilien de l’Atlantique-Sud: 1550-1850.” In: (**Annales**) **Histoire, Sciences sociales.** Vol. 61. 2/2006. Disponível em <[http://www.armand-colin.com/download\\_pdf.php?idd=0&cr=7&idr=27&idart=4711](http://www.armand-colin.com/download_pdf.php?idd=0&cr=7&idr=27&idart=4711)>. Acesso em 14.02. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Trato dos Viventes:** Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. “Belém do Pará, uma cidade entre as águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH).**São Paulo, 2011.

ANDERSEN, Perry. “Trajetos de uma forma literária.” In: **Novos Estudos CEBRAP.**São Paulo, 2007.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai:** a África na Filosofia e na Cultura. Trad. Vera de Almeida. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução.** Trad. Denise Bortman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência.** Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARRIGGUCI JR, Davi. “O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa”. In: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo: Cortez Editora, 1994.

ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ASMANN, Aleida. **Espaço da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

- AUERBACH, Erich “A cicatriz de Ulisses”. In: **Mimesis**. Trad. Equipe Perspectiva. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- AULETE, Caldas. **Dicionário eletrônico**. <http://www.aulete.com.br/> acessado em 10/07/2014
- AZEVEDO, João Lúcio d'. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonização**. Belém: SECUT, 1999.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A poética do devaneio**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética: a Teoria do Romance**. Trad. Aurora F. Bernardini. São Paulo: Hucitec, Fundação para o desenvolvimento da UNESP, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt **A Vida Fragmentada Ensaio sobre a Moral Pós-Moderna**. Trad. Miguel Serras Pereira Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “O novo romance histórico brasileiro”. In: **Via Atlântica**. n. 4. São Paulo: EDUSP, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BHABHA, Homi K. “Democracia des-realizada”. In: **Revista Tempo Brasileiro**, jan-mar. n. 148. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O local da cultura**. Trad. Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BOAHEN, Albert Adu (ed). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- BORGES COELHO, João Paulo. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. In: **Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa. Lusotopie**. 2003a. Disponível em <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu2003-9.html>>. Acesso em 03.11.2011.

\_\_\_\_\_. “Escrita acadêmica, Escrita Literária”. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

\_\_\_\_\_. **As crônicas da rua 513.2**. Lisboa: Caminho, 2006.

\_\_\_\_\_. **As duas sombras do Rio**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2003b.

\_\_\_\_\_. **As visitas do Dr Valdez**. Lisboa: Caminho, 2004.

\_\_\_\_\_. **Campo de Trânsito**. Lisboa: Caminho, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos Espelhos**. Lisboa: Caminho, 2011.

\_\_\_\_\_. **Hinyambbaan**. Lisboa: Caminho, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Olho de Hertzog**. Lisboa: Caminho, 2009.

\_\_\_\_\_. **Setentrião e Meridião**. Lisboa: Caminho, 2005.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed.: Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BRANCO, Camilo Castelo. **A brasileira de Prazins: cenas do Minho**. Lisboa: Ulisseia, 1984

BRITO, Humberto. “Entre as massas e os governos cabanos: notas para um estudo sobre lideranças políticas na Cabanagem”. In: **Anais do IV CONEPI**, Belém-PA, 2009.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CABRAL, Pina “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta”. In: **Horizontes Antropológicos**. n. 24. v. 11. Porto Alegre, 2005.

CAN, Nazir Ahmed. “Da filologia da guerra à divisão do ‘eu’ feminino em as duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho” In: **Aletria**. Programa de Pós Graduação em Letras (UFMG). n.2 v.23. mai-ago. 2013.

\_\_\_\_\_. “Infância e história nos romances de João Paulo Borges Coelho”. In: **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**. n. 13, vol. 6. nov. 2014.

CANDIDO, Antonio. “Oswald viajante”. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Dias Cidade, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso e a cidade**. 2. ed. São Paulo: Livraria Dias Cidade, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura brasileira: momentos decisivos**. v. 1. 4 ed. São Paulo: Martins, 1963

CARVALHO, João Carlos de. “Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio Souza”. Tese de Doutorado em Teoria Literária do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. Campus de São José do Rio Preto, 2001.

CAUQUELIN, Anne. **Invenção da paisagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHABAL, Patric. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Veja, 1994.

CHAVES, Rita. (org) **Marcas da Diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006.

CHAVES, Rita. “Entrevista com João Paulo Borges Coelho”. In: **Via Atlântica**. n. 16. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. “Notas sobre a ficção e a História em João Paulo Borges Coelho.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula: **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

\_\_\_\_\_. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia: Ateliê Editora, 2005.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (org) **Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; MATA, Inocência (org). **Boaventura Cardoso: a escrita em processo**. São Paulo: Alameda, 2005.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Coord. Carlos Sussekind; Trad. Vera da Costa Silva. 13. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

CHIAVENATO, José Julio. **Cabanagem: o povo no poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COMITINI, Carlos de. **Amílcar Cabral: a arma da teoria**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

COSTA, Luana Antunes. “Cruzando olhares: figurações do narrador em ‘As duas sombras do rio’”. In: **Revista África e africanidade**. São Paulo, ano 2, n.8, 2010.

CORNELSEN, Élcio Loureiro; SARMENTO-PANTOJA, Augusto; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (Orgs). **Literatura Cinema e resistência: novos olhares sobre a memória**. Rio de Janeiro- Belém: Oficina Raquel, 2013.

CORNELSEN, Élcio; BURNS, Tom. **Literatura e Guerra**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Campanhia das Letras, 2011.

CRUZ, Alice. “Entre a evidência e a verdade: nos interstícios da experiência e da memória com As duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

- DANTAS, Monica Duarte (org). **Revoltas, motins, revoluções**: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.
- DELGADO, Ignácio G. **Vozes (além) da África**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- DI PAOLLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3.ed. Belém: CEJUP, 1990.
- DÍAZ-SZMIDT, Renata. “O legado tradicional africano e as influências ocidentais: a formação da identidade e da moçambicanidade na literatura pós-colonial de Moçambique”. In: **Anais do CIEA7: Literaturas africanas entre tradições y modernidades**. n.21. Lisboa. 2010.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Trad. de Fernando Tomaz e Natália Nunes. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ENES, Irene. “Island: a ordem utópica de Aldous Huxley”. In: **Via Panorâmica**. Dossiê n. 1, 2008. Disponível em <<http://1er.letras.up.pt/uploads/ficheiros/517>>. Acesso em: 17/07/2014
- ESTEVES, Antônio Roberto. “As guerras de Independência no romance histórico brasileiro contemporâneo: conflitos, fissuras, dissenções.” In: **Revista de Literatura História e Memória**. UNIOESTE. n. 8. v.6. 2010. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br>>. Acesso em 22.05. 2013.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Lourêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Pele Negra máscara branca**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Vera Fulain. “O romance histórico contemporâneo na América Latina”. In: <[lfilipe.tripod.com/Vera](http://filipe.tripod.com/Vera)>. Acessado em 18/04/2015.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Percurso da memória em texto das literaturas africanas de língua portuguesa.” In: **Gragoatá**. n. 1. Niterói: EDUFF, 1996.
- FRANCO, Roberta Guimarães. “As micro Histórias nas águas do Zambeze: um projeto interdisciplinar em As duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho”. In: **Revista Abril**, n.7. vol. 4, 2011.
- D’ALLONES, Olivier Revalt; FREITAG, Bárbara; HABERMAS, Jürgen; KONDER, Leandro; MODERNO, João Ricardo; PORTELLA, Eduardo; ROUANET, Sérgio Paulo; VOLKERLÜHAR; WELLMER, Albrecht; WIGGERSHAUS, Rolf . “Cem anos de Adorno”. **Revista Tempo Brasileiro**, n.155, out-dez. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro ed, 2003.
- FRY, Peter (org) **Moçambique**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narrativa em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lembrar, esquecer e escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006.

- GAY, Peter. **O coração desvelado**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- GOMES, Márcia Letícia, NENEVÉ, Miguel. “A descolonização em Mad Maria de Márcio Souza. In: **Realis Revista de Estudos Anti Utilitarista e Pós-Coloniais**, n.2. v.1, 2011.
- GINZGURG, Jaime. “A guerra como problema para os estudos literários.” IN PADILHA, Laura Cavalcante e SILVA, Renata Flavia (org) **De guerras e violências: palavra, corpo, imagem**. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. Petrópolis: Fundação Peseu Abramo; São Paulo: Vozes, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende e T. all. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HAMILTON, Russell G. “A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial”. In: **Via Atlântica**. n. 3 dez. 1999.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HULER, Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936
- HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro Imago, 1991.
- JAMESON, Fredric. Trad. Hugo Mader “O romance histórico ainda é possível?” Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a09n77.2007>>. Acesso em: 23/03/2011.
- JORGE, Silvio Renato (org). **Literaturas de abril e outros estudos**. Niterói: EdUFF, 2002.
- JORGE, Silvio Renato “Para ‘ampliar o campo de debate’: revisões do colonialismo português em João Paulo Borges Coelho e outros autores”. In: **Via Atlântica**. n. 16, São Paulo, 2009.
- JOSÉ, André Cristiano. “Revolução e Identidades Nacionais em Moçambique: diálogos (in)confessados.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- KAHN, Sheila. “Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho.” In: **Gragoatá** n. 24, Niterói, 2008.

KIN-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. vols. I e II. Trad. Américo de Carvalho. 3. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para quando a África?** Trad. Carlos Aboin. Rio de Janeiro: Palas, 2006.

LEÃO, Ângela Vaz (org). **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Porto Alegre: EdPUC, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais**. Maputo: UEM, 2003.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

LOPES, Carlos (org). **Desafios Contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: EdUNESP, 2012.

LORENZ, Federico. “Resistências”. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto, OLIVEIRA, Maria Rita Duarte de, NOGUEIRA DE SOUZA, Rosângela do Socorro, CHABABO, Rubens (Orgs). **Memória e Resistência**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2002.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. Trad. Wanda Nogueira C. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Álvaro; PAGEAUX, Daniel-Henri. **Da literatura comparada à teoria da literatura**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARTIN, Vilma Lia. **Literatura e Marginalidade: um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008.

MARTINS, José, “O senso comum e a vida cotidiana”. In: **A sociedade do homem simples**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MAUÉS, Raymundo Heraldo “Os aspectos da diversidade cultural do cabloco amazônico: a religião.” In: **Estudos Avançados**, n. 53, vol.10, Dossiê Amazônia Brasileira I. São Paulo: EDUSP, jan/apr, 2005.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. Roland Robisier e Mariza Pinto Coelho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. **Retrato do descolonizado: árabe-mulçumano e de alguns outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENTON, Seymour. **La nuova novela histórica de la América Latina (1979-1992)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MESQUITA, Maria Cláudia de. “A intertextualidade em Lealdade de Márcio Souza”. In: **XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências(USP)**. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. “Literatura e história: uma leitura de Lealdade (1997), de Márcio Souza”. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Assis, 2009.

MESSIANT, Chirstine. “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition”. In: **Geopolitiques des mondes Lusophones, Lusitopie**. 1994. Disponível em <<http://www.lusotopie.sciencespobordoux.fr/somme94.html>> Acesso em 20.10.2011.

MIGNOLO, Walter D. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.” In: **Cadernos de Letras**. n.34. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. Niterói, 2008.

MINAYO, M.C.S. “O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica” In: JOUCHE LUITCH, S.; GUSRESCHI, P. **Texto em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MIRA, Feliciano de. “As transformações dos estados africanos até o final do séc. XX”. In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Ana Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa;

FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs). **Organização Social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudos em Portugal, África e Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Índios da Amazônia: da maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: história, teoria e crítica**. São Paulo: EDUSP, 2000.

NOA, Francisco. “Literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso”. In: **Via Atlântica**. n. 3 dez. São Paulo: EDUSP, 1999.

\_\_\_\_\_. “Literatura Moçambicana: os trilhos e as margens.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

ONDJAKI. **Bom dia camaradas**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

PADILHA, Laura Cavalcante. “A arte de vestir africanamente brancos manequins”. **Revista Gragoatá**, n. 19, Niterói. 2005. pp. 29-43.

\_\_\_\_\_. **Entre a voz e a Letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. 2. ed. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras**. Porto Alegre: EDPUC, 2002.

PADILHA, Laura Cavalcante; SILVA, Flávia Renata. **De guerras e violências: palavra, corpo, imagem**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

PAREDES, Margarida. “Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política”. **Cadernos de Estudos Africanos**. Vol. 20. jul-dez. 2010. Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2959>> Acesso em 13.10.2011.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique**. vols. I e II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PEPETELA, **Mayombe**. Lisboa: Edições 70, 1982.

PETROV, Petar “Transparências e ambiguidades na narrativa moçambicana contemporânea”. **Anais do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada**. Universidade de Évora, 2001.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832”. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

POLLAK, Michel. “Memória e Identidade Social” in **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. “Memória, Esquecimento, Silêncio. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PRADO JR, Caio. **Evolução e política no Brasil**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUEIROZ, Eça. **A ilustre casa de Ramires**. Cotia, SP: Ateliê, 2000

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Para desde 1821 até 1835**. 2. ed. v.3. Belém: UFPA, 1969/1970.

REIS, Marcos. **Cabanos: a História**. São Paulo: Manguem, 2010.

RIBEIRO, Margarida Calafate **Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonial**. Porto: Afrontamento, 2004.

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. **Revista Tempo**. n. 20. Niterói: EDUFF, 2006. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=50>>. Acesso em 16.05. 2013.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Allain François. Campinas: EdUNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Vols. 1, 2 e 3. Trad. Márcia Valéria Martinez. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROCQUE, Carlos. “A Cabanagem”. *O Liberal*. Belém, 1983-1984.

RODRIGUES, Denise Simões. **Revolução cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: EDUEPA, 2009.

ROSÁRIO, Lourenço. **Moçambique história, cultura, sociedade e literatura**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Política**. Trad. Luiza Bernanrdo Pericás. São Paulo: Bitempo Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cultura e resistência**. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Humanismo e crítica democrática.** Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem.** Belém: CEJUP, 1992.

SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. **Africa Studian**, n. 9. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006.

SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre:** crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: EDUEFMG, 2004.

SANTIAGO, Theo (org). **Descolonização.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Estórias africanas:** história e antologia. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. “Imagens dialéticas no poema O navio negreiro de Castro Alves”. **Cadernos Benjaminianos.** Belo Horizonte, UFMG, 2013.

SANTOS, Ana Patrícia Peixinho Vicente. “Entrevista a João Paulo Borges Coelho”. **Navegações.** v. 4, n 1. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro”. In: **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Diego Pereira dos. *Entre costas brasílicas: o tráfico interno de escravos em direitura à Amazônia.* Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, Emanuelle, “O pós-colonial entre Norte e Sul: formulações teóricas, implicações políticas na batalha pela ‘arma da teoria’”. **Configurações.** Disponível em <<http://configuracoes.revues.org/2077>> Acesso em 22.11.2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Sandra Costa. “Cabanagem: crise política e situação revolucionária”. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Campinas. São Paulo, 2004.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal.** 23. ed. Mem Martins: Publicação Euro-América, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré et al. **Entre Mares:** o Brasil dos Portugueses. Belém: Paka-Tatu, 2010.

- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rose Freire D'Aguiar São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARMENTO-PANTOJA, Tânia. "Literatura e História: intermediações sobre a Amazônia em Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro." **XII Congresso Internacional da ABRALIC.** Curitiba, 2011.
- SARMENTO-PANTOJA, Tânia. "O pastiche como exercício de historio-grafia em Lealdade, de Márcio Souza". In: POJO, Eliana Campos; RIBEIRO, Joyce Otania Seixas; SOUZA, Rosângela do Socorro Nogueira de Souza (org.). **A pesquisa no baixo Tocantins:** contribuições teórico-metodológicas. Curitiba: CRV, 2013.
- SAÚTE, Nelson. "Escrever e (Sobre) Viver em Moçambique." In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula. **Moçambique das palavras escritas.** Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- SCHMIDT, Simone Pereira. "Uma casa chamada exílio." **Gragoatá.** n. 1. Niterói: EDUFF, 1996.
- SECCO, Carmem Lúcia Tindó. "O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em As duas sombras do rio, de João Paulo Borges Coelho". **Via Atlântica.** n.16. São Paulo, 2009.
- SECCO, Carmen Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. **África, escritas literárias:** Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UEA, 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória Literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas: EDUNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.** São Paulo: Ed. 34
- \_\_\_\_\_. (org). **Leituras de Walter Benjamin.** 2. ed. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SELIGMANN-Silva, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Escrita da Violência.** Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa. **África & Brasil:** letras em laços. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.
- SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Cena do crime:** violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- SILVA, Dederal Brandão da. **Cabanagem:** narrativas da nação. Belém: EDUFPA, 2008.
- SONTAG, Susan. **Ao mesmo tempo.** Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Diante da dor dos outros.** Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SOUZA, Márcio. **A caligrafia de Deus(contos)**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A condolência**. 5. ed. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do dia**: folhetim voador não identificado. 5. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Desordem**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Galvez, Imperador do Acre**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasília/Rio, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Lealdade**. 2 ed. São Paulo: Marco Zero, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O brasileiro voador**: um romance mais leve que o ar. 3. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O fim do terceiro mundo**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Operação silêncio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Revolta**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SOUZA, Podalyro Amaral de “Escoamento transitório em conduto forçado golpe de aríete.” Disponível em <[http://www.essel.com.br/cursos/biblioteca\\_tecnica/hidraulica/Estudo%20golpe%20de%20ariete.pdf](http://www.essel.com.br/cursos/biblioteca_tecnica/hidraulica/Estudo%20golpe%20de%20ariete.pdf)>. Acesso em: 23/12/2014.
- TEIXEIRA, Luciana Guimarães. “Intervenções em áreas portuárias e revitalização urbana: o caso da zona portuária de Belém do Pará”. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. “The Port of Pará: o porto da história Amazônica”. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**. v. 11, Belém, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. **As morais da História**. Trad. Helena Ramos. Lisboa: Europa América, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Memória do mal, tentação do bem**. Trad. Joana Angélica d’Ávila. São Paulo: ARX, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O medo dos bárbaros**: para além do choque das civilizações. Trad. Guilherme João Freiras Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2010.
- VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona**. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- VENTURA, Suzana Ramos. “Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho”. In **Navegações**. V2, n 1, Porto Alegre, 2009
- \_\_\_\_\_. “História do cerco de Lisboa e As duas sombras do rio: dois protagonistas em busca de uma História.” In: **Navegações**. n.1.v.3, 2010.

VIEIRA, Fátima “A ilha da mão esquerda ou a Utopia do Amor em Alexandre Jardin”. **E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a utopia**. n. 3 .2005. Disponível em <<http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>> Acesso em: 07/07/2014

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Filding**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.